

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 7(2), 2017

R

O

T

S

L

Sumário

Revista da FLUP (IV Série, vol. 7, nº 2 2017)

Comissão Editorial	1	Apresentação
--------------------	---	--------------

	Dossiê Temático: <i>Elites</i>	
Maria Antonieta Cruz e Hélder Guimarães	4	Elites
Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho	10	Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa. Uma elite ao serviço da Coroa
Ana Isabel Alves Lopes	31	Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social?
Simone Santana Rodrigues Elias e Décio Ruivo Martins	49	O papel das academias para o nascimento da elite intelectual na América portuguesa
Hugo Pereira	70	Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa do oitocentos: esboço biográfico do Engenheiro Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)
Pedro Silva Rei	94	Ascender na elite eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello
Daniela Major	116	Da Monarquia para a República: os oficiais do Exército perante o 5 de outubro

	Outros Estudos	
Ricardo Silva	139	A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora
Francisco Topa	160	Crime e castigo no Porto de setecentos: relato poético de um enforcamento falhado
José Luís dos Santos Barbosa	190	As receitas e despesas da Câmara de Penafiel e a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820)
Beatriz Peralta García	216	Los orígenes del teatro socialista en Portugal: O Capital (1895), de Ernesto da Silva correto

	238	Recensões
--	-----	-----------

	251	DHEPI – Pós-graduações (2016-2017)
	255	Notas Biográficas dos Autores
	257	Ficha Técnica e Normas editoriais

APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado por alguns sinais de mudança nos parâmetros de publicação da HISTÓRIA, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ao tornar-se uma revista de periodicidade semestral, na continuidade do definido pelo Departamento de História e de Estudos Políticos Internacionais (DHEPI).

O 7º volume da IV Série, 2º semestre, materializa o plano traçado, o de permitir a publicação de textos inéditos, segundo regras de avaliação parametrizadas e de acordo com normas bem claras. Abre-se à comunidade científica, composta por sucessivas gerações que procuram ter um espaço próprio, mas exigente, de acolhimento ao seu percurso de investigação, em diferentes fases de graduação, pós-graduação e noutros patamares de produção científica.

Estruturalmente, divide-se entre um *Dossier temático*, *Outros estudos* e outras rubricas, como sejam, *Recensões* a livros e a filmografia, assim como a indicação das *Pós-Graduações* apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ano de 2017, no âmbito do Curso de Doutoramento em História e dos Cursos de Mestrado sediados no DHEPI.

O *Dossier temático*, sob o tópico das *elites*, interroga como estas se constroem, na longa duração, como é possível, teoricamente e metodologicamente, identificar a posição de cada um no meio que o envolve e dele emergir ou não, como sugere o texto dos responsáveis por este número temático (Maria Antonieta Cruz e Hélder Guimarães). Em resposta, cinco textos percorrem tempos e espaços sociais, do século XV aos anos 30 do século XX, dos agentes diplomáticos no decurso da baixa Idade Média; dos mecanismos seletivos (amizade, caridade ou estatuto social) de atribuição de tenças testamentárias pela infanta D. Maria (1521-1577); do papel das academias para o nascimento da elite intelectual na América portuguesa; da elite tecnocrática portuguesa de oitocentos e da engenharia portuguesa; da elite eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa e, finalmente, do perfil dos oficiais do exército português na transição da Monarquia para a República.

Quatro *Outros Estudos* permitem alternâncias entre conceitos e estudos de caso, desde a constituição de poderes, em torno das origens da comenda Hospitalária de Távora, às questões da morte, justiça ou erro em torno de um crime no Porto, 150 anos depois da

abolição da pena de morte; outro estudo, sendo uma análise empírica das contas da Câmara Municipal de Penafiel, entre 1782 e 1820, insere-se num quadro mais alargado de agravamento económico e financeiro em Portugal; e, finalmente, as origens do teatro socialista em Portugal, que abre outras perspetivas de análise no domínio da História do Teatro, num momento de transformação social, política e ideológica.

Entre as *Recensões* destacamos a que se apresenta como um ensaio, a propósito do filme “Um Conto de Duas Cidades” (2017), realizado por Steve Harrison e Morag Brennan. Hugo Barreira fez parte da mesa redonda que se realizou após o visionamento do filme, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 22 de setembro de 2017, com a generosa presença dos realizadores, uma iniciativa do DHEPI no âmbito das Jornadas Europeias do Património.

O esforço de todos resulta em mais este número, inclusive da equipa da Biblioteca da FLUP. Mas neste número queremos sublinhar que a equipa editorial não pode, nem deve, ignorar o esforço dos revisores dos textos, de apoio gratuito e científico à dignificação do trabalho dos autores.

Porto, 22 de dezembro de 2017

A Comissão Editorial

Inês Amorim
Cláudia Pinto Ribeiro
Francesco Renzi
Jorge Martins Ribeiro
Maria Antonieta Cruz
Teresa Cierco

Dossiê Temático: **Elites**

As Elites

Maria Antonieta Cruz
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
maria.antonieta.cruz.flup@gmail.com

Helder Guimarães
Mestre em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hjasguimaraes@gmail.com

A noção de *Elite* é complexa e abstrata. O conceito é objeto de múltiplas asserções e entendimentos, divergindo os autores na sua definição e caracterização. A palavra tem sido utilizada pelos cientistas sociais como correspondendo ao grupo restrito de indivíduos que, de algum modo, podem ser considerados, dentro de um determinado conjunto, como os mais dotados, os superiores, os melhores, os mais importantes, os que se distinguem pela posse de uma determinada característica que faz deles eleitos. Este sentido da palavra, na medida em que representa o contrário da massa, alberga os eminentes que dominam os restantes em consequência de possuírem um qualquer atributo distintivo, altamente valorizado pela sociedade em questão: nascimento, riqueza, profissão, saber...

O estudo das elites tem recebido o contributo de múltiplas áreas do conhecimento. Se é certo que a “Teoria da Elite Dirigente” encontra em Mosca (Mosca, 1953), Pareto (Pareto, 1968) e Michels (Michels, 1914) os seus teóricos pioneiros, que produziram estudos sobre a hierarquização na sociedade moderna, nos finais de oitocentos e nos primeiros anos do século XX, em clara oposição à teoria de classes formulada por Karl Marx, importa, também, sublinhar que o constante interesse pela análise das elites tem recebido o contributo de muitos outros autores que, em numerosas publicações, vêm concorrendo para o aprofundamento do conhecimento destes grupos. Investigadores de diversas formações, como filósofos, politólogos, sociólogos, historiadores e, mais recentemente antropólogos procuram analisar o papel que cabe às elites nas sociedades humanas. A História, porém, continua a desempenhar um papel central na análise, na longa duração, dos processos de constituição e reconhecimento das elites.

A observação destes grupos permite uma reflexão alargada que, paralelamente ao estudo da sua composição e do perfil dos sujeitos neles integrados, possibilita a

averiguação das relações entre dominantes e dominados, permitindo o exame das condições que geram essas conexões, a par da descoberta dos instrumentos que possibilitam avaliar as situações de dominação, e das circunstâncias que geram as ruturas e as mutações.

A análise das elites requer a observação da formação e modalidades de seleção do grupo, do espaço de renovação e meios de mobilidade.

Os mecanismos de dominação são específicos de cada sociedade, dependem da sua organização, do modelo cultural e civilizacional adotado, mas existe sempre, na identificação dos membros de uma elite, o reconhecimento, o apreço social, de uma ou várias qualidades, naturais ou adquiridas. A elite de uma sociedade democrática assume uma parcela de poder que, quase sempre, lhe é atribuída por terceiros. Às elites é exigida capacidade, ação positiva e adaptação às necessidades coletivas para que se mantenham no topo da classificação social. Não há incompatibilidade na existência de elites na sociedade democrática, sendo porém necessário que se assegure a sua regular seleção e controle. As elites de uma sociedade democrática não funcionam como um grupo coeso, cooperante. Não raro os seus objetivos, os seus interesses, induzem ao conflito que, em casos extremos pode levar à neutralização recíproca (Crossick, 1998).

As elites em confrontação procuram o apoio das massas quando este esteio é necessário à prossecução dos seus objetivos. A decadência das elites pode resultar de uma disputa ou apenas da abertura a outros modelos que a fragilizam. O êxito das massas na obtenção da satisfação das suas reivindicações é menor quando existe solidariedade entre as diversas elites, corolário da coincidência de interesses entre elas e motor do reforço da sua capacidade de domínio. Como é evidente, e é sublinhado por Ralf Dahrendorf (Dahrendorf, 1972), os conflitos existentes nas sociedades modernas têm essencialmente como objetivo o “controlo ou limitação da autoridade”. Mesmo correntes teóricas mais recentes (Lowell Field ou John Higley, por exemplo), como sublinhou Dahrendorf, sublinham o facto de que, em qualquer organização social, a distribuição do poder é feita de forma desigual. Quem dirige, quem domina, quem tem autoridade, é sempre uma minoria.

O estudo da mobilidade social é particularmente importante enquanto quadro de avaliação da renovação das elites. Importa refletir sobre os diversos mecanismos de valorização social, ponderar a importância da família, da educação, da carreira ou da emigração nos percursos de ascensão. A permeabilidade é absolutamente essencial para

que haja subsistência de uma determinada elite. É preciso que a entrada de elementos novos, mas não conflituais, assegure a sua permanência enquanto grupo dominante. O estudo da mobilidade social exige a apreciação da agilidade e condições de ascensão mas, também, dos parâmetros e velocidade da queda, isto é, a observação dos movimentos ascendentes e descendentes.

Todas as organizações sociais têm diferentes distribuições do poder e os regimes políticos parecem, na realidade, distinguir-se pela maneira como se constituem as suas elites, a forma como exercem o poder e, não menos importante, pela intensidade da mobilidade social existente. Em qualquer ordem instalada, nas diferentes sociedades que a história nos faz conhecer, e mesmo naquelas que as várias utopias têm desenhado, o poder é sempre detido por minorias que dirigem as maiorias. Parece-nos que a grande diferença está na *circulação das elites*, mais fechadas ou mais móveis em função da menor ou maior democraticidade das sociedades em que se integram.

A questão de género poderá ser, igualmente, um excelente observatório, por facilitar a perceção do acesso diferencial na construção das elites, na longa duração (Vaquinhas, 2000). A evolução do mundo foi abrindo novas oportunidades às mulheres, mormente nos tempos mais recentes. A presença feminina nas diversas elites: ensino superior (Santos, 1991), forças armadas, tribunais, etc., é um processo cuja investigação urge dinamizar.

A análise das elites aconselha, também, que sejam observadas as várias razões que podem determinar a fragilização e até o desaparecimento de uma elite. Como exemplos de circunstâncias que podem ser favoráveis à decadência poderemos apontar o enfraquecimento do modelo civilizacional no qual radica o domínio de uma determinada elite, a simples abertura à influência de modelos alternativos ou mesmo a integração no grupo de elementos menos capazes.

A reflexão sobre as elites nacionais mas também regionais, urbanas mas também rurais, sejam políticas, económicas, financeiras, administrativas, religiosas, intelectuais ou outras, confronta os cientistas com a necessidade de analisarem aqueles que, numa determinada sociedade, ocupam posição de relevo, os “dirigentes”, os “influentes”, os “abastados” os “privilegiados”, em suma, aqueles que são reconhecidos pelos seus contemporâneos como pertencentes ao grupo dominante.

Esta análise introduz múltiplas interrogações. O que entendemos por *elite*? Quem faz parte deste grupo? Como se processa a inserção de novos elementos? Quais são os

espaços de renovação e os mecanismos de mobilidade (família, educação, carreira, emigração, etc.)? Que delimitação determina a exclusão de alguém? Como reconhecem os contemporâneos as suas elites? Existe consciência pelas elites de o serem? De que forma esta consciência pode determinar comportamentos de fechamento protetor do grupo? Quais as circunstâncias que determinam a decadência da sua hegemonia?

Os textos incluídos no dossier temático deste número da revista carregam alguns contributos para o estudo das elites em diversos períodos históricos.

Com efeito, **Duarte Maria Babo Marinho**, utilizando registos das chancelarias régias e documentos de arquivos familiares, contribui com o seu estudo, *Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa*, alicerçado no método prosopográfico, para a elucidação do papel desempenhado pelos agentes diplomáticos no decurso da baixa Idade Média portuguesa. Estas elites cultas desempenharam vários cargos na administração central no decurso de um longo período da vida portuguesa, numa evidência da sua importância, fruto de competência mas, também, do conhecimento da burocracia e diplomacia, bem como, evidentemente, em resultado da probidade, integridade e fidelidade que pautava a sua atuação, atributos que os fizeram personalidades fundamentais e quase intocáveis pelas vicissitudes políticas ocorridas.

Ana Isabel Lopes dedica-se, no seu artigo *Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social?*, à compreensão dos eventuais critérios subjacentes à atribuição pela princesa de tenças testamentárias. A autora conclui que, aparentemente, não existia um padrão nas escolhas da infanta, salientando que terá existido uma prevalência de membros da nobreza no conjunto dos eleitos a par do favorecimento de funcionários mais próximos e de típicos casos de beneficência.

Simone Santana Rodrigues Elias e Décio Ruivo Martins examinam *o papel das academias para o nascimento da elite intelectual na América portuguesa* procurando dar a conhecer a participação de pensadores luso-brasileiros na dinamização da vida intelectual brasileira. Nascidos no Brasil, onde não existia qualquer universidade, é observada a trajetória dos poucos letrados que protagonizaram a formação de academias literárias e científicas, instituições com um papel determinante na dinamização dos debates em torno da cultura, da sociedade e da política. Formadas ao longo do século

XVIII as diversas Academias tiveram um papel extremamente importantes na formação das primeiras comunidades de pensadores no Brasil.

Em *Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)* é delineado por **Hugo Silveira Pereira** o percurso profissional deste engenheiro especialista em hidráulica. Fez parte de um corpo de técnicos academicamente especializados, uma elite tecnocrática que materializou o progresso defendido pelo Fontismo. A Regeneração, focada na necessidade de melhoramentos materiais, foi, aliás, um período de grande valorização dos engenheiros que alcançaram um grande prestígio social, projetado muito para além do designado Fontismo.

Esta biografia vem juntar-se a outras de protagonistas do oitocentismo português que têm vindo a ser publicadas e que abarcam já uma considerável e diversificada plêiade de membros da elite do século XIX, permitindo, assim, ampliar significativamente o conhecimento da sociedade burguesa do Portugal oitocentista. As múltiplas funções desenvolvidas pelo biografado, que paralelamente à sua atividade profissional nos sectores público e privado, muito ligada ao planeamento e organização de melhoramento materiais, exerceu várias funções políticas que o fizeram passar pelo poder autárquico, pelo parlamento e pelo governo, delineiam um perfil comum a muitas outras figuras relevantes da contemporaneidade portuguesa.

No artigo *Ascender na elite eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello, Pedro Silva Reis* apresenta uma biografia, neste caso de um bispo, bacharel, que viveu de 1842 a 1929 e cujo riquíssimo percurso eclesiástico decorreu no final da monarquia portuguesa, levando-o à administração pastoral de várias dioceses e, por fim, ao patriarcado de Lisboa.

O autor estuda as dinâmicas de formação da elite eclesiástica portuguesa no período em análise, grupo que deteve um amplo papel na sociedade, na cultura e na política. Ressaltando como mecanismos de ascensão não só a formação académica mas, também, a ligação ao poder político, é sublinhada a importância dos interesses do país e do Vaticano no processo de escolha dos altos dignitários da Igreja em Portugal.

A organização do Exército português no final da Monarquia, a forma como os seus oficiais viveram os derradeiros anos deste regime, como se harmonizaram com o novo regime republicano instaurado em 1910, constituem o núcleo do estudo de **Daniela Major**, *Da Monarquia para a República: os oficiais do Exército perante o 5 de outubro*.

Os oficiais, que correspondiam a menos de 15% dos 35000 homens do exército permanente e profissional do início do século XX, repartiam-se pelo Portugal europeu e pelas colónias. Maioritariamente não terão tido convicções políticas suficientemente fortes que os levassem a defender a monarquia perante a mudança de regime. A república não se apresentava com um plano ameaçador para os oficiais do exército português e as medidas implementadas, ou a sua ausência, nos anos finais da monarquia não primaram pela sua proteção e em muitos casos implicaram ou justificaram a sua falta de empenhamento e apoio.

Bibliografia Final:

BUSINO, Giovanni (1996), “Elite”, in Philippe Raynaud e Stéphane Rials (dir.), *Dictionnaire de Philosophie Politique*, Paris, PUF, pp. 2000-2003.

CROSSICK, Geoffrey (1998), “La Bourgeoisie Britannique au 19e. siècle – Recherches, approches, problématiques”, *Annales HSS, École des Hautes Études en Sciences Sociales*, nº 6, pp. 1089-1130.

DAHRENDORF, Ralf (1972), *Classes et conflits de classes dans la société industrielle*, Paris, Mouton.

MICHELS, Robert (1914), *Les Partis Politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris, Flammarion.

MOSCA, Gaetano (1953), *Elementi di scienza politica*, 2 vol., Bari, Laterza.

PARETO, Vilfredo (1968), « Traité de sociologie générale », in Giovanni Busino (ed.) *Oeuvres complètes*, tomo XII, Genève, Droz.

SANTOS, Cândido dos (1991), *A Mulher e a Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto

VAQUINHAS, Irene (2000), “*Senhoras e Mulheres*” na Sociedade Portuguesa do século XIX, Lisboa, Colibri.

Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa

The diplomatic agents of Portuguese Late Middle Ages (1431-1474): an elite at the service of the Crown

Les agents diplomatiques portugais du Moyen Âge Tardif (1431-1474): un service d'élite de la Couronne

Los agentes diplomáticos de la Baja Edad Media portuguesa (1431-1474): una élite al servicio de la Corona

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho

Investigador do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade)

babo.dmmbm@gmail.com

Resumo: A aristocracia, o clero e os comerciantes desempenhavam um papel preponderante na Diplomacia. O protagonismo incidia no primeiro grupo: os nobres, diplomatas, elite de cultas e esclarecidas personalidades, que desempenhavam variados cargos nas diversas instâncias da administração central. Muitos ostentavam a dignidade de conselheiros e, por tal, eram omnipresentes no trato diplomático. Nos seus ofícios do dia-a-dia faziam carreira e aprimoravam competências ao longo dos anos, tornando-se, dessa forma, fiéis depositários de memórias e conhecedores dos mais imbrincados mecanismos dessas instâncias burocráticas. Alguns destes homens eram vultos fundamentais e indispensáveis tanto à Diplomacia como aos seus ofícios quotidianos, o que lhes permitia continuar ativos durante vários reinados, mesmo nos períodos mais conturbados da diacronia em estudo.

Palavras-chave: Elite; Idade Média; Diplomacia

Abstract: Aristocracy, clergy, and merchants played a leading role in Diplomacy. The leading role belongs to the first group: the nobles as educated and enlightened diplomats and personalities, who held various positions in various instances of central administration. Many held the dignity of counselors and, as such, were ubiquitous in their diplomatic treatment. In their day-to-day jobs they made a career and improved their skills over the years, becoming, therefore, faithful custodians of memories and knowledgeable of the most ingrained mechanisms of these bureaucratic instances. Some of these men were fundamental figures indispensable both to Diplomacy and to their daily offices, which allowed them to remain active during several reigns, even in the most troubled times of the diachrony under study

Keywords: Elite; middle Ages; Diplomacy

Résumé: L'aristocratie, le clergé et les marchands ont joué un rôle de premier plan dans la diplomatie. Le premier groupe était protagoniste. Les nobles, les diplomates, les personnalités instruites et éclairées d'élite ont tenu des positions diverses dans les instances de l'administration centrale. Beaucoup avaient la dignité de conseillers et, à ce titre, étaient omniprésents dans leur traitement diplomatique. Dans leurs emplois quotidiens, ils ont fait carrière et amélioré leurs compétences au fil des ans, devenant ainsi des gardiens fidèles des souvenirs et connaissant les mécanismes les plus enracinés de ces instances bureaucratiques. Certains de ces hommes étaient des figures fondamentales indispensables à la fois à la diplomatie et à leurs fonctions quotidiennes, ce qui permettait de rester actifs pendant plusieurs règnes, même dans les temps les plus troublés de la diachronie de cette étude.

Mots clefs : Élite; Moyen Âge; Diplomatie.

Resumen

La aristocracia, el clero y los comerciantes desempeñarán un papel preponderante en la Diplomacia. No obstante, el protagonismo incidía en el primer grupo: los nobles. Estos diplomáticos, élite de cultos y esclarecidos hombres, ejercieron variados cargos en los diversos departamentos de la administración pública. Muchos de ellos por servir a los reyes como sus consejeros marcarán presencia en el trato diplomático. De sus oficios regulares, en que hacían carrera, perfeccionaban competencias con el pasar de los años, convirtiéndose, así, en depositarios fieles de memorias y conocedores de los más intrincados

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

mecanismos de esas instancias burocráticas. Algunos de estos hombres fueron fundamentales y indispensables para la Diplomacia y sus oficios cotidianos, permitiéndoles transitar a través de los varios reinados, incluso en los períodos más conturbados de la diacronía en estudio.

Palabras clave: Elite; Edad Media; Diplomacia.

1. Introdução

O relativo interesse que a comunidade científica tem manifestado pela diplomacia medieval, nomeadamente no que respeita às missões e aos agentes diplomáticos, tem as suas origens entre as décadas de 1940 e 1960 (Cuttino, 1940; Hill, 1961; Queller, 1967). De lá para cá a importância atribuída à temática tem-se generalizado, como é possível observar nos vários colóquios internacionais dedicados ao assunto, bem como em publicações científicas, tanto em artigos de revista como em teses académicas (Beceiro Pita, 1994:441-455; Olivera Serrano, 1995: 463-488; Beceiro Pita, 1997: 1735-1744; Lowe, 2007: 101-129; Beceiro Pita, 2009: 193-228; Péquignot, 2009; Cañas Gálvez, 2010: 691-722; Villarroel Gonzáles, 2010: 791-819; Péquignot, 2011: 47-66; Villanueva Morte, 2015: 143-166; Moeglin et al., 2017).

Em Portugal, embora desde os anos de 1980 e 1990 se venha insistindo na necessidade de preencher esta lacuna historiográfica, nomeadamente no que diz respeito às questões associadas aos agentes diplomáticos e às embaixadas (Baquero, 1989; Mendonça, 1994), só a partir da década de 2010 se tem vindo a inverter esse ciclo (Branco et al., 2011: 231-259, Lalanda, 1989).

Os trabalhos de Margarida Lalanda, Mário Farelo, Maria Alice Santos e Duarte de Babo Marinho, e os encontros científicos que se realizaram em Évora¹, são exemplos de uma maior atenção historiográfica relacionada com a questão em apreço.

É na sequência da linha de investigação dos autores acima citados que este artigo se insere; mas não só. Ao centrar-se no estudo dos diplomatas portugueses ao serviço da Dinastia de Avis, mais concretamente entre os anos de 1431-1474, este texto enquadra-se no estudo das elites (Barata, 2001) ao serviço da Coroa. Metodologicamente, temos como suporte a prosopografia: método de trabalho que conta com algumas décadas de

¹ Apesar de ainda não terem sido publicadas as actas dos encontros científicos que mencionámos, deixámos as indicações referentes aos mesmos: Colóquio Internacional *Corte e Diplomacia na Península Ibérica (séculos XIII-XVIII)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 13-14 de julho de 2016. Encontro Internacional *Comunicação política e diplomacia no final da Idade Média*. Universidade de Évora, 17-18 de novembro de 2016. *Splendid Encounters VI. Correspondence and Information Exchange in Diplomacy (1300-1750)*. Universidade Nova de Lisboa, 28-30 de setembro de 2017.

tradição em Portugal e que tem como principal dinamizador Armando Luís de Carvalho Homem. Este historiador, entre as décadas de 1980 a 2010, orientou inúmeros trabalhos académicos acerca das *elites* ligadas ao poder régio (Freitas, 1999: vol. 1, 7, n. 22 e 23; Marinho (2017: vol. 1, 66-69).

O conceito de elite tem vindo a ser trabalhado pela Historiografia europeia e portuguesa sobretudo nas últimas décadas, destacando-se um esforço de teorização para diferentes épocas históricas; sendo de sublinhar diferenças de abordagem no interior de cada uma delas. Essas diferenças são observáveis, entre outros aspetos, nos limites cronológicos e nos espaços geográficos destacados. Assim, no que respeita à baixa Idade Média, o termo elite aponta para um conjunto de personalidades heterogéneas, cujas características distintas não influenciam uma coesão absoluta, ficando, assim, desautorizada a afirmação da existência de um grupo institucionalizado. Deste modo, resultaria anacrónico, para esta época, falar em corpo diplomático ou em diplomacia e de diplomatas enquanto realidade concreta e não *ad hoc*.

Saliente-se que, na Idade Média, apesar da importância política destes doutos homens, todos eles exerciam os ofícios diplomáticos de forma *ad hoc*, uma vez que naquela cronologia a diplomacia não simbolizava uma saída profissional. Ser-se diplomata significava exercer um ofício esporádico, o que contrastava com as demais atividades profissionais ligadas à Administração Régia. Porém, numa espécie de contraciclo, o caso italiano destacou-se pela novidade da sua representação externa, e entidades como a Santa Sé, Génova, entre outras, desenvolveram os primeiros vestígios do que viria a ser a Diplomacia Moderna (Magalhães, 2005: 47-66; Lazzarini, 2015). Ainda assim, e apesar do exposto, não se pode afirmar que os diplomatas de finais da Idade Média não fossem competentes. Muito pelo contrário. Somente os indivíduos considerados mais adequados eram chamados para representar o reino no estrangeiro, o que implicava uma óbvia seletividade baseada em rígidos critérios (Santos, 2015; Marinho, 2017).

A lista das missões diplomáticas e dos embaixadores portugueses correspondentes a este período encontra-se parcialmente sistematizada na tese de doutoramento de Duarte de Babo Marinho. Com base nesse trabalho, e em pesquisa complementar, foi possível, num primeiro momento, identificar os nomes dos diplomatas e, num segundo momento, recolher e sistematizar os dados referentes a esses homens.

Apurados os nomes dos diplomatas e os dados biográficos, foi-nos possível elaborar um catálogo prosopográfico, caracterizado por uma série de fichas individuais que partem de um prévio questionário, destinado a traçar o perfil coletivo dos homens que compõem uma determinada micro-sociedade, seguindo metodologia já comprovada (Monteiro *et al.*, 2010: 22-29; Moeglin *et al.*, 2017; Marinho, 2017: vol. 1, 80-111), tendo em consideração três dimensões, que convergem com o pensamento de Pareto: origens sociais; instâncias onde eram recrutados; e qualificações académicas e culturais (Pareto, 1974: 131).

No que respeita às fontes, recolhemos uma grande variedade de dados provenientes de documentação manuscrita e publicada, tendo a pesquisa sido dividida em duas fases: a primeira com o intuito de identificar os diplomatas portugueses; a segunda com a finalidade de reconstruir as suas trajetórias individuais e enquadramentos sociais.

Na primeira fase consultamos, essencialmente, os tratados, os salvo-condutos, as instruções, as procurações, a correspondência trocada em os embaixadores e os reis, os diários de viagem e as crónicas (estas últimas, frequentemente, traduzem o programa político promovido pela Coroa, sendo disso exemplo a cronística de Fernão Lopes)². Esta variada tipologia documental, além de permitir identificar os homens, possibilita quantificar e compreender as missões diplomáticas, devido a conservarem uma certa abundância de dados a respeito dos contextos históricos em que elas se inseriram. Quanto à segunda fase de pesquisa documental as tipologias privilegiadas foram: as chancelarias régias de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e de D. João II, bem como alguns traslados testamentários, documentos de ordens militares, nobiliários e crónicas³. Os dados daí extraídos permitiram o preenchimento das fichas prosopográficas para, assim, se compreender as trajetórias individuais e os enquadramentos sociais de cada um dos diplomatas que identificámos.

² Alguns dados acerca deste assunto podem-se encontrar em Biblioteca Pública de Évora (BPE), *Fundo Manizola*, cód. 177. Santarém (1842-1860, vols. 1, 3, 10 e 14), Rego [*Org.*] (1960-1977) e em Marinho (2017, vol. 1: 47-51), onde se debate a importância de diversos fundos documentais.

³ Entre outras veja-se Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Afonso V*; *Chancelaria de D. João II*; *Casa dos Condes da Sortelha e Senhores de Góis*; e *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*.

2. Composição social dos diplomatas portugueses tardo-medievais

Para o estudo do tema em apreço, o estatuto social trata-se de uma questão essencial. Com base nessas circunstâncias podem-se encontrar algumas explicações para a nomeação de um número considerável dos 111 diplomatas que serviram Portugal entre 1431-1474. Desse conjunto de homens identificamos 71 nobres, 17 clérigos e 23 desconhecidos, sendo que, pelo menos, cinco deles tinham atividades relacionadas com o comércio (Marinho, 2017: vol. 1, 89).

A consulta de uma grande variedade documental permitiu-nos apurar que a nobreza continua, de facto, a ocupar um lugar de primeiro plano no que respeita à representação diplomática do reino, à semelhança do que acontecia, por exemplo, no reinado de D. João I ou de D. Afonso IV, se quisermos recuar um pouco mais na cronologia e como comprova o estudo de Margarida Lalanda. Esta situação tem maior visibilidade sempre que o destino é um reino cristão da Península Ibérica, particularmente Castela, como defende Duarte de Babo Marinho (Lalanda, 1989: 141; Santos, 2015; Marinho, 2017: vol. 1, 94-98, 170-184).

Entre os membros da aristocracia que serviu a Diplomacia do século XV português encontramos alguns associados à alta nobreza de Corte. Temos, portanto, nomes como: D. Afonso (4º conde de Ourém), Álvaro Gonçalves de Ataíde (1º conde de Atouguia); João Fernandes da Silveira (1º barão do Alveito), Leonel de Lima (1º visconde de Vila Nova de Cerveira), Lopo de Albuquerque (1º conde de Penamacor), Lopo de Almeida (1º conde de Abrantes), Martinho de Ataíde (2º conde de Atouguia) e Nuno Martins da Silveira (rico-homem) (Marinho, 2017: vol. 1, 94-98, 170-184, fichas prosopográficas 1, 5, 21, 25, 27, 28, 38 e 41).

Subsistem dois motivos que podem explicar a associação destes homens à representação externa do reino. Primeiramente temos o prestígio que conferiam às missões, por serem homens de boa linhagem e “*gentileza*”. Esta *gentileza* é sinónima de linhagem, saber, bondade, costumes e manhas, como se comprova nas Ordenações Afonsinas (vol. 1, tít. 63). Estes adjetivos compunham os predicativos base da Nobreza, como também refletiam alguns dos critérios-base usados pela Coroa na altura de nomear os seus representantes diplomáticos, quer o objeto da missão fosse um reino cristão da Península Ibérica, ou em qualquer outra região (Costa, 1984; Marques, 1987: 247; Marinho, 2017: vol. 1, 73, 94-97, 178-179).

Em segundo lugar temos a questão dos exilados políticos oriundos deste grupo, cujos reflexos principais se faziam sentir no espaço ibérico. Apesar de não dispormos de dados suficientes para aprofundar esta questão, estamos convictos da necessidade de levantar a questão e de a aprofundar futuramente. Tal necessidade deve-se ao facto de estarmos na presença de um fator decisivo no incremento de canais políticos, ou pelo menos, num primeiro momento, de entendimentos e alianças sociais que poderiam compor a base de negociações políticas a jusante, nomeadamente com Castela⁴, como se pode constatar numa carta de D. João II ao duque de Alba:

*“Fazemos vos saber que nos mandamos ora a Pero da Cunha Coutinho que se vaa fora de nossos [...] E porque Ruy de Sousa seu sogro senhor de Sagres do nosso comselho [...] nos disse como elle folgaria muyto de o dicto Pero da Cunha estar em vossas terras ou cassa [...] nos pedia que per nossa carta vos noteficassemos acerca dello nossa teemçam.”*⁵

O Clero surge como o segundo com maior expressividade na diplomacia quatrocentista portuguesa, fazendo-se representar por intermédio de homens provenientes dos vários níveis da sua hierarquia. De vários exemplos que se podem apontar, temos o caso de Estêvão Afonso Velho, frei dominicano e confessor do infante D. Henrique; Gabriel Lourenço, capelão da rainha D. Leonor, de quem tinha uma grande proximidade; D. Jorge da Costa, que ao longo da sua vida ascendeu a importantes lugares na hierarquia da Igreja: padre, bispo de Évora, arcebispo de Braga e Lisboa e cardeal, beneficiando, obviamente, do patrocínio régio; Lourenço Vasques de Elvas, frei dominicano e comendatário de Pombeiro; e D. Luís Pires, que além de ter sido capelão de D. Duarte e capelão-mor de D. Afonso V, também aparece referido como arcediogo em Lisboa, bispo Silves, do Porto e de Évora, e arcebispo de Braga (Marinho, 2017: vol. 1, 90-94, 182-200 e vol. 2).

A presença destes homens na Diplomacia não é uma novidade, nem tão-pouco um

⁴ Ao longo das décadas de 1980 e 1990 esta questão tem sido abordada, principalmente em Baquero Moreno (1986: 69-101; 1990; e 1999: 93-103) e em Marques (1989: 177-194).

⁵ Trata-se de um documento publicado por Faria (2015: 81-82), presente em Madrid, *Archivo Ducal de Alba*, cx. 1, nº 53.

caso único das missões portuguesas. A sua presença justifica-se devido a vários fatores: fortes ligações à Corte; autoridade moral e espiritual; capacidade de oratória; e sólidos conhecimentos teológicos e jurídicos, o que lhe conferia uma competência técnica indiscutível (Villarrol González, 2010: 791-819; Vigil Montes, 2016: 129-146)⁶. Por tais motivos, não nos restam dúvidas que se tratam de uma elite que se destaca, e que comprovam a importância que a Igreja tinha no panorama diplomático português Quatrocentista (Marques, 1987: 223-224; Freitas, 1999: vol. 1, 223-228; Araújo, 2009; Branco *et al.*, 2011: 238).

Estes homens, além de serem próximos e desfrutarem da confiança dos monarcas para executarem missões diplomáticas (Duarte, 1989, 554; Sousa, 1995, 423-440), encontravam-se inseridos num vasto grupo que cruzava as fronteiras externas do reino; o que permitia à Coroa aproveitar essas numerosas redes de contacto (Branco *et al.*, 2011: 243 e 248). Deste modo, compreende-se o peso e a importância política dos clérigos; importância refletida em cerca de 30 missões diplomáticas detetadas entre 1431 e 1474.

Desses contactos, a Santa Sé destaca-se claramente com o acolhimento de 16 missões (Marinho, 2017: vol. 2)⁷, Castela com seis, a Coroa de Aragão com cinco, Inglaterra com quatro e a França com uma Marinho (2017: vol. 2)⁸.

Face aos dados expostos, registámos que uma parte considerável dos diplomatas-clérigos estavam reservados aos negócios bilaterais com a Santa Sé, o que se torna completamente compreensível no quadro da sua condição social e formação académica. Não obstante, nas missões enviadas a outros espaços políticos tinham como incumbência discutir questões de domínio religioso; sendo as missões patrocinadas pelo infante D. Henrique exemplo disso Marinho (2017: vol. 2)⁹.

A Diplomacia também contava com outro grupo bastante importante: os indivíduos ligados à atividade comercial, e que muitas vezes podiam ser nobres, como é o caso de Leonel de Lima (Marinho, 2017: vol. 2, fichas prosopográficas 5, 19, 25, 28 e 39). De facto, a atividade mercantil proporcionava a esses homens uma grande itinerância

⁶ A respeito do caso português vd. Marinho (2017, vol. 2), fichas prosopográficas 8, 10, 14, 17, 21, 24, 29, 31, 39, 43, 44a, 46, 48 e 49.

⁷ Cf. anexo 2B, nº 1, 2, 10, 16, 44, 48, 54, 58, 69, 73, 79, 83, 88, 105, 113 e 148.

⁸ Cf. Santa Sé: Anexo 2B, nº 1, 2, 26, 27, 31, 34, 43, 45, 51, 52, 54, 55, 58, 62, 63 e 77. Castela: Anexo 2A, nº 27, 31, 42, 44, 52 e 61. Coroa de Aragão: Anexo 2ª, nº 39, 42, 49, 50 e 51. Inglaterra: Anexo 2B, nº 6, 15, 18 e 74. França: Anexo 2B, nº 46.

⁹ Anexo 2a, nº 27 e 47 e Anexo 2B, nº 27 e 38.

geográfica, a criação de vastas redes de contactos que os mantinha a par das realidades políticas e sociais dos locais por onde passavam (Miranda, 2012: 180-209; Péquignot, 2009: 110). Deste modo, é compreensível que os homens ligados ao comércio fossem captados, inúmeras vezes, pela Coroa de forma a representá-la internacionalmente, não só para mediar o relacionamento bilateral do reino com outro congénere, mas também para o transporte de missivas diplomáticas (aproveitando, assim, as suas rotas marítimas e as suas redes de conhecimentos nos locais de destino). Esta realidade converge com o que Bernard Guenée apontou acerca deste grupo: desde os finais do século XIV, e ao longo de toda a centúria de XV, os mercadores ganharam um papel relativamente importante no palco da Diplomacia Internacional (Guenée, 1981: 215).

Exemplos da realidade focada por Guenée não faltam na História de Portugal (Lalanda; 1989; Marinho, 2017: vol. 2, anexos 2A, nº 21 e 2B, nº 65 e 69). Entre vários exemplos, o caso mais célebre é o de Afonso Martins Alho, e do seu importante contributo para a assinatura do tratado de Windsor (Fonseca, 1986). Mas, além da atividade diplomática deste homem, temos outros casos como, por exemplo, o de João da Barca, mercador e “*apresentador*”¹⁰ do infante D. Fernando (*O Santo*). Destacámos a atividade deste homem em particular por ter chefiado duas importantes missões diplomáticas, em 1441: uma a Granada e outra a Marrocos, estando ambas relacionadas com as tentativas para a libertação do referido infante Dinis (1960-1974: vol. 6, doc. 52; Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 19 e Anexo 2A, nº 21).

3. Formação, grau cultural e intelectual

As habilitações académicas e culturais (a par dos dotes de oratória, de uma boa capacidade intelectual e psicológica) são questões importantes para o estudo da Diplomacia medieval Santarém (1842-1860: vol.14, 197; Péquignot, 2008, 34; Gilli, 2016, 6-8). Prova disso é o grande impacto que os “letrados” tiveram neste campo, nomeadamente por intermédio dos seus pareceres, principalmente a partir dos finais do século XIV e ao longo de toda a centúria de Quatrocentos. Esta realidade não se verificou apenas em Portugal, mas também noutras regiões, como por exemplo: Castela, Navarra,

¹⁰ Este ofício poderá tratar-se de uma má transcrição da palavra *Aposentador*. Sobre a sua definição vd. *Ordenações Afonsinas* em Costa (1984, vol. 1, tít. 61: 348-350).

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

França e Borgonha (Ramirez Vaquero, 2005; Péquignot, 2009; Cañas Gálvez, 2010: 682-722; Ramos, 2015: 23-36).

Dos vários exemplos internacionais que poderiam ser apontados, salientámos um caso em particular: o de Jean Jouffroy, embaixador borgonhês enviado a Portugal na sequência da morte do Infante D. Pedro, na batalha de Alfarrobeira (1449) (Ramos, 2006: 52-59).

Observando os discursos que proferiu na Corte de D. Afonso V e vendo a lista bibliográfica da sua biblioteca pessoal, facilmente se constata que este diplomata, à semelhança de outros do seu tempo, tinha uma elevada intelectualidade e formação. Com estes elementos conclui-se que se tratava de um homem com conhecimentos em múltiplos domínios do saber (essenciais à Diplomacia), entre eles: o Direito, a Teologia, a Patrística, a Literatura, a Filosofia e a História (Marinho, 2017: vol. 1, 207).

No caso português, detetámos uma situação bastante semelhante. Os “letrados” passaram a destacar-se como figuras de proa, alcançando um prestígio cada vez mais acentuado, tanto na Burocracia Régia, onde as suas competências eram avaliadas, como no desempenho uma missão diplomática¹¹. A presença destes homens ao serviço dos monarcas oferecia profissionais competentes, altamente habilitados e fiéis, essenciais ao bom funcionalismo régio, como lembra António Manuel Hespanha¹², e como se pode comprovar na Carta de Bruges, da autoria do infante D. Pedro:

«seguyria que uos acharieis letrados pera offiçiaes de Justiça, e quando algus uos desaprouuesem tereis donde tomar outros, e eles tendo sse do que poderja acontecer serujrião melhor e com mais diligência e destes uerião bons beneficiados que serão bons electores»
Duarte (1982: 29).

¹¹ Ao lermos Armindo de Sousa (1990, vol. 2), deparámo-nos com constantes apelos dos procurados concelhos para que os oficiais régios, que ocupavam lugares na Administração Central e Local, fossem letrados. Vd., também, Guenée (1981: 179-181) e Autrand (2002: 48).

¹² Acerca deste assunto veja-se os “capítulos gerais das Cortes celebradas entre 1385 e 1490”, onde este tipo questões são frequentemente debatidas. Cf. Sousa (1990, vol. 2: 223-499); Hespanha (1982: 345).

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

Lendo o texto de Bernard du Rosier l'*Ambaxiatorum brevilogus* (1427-1433)¹³, também se constata que a mesma exigência se aplicava aos agentes diplomáticos. Os trabalhos de Alice Santos e de Duarte Babo vêm comprovar que essa necessidade passou, efetivamente, da teoria à prática, tendo em consideração a grande prevalência de indivíduos com qualificações académicas e culturais associados à representação externa do reino (Santos, 2015; Marinho, 2017: vol. 2)¹⁴.

O Direito e a Teologia eram áreas do saber importantes não só pelo carácter jurídico associado à Diplomacia, mas também por esta se encontrar alicerçada nas teorias de alguns dos mais proeminentes filósofos. Entre esses doutos intelectuais destacam-se Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, homens cujos pensamentos aparecem mencionados em alguns documentos relacionados com embaixadas e tratados. A título de exemplo vejam-se as linhas iniciais do documento retificativo do tratado de Medina del Campo (1431) e os discursos do já mencionado deão de Vergy, onde se pode encontrar alguns reflexos da importância atribuída às antigas autoridades, das quais a Diplomacia se socorria frequentemente para fundamentar as suas teorias e modos de atuação (Ramos, 2006: 105 e ss; Marinho, 2015: 90, n. 35).

O conhecimento de línguas também era de grande utilidade: partir numa embaixada obrigava à necessidade de compreender e de se fazer compreender perante homens que não falavam a mesma língua. Desta forma, o domínio de idiomas era fundamental, nomeadamente o latim, que se revestia de especial imprescindível nas missões à cúria papal, às regiões do norte da Europa e aos reinos muçulmanos. Contudo, e apesar de frequentemente os agentes diplomáticos dominarem línguas estrangeiras, a presença de intérpretes não era dispensada (Péquignot, 2009: 217-221).

4. Instâncias de recrutamento

No que diz respeito às estratégias de recrutamento de diplomatas, como se referiu, dava-se importância a um bom currículo académico e social. Contudo, havia outros aspetos a ponderar. Os conhecimentos da situação política do momento, dentro e fora do

¹³ Bibliothèque National de France (BNF), *Mss Lat 6020*, fl. 45v-46, onde o autor indica as matérias a tratar (após uma breve introdução no fl. 45), que se encontram desenvolvidas nos fólios seguintes: 46-66.

¹⁴ Cf. fichas prosopográficas 8, 10, 17, 21, 29, 39, 43, 44a, 46, 48 e 49 para os casos relacionados com as formações na área do Direito; e fichas prosopográficas 14, 24 e 31 para os casos relacionados com a Teologia.

reino, e a forma como os indivíduos os refletiam também eram tidos em apreço. A estes aspetos há que juntar as competências na área das leis, da justiça e das línguas, nomeadamente o latim, idioma de maior difusão naquele tempo. Mas, foquemo-nos nas atividades profissionais que a maioria dos diplomatas desempenhavam na altura em que eram nomeados para uma missão diplomática.

Era no funcionalismo régio que se construíam as verdadeiras carreiras ‘profissionais’, embora umas fossem mais longas que outras. Era nesses organismos públicos que uma parte dos futuros diplomatas aperfeiçoava as suas aptidões técnicas, adquirindo, assim, renome como profissionais hábeis e capazes de executarem as inúmeras tarefas de elevada responsabilidade que lhes pudessem ser atribuídas. Alguns desses homens, após darem provas do seu grande profissionalismo, conseguiam que o poder régio os encarasse como ideais para integrarem uma embaixada (Freitas, 1999: vol.1, 180; Marinho, 2017: vol. 1: 322-325).

Estes homens eram os melhores entre os melhores e a sua escolha recaía num amplo conjunto de opções estratégicas muito bem ponderadas por parte da Coroa. Mas, esta aturada seleção de diplomatas, além de revelar estratégias também salienta a inexistência de um departamento dedicado exclusivamente àquilo que atualmente apelidamos de Política Externa.

Não estranhámos que em virtude das profundas lacunas apontadas, o rei(no) se visse forçado a procurar uma massa crítica e qualificada nos vários departamentos da Administração Central. Desta forma, a Coroa fazia-se representar internacionalmente pelos mais ilustres oficiais régios. O destaque cabia aos homens do Conselho Régio (31%), seguidos dos da Câmara (25%) e dos magistrados dos tribunais superiores (24%) (Marinho, 2017: vol. 1, 328).

Estes dados refletem não só as necessidades do poder régio, mas também as qualificações técnicas exigidas a esses homens, para um bom desempenho diplomático. Neste *entourage* encontram-se nomes como o de Álvaro Pires Vieira, indivíduo que apresentou ligações ao Conselho, à Casa da Suplicação e à Casa do Cível (Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 8). Diogo da Fonseca, conselheiro régio, que ao longo da sua atividade, ao serviço da Coroa, exerceu variadas funções associadas à Casa da Suplicação, à Casa do Cível e à Chancelaria (Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 10). O frei Gil Lobo de Tavira surge ligado à Câmara Régia até 1449, tendo sido confessor de três

reis: D. João I, D. Duarte e D. Afonso V (e mestre deste último) (Dionísio, 2001-2002: 491-515; Marinho, 2017: vol. 1, 189-190, nota 780). Por sua vez, Gomes Eanes, além de copeiro do infante D. Henrique, exerceu funções na Casa do Cível, na qualidade de Desembargador Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 17). O 1º barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira, desempenhou funções de desembargador das petições, vice-chanceler e chanceler-mor interino, no lugar de D. Fernando da Guerra (1443-1444); após ocupar aqueles cargos, é indicado como chanceler da Casa do Cível (1445-1463), e daí transitou para a Casa da Suplicação, onde permaneceu até 1473 (Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 21). Quanto a Lopo de Albuquerque, 1º conde de Penamacor, a documentação aponta que, em outubro de 1463, exercia o ofício de guarda-roupa do rei e que entre 1464-1481 fosse seu camareiro-mor Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 27). As referências acerca de Nuno Martins da Silveira, rico-homem, levam-nos a considerar que exerceu o ofício de escrivão da Puridade do infante D. Duarte, durante o tempo em que este esteve associado ao trono (1415-1431); além deste ofício também serviu a Coroa como escrivão da Puridade, vedor-mor das obras e resíduos (1415-1454/1455), vedor-mor das obras das comarcas de Entre-Tejo-e-Guadiana, Estremadura, do reino do Algarve e do castelo de Lisboa Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 42). Quanto a Rui Galvão encontrámo-lo associado ao exercício de vários ofícios: escrivão da Câmara Real (1426-1459), secretário régio (1428-1459), e escrivão da Puridade do rei D. Afonso V (possivelmente entre 1438-1459); além destas funções, ligadas à redação, também foi investido da dignidade de conselheiro régio, entre 1433-1459 Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 47). Por fim, temos ainda o exemplo de Vasco Fernandes de Lucena; este homem fez parte da Casa da Suplicação, onde foi desembargador dos agravos (1433-1479). Mais tarde surge investido como chanceler da Casa do Cível, mais concretamente entre 1481-1497 Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 49).

A presença de indivíduos provenientes da área da Justiça, nas missões diplomáticas, reflete muito bem o prestígio social que gozavam, em resultado dessas funções (Homem, 1999: 111-130; Duarte, 1999: 139; Homem, 2009). Em contrapartida, deixa bem vincada a questão da formação na área do Direito e da eloquência jurídica, que desde o século XIV passaram a assumir maior relevância ao nível das negociações internacionais (Autrand, 1969: 292). Sendo assim, compreende-se a necessidade de a

Coroa se secundar, a este nível diplomacia medieval, de uma camada social nobre e, consideravelmente, qualificada universitária e culturalmente Marinho (2017: vol. 2).

Contudo, também os homens captados na Câmara e no Conselho Régio revelaram-se determinantes para Portugal, e de igual forma para as restantes entidades políticas da Europa baixo-medieval (Beceiro Pita, 1999: 86; Ramírez Vaquero, 2005: 397; Nogales Rincón, 2012: 139). A importância dada a estas pessoas, nomeadamente os conselheiros, transparece uma maior acuidade, em destacar “a questão do saber de experiência feito, tão necessário às atividades de aconselhamento e aos cargos de supervisão política” (Freitas, 2000: 117). Estes homens eram fiéis depositários da confiança régia, pela proximidade que tinham ao monarca, o que lhes proporcionava um grande conhecimento dos ‘negócios de Estado’, nomeadamente os de carácter político-diplomático (Freitas, 2000: 111; Homem, 2015: 1061-1074). Esta tradição que vinha desde o reinado de D. Afonso III (Caetano, 2000: 311), e os seus desfechos podem ser observados em inúmeros eventos internacionais, onde os representantes diplomáticos portugueses dessa altura marcaram presença (Homem, 1990: 9-68; Ventura, 1992: vol. 1, 55 e ss; Gomes, 2012: 147-174).

Frequentemente, alguns destes homens encontravam-se relacionados com múltiplos organismos da Cúria Régia, como nos recorda Duarte de Babo. Este autor, no seu trabalho acerca dos diplomatas enviados por Portugal aos reinos ibéricos, comprova a existência de uma circulação de oficiais régios entre as diversas instituições da Administração Central baixo-medieval portuguesa (Marinho, 2017: vol. 1: 326-329). Itinerâncias deste género proporcionavam a estes homens, independentemente da sua experiência curricular, uma aprendizagem contínua, que incidiria sobre múltiplos aspetos, desde o político-social ao económico, entre outros (Vaz, 1995: vol. I, 98-99).

Assim sendo, temos o exemplo da Chancelaria Régia. Este organismo a partir do século XV passou a ter uma importância destacada em matérias de índole burocrática, tanto a nível nacional como internacional (Freitas, 2012: 23, 148, 172 e 177); e, como nos recorda Conde de Tovar, era a este órgão que estava confiada a responsabilidade de salvaguardar a correspondência portuguesa trocada com outros Estados (Tovar, 1990, doc. 3: 161-164; Freitas, 2012: 148).

Considerações finais

Como vimos, frequentemente, a Coroa fazia-se representar internacionalmente por intermédio de homens que, no geral, contavam com “longas” carreiras, associadas aos mais variados ofícios públicos. Tratavam-se de indivíduos de diversas origens e dotados de conhecimentos específicos, em áreas específicas, o que permitia e justificava a sua escolha repetida escolha, nomeadamente pela sua participação em inúmeras viagens diplomáticas anteriores e a sua proximidade à Corte. Existia, assim, um incentivo por parte da Coroa à continuidade destes homens, em parte porque ajudavam a promover e a reforçar a coesão de uma memória coletiva da qual eram fiéis depositários (Marques, 1988: 100). De facto, uma má escolha poderia acarretar consequências negativas e desnecessárias para o reino. Devido a isto, o agente diplomático deveria ser recrutado entre a elite da oficialidade Régia, respeitando uma série de fatores determinantes, visto que era “o próprio suporte internacional do poder do país que esta[va] em jogo” (Lopes, 2013: 671-672).

Contudo, e apesar do exposto, não se pode transmitir a noção anacrónica de que no Portugal quatrocentista um grupo que se identificava, somente, pela participação em missões diplomáticas. Porém, é do interesse do debate historiográfico efetuar estudos a respeito dos indivíduos que dão corpo às embaixadas, mas sempre com a devida atenção para não tornar esses protagonistas em membros de um grupo diplomático, claramente anacrónico para aquele tempo.

A este nível não podemos ignorar o eventual peso do fator financeiro, na medida em que alguns destes homens teriam que dispor de receitas próprias para subsidiar parcialmente as missões em que participavam. Este aspeto remete-nos para a questão dos marcadores de grosso trato que eram investidos na qualidade de diplomatas régios. Tratavam-se de indivíduos cujas disponibilidades monetárias contribuía, em grande medida, para o financiamento do circuito diplomático medieval, tal como Maria Lalanda apontou num estudo dedicado à “Política Externa de D. Afonso IV”, realçando, obviamente, que o peso destes homens do século XIV em nada se assemelhou ao grande dinamismo da centúria seguinte (Lalanda, 1989: 142).

Daqui se conclui que é extremamente complexo aplicar o conceito de diplomacia, na forma como hoje o concebemos, para a Idade Média sem recorrer a um anacronismo, dado que as personalidades envolvidas possuíam características que as diferenciavam.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

Todavia, havia também alguns pontos em comum; aspetos partilhados que, longe de permitirem generalizações, apenas possibilitam a confirmação da existência de elementos comuns: a formação académica, o conhecimento de línguas, as redes de contactos internacionais e a grande proximidade ao rei (o que fazia destes homens autênticos cortesãos).

Em trabalhos futuros, esperamos testar mais aprofundadamente estas ideias, desenvolvendo temáticas como a importância da rede familiar e dos exilados políticos no plano da diplomacia medieval; procurando, assim, consubstanciar exercícios de índole comparativa e teor prosopográfico, que ultrapassem a mera descrição das origens sociais ou formação académica dos envolvidos, e que permitam avanços heurísticos mais significativos.

Bibliografia:

Fontes manuscritas:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*

Biblioteca Pública de Évora, *Fundo Manizola*

Bibliothèque National de France, *Mss Lat 6020*

Fontes impressas:

COSTA, Mário Júlio de Almeida [Ed.] (1984), *Ordenações Afonsinas*, Edição facsimilada da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DINIS, Dias [Ed.], (1960-1974), *Monumenta Henricina*, XV vols., Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

FARIA, Diogo (2015), “Carta de D. João II ao duque de Alba (1483)”, *Fragmenta Historica*, nº 3, pp. 81-82.

REGO, António da Silva [Org.] (1960-1977), *As Gavetas da Torre do Tombo* (1960-1977), Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

SANTARÉM, Visconde de (1842-1860), *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, vols., 1, 3, 9 e 14, Paris, J. P. Aillaud.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

Estudos:

ARAÚJO, Julieta (2009), Portugal e Castela na Idade Média, Lisboa, Edições Colibri.

AUTRAND, Françoise (1969), “Office et officiers royaux en France sous Charles VI”, *Revue Historique*, 93^e année, tome 242, pp. 285-338.

AUTRAND, Françoise (2002), “Ambassade”, in Claude Gauvard e Michel Zink (eds.), *Dictionnaire du Moyen Age*, Paris, Press Universitaires de France, pp. 48.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1986), “Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV: 1384-1388”, in *Actas das II Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, INIC, pp. 69-101.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1988), “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”, in *Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Instituto de Estudos Ingleses da Faculdade de Letra da Universidade do Porto, pp. 213-219.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1989), “Um grande diplomata do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira”, *Anuário de Estudios Medievales*, nº 19, pp. 485-493.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1990), *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval: estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1999), “Relações castelhano-portuguesas no século XV: os exilados políticos”, in *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, vol. 3, Madrid, pp. 93-103.

BARATA, Filipe Themudo (Ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, pp. 63-70.

BECEIRO PITA, Isabel (1994), “La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465)”, in *El Poder Real en la Corona de Aragón. XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón. Vol. II. Zaragoza, Gobierno de Aragón*, pp. 441-455.

BECEIRO PITA, Isabel (1997), “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455)”, in *III Jornadas Hispano-portuguesas de Historia Medieval. La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492). Vol. II. Sevilla, Consejería de Cultura. Junta de Andalucía*, pp. 1735-1744.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

BECEIRO PITA, Isabel (1999), “La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV)”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 29, pp. 79-104.

BECEIRO PITA, Isabel (2009), “Embajadas, viajes y relaciones culturales en el mundo ibérico (1370-1460)”, in José Ignacio Iglesias Duarte (Coord.), *Viajar en la Edad Media*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 193-228.

BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (2011), “Diplomatic Relations: Portugal and the Others”, in José Mattoso (Dir.), *The Historiography of Medieval Portugal. C. 1950-2010*, Lisboa, IEM, pp. 231-259.

CAETANO, Marcello (2000), *História do Direito Português. Séculos XII-XVI. Seguida de subsídios para a História das fontes do Direito em Portugal no século XVI*, Textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da Silva, 4ª Ed., Lisboa, Verbo.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula (2010), “La diplomacia Castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la chanciería real en las embajadas regias”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 40, nº 2, pp. 691-722.

CUTTINO, George (1940), *English Diplomatic Administration (1259-1339)*, London, Oxford University Press.

DIONISIO, João (2001-2002), “Literatura franciscana no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte”, *Lusitânia Sacra*, II série, nº 13-14, pp. 491-515.

DUARTE, Luís Miguel (1989), “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra na segunda metade do século XV”, in *Actas Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. 3, Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 551-561.

DUARTE, Luís Miguel (1996), “Leonel de Lima: o bando e o barco”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 31, nº 1, pp. 371-392.

DUARTE, Luís Miguel (1999), “Órgãos e servidores do poder central: os ‘funcionários públicos’ de Quatrocentos”, in Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.), *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 133-150.

FARELO, Mário (2010), “La représentation de la couronne portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 40, nº 2, pp. 723-763.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

FARIA, Diogo (2013), A Chancelaria de D. Manuel I: contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais. Tese de Mestrado em «História Medieval e do Renascimento», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FONSECA, Luís Adão da (1986), O essencial sobre o Tratado de Windsor, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FREITAS, Judite de (1999), Teemos por bem e mandamos. A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos: 1439-1460, 3 vols. Tese de Doutoramento em «História», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Posteriormente publicada pela Editora Patrimónia, em 2001].

FREITAS, Judite de (2000), “A idade dos homens do poder: novos e velhos na burocracia de D. Afonso V (1439-1460)”, Revista Biblos, vol. 76, tomo 1, pp. 99- 117.

FREITAS, Judite de (2012), O Estado em Portugal: (séculos XII-XVI): modernidades medievais, Lisboa, Alêtheia.

GILLI, Patrick (2016), “Bernard de Rosier et les débuts de la réflexion théorique sur les missions d’ambassade”, in Stefano Andretta, Stéphane Péquignot et Jean-Claude Waquet (eds.), De l’ambassadeur. Les écrits relatifs à l’ambassadeur et à l’art de négocier du Moyen Âge au début du XIXe siècle, Publications de l’École française de Rome. Disponível em <http://books.openedition.org/efr/2907?lang=fr>.

GOMES, Rita Costa (2012), “Le conseil royal au Portugal (1400-1520)”, in Cédric Michon (Dir.), Conseils et Conseillers dans l’Europe de la Renaissance v.1450-v.1550, Rennes, Publications Universitaires de Rennes, pp. 147-174.

GUENÉE, Bernard (1981), L’Occident aux XIVe et XV^e siècles les états, Paris, Presses Universitaires de France.

HESPANHA, António Manuel (1982), História das instituições: época medieval e moderna, Coimbra, Almedina.

HILL, Mary (1961), The King's Messengers. 1199-1377. A contribution to the History of the Household, Londres, E. Arnold.

HOMEM, Armando Luís de (1990), “Conselho Real ou Conselheiros do Rei. A propósito dos «privados» de D. João I”, Revista da Faculdade de Letras, História, II série, vol. IV, pp. 9-68.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1999), “Estado Moderno e Legislação Régia: Produção e Compilação Legislativa em Portugal (séculos XIII-XV)”, in Maria Helena da

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, n.º 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.), *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo- Medievalo (séculos XIII-XV)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 111-130.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2009), “Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa: (ca. 1279-ca. 1521)” *Medievalista online*, ano 5, n.º 6, 18 pp.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2015), “De João das Regras ao Conselho Régio: os legistas na afirmação da nova dinastia”, in *D'aquém, d'além e d'Ultramar: homenagem a António Dias Farinha*, vol. 2, Lisboa, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, pp. 1061-1074.

LALANDA, M (1989), “A Política Externa de D. Afonso IV (1325-1357)”, *Arquipélago. História*. 1ª série,. Vol. 11,. Açores, pp.107-151.

LAZZARINI, Isabella (2015), *Communication and Conflict. Italian Diplomacy in the Early Renaissance, 1350- 1520*, Oxford, Oxford University Press.

LOWE, Kate (2007), “Representing Africa: Ambassadors and Princes from Christian African to Renaissance Italy and Portugal, 1402-1608”, *Transactions of The Royal Historical Society*, 6ª série, vol. XVII, pp. 101-129.

LOPES, Paulo (2013), *Um agente português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.

MAGALHÃES, José Calvet de (2005), *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo (2015), “A ação diplomática de Pedro Gonçalves de Malafaia na libertação do Infante D. Pedro de Aragão (1432): antecedentes e significados”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 46, pp. 83-96.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo (2017), *Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474). Um estudo sociodemográfico*, 2 vols, Tese de Doutoramento em «História», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), “Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Eds.), *Nova História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa.

MARQUES, José (1989), “Clérigos portugueses exilados e beneficiados em Castela Nova e na Andaluzia nos finais do século XIV”, *Revista e Ciências Históricas da Universidade Portucalense*, vol. 4, pp. 177-194.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

MENDONÇA, Manuela (1994), *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Colibri.

MIRANDA, Flávio (2012), *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, Tese de Doutoramento em «História», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane [dir.] (2017), *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*, Paris, Press Universitaires de France.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro (2010), “La Diplomacia durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias”, *Cuadernos de Historia Moderna*, vol. 30, pp. 7-40.

NOGALES RINCÓN, David (2012), “La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el periodo Trastámara (1369-1504)”, *En la España medieval*, vol. 35, pp. 121-144.

OLIVERA SERRANO, Cesar (1995), “Servicio al rey y diplomacia castellana: Don Juan Manuel de Villena (1462)”. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 25, pp. 463-488.

PARETO, Vilfredo (1974), *Le Sistemi Socialisti: a cura di Giovanni Busino*, Turim, UTET.

PÉQUIGNOT, Stéphane (2008), “Les instructions aux ambassadeurs des rois d’Aragon (XIII- XV siècles). Jalons pour l’histoire de la fabrique d’une parole royale efficace”, *Cahiers d’études hispaniques médiévales*, nº 31, pp. 17-43.

PÉQUIGNOT, Stéphane (2009), *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d’Aragon (1291-1327)*, Madrid, Bibliothèque de la Casa Velázquez.

PÉQUIGNOT, Stéphane (2011), “Les diplomaties occidentales, XIII^e-XV^e siècles, dans les relations diplomatiques au Moyen Âge”, *Formes et enjeux*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2011, p. 47-66.

QUELLER, Donald (1967), *The Office of Ambassador in the Middle Ages*, Nova Jersey, Princeton University Press.

RAMIREZ VAQUERO, Eloísa (2005), “Estrategias diplomáticas de rey de Navarra en el tránsito al siglo XV”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, Gobierno de Navarra/Departamento de Cultura y Turismo/Institución Príncipe de Viana, pp. 373-422.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7_2a2

RAMOS, Manuel (2006), *Orationes de Jean Jouffroy em favor do Infante D. Pedro (1449-1450). Retórica e Humanismo cívico*. Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAMOS, Manuel (2015), “O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado de Borgonha”, in *Revista da Faculdade de Letras — História*, IV série, vol. 5, pp. 23-36

SANTOS, Maria Alice Pereira dos (2015), *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*, Tese de Doutoramento em «História», Lisboa, Universidade Aberta.

SOUSA, Armindo de (1990), *As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490*, 2 vols., Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto.

SOUSA, Armindo de (1995), “1325-1480”, in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol.2, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 263-458.

TOVAR, Conde de (1990), *Estudos Históricos. Subsídios para a História Portuguesa*, vol. 3. Lisboa, Academia Portuguesa da História.

VAZ, Vasco Rodrigo dos Santos Machado (1995), *A boa memória do monarca. Os escritórios da Chancelaria de D. João I (1395-1433)*, 3 vols., Tese de Mestrado em «História Medieval», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VENTURA, Leontina (1992), *Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 1. Tese de Doutoramento em «História Medieval», Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VIGIL MONTES, Néstor (2016), “João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfis de eclesiástico diferentes en los primeros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407)”, in Hermínia Vilar e Maria João Branco (Eds.), *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Ed. Évora, CIDEHUS, pp. 129-146.

VILLANUEVA MORTE, Concepción (2015), “La correspondencia diplomática entre los embajadores del ducado de Milán y la corte de los reinos hispánicos en la segunda mitad del siglo XV”, in *Dossier la sociedad cortesana en la Península Ibérica (siglos XIV-XV): fuentes para su estudio*, Casa de Velasquez, pp. 143-166.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (2010), “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 40, nº 2, pp. 791-819.

Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social?

From testamentary pensions of the infanta D. Maria (1521-1577) to pensioners: friendship, charity or social status?

Des subsides testamentaires de l'infante Maria (1521-1577) aux bénéficiaires: l'amitié, la charité ou le statut social?

De las mercedes de la infanta D. Maria (1521-1577) a los agraciados: amistad, caridad o condición social?

Ana Isabel Alves Lopes

Mestranda em História e Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
lopes.ana.666@gmail.com

Sumário: Este artigo tem como objetivo compreender qual foi o critério utilizado pela infanta D. Maria (1521-1577) para a atribuição das suas tenças testamentárias: amizade, caridade ou estatuto social, através da análise do «rol dos criados a serem contemplados com tenças testamentárias da infanta D. Maria, 1577». Pretende-se entender se existiu, por parte da «princesa mais rica da Cristandade» uma uniformização dos valores de tença atribuídos, bem como se esta homogeneização se deve à integração num grupo socioprofissional ou se é uma questão puramente sentimental e de proximidade à princesa.

Palavras-chave: Infanta D. Maria; Tenças; Clientela.

Abstract: This article intend to understand what was the criterion used by infanta D. Maria (1521-1577) to give her testamentary pensions «tenças»: friendship, charity or social statement, through the analysis of the «roster of servants to be contemplated with testamentary pensions of the Infanta D. Maria, 1577». This essay will try to ascertain if «the wealthiest princess in Christendom», proceeded in a standardizing manner when giving out the different pensions, as well as if that was due to a question of a net of proximity to the infanta in life.

Keywords: Infanta D. Maria; Pensions; net of dependents.

Résumé: Cet article vise à comprendre quel était le critère utilisé pour l'Infanta D. Maria (1521-1577) pour assigner leurs subsides testamentaires («tenças»): l'amitié, la charité ou le statut social, à travers l'analyse du « rôle des serviteurs à envisager avec les subsides testamentaires de l'Infante D. Maria, 1577 ». Il est destiné à comprendre s'il existait, pour la part de «la princesse plus riche de la Chrétienté », une normalisation des valeurs assignées, ainsi que si cette homogénéisation est due à l'intégration dans un groupe socio-professionnel ou s'il s'agit d'une question purement sentimentale et de proximité de la princesse.

Mots clés: Infanta D. Maria; Subsides; Clientèle.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender qual fue lo critério utilizado por la infanta D. Maria (1521-1577) para su atribución de sus merced testamentarias («tenças»): amistad, caridad o estatuto social, a través del análisis del «rol de los criados a ser contemplados con mercedes testamentarias de la infanta D. María, 1577». Se intenta descubrir se ha existido, por parte de la «princesa más rica de la Cristandad» una uniformación de los valores de mercedes concedidos, y aún se essa homogeneidad se debe a la integración en un grupo socioprofesional o se és una cuestión sentimental y de proximidad a la princesa.

Palabras clave: Infanta D. Maria; Mercedes; Clientela.

Durante o Antigo Regime, o ato de servir alguém confirmava uma situação de dependência e era considerado um «ato social total». Esse estado tinha implicações económicas e culturais, estendia-se a «laços de afetividade, lealdade e fidelidade», como

refere Fernanda Olival (2008: 389), e obedecia a uma lógica clientelar, que se materializava, por exemplo, segundo Ângela Barreto Xavier e de António Manuel Hespanha (Xavier et al., 1993: 381), na obrigatoriedade de conceder mercês aos «mais amigos». Do lado inverso, o ato de dar era, segundo estes autores (Xavier et al., 1993: 388), «um importante investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais, ou a uma estratégia de diferenciação social».

Este desenrolar de poderes informais e o amplo espectro por que eram pautadas as relações sociais exigem que se leve em conta a «economia moral» do dom na época moderna, como apontam Ângela Barreto Xavier e de António Manuel Hespanha (Xavier et al., 1993: 381). Estes historiadores (Xavier et al., 1993: 381) afirmam que estas formas de ordenação social informal condicionavam as representações e as práticas sociais.

Porém, o benefício de se estar associado a alguém não detinha apenas uma dimensão meramente económica: a definição dos limites do seu montante era complexa. Esta indefinição do «montante da dádiva instituíu um campo indefinido de possibilidades de retribuição», tornava necessário o acrescentamento de algo ao valor recebido, acionando «um contínuo reforço económico e afectivo dos laços que uniam subordinada a uma estratégia de ganhos simbólicos» criada «sobre os actos de gratidão e serviço», como indicam Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha (Xavier et al., 1993: 382). E para Mafalda Soares da Cunha (2000: 146) o montante entendido e as modalidades concretas de satisfação desses serviços eram avaliadas subjetivamente, podendo gerar-se, eventualmente, situações de conflito.

A generalização da prática dos titulares concederem foros para satisfazerem os serviços dos fidalgos da sua casa é desconhecido, podendo tal remontar-se à Idade Média, como refere João Cordeiro Pereira (1999: 323). No século XV, os filhamentos, acrescentamentos e foros de nobreza já vigoravam na casa de Bragança e, relativamente à casa de D. Manuel, duque de Beja, conhecem-se livros de registo de criados, nos diversos foros, e pagamentos de moradias e casamentos.

Porém, não se deve confundir remuneração e satisfação de serviços, segundo Mafalda Cunha (2000: 129-130). A autora (2000: 142) expõe que os beneficiados domésticos não remunerados com ordenados acabavam por ver os seus serviços recompensados. A remuneração abrange «pagamentos regulares e fixados contratualmente que abrangiam quer os desempenhos cortesãos quer os do setor

administrativo, onde se incluíam as moradias, os ordenados, as mercês ordinárias e o «partido». Tendo em conta o conteúdo do rol de tencionários, aplica-se o segundo conceito.

No que concerne à modalidade de tença, Mafalda Soares da Cunha (2000:141) indica que as tenças eram uma das mercês que «podiam ser concedidas ao abrigo da liberalidade senhorial», tendo sido dadas no âmbito do exercício de serviços domésticos, seguindo-se-lhe os jurídicos. Rui de Abreu Torres (1963-1971) define tença como pensão com que se remuneravam serviços, podendo ser temporária ou vitalícia. Este sistema opunha-se ao juro, que era transmitido aos herdeiros daqueles a quem fora dado. O título de uma tença era denominado de padrão, documento registado nos livros das chancelarias.

Posto isto, neste texto procura-se tentar compreender qual foi o critério que esteve na mente da infanta D. Maria, aquando da elaboração do rol de tencionários de 1577. Esta lista, ao contrário das listas anteriores, seria o último rol, mandado escrever pela «sempre-noiva» e a última prova de gratidão para com os seus criados, aos que lhe prestaram serviços ou estiveram presentes na sua vida. Neste sentido, julgou-se importante perceber qual o principal denominador comum da ligação da testamentária aos tencionários: seriam sobretudo as relações de amizade estabelecidas em vida? Ou pretendia, através da concessão de tenças, estabelecer uma ação de caridade e garantir a salvação eterna? Ou, ainda, se a atribuição destas compensações monetárias teve em conta o estatuto social do tencionário, comparando a sua situação com a dos restantes indivíduos envolvidos?

Mas antes de mais, é necessário esclarecer os denominadores em análise: «amizade», «caridade» e o entendimento de «estatuto social» durante o Antigo Regime.

Amizade, segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha (Xavier et al., 1993: 382, 385), tem uma vasta amplitude semântica, abrangendo relações desiguais, filiais ou de pura amizade. Todavia, é no conceito de amizade desigual, discutida por Aristóteles, que estes autores se apoiam: a *amicitia* «conceptualiza os laços políticos entre pessoas», podendo derivar em relações do tipo clientelar, obrigando-se os indivíduos a uma reciprocidade para concretizarem intenções políticas individuais ou estruturarem alianças políticas socialmente mais alargadas, com objetivos mais duráveis. Já Ilana Bem-Amos (2008: 75, 77) escreve que o conceito de «amigos» também podia denotar relações específicas e selecionadas que surgiam durante o estabelecimento destas conexões (favoritismo familiar, companhias íntimas ou aliados próximos e de confiança).

Em segundo lugar, a caridade fazia parte do poder, inserindo-se na «liberalidade» a que estavam obrigados os membros das elites. A sua prática pressupunha «um ganho de capital escatológico, social ou político, inscrevendo-se em teias de relações sociais complexas e prolongadas no tempo», como diz Isabel dos Guimarães Sá (2002: 307-308). Acerca da caridade que é praticada na morte, Ilana Bem-Amos (2008: 311) demonstra que, nestes momentos, a ligação de reciprocidade beneficiava os laços mais fortes, focando-se mais nos familiares e amigos.

Concomitantemente, deve-se entender a «importância do estatuto social nas lógicas de caridade», como já demonstrou Isabel dos Guimarães Sá (2002: 311) e cuja abordagem também se pretende neste artigo. Esta autora revela que em «sociedades particularmente atentas às subtilezas da manutenção do estatuto social», a caridade procurava amparar as pessoas que, apesar da sua condição elevada, «resvalavam para situações de pobreza devido às mais variadas adversidades». Assim, estes membros da sociedade eram ajudados, sigilosamente, ao nível doméstico, tentando evitar-se que estes pobres diminuíssem a sua posição superior.

Em terceiro lugar, o estatuto social no Antigo Regime, segundo João Cordeiro Pereira (1999: 316), baseava-se em valores simbólicos e a proximidade da pessoa real indicava a posição social e hierárquica de cada indivíduo. O mesmo autor (1999: 317) elucida que, segundo a lógica das sociedades europeias do Antigo Regime era natural a desigualdade dos homens. Porém, «a plasticidade social e a possibilidade de mudança de estado e condição estavam abertas», desde que o rei assim entendesse e o comportamento individual a isso desse azo, como refere Joaquim Romero de Magalhães (1993: 494-495). Não obstante, como declara João Cordeiro Pereira (1999: 323), o êxito dependia, sobretudo, do enquadramento familiar e social e das casas titulares onde se inseriam os indivíduos. Assim, o mesmo autor (Pereira, 1999: 317) revela que ao nível da concessão de mercês, justificava-se o que na época se designava por justiça distributiva, sancionando e assegurando a manutenção dos diferentes estatutos nesta sociedade de ordens e que aqui se pretende desenvolver.

Para o desenvolvimento deste estudo, as fontes a utilizar são o testamento escrito por D. Maria em 1577 (recorrendo-se à impressão de 1610¹) em que se pretende tentar compreender o porquê da elaboração deste rol de tenças. De igual modo, e de importância

¹ *Treslado do testamento da iffante, que deos tem*, (1610), (TT), Lisboa, Antonio Alvarez.

Ana Isabel Alves Lopes – Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social? – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 31-48 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a3

vital, o rol dos criados tencionários de 1577, publicado por Carla Alferes Pinto (1996) na sua tese de mestrado. E, ainda, recorrer-se-á às moradias, também publicadas pela autora referida anteriormente, para se verificarem as diferenças e semelhanças com outros documentos que mantêm estas redes clientelares.

Apesar de as tenças testamentárias já terem sido alvo de estudo, Gomes de Brito (1907-1908) abordou-as numa perspetiva de evolução e de ações corruptas. Procurou também caracterizar, mediante biografias, os indivíduos envolvidos.

De forma a averiguar qual das hipóteses melhor se enquadra neste contexto (amizade, caridade ou estatuto social) e deslindar o problema em questão é necessário concluir se houve grupos mais visados do que outros e o porquê desse facto. Igualmente, pretende-se compreender se os valores atribuídos se prendem com a importância do serviço, em termos hierárquicos, ou em termos pessoais para a testamentária.

A 18 de julho de 1577, segundo Paulo Drumond Braga (2012: 126), a Infanta redigia o seu testamento, tendo estado durante longos meses doente. Um mês e meio volvidos, a 31 de agosto, a princesa (TT, 1610: 15-15v) escreveu o codicilo deste testamento. Provavelmente, o processo de definição dos beneficiários das tenças começou a ser esboçado por estes meses.

Neste âmbito, as próprias palavras da testadora têm relevância. A infanta (TT, 1610:2) referiu, em relação às tenças o seguinte: «& assi tambem ficarem as Tenças em vida de quem as tem, não todas, senão conforme ao Rol de fora de fora por mim assinado». No seu rol das tenças, a infanta começa por escrever o seguinte: «Rol que mandey fazer de meus criados E criadas E/offiçiaes pello qual quero que ajão as *Satis*/fações se seus seruiços conforme a hua Verba/ de meu testamento en *que* me rrefiro a elle e pellas/ declarações aqui feitas tirarão seus padrões/ e pouisões neçessarias pera seus/ paguamentos depois De meu/faleçimento/», Pinto², para na cláusula (TT, 1610: 2) deixar esclarecido que ««& assi tambem ficarem as Tenças em vida de quem as tem, não todas, senão conforme ao Rol de fora de fora por mim assinado»».

O rol de tenças, ao contrário dos róis de moradias, enumera um novo conjunto de pessoas, ou seja, das 109 pessoas presentes no rol de tenças de 1577, apenas 7 não são uma novidade. Ana de Lomano, (Pinto, 1996: vol. II, 88, 92, 94,103-104,106-107, 109-

² *Rol dos criados a serem contemplados com tenças testamentárias da Infanta D. Maria, 1577* in PINTO, Carla Alferes (1996: vol. II, pp. 134).

110, 119), o sapateiro António Rodrigues (Pinto, 1996: vol. II, 98, 108, 123), Cristóvão Tavares (Pinto, 1996: vol. II, 127), Joana da Costa (Pinto, 1996: vol. II, 120), João Fernandes (Pinto, 1996: vol. II, 129), João Rodrigues (Pinto, 1996: vol. II, 126) e Sebastião Álvares (Pinto, 1996: vol. II, 127) surgem nos róis de moradias da infanta D. Maria. E que ilações podem ser retiradas? Porventura, alguma das figuras que surgem nos primeiros róis da década de 20 do século XVI já teriam falecido e já não são mencionados ou, por outro lado, são os seus filhos, que não fazendo parte da casa da infanta é que recebem a mercê e por isso o seu nome é uma novidade. Também se pode considerar, que o facto de não serem nomeados pode significar que a infanta enquanto viveu já os recompensou e aqueles que são nomeados no rol de tenças, por terem acompanhado sempre a infanta, mas nunca reconhecidos neste tipo de documentação em análise, são recompensados, talvez com “juros”, em morte.

Por outro lado, como existe um intervalo de sete anos entre o último rol de moradias conhecidas e o rol de tenças de 1577, pode significar que surgiram também novas figuras na casa de D. Maria. Em quarto e último lugar, também não se pode esquecer a natureza dos róis de moradias. Como refere, João Cordeiro Pereira (1999: 296-297), ao longo do século XVI, o valor das moradias desatualizou-se e foi perdendo a função inicial de sustentar os cortesãos, bem como apenas diferenciava a antiguidade e qualidade de sangue. E neste sentido, as casas senhoriais foram dando preferência à «oferta de ofícios, proventos, tenças, honras».

Agora, atente-se, aos distintos sistemas remuneratórios contidos no rol de tenças de 1577 que foi possível esmiuçar.

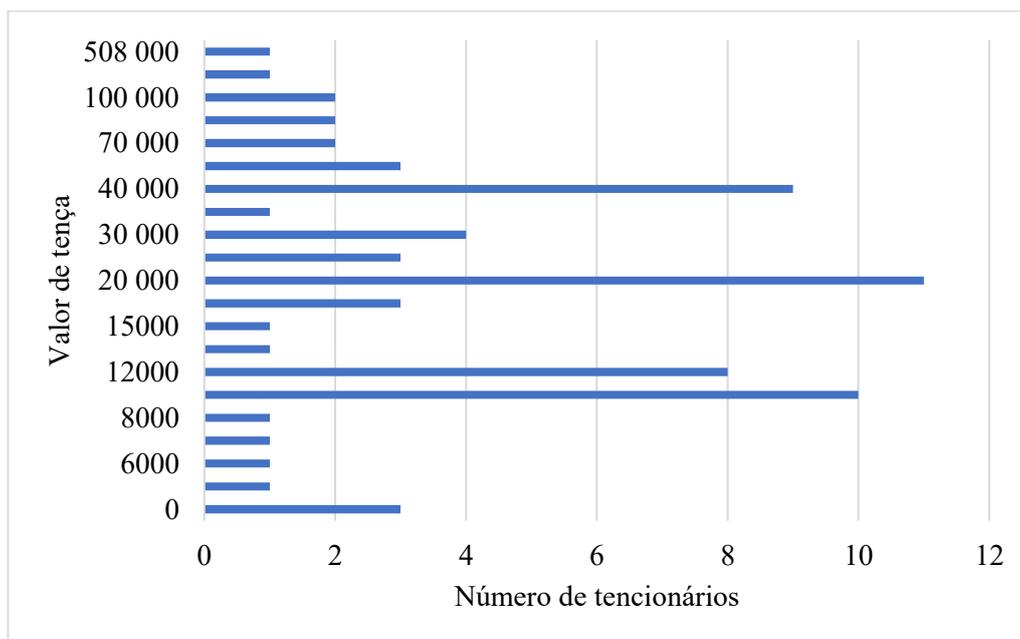
Tabela 1- Sistema remuneratório e respetiva distribuição

Sistema remuneratório	Distribuição	Valor (réis)
Tença	71	2 466 240
Pagamento	28	3 798 000
Dote	22	7 041 000
Mercê	5	410 000
Ordenado	1	120 000
Total	127	13 835 240

Fonte: (Pinto, 1996: vol. II, 134-147).

Como está evidenciado na tabela 1, são as tenças (71) o sistema remuneratório a que a infanta mais recorreu. Porém, esta categoria apenas surge em terceiro lugar, quanto ao valor despendido.

Gráfico 1- Número de tencionários por valor de tença atribuído



Fonte: (Pinto, 1996: vol. II, 134-147).

Conforme descrito no gráfico 1, o valor mais baixo concedido é de zero réis, com que 3 pessoas foram recompensadas. O valor mais alto são 508 000 réis, atribuído a Constança de Gusmão. Relativamente aos restantes valores: 10 pessoas viram-se agraciadas com 10 000 réis de tenças, 11 pessoas receberiam 20 000 réis e 9 pessoas, respetivamente, 40 000 réis. Simultaneamente, o intervalo entre o valor mais baixo e o valor mais alto é bastante elevado, o que indica que há uma evidente classificação de importância dos serviços fornecidos por diferentes pessoas e ofícios no sistema cortesão. No mesmo sentido, o facto de o valor mais elevado ser de 508 000 réis e de o seguinte ser de 200 000 réis, indica claramente uma distinção. Os 508 000 réis foram entregues a Constança de Gusmão, camareira-mor, e os ditos 200 000 réis a João de Mendonça, vedor da fazenda, cujo ordenado foi convertido em tença (Pinto, 1996: vol. II, 138). Evidencia-se, talvez, uma proporcionalidade de gratidão quanto ao serviço, bem como à tradição

familiar no serviço, porque como demonstra João Cordeiro Pereira (1999:277), estamos perante uma sociedade, cuja superioridade ou inferioridade do indivíduo se baseava «na estima que a comunidade atribuía a determinadas funções e ao sangue».

Às tenças seguem-se os pagamentos (28) e surgem em segundo lugar nas verbas destinadas. Os valores variam entre zero e 800 000 réis apresentando frequências de 1, 2 ou 3 casos. Domingos Leitão, embaixador da infanta em França, recebeu o valor mais baixo, os ditos zero réis, (Pinto, 1996: vol. II, 139), e Constança de Gusmão (Pinto, 1996: vol. II, 134) e Ana Pais (Pinto, 1996: vol. II, 136), representada no esquema 2 (**Ver Apêndice**), receberam o valor mais alto. Nesta modalidade, o cargo mais frequente são os membros de câmara (11), seguidos dos oficiais mecânicos (sapateiro (Pinto, 1996: vol. II, 143) e regueifeira, (Pinto, 1996: vol. II, 137)). Esta evidência justifica-se, novamente, pelas palavras de João Cordeiro Pereira (1999: 317), que esta era a base da justiça distributiva, como já foi referido anteriormente.

Os dotes surgem em terceiro lugar (22), para os quais foram destinadas quase metade das verbas. As tenças e os dotes beneficiaram filhos dos serviçais, um dado comprovado por Mafalda Soares da Cunha (2000: 144), muitos dos quais seguiram carreiras eclesiásticas ou monástica (neste caso 5 recetores de dote), tendo sido, sobretudo, os indivíduos do sexo feminino as mais congratuladas. Como refere Fernanda Olival (2003:751), no século XVII, era concedida às mulheres a titularidade da mercê por serviços de pais, irmãos ou por herança da ação. Por outro lado, segundo Isabel dos Guimarães Sá (1997: 32), às donzelas, os testamentos passaram a reservar-lhes bens para a constituição dos dotes de casamento, não se revendo nesta situação a pobreza, «mas com a manutenção de um estatuto social», como se verifica que nos primeiros testamentos régios.

Por fim, em quarto lugar surgem as mercês, com uma distribuição bastante reduzida. Por duas situações, foram entregues mercês no valor de 20 000 réis, tendo os três valores seguintes uma distribuição singular. O valor mais baixo é entregue a dois reposteiros, Luís Antunes e Marco Simões (Pinto, 1996: vol. II, 143). Gaspar Homem recebe 30 000 réis (Pinto, 1996: vol. II, 144), Mestre Carlos recebe 40 000 réis, por vir de Coimbra até Lisboa (Pinto, 1996: vol. II, 146), e Pedro de Meneses, alcaide-mor de Viseu, recebe 300 000 réis (Pinto, 1996: vol. II, 134). Não é estranho que este último ocupe este lugar, já que, o cargo e local da alcaidaria são caros à infanta, uma vez que é senhora de Viseu

(Vale 1962: 165-196).

Tabela 2- Valor de mercê, segundo o número de congratulados e o restivo cargo

Mercê (réis)	Congratulados	Cargo
20 000	2	Reposteiro
30 000	1	Embaixador
40 000	1	Físico
300 000	1	Alcaide-Mor

Fonte: (Pinto, 1996: vol. II, 134-147).

Em último lugar, regista-se um único ordenado pago a Paulo Afonso, cónego e desembargador da Casa da Suplicação, que auferia 120 000 réis (Pinto, 1996: vol. II, 146). Relativamente ao ordenado, Mafalda Soares da Cunha (2000:132) defende que «o dever moral da liberalidade do senhor relativo aos serviços prestados ficava parcialmente inibido», já que a «satisfação dos seus serviços se fazia em simultâneo com o seu desempenho».

Foram registados 127 pagamentos, conforme a tabela 1. Contudo, só existem 109 indivíduos anotados. Como se comprova pelo caderno e como já apontou Mafalda Soares da Cunha (2000:135), estas diversas modalidades remuneratórias podiam ser acumuladas por um mesmo criado e, embora em menor número, até mesmo com tenças.

Foram assentados 41 valores totais distintos, daí que se torne inviável colocar algo que os sumariasse, bem como às 109 pessoas a quem foram entregues. Foram registadas quatro pessoas que receberam um valor total de zero réis (Bernardim Alte da Silva (Pinto, 1996: vol. II, 139), Domingos Leitão (Pinto, 1996: vol. II, 139), Helena Mendonça (Pinto, 1996: vol. II, 138) e a esposa de Vasco da Silveira (Pinto, 1996: vol. II, 139)). No sentido oposto, o valor total mais elevado é o de Constança de Gusmão que levou cerca de 10% de todo o valor do caderno, cerca de 1 308 000 réis. Verificaram-se 9 casos em que não foi possível conhecer-se os valores atribuídos. O valor total mais registado foi de 20 000 réis, atribuídos a 11 pessoas, seguido do de 10 000 réis a 10 indivíduos e 40 000 réis a 9 sujeitos. Registaram-se 5 situações cujos valores são iguais ou superiores a 1 000 000 de réis, gerados sobretudo pela atribuição do sistema remuneratório de dote ou de simples

pagamentos.

Assim, o que parece estar patente na atribuição de recompensas é uma equação das três variáveis. A testamentária procurou contemplar todos os seus criados, bem como familiares destes. Procurou que aqueles que a rodearam em vida recebessem o merecido, bem como continuar com as suas ações de caridade, nomeadamente através da conceção de valores considerados elevados para o seu estatuto, comparativamente com outros funcionários, como forma de os amparar socialmente. Por sua vez, a Infanta procurou equacionar, simultaneamente, o valor atribuído, não desconsiderando o estatuto social.

Carla Alferes Pinto (1996: 162) já havia notado que no título das tenças escrito pela própria infanta se encontram nomes que a acompanharam ao longo de toda a vida, bem como (Pinto, 1996: 61) alguns dos ofícios prestados nos Paços de Santa Clara, à data da sua morte: «moços de estrebaria, confeiteiros, cozinheiros e copeiros, físicos e boticários, pessoal administrativo com variadas funções, enfermeira das damas e sirgheiro». É assim notório a capacidade e a vontade da infanta em ter um séquito bastante completo, que a servissem em todas as tarefas. Para além de ser uma questão necessária e estatutária, era também uma honra servir a filha, a irmã ou tia-avó de um rei. Henrique de Avelar (1960: 9) justifica que, durante a segunda metade do século XVI, a par do luxo de trajar, o luxo dos criados foi moda.

Nas palavras de João Cordeiro Pereira (1999: 295), no século XVI, houve um crescimento desmesurado do número total de moradores. Nas listagens de moradores do século XV surge apenas gente nobre, contudo, na centúria seguinte, esta documentação já abrangia a quase totalidade dos oficiais, dignatários e servidores do paço. O autor acrescenta ainda que «exceptuando-se os que exerciam ofícios palatinos ou ali detinham funções específicas, a larguíssima maioria não estava, nem tinha de estar na corte». Assim, como se pode observar no rol de tenças testamentárias, todas as ordens sociais e membros não pertencentes (escrava) estão presentes na concessão das mercês. Contudo, não se pode ignorar que a nobreza continua a ter uma representação preponderante neste tipo de documentação, como se pode observar na tabela 3, porque como afirma João Cordeiro Pereira (1999: 295), era na corte que se «faziam as amizades» e estabeleciam-se fidelidades que podiam ser bastante proveitosas para as carreiras dos cortesãos.

Tabela 3- Número de tencionários por ordem social

Ordem social	Distribuição
Nobreza	75
Povo	14
Clero	10
Desconhecido*	9
Sem ordem**	1
Total	109

Fonte: (Pinto, 1996: vol. II, 134-147). *«desconhecido», todos os indivíduos cuja ordem social não é referida no documento, nem, após pesquisa, foi possível enquadrá-los na hierarquia social; ** «Sem ordem», entende-se a escrava a quem foi atribuída mercê e que não era considerada parte da estrutura social do Antigo Regime.

Todavia, tal como Mafalda Soares da Cunha (2000: 144) percebeu em algumas tenças, com uma componente graciosa, possibilitava-se a sua atribuição a estranhos à casa senhorial. Seguindo esta linha de pensamento, foram poucos os casos em que isto se verificou. Excluindo as pessoas para as quais não foi possível atribuir uma função ou cargo (24), os tencionários em maior número faziam parte da casa da infanta, seguindo-se os clérigos e os homens e mulheres de ofícios. Do mesmo modo, encontram-se os oficiais da administração dos seus bens e do reino, da sua fazenda, da sua cozinha. Depois seguem-se outras pessoas, que na sua maioria, eram funcionários da infanta.

Os membros de câmara são aqueles cuja função é a mais agraciada. Porém, entre estes há claras distinções. O valor mais baixo entregue é de 10 000 réis, a António Rodrigues, homem de câmara (Pinto, 1996: vol. II, 144). O valor mais elevado, 1 206 000 réis, é entregue a Ana de Mendonça Pinto (Pinto, 1996: vol. II, 135), esposa do alcaide-mor de Tomar e casada em primeiras núpcias com o reposteiro-mor de D. Sebastião, como constatou Frei Miguel Pacheco (1675: 93v) e Nuno Borrego (2002: 10, 549). No que concerne aos seis escrivães nomeados no rol de tenças de 1577, três deles recebem o mesmo valor. Ao escrivão da cozinha, ao escrivão da câmara e ao escrivão da fazenda, D. Maria atribui-lhes 40 000 réis. Porém, um terço recebe um valor inferior e um outro indivíduo recebe um valor superior. Ao escrivão da cozinha são atribuídos 50 000 réis (Pinto 1996: vol. II, 140), 20 000 réis a um escrivão da câmara (Pinto, (1996: vol. II, 140) e 12 000 réis a um escrivão da chancelaria (Pinto, 1996: vol. II, 142).

Catarina Anrulha, regueifeira, e António Rodrigues, sapateiro, parecem ter um papel mais preponderante, em relação a outros indivíduos. Estes recebem 52 000 réis. Já

Ana Isabel Alves Lopes – Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social? – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 31-48 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a3

dois pajens recebem 25 000 réis, Jerónimo Silva e Manuel Mendonça (Pinto, 1996: vol. II, 138), tal como Fernão Silva, alcaide-mor de Silves (Pinto, 1996: vol. II, 138).

Relativamente à variável caridade, Isabel dos Guimarães (2002: 307-308) que aquele que praticava a caridade, procurava em primeiro lugar os ganhos espirituais, aproximando «o crente de Deus», potenciando, assim, a oportunidade de salvação eterna.

D. Maria concedeu 16 000 réis a um órfão, Agostinho (Pinto 1996: vol. II, 144) e 40 000 réis a uma enjeitada de dote, de seu nome Marta (Pinto, 1996: vol. II, 136), criados nos Paços de Santa Clara, procurou promover através destes dois exemplos, ações de caridade e fazê-los ingressar na vida monástica, zelando pela integração destes elementos na ordem sexual e religiosa da época, como aponta Isabel dos Guimarães Sá (2002: 305).

Nesta linha, e ao contrário dos outros seus escravos alforriados (Pinto, 1996: vol. II, 162-163) e compensados com tenças e dotes, variáveis quanto ao género e raça (TT 1610: 4v), Ana Portocarreiro, apenas recebeu 80 000 réis (Pinto, 1996: vol. II, 137). Ou seja, pode-se supor, que ao contrário dos dez indivíduos alforriados em carta própria, o estatuto desta escrava era singular. Possivelmente, para não lhe ser atribuído um dote, mas sim um pagamento, a idade era já avançada.

Concomitantemente, a proximidade, o estatuto e a tradição de serviço transformavam-nos nos maiores beneficiários das mercês, algo também já verificado por Mafalda Soares da Cunha (2000: 147). Assim sendo, é facilmente compreensível que Constança de Gusmão fosse a maior beneficiária. Se por um lado, o cargo de camareira-mor era, hierarquicamente, o mais elevado, por outro, era um cargo já cumprido há décadas e transmitido pela sua mãe, D. Joana de Blasfet, como refere Carla Pinto (1996: 60). Assim, a infanta D. Maria e Constança de Gusmão foram educadas de forma bastante próxima por D. Joana de Blasfet e por D. Francisco de Gusmão. Igualmente, também não é de admirar o facto de a Infanta D. Maria conceder tanta responsabilidade a D. Constança, incumbindo-a de atribuir a determinados funcionários o seu quinhão de tença.

Ao mesmo tempo, também se torna compreensível perceber porque é que «a princesa mais rica da Cristandade» atribui a vários membros da família de D. Constança várias tenças e o dote à neta (Pinto, 1996: vol. II, 158). Atente-se à árvore genealógica abaixo e vejam-se os tencionários desta família, no esquema 1 (**Ver Apêndice**).

A Infanta reconheceu, igualmente, o seu sapateiro António Rodrigues (Pinto, 1996: vol. II, 143). Como já revelou Carla Alferes Pinto (1996:125), este era já era sapateiro da

infanta desde 1527 (a infanta tinha apenas 6 anos) e a cada três meses eram encomendados ao oficial mecânico 13 pares de sapatos. Porém, também se sabe que poucos anos depois de a infanta falecer, o sapateiro teria o mesmo destino que a princesa, em janeiro de 1581 (Pinto, 1996: vol. II, 149). Por outro lado, a concessão de tenças vai ao encontro dos processos de nobilitação levados a cabo por D. João III, e já identificados por Fernanda Olival (2002). Tal como já efetuado pela Coroa nas décadas anteriores, D. Maria valoriza os serviços prestados por recém nobilitados. A testamentária atribui à família de Bernardim Esteves de Alte, nomeadamente ao seu filho Cristóvão Esteves de Alte (Pinto, 1996: vol. II, 139), à sua neta (Pinto, 1996: vol. II, 139) e Bernardim Alte (Pinto, 1996: vol. II, 139), filhos deste último, e a Ana Pais (Pinto, 1996: vol. II, 136), tia de Bernardim e ao seu genro, António da Gama (Pinto, 1996: vol. II, 139) (**atente-se no esquema 2, Ver Apêndice**). A geografia da atribuição de tenças não se limita apenas ao espaço geográfico português. A castelhana Teresa de Zuñiga y Sotomayor, duquesa de Arcos, recebeu de tença 36 000 réis (Pinto 1996: vol. II, 137), o que confirma a convivência da corte portuguesa com a congénere espanhola, que marcou, quer a Idade Média, quer a Época Moderna. Conforme referido anteriormente, através da concessão deste sistema de remuneração, a infanta também procurou reduzir possíveis conflitos. Exemplo paradigmático desta ação evidenciou-se com a concessão de 1 190 000 réis (800 000 réis de dote e 390 000 réis em pagamentos) a Afonso de Portugal, conde de Vimioso (**também representado no esquema 1, sendo cunhado de D. Constança de Gusmão, Ver Apêndice**) (Pinto, 1996: vol. II, 138).

Em 1557, o nobre acompanhou a infanta a Badajoz para se encontrar com a mãe, D. Leonor e alegou que para o efeito despendeu de muito do seu tesouro. D. António Caetano de Sousa (1946-1955: X, 406-407) revela ainda que o cortesão se fingiu de doente para não ir na deslocação e só após muitos esforços de D. Catarina de Áustria é que foi convencido. Contudo, o mesmo autor (1946-1955: X, 406-407) revela que lhe foram concedidas, pela Coroa, variadas mercês depois de acompanhar a Infanta. Vinte anos decorridos, o conde de Vimioso, por intercessão de Frei Gonçalo, confessor da infanta, tentar obter algo mais agradecimentos, sabendo das debilidades de saúde e da preparação do testamento, como revela a infanta no seu testamento (TT, 1610:14-14v). Neste mesmo documento, a infanta (TT, 1610:14-14v), afirma, tacitamente, no seu testamento que não deixa nada ao conde, exceto a remuneração incluída no rol de 1577 e

contesta esta atitude do conde, já que já lhe tinham sido concedidos o seu dote de casamento e outras mercês e pagamentos.

Não obstante, o esclarecimento desta matéria tornar-se-ia mais elucidativo se se tivesse acesso a outro tipo de documentação. Cartas particulares, esboços daquilo que viria a ser o caderno definitivo ou até vários cadernos anteriores a este de 1577 revelariam informação mais consistente. A documentação particular destes membros da corte poderia, igualmente, transparecer quais foram as reações dos indivíduos, citados no rol de tenças, ao valor atribuído, bem como as mudanças e correções efetuadas e influências a que a infanta esteve sujeita até à redação final do caderno.

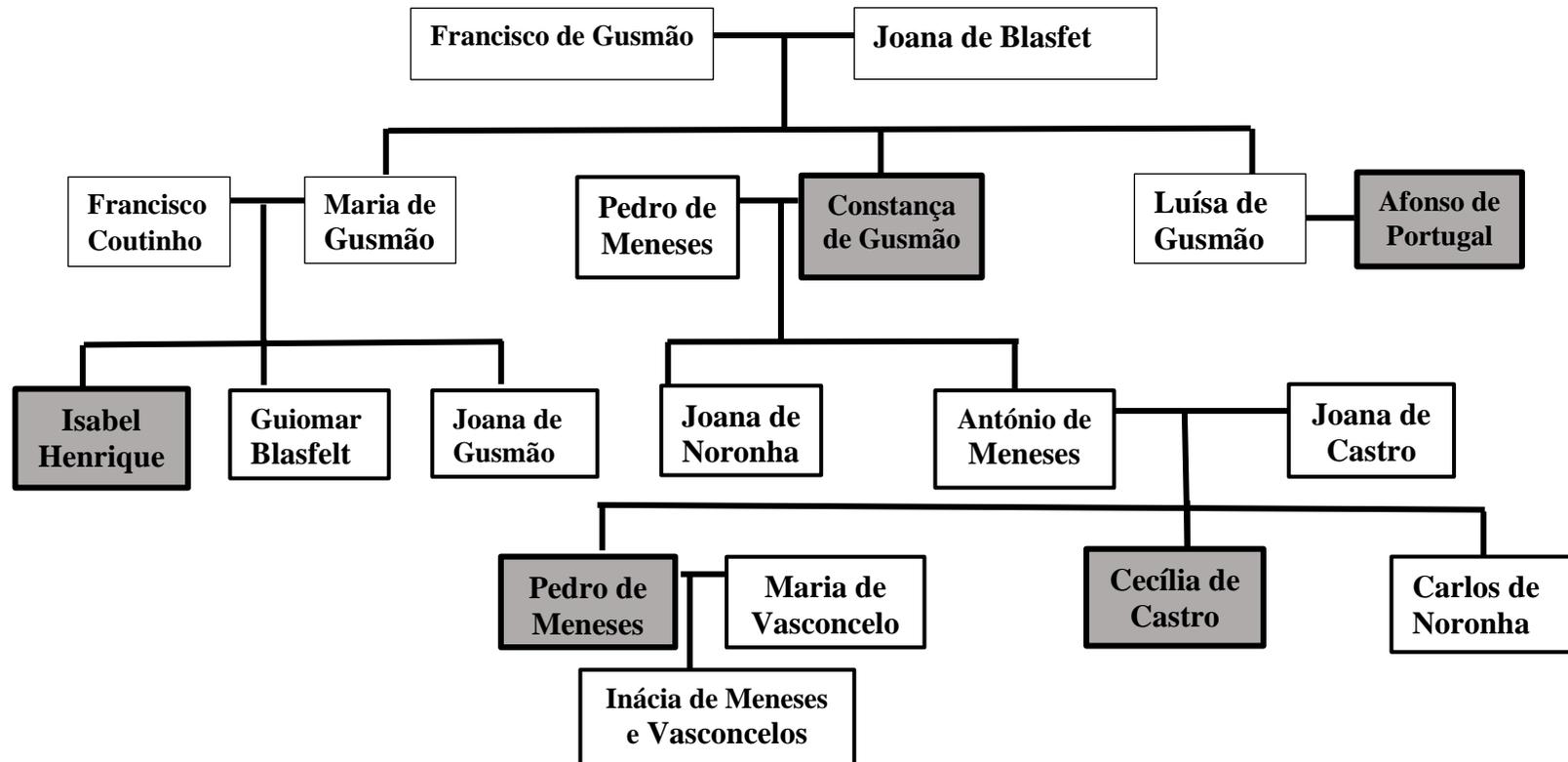
Após a exposição sobre quantas foram as benesses dispostas pela infanta, sob múltiplas formas (tenças, pagamentos, dotes, e outros afins), e sobre quem foram os recetores delas, não se pode afirmar com clareza qual foi o principal critério de escolha. Conforme exposto, torna-se claro que existiram casos muito diferentes, impossibilitando a existência de um padrão. Por mais que uma ocasião, a infanta, aparentemente, congratulava os seus tencionários com base na sua proximidade ou função, sendo que, ao mesmo tempo, realizava outras concessões em outros moldes.

Por exemplo, é inequívoco que dominam os membros da nobreza, confirmando, hipoteticamente, o critério do estatuto. Também é verdade que a proximidade está presente, quando se tem em conta os tencionários por cargo, onde preponderam os seus funcionários da câmara, da justiça, administração e fazenda. Sobressaem ainda os casos de caridade, bastante evidenciados na concessão de tenças a órfãos e escravos.

Em suma, conclui-se sobretudo que a infanta sendo uma mulher do seu tempo e do seu *status*, acabaria por estar atenta e condicionada a premiar aqueles do seu meio, bem como a encetar uma série de atitudes de beneficência, procurando cumprir com a sua função social.

Apêndice

Esquema 1- Árvore genealógica de Constança de Gusmão

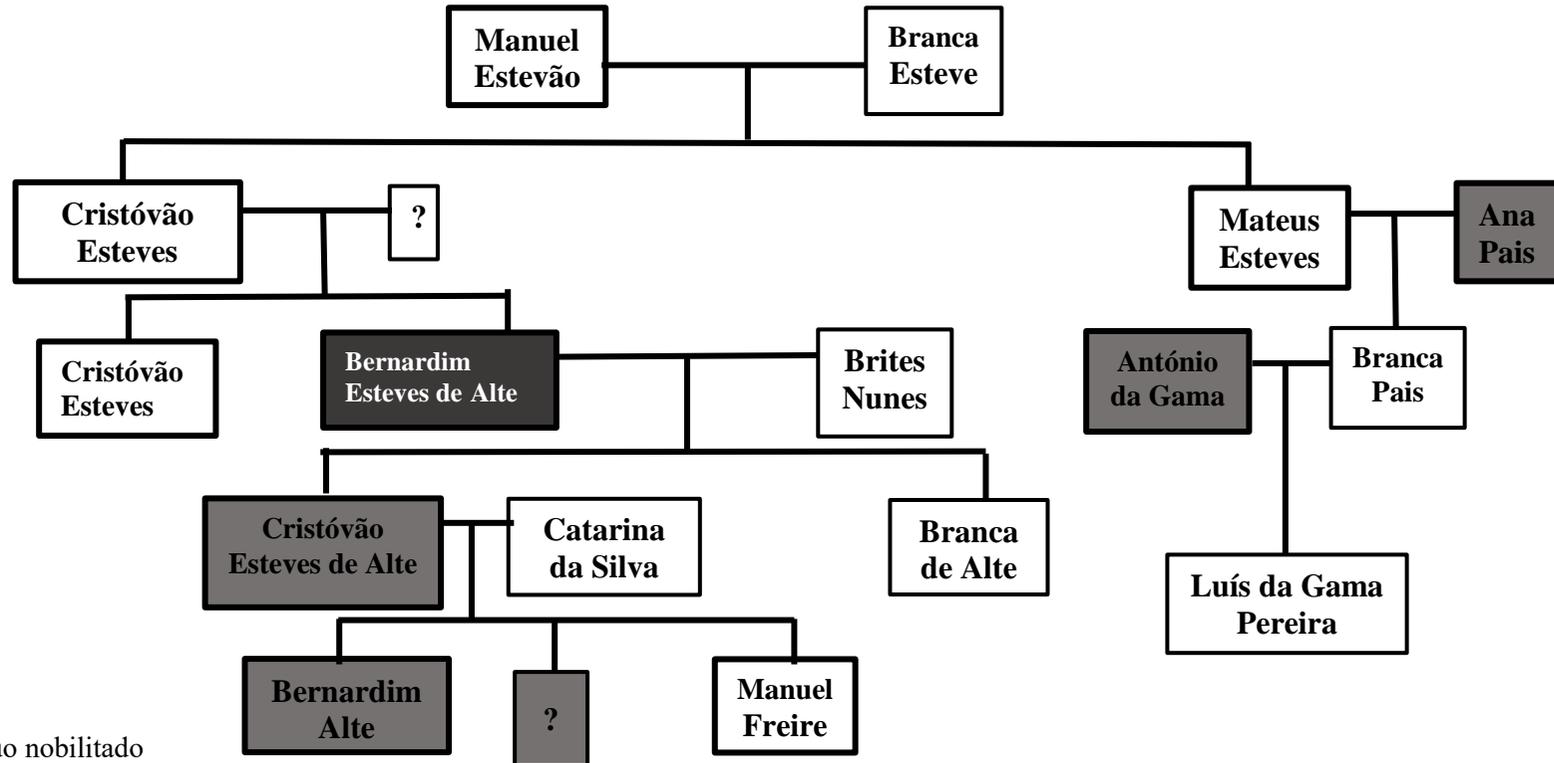


Legenda

- Recebeu tença
- Não recebeu tença

Fontes: (Pinto, 1996); (Pacheco, 1675); (Braga, 2012); (Gayo, 1938-1941); (Sousa, 1946-1955)

Esquema 2- Árvore genealógica de Bernardim Esteves de Alte



Fonte: (Pinto, 1996: vol. II, 134-147); (Olival, 2002); (Gayo, 1938-1941)

Bibliografia:

AVELAR, Henrique de (1960), “Do Restelo a Alcácer-Quibir: luxo e corrupção de costumes no Portugal quinhentista”, Separata da L usada, volume 3, nº 13, Porto.

BEN-AMOS, Ilana Krausman (2008), *The Culture of giving. Informal support and gift-exchange in Early Modern England*, Cambridge, Cambridge University Press.

BORREGO, Nuno (2002), *Livro genealógico das famílias desta cidade de Portalegre*, anot. Gonçalo de Mello Guimarães, Lisboa, [s.n.].

BRAGA, Paulo Drumond (2012), *D. Maria (1521-1577): Uma infanta no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras.

CUNHA, Mafalda Soares da (2000), *A Casa de Bragança (1560-1640): Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa.

GAYO, Felgueiras (1938-1941), *Nobiliário de famílias de Portugal*, Barcelos, Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso.

GOMES DE BRITO (1907-1908), “As tenças testamentárias da Infanta D. Maria”, *Arquivo Historico Portuguez*, V, pp. 103-128, 228-234, 307-314, 367-383, VI, pp. 21-41, 138-149, 202-224, 285-292.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993) “A sociedade” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, III Vol., *No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 469-509.

OLIVAL, Fernanda (2002), “Juristas e Mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas”, *Separata da Revista de História Económica e Social*, Nº 4, -2ª série/2º semestre, Lisboa, Âncora Editora, pp. 7-53.

OLIVAL, Fernanda (2003), “Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)”, *Análise Social*, Vol. XXXVIII, nº 168, Lisboa, pp. 743-769.

OLIVAL, Fernanda (2008), “La economía de la merced en la cultura política del Portugal Moderno” in Francisco José Aranda Pérez; José Damião Rodrigues (ed.) *De Re Publica Hispaniae: una vindicación de la cultura política en los Reinos Ibéricos en la primera Modernidad*, Madrid, Sílex.

PACHECO, Miguel, Frei (1675), *Vida de la Serenissima Infanta doña Maria hija del rey D. Manuel....* Lisboa: en la officina de Ivan de la Costa.

Ana Isabel Alves Lopes – Das tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577) aos tencionários: amizade, caridade ou estatuto social? – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 31-48 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a3

PEREIRA, João Cordeiro (1999), “A estrutura social e o seu devir” in Joel Serrão; A. H. Oliveira Marques (dir.), Nova História de Portugal. V Vol., Portugal do Renascimento à Crise Dinástica, Lisboa, Editorial Presença, pp. 277-336.

PINTO, Carla Alferes (1996), O mecenato da Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577), Tese de Mestrado em «História de Arte Moderna», Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SÁ, Isabel dos Guimarães (1997), Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2002), “Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime”, in Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social, Guimarães, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2002.

SOUSA, António Caetano de [1946-1955], História genealógica da casa real portuguesa, Coimbra, Atlântida.

TORRES, Rui de Abreu (1963-1971), “Tença” in Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, Volume 4, Lisboa, Iniciativas Editoriais. p. 146.

Treslado do testamento da iffante, que deos tem, (1610), Lisboa, Antonio Alvarez.

VALE, Alexandre Lucena e (1962), “Príncipes, tutelares do senhorio de Viseu.”, in Anais, II série, vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 165-196.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel (1993) “As redes clientelares” in José Mattoso (dir.), História de Portugal. IV Vol., O Antigo Regime, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 381-393.

O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa

The role of Academies for the birth of the intellectual elite in Portuguese America

Le rôle des académies pour la naissance de l'élite intellectuelle en Amérique Portugaise

El papel de las Academias para el nacimiento de la élite intelectual en la América portuguesa

Simone Santana Rodrigues Elias
Doutoranda em História das Ciências e Educação Científica, Centro de Física da
Universidade de Coimbra - CFisUC
simonelncc@gmail.com

Décio Ruivo Martins
Professor Auxiliar do Centro de Física da Universidade de Coimbra - CFisUC
decio@uc.pt

Sumário: O objetivo é introduzir na história da educação científica em Portugal a participação da elite intelectual luso-brasileira na formação das sociedades literárias. Seus desdobramentos levaram às primeiras manifestações coletivas da inteligência local, agrupando egressos das universidades europeias, sob o comando da Coroa. Estes homens letrados, nascidos numa colônia desprovida de universidades, foram responsáveis pelo surgimento da primeira, embora breve, Academia de Ciências de todo o Império português. Para compreendermos a instalação da prática científica no Brasil, enquanto esforço de sua elite intelectual, foi necessário buscar o fio da história que revele a sua formação.

Palavras-chave: Academias de Literatura, Artes e Ciências; primeiros intelectuais brasileiros; formação da inteligência brasileira

Abstract: The main goal of this article is to introduce the participation of the Luso-Brazilian intellectual elite in the formation of literary societies and in the history of science in Portugal. Their developments led to the first collective manifestations of a local intelligence, bringing together graduates of European universities under the command of the Portuguese Crown. These scholars, born in a colony devoid of universities, were responsible for the emergence of the first, though short-lived, Academy of Sciences of the entire Portuguese Empire. To understand the birth of scientific practice in Brazil as an effort of its intellectual elite, it is necessary to pursue the thread of history that reveals its constitution.

Keywords: Academies of Literature and Sciences; First Brazilian intellectuals; Formation of Brazilian intelligence

Résumé: L'objectif de cet article est d'introduire dans l'histoire de l'éducation scientifique au Portugal la participation de l'élite intellectuelle luso-brésilienne. Leurs développements ont conduit aux premières manifestations collectives d'intelligence locale, regroupant les diplômés des universités européennes, sous le commandement de la Couronne. Ces savants, nés dans une colonie dépourvue d'universités, furent responsables de l'émergence de la première, quoique brève, Académie des Sciences de tout l'Empire portugais. Pour comprendre l'installation de la pratique scientifique au Brésil, comme un effort de son élite intellectuelle, il était nécessaire de rechercher le fil de l'histoire qui révèle sa formation.

Mots-clés: académies de la littérature et de la science; premiers intellectuels brésiliens; la formation de l'intelligence brésilienne

Resúmen: El objetivo es dar a conocer la historia de la educación científica en Portugal la participación de la élite intelectual luso-brasileña en la formación de las sociedades literarias. Sus desdoblamientos llevaron

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

a las primeras manifestaciones colectivas de la inteligencia local, agrupando egresados de las universidades europeas bajo el mando de la Corona Portuguesa. Estos hombres letrados, nacidos en la colonia desprovista de universidades, fueron responsables por el surgimiento de la primera, aunque breve, Academia de Ciencias de todo el Imperio Portugués. Para comprender la instalación de la práctica científica en Brasil como esfuerzo de su élite intelectual colonial, se hace necesario buscar el hilo de la historia que revele su formación.

Palabras clave: Academias de Literatura y Ciencias; Los primeros intelectuales brasileños; Formación de la inteligencia brasileña

Introdução

Investigar a formação intelectual do povo brasileiro, requer como ponto de partida, a compreensão do nascimento de um novo cidadão, fruto da mestiçagem entre os indígenas nativos, os brancos portugueses e os negros africanos. Este sujeito brasileiro, segundo Gilberto Freyre (2006) é o resultado da heterogeneidade étnica e cultural que já estava presente na origem do povo português, somado àqueles dotes raciais, definidos por Buarque de Holanda (1995) como a “resistência silenciosa e obstinada” dos indígenas nativos do Brasil, acrescido da “suavidade dengosa e açucara” dos negros da África. Esta inteligência única, resultante de uma miscigenação jamais conhecida, não por acaso é definida por Darcy Ribeiro como “*Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes*” (Ribeiro, 1995: 178).

Propomos buscar o fio da história da formação desta inteligência luso-brasileira, tomando a Literatura como ponto de partida, já que sua prática registra o crescente entrosamento entre a formação intelectual e a vida social e cultural no Brasil até 1822. A cultura da sociedade brasileira, segundo Antônio Candido, não foi resultado de um prolongamento das culturas nativas locais, ela chegou da Europa e foi muito lentamente, sendo reinventada na colônia, portanto, ela é fruto de uma imposição que se transformou lentamente em expressão própria (Candido, 2006). A literatura, segundo Candido, foi um importante canal de fortalecimento da cultura, pois “a literatura culta foi um produto de colonização, um transplante da literatura portuguesa, da qual saiu a nossa como prolongamento” (Candido, 1999: 10).

A elite letrada de luso-brasileiros dedicou-se, no cenário das sociedades, à troca de conhecimento literário e, gradativamente, mais científico. Para que possamos compreendê-la, é necessário fazer uma breve visita à trajetória da Universidade em Portugal, como matriz do pensamento instalado em suas colônias.

A Universidade de Coimbra¹ foi criada em 1290, durante o Reinado de D. Dinis I (1261-1325), confirmada pelo Papa Nicolau IV (1227-1292), com o nome de Estudo Geral. Com igual empenho, D. Dinis trabalhou para a criação da Ordem de Cristo (herdeira da Ordem dos Templários, extinta em 1314), que, mais tarde, seria fundamental para a navegação incentivada pelo Infante D. Henrique de Avis (1394-1460) na “grande obra dos descobrimentos” Afonso (1960: 33).

Diversos autores, de forma fantasiosa, relatam que o Infante D. Henrique, tinha grande interesse nos estudos matemáticos e astronômicos, sendo responsável pela criação do curso de Matemática na UC, bem como da Escola de Navegação em Sagres (que não existiu). Por sua atuação exitosa, a navegação pode ser considerada como a única expressão da Ciência em Portugal por séculos, se considerarmos a prática naval como resultado do conhecimento teórico em áreas como matemática, cartografia, astronomia e geografia. As descobertas alargaram os horizontes do conhecimento e levaram a novas rotas, novos conhecimentos e novas explorações. Porém, se havia uma competência prática na navegação, faltava à universidade a mesma ousadia na busca e disseminação do conhecimento.

Para Rómulo de Carvalho, apesar da relativa organização do ensino em Portugal, havia um reconhecido atraso cultural em relação a outros países, como exemplo a saída constante de portugueses para estudar em universidades como Salamanca, Paris, Montpellier, Pádua e Bolonha. Havia em Portugal no século XV, um elevadíssimo número de analfabetos (Carvalho, 2001) como prova, Rómulo cita que as Cortes de Santarém por volta de 1434, decretaram que o juiz da região deveria ser alguém que ao menos, soubesse ler e escrever, caso não existisse alguém já letrado na mesma localidade. Com o recurso de preceptores² (alguns eram mestres estrangeiros) na educação das famílias mais abastadas, o conhecimento se estabeleceu na sociedade lusitana. A

¹ Como genericamente é sabido, e por isso aqui se enuncia brevemente, entre 1338 e 1354 a Universidade de Coimbra ficou sediada em Lisboa. Em 1559 o colégio jesuíta Colégio do Espírito Santo de Évora foi transformado em Universidade, sendo extinto no contexto da reforma pombalina em 1759.

² A universidade escolástica europeia, de sua origem até o século XV, priorizava o “*modus italicus*” onde os jovens universitários eram distribuídos entre os mestres, ou seja, o estudante ficava atrelado ao seu preceptor e não circulava entre as outras aulas, dos demais mestres. Alves define a universidade até o século XV como um conglomerado de preceptores que não se integravam Alves (2017).

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

impressão do primeiro livro³ em Portugal ocorreu em 1487, com o título *Pentateuco* de Samuel Gacon e no ano seguinte, foi impresso *Sacramental* de Clemente Sanches de Vercial, versão portuguesa da obra original espanhola. Segundo Bragança, os livros religiosos eram publicados mundialmente em latim e, pela primeira vez, abordavam-se assuntos teológicos em português Bragança (1978)

O reinado de D. Pedro II (1648-1706), iniciado em 1683, reforçou o uso do conhecimento enquanto ferramenta para o desenvolvimento econômico em Portugal, quando o ensino de ciências começava a entrar em consonância com as atividades técnicas, tentando distanciar até certo ponto, o conhecimento do poder religioso (Martins, 1977). Mesmo assim, a formação acadêmica em Portugal não acompanhava o desenvolvimento intelectual que acontecia em alguns países da Europa, Prova disso foi o surgimento dos primeiros Museus europeus⁴, das primeiras Academias Literárias⁵ e Academias Científicas, tendência que se espalhou pelo mundo e se faz presente até os dias atuais.

Os Letrados em Portugal nos séculos XVII e XVIII

Em 1696, ocorreram em Portugal, por quase uma década, as **Conferências Discretas e Eruditas**, reunindo intelectuais na residência de D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743) em discussões sobre questões científicas, matérias econômicas e políticas (Diniz, 1826); espírito semelhante esteve presente na **Academia dos Generosos**, presidida por Antônio Álvares da Cunha (Santos, 2012). Ambas iniciativas marcam o início da prática de realizar reuniões da elite local composta por letrados lusitanos no século XVII, estimulando o debate entre os movimentos culturais da época.

Da mesma forma, outras associações foram criadas compondo as primeiras academias literárias lusitanas, como a **Academia dos Singulares** (1663), a **Academia**

³ A invenção da tipografia móvel ocorreu em 1439 por Johannes Gutenberg (1400(?)-1468), transformou o movimento de difusão do conhecimento literário, artístico, religioso e científico no mundo, criando um modelo de circulação de ideias presente até hoje Chartier (1994).

⁴ A inauguração do primeiro Museu em 1683, formado por coleções particulares doadas à Universidade de Oxford, tendência seguida por parte da Europa, assumia um importante papel de difusor do conhecimento Bourdieu et al. (1966).

⁵ No final do século XV, iniciou-se um movimento de associação de homens cultos na Alemanha, criando a mais antiga sociedade literária em Heidelberg em 1480, onde estudavam o latim, grego, hebraico, astronomia, musica, poesia e jurisprudência; formato de associação de letrados Dubois (1987).

dos Ocultos (1745), a Academia Real da História Portuguesa (1720) e a Academia de Belas Artes Arcádia de Portugal (1756), onde reverenciavam os talentos da literatura.

O movimento iluminista chegou a Portugal, durante o Reinado de D. João V (1689-1750), promovendo a renovação dos cursos universitários, a chegada de lentes estrangeiros e a instalação de uma biblioteca universitária inovadora, embora “a tolerância aos livros não se estendia a quem falasse por eles” (Filgueiras et al., 2013: 104) fazendo com que, os autores modernos, que já estavam presentes em grande parte das universidades da Europa, levassem muito tempo para chegar às salas de aula em Portugal.

A Reforma Pombalina

O terremoto de Lisboa em 1755 e uma nova crise econômica, marcaram o início da segunda metade do século XVIII em Portugal⁶. É neste cenário, que as ações econômicas, sociais e políticas do Rei Reformador D. José I (1714-1777), ao lado da onipresença de seu ministro Marquês de Pombal (1699-1782), promoveram uma intensa reforma administrativa e educacional⁷, com a expulsão dos jesuítas⁸ e o aumento das expedições em suas colônias, resultado da intenção em incorporar práticas científicas em suas políticas (Kury, 2004). O autor F. Santos, define como sintomático, a “coincidência histórica” orquestrada por Pombal, intensificando a exploração geográfica e colonial das colônias portuguesas, ao mesmo tempo em que promovia, uma profunda alteração do sistema de ensino superior em Portugal (Santos, 2013). A Coroa fazia, pela primeira vez, uma busca mais racional dos recursos naturais, através das explorações de especialistas em Ciências, porém, como contraponto, determinava a expulsão dos jesuítas, encerrando

⁶ O açúcar no Brasil entrou em decadência entre 1660 e 1690. A sorte da descoberta do ouro trouxe de volta a ascensão econômica, promovendo a revolução demográfica, agrícola e industrial. Porém, como afirma Ribeiro Junior, Portugal não utilizou o ouro para estabelecer atividades pudessem se perpetuar e assim, a diminuição da produção mineral na colônia, levou a uma grave crise econômica em Portugal entre 1760 e 1780. Ribeiro Júnior (2004).

⁷ No contexto das reformas pombalinas na UC, Martins destaca a participação de lentes luso-brasileiros presentes em seu corpo docente (Martins, 2012) como o Reitor Reformador D. Francisco Lemos (1735-1822); José Monteiro da Rocha (1734-1819) mentor do programa de ensino das ciências físico-matemáticas e José Francisco Leal (1744-1786) que definiu o projeto a ser instalado o Laboratório Chimico, comparável aos melhores da Europa.

⁸ Por ordem de Pombal, ocorreu em Portugal a retirada dos jesuítas em 1759 e nos anos seguintes, de suas colônias, no Brasil haviam instalado 35 missões, 17 colégios e seminários, 25 residências e alguns colégios menores, sendo todos os cursos paralisados repentinamente, sem que um novo projeto educacional os substituíssem a curto prazo (Fafe, 2010).

a mais importante iniciativa de educação instalada no Brasil durante todo o período de dominação portuguesa⁹.

A Reforma Pombalina atingia diretamente a Universidade de Coimbra, principal destino de estudantes luso-brasileiros, em busca de uma formação acadêmica superior. Consta dos registros acadêmicos da Universidade de Coimbra, que o primeiro estudante¹⁰ luso-brasileiro matriculado, graduou-se em Leis em 1586 (Morais, 1949); a primeira tese de doutoramento¹¹ em Filosofia na Universidade de Coimbra, foi defendida em 1776 por um luso-brasileiro (Barreto et al., 2007) e como indicador da presença luso-brasileira em Coimbra, até 1822, foram matriculados 2458 estudantes no além mar (Morais, 1949).

A maioria dos estudantes egressos de Coimbra e outras universidades da Europa, retornava ao Brasil, servindo aos interesses da metrópole, em cargos administrativos ou políticos sob o comando da Coroa. O intelectual luso-brasileiro do início do século XVIII era um homem letrado, doutrinado pela ideologia cristã, com escolaridade fundamental, mediana ou até mesmo superior, treinado pela escolástica, destacando-se na sociedade pelo conhecimento das questões pertinentes ao solo luso-brasileiro. Por sua condição social privilegiada, possuía obrigações tanto para com a Coroa quanto para com a colônia, dedicando-se à divulgação de informações que chegavam de Portugal à colônia, assim como, comunicando as ações que ocorriam no Brasil à Coroa (Moraes, 2011). Estando, portanto, permanentemente dividido entre as questões brásílicas e as decisões da coroa no exercício de seu papel.

As primeiras manifestações da literatura colonial estiveram marcadas pelos relatos históricos e religiosos, sendo o mais conhecido autor da época, Padre Antônio Vieira (1608-1697) e seus sermões. O poeta Manuel Botelho de Oliveira¹² (1636-1711) foi o

⁹ No final do século XIX, mais de 80% da população portuguesa ainda não sabia ler e escrever. Para muitos autores, um dos maiores responsáveis por este atraso educacional foi a expulsão dos jesuítas em 1759, segundo Buescu, eles eram responsáveis pela única rede escolar estável em todo o Império português que foi desmantelada, sem que Pombal calculasse o desastre no ensino português (Buescu, 2016).

¹⁰ O estudante luso-brasileiro, chamava-se Manuel de Paiva Cabral, era natural de Pernambuco, e se matriculou em Leis na Universidade de Coimbra em 1577.

¹¹ O estudante Luís Antonio de Castro do Rio Furtado de Mendonça (Visconde de Barbacena) defendeu sua tese de doutoramento na UC em 1776, sendo eleito o 1o Secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779.

¹² Manoel Botelho de Oliveira foi o primeiro luso-brasileiro a ter sua obra literária publicada. Sua peça teatral *Hay amigo para amigo*, foi publicada de forma anônima no ano de 1663 em Coimbra, não sendo reconhecida por muitos historiadores como seu primeiro trabalho e sim o livro *Música do Parnaso*, publicado em 1705 (Rodrigues Moura, 2009).

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

autor luso-brasileiro que abriu o século iluminista e segundo Wilson Martins, foi o primeiro “filho do Brasil” a estabelecer a tradição literária na colônia (Martins W., 1977), onde ao lado do poeta Rocha Pita (1660-1738), foram os maiores destaques da literatura barroca brasileira.

No século XVIII, a literatura passou a ser influenciada pelo Arcadismo italiano, estimulando uma escrita mais simples, como contraponto ao rebuscamento do Barroco.

Para Candido, este novo modelo literário que chegava ao Brasil na segunda metade do século XVIII, acompanhava as ações reformadoras do Marquês Pombal¹³ e trazia o que ele define como a “pequena Época das Luzes” que inspirou os luso-brasileiros aos movimentos separatistas do século XVIII e a conseqüente emancipação. A pesquisa intelectual e a manifestação artística estiveram presentes na literatura denunciando a preocupação crescente com a emancipação (Candido, 2006).

As diversas tentativas de se criar uma universidade no Brasil colonial, foram negadas pela Coroa, sucessivas vezes. Assim, não havendo a institucionalização do conhecimento formal no Brasil até o início do século XIX, as primeiras academias literárias do século XVIII, serviram como o primeiro espaço de agrupamento da elite intelectual, criadas para estimular a visão histórica do Brasil e de seu cenário político.

As Academias Literárias do Brasil do século XVIII

Entre 1724 e 1725, um grupo de letrados residentes no Brasil, reuniu-se por quase um ano, na **Academia Brasílica dos Esquecidos** em Salvador, com o objetivo de colaborar com a Academia Real de História Portuguesa no levantamento de dados da colônia. Sua principal missão era gerar a descrição literária do Brasil nas áreas das ciências naturais, movimentação militar, eclesiástica e política, estimulando também a produção poética de seus membros. Os relatos eram destinados à Academia Real de História Portuguesa para redação da História de Portugal que estava sendo elaborada. O mais importante trabalho da Academia, é a *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita¹⁴ (1660-1738) publicada em 1724 (Sampaio, 2017). A Academia dos

¹³ Para Candido: “Algo moderno parecia acontecer; e os escritores do Brasil se destacam no ciclo do pombalismo literário” (Candido, 2006: 99)

¹⁴ Rocha Pita nasceu em Salvador, estudou em Coimbra, foi membro da Academia de História de Portugal e é conhecido como o “pai da história do Brasil”, sendo um importante personagem na construção da identidade nacional.

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

Esquecidos sobreviveu por 18 sessões, repletas de conferências e sonetos. Possivelmente seu nome está associado ao fato da Academia de História ter sido criada, em Portugal com a presença de representantes de todas as colônias portuguesas, exceto o Brasil.

Para Pedrosa os manuscritos originais das dissertações recitadas na Academia dos Esquecidos, encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e podem ser considerados como relevante descrição da História Natural do Brasil. Para ele, o ano de 1724, é o primeiro ano acadêmico do Brasil, “foi com a reunião dos esquecidos que o movimento acadêmico tomou impulso e se espalhou pelas principais cidades brasileiras” (Pedrosa, 2003: 22). Embora, equivocadamente, os autores Leopoldo e Pinheiro afirmem que a produção textual da Academia se perdeu em naufrágio, quando a coleção de manuscritos seguia para impressão em Lisboa que “por fatalidade foram perdidas irreparavelmente, por não se haverem deixado cópias” (Leopoldo et al., 2015: 204).

Por iniciativa do Governador Gomes Freire de Andrade (1685-1763) foi criada em 6 de maio 1736, a **Academia dos Felizes**, tendo como Presidente o médico Matheus Saraiva. A academia reuniu cerca de trinta intelectuais até 1740, não deixando muitos registros de sua atuação literária, com destaque, o trabalho de Mateus Saraiva, *Ilustração da América Portuguesa*.

Em 1752 foi criada a **Academia dos Seletos**, idealizada por Feliciano Joaquim de Souza Nunes (1730-1808), destinada a homenagear Gomes Freire. Porém, Xavier Sigaud (1796-1856), parece superestimar a relevância da Academia dos Seletos, afirmando que foi a associação que viabilizou a criação da Academia de Ciências do Rio de Janeiro, vinte anos depois Sigaud (1844). Embora a Academia dos Seletos tenha inaugurado a primeira tipografia do Brasil, destruída e queimada por ordens da Coroa, para que não se editassem obras literárias na colônia, a academia foi extinta após somente uma sessão. Fato que reforça a falta de interesse da Coroa em tornar o conhecimento uma prática colonial.

Surgiu então, a **Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos**, criada em Salvador no ano de 1759, considerada por Luiz Sampaio Sampaio (2017) como o maior projeto cultural e político, iniciado no período colonial, com apoio do Conselheiro Ultramar José Mascarenhas Pacheco Coelho e Melo (1720-1788) que escolheu este nome com a intenção de dar continuidade à extinta Academia Brasileira dos Esquecidos. Composta por 40 acadêmicos, tendo como principal missão, escrever a História do

Brasil¹⁵, discutir política nacional e criar uma entidade semelhante às sociedades literárias da Europa. Seu mais ilustre acadêmico foi Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), aprimorou-se como poeta na Itália, sendo conhecido como o maior representante do Arcadismo no Brasil, foi preso e morreu durante a Inconfidência Mineira. Para Candido, a Academia abordava temas literários e históricos de forma ingênua, porém, contava com letrados de várias localidades “num primeiro lampejo de integração nacional” (Candido, 2006: 106), deixando de existir em onze meses de criação.

Em 1770, por iniciativa do Governador paulista D. Luís Antonio de Souza (1722-1798) foi criada em São Paulo, a **Academia dos Felizes de São Paulo**, com a elite intelectual paulista. Em sua inauguração, no Palácio do Governo, foram recitadas 68 peças em português, 59 em latim, 6 em espanhol, 1 em francês e 1 em tupi, sendo esta celebração uma marca importante na instalação da elite luso-brasileira (Fonda, 1972) pois sua breve existência instalou a semente acadêmica em São Paulo.

Nos moldes da Arcádia Lusitana, o poeta Cláudio Manuel da Costa, ao lado de Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto, Joaquim Inácio de Seixas Brandão e Domingos Caldas Barbosa, criou a sociedade literária **Colônia Ultramarina** na Vila Rica de Ouro Preto, em 4 de setembro de 1768, com duração desconhecida (Anjos, 2014). Cláudio Manuel da Costa, é identificado como um marco do movimento arcádico no Brasil, incorporando o regionalismo à cultura do Arcadismo.

A formação das academias literárias foi fundamental, para que as primeiras comunidades de pensadores se organizassem no Brasil, onde o conhecimento não era institucionalizado, sendo a primeira formação da comunidade letrada luso-brasileira. O antropólogo Clifford Geertz, fala das “*aldeias intelectuais*” onde seus membros são ligados por relações sociais, morais, políticas e pessoais. Para ele, estes laços duradouros, os fazem envelhecer juntos, citar o pensamento um do outro, determinar padrões e definir redes sociais específicas, reforçada mutuamente (Geertz, 1983: 15C).

Ou seja, o legado mais importante das academias literárias do Brasil, foi a instalação das primeiras aldeias intelectuais em solo brasileiro, coordenadas pela elite de

¹⁵ A produção da Academia dos Renascidos: *Desagravos do Brasil*, de Loreto Couto, a *História militar*, de José Mirales, as *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, de frei Gaspar da Madre de Deus (Candido, 2006: 106).

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

luso-brasileiros e focadas na construção de temas nacionais, finalmente, sob a ótica dos nascidos ali.

A primeira Academia Científica do Império Português

A instalação do Iluminismo em Portugal, a partir de 1770, passou pela criação e reformas de espaços para a produção e circulação de novos saberes. O autor Paulo Reis associa a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, a criação da Academia Científica do Rio de Janeiro 1771 e a Academia das Ciências de Lisboa em 1779, como estratégias políticas de Marquês Pombal na organização dos estudos ligados às ciências experimentais (Reis, 2010), seguindo uma tradição praticada na Europa com suas Academias Científicas¹⁶.

Neste contexto, a concepção das novas Academias Científicas rompia radicalmente com a tradição das academias literárias, instaladas até então no Brasil (Diniz, 1826). Neste cenário, a primeira academia científica do império português, foi a **Academia de Ciências do Rio de Janeiro**¹⁷ idealizada pelo Marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas (1729-1790) em dezembro de 1771, reunindo-se pela primeira vez, em 18 de fevereiro de 1772 no Palácio do Governo no Rio de Janeiro, funcionando por seis anos. Para a autora Vera Marques

“O empenho do marquês de Lavradio, ao apoiar a criação da Academia no Rio de Janeiro, cabia nos objetivos de Pombal em incentivar os estudos de história natural. Logo a criação da Academia Científica foi fruto desse espírito científico empreendedor de vários homens sintonizados com os princípios do movimento das Luzes”
(Marques, 2005: 43).

¹⁶ Data das academias de ciência do mundo: ITÁLIA: 1603 - *Linceorum Academia*, em Roma (precursora da Pontifícia Academia das Ciências); REINO UNIDO: 1662 - *Royal Society*, em Londres; FRANÇA: 1666 - *Académie des Sciences*, em Paris; ALEMANHA: 1700 - *Akademie der Wissenschaften*, em Berlim; Rússia: 1724 - *Российская Академия Наук*, em Moscovo; SUÉCIA: 1739 - *Kungliga Vetenskapsakademien*, em Estocolmo; PORTUGAL: 1779 - Academia Real das Ciências, em Lisboa; PAÍSES BAIXOS: 1808 - *Koninklijke Nederlandse Akademie van Wetenschappen*, em Amsterdan; SUIÇA: 1815 - *Swiss Academy of Sciences*, em Berna; HUNGRIA: 1825 - *Magyar Tudományos Akadémia*, em Budapeste; ESTADOS UNIDOS: 1863 - *National Academy of Sciences*, em Washington D. C.; BULGÁRIA: 1869 - *Българска академия на науките*, em Sófia; ESPANHA: 1894 - *Real Academia Española*, em Madrid; no BRASIL: 1916 - Academia Brasileira de Ciências, no Rio de Janeiro; CHINA: 1949 - *中国科学院*, em Pequim; POLÓNIA: 1952 - *Polska Akademia Nauk*, em Varsóvia (unindo duas já existentes)

¹⁷ Citada por alguns autores como Academia das Ciências e da História Natural

A Academia era presidida pelo médico José Henriques Ferreira e constituída por trinta e dois membros¹⁸, sendo a maioria ligada à área de saúde (Diniz, 1826), os estudos em medicina, farmácia, botânica e agricultura tiveram prioridade, incluindo atividades práticas na busca de novos medicamentos, realizadas no denominado Horto Botânico de propriedade da Academia. Dentre os trabalhos produzidos por seus acadêmicos, destaca-se a *Memória da Cochonilha* apresentada por José Henriques Ferreira na sessão inaugural da Academia. As relações da Academia de Ciências do Rio de Janeiro com a Academia Real de Ciências da Suécia, através de seu acadêmico Peter Wargentín Leopoldo et al. (2015) ampliaram a possibilidade de diálogo da Academia com a Europa (Pedrosa, 2003).

O encerramento das atividades da academia carioca, ocorreu em 1779 e tem sido justificada por diversos autores, como consequência do término da administração do Marquês de Lavradio, porém, poucos concluem que curiosamente, seu fechamento ocorreu no mesmo ano em que foi criada a Academia de Ciências de Lisboa.

Academia Real de Ciências de Lisboa foi criada em 1779 durante o reinado de D. Maria I, para apoiar atividades científicas e de observação, focando em Ciências Naturais, Ciências Exatas e Belas-Letras. Buscava-se uma ciência de caráter prático, buscando uma base tecnológica para a industrialização lusitana. Para Clarete Silva, a criação da Academia marcou a consolidação das reformas de Pombal entre 1758 e 1772, levando a elite a integrar as diretrizes do Estado,

“era não somente o espaço por onde penetrava as ciências modernas no reino, mas também onde se realizavam novas reflexões que se irradiavam pelo reino e pelos seus domínios coloniais” (Silva, 2002).

Vale ressaltar, a participação de investigadores luso-brasileiros na Academia de Ciências de Lisboa de forma expressiva: no período entre 1779 (criação) a 1822 (Independência do Brasil), dentre os 455 acadêmicos admitidos neste período, 38 eram brasileiros (Lima, 2009). A grande maioria era formada por bacharéis, egressos da Universidade de Coimbra, sendo quase todos, ex-alunos de Domenico Vandelli (1735-

¹⁸ Os acadêmicos possuíam as seguintes nacionalidades: onze luso-brasileiros, onze portugueses, um italiano, um francês e oito não identificados (Reis, 2010).

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

1818)¹⁹, indicados para levantamento de dados à serviço da Academia. Seus artigos publicados nas Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, reforçam a excelência de um grupo ilustre de luso-brasileiros, que antecedeu a primeira universidade do Brasil.

Nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro IHGB, há dois manuscritos de José Bonifácio de Andrade e Silva, com Planos de Estatutos para criação de duas sociedades científicas em Portugal: **Sociedade dos Fisiófilos Lisbonenses** Andrada e Silva, (1797) e **Sociedade dos Fisiófilos Conimbricenses** Andrada e Silva (1800). Ambas sociedades idealizadas por Bonifácio e não implementadas, teriam por finalidade o “a investigação e conhecimento da natureza, cujas aplicações e comunicação publica possam servir ao adiantamento das ciências físicas, à utilidade do Estado e bem da humanidade em geral” e teriam em sua estrutura um gabinete de física e história natural, uma coleção de modelos e instrumentos econômicos, uma biblioteca, um instituto e laboratório químico, assim como um jornal “a ser espalhado pela Nação com noções de físicas”.

Em 1786, com a proteção do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, foi criada a **Sociedade Literária do Rio de Janeiro**, sendo presidida pelo poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga. Para alguns autores, esta Sociedade era uma tentativa de reviver a Academia de Ciências do Rio de Janeiro, para Candido, ela é reconhecida pela instalação da consciência literária no Brasil (Candido, 1999). Seu presidente, Joaquim José de Ataíde, em seu discurso, fortalece a relevância dos acadêmicos:

“A constante experiência de muitos séculos tem mostrado, que é do seio das academias e sociedades literárias, que tem saído os maiores progressos e resultado o maior adiantamento das ciências; sendo estas uns dos mais inestimáveis tesouros dos reinos e dos impérios (...)”
(Marques, 2005: 56).

Dentre a produção científica de seus membros, destaca-se o livro *Elementos de Chimica* de Vicente de Seabra Telles (1764-1804), dedicado à Sociedade Literária, considerado um trabalho inovador por inserir a experimentação ao estudo da Química, assim como, abordar as mais recentes contribuições de Lavoisier.

¹⁹ Botânico italiano, convidado por Marquês de Pombal em 1764, a assumir as viagens exploratórias às colônias portuguesas.

Porém, as atividades da Sociedade Literária foram encerradas com a chegada do novo vice-rei em 1790, sendo reativada em 1794 e fechada definitivamente, por razões políticas, no mesmo ano, com a prisão de seus membros, dentre eles, Silva Alvarenga, Jacinto José da Silva e Mariano José Pereira da Fonseca, presos sob acusação de conspiração pró-independência (Massarani et al., 2002), mais um exemplo da repressão lusitana ao desenvolvimento intelectual dos luso-brasileiros.

A falta de uma imprensa colonial é mais um forte indicador das limitações sofridas pelo Brasil. Dalmo Barreto (1977) reforça este caráter repressor da metrópole, afirmando a liberação da imprensa em outras colônias portuguesas, já no século XVI, como Goa em 1561 e Macau em 1590²⁰; ele lamenta a falta de relatos sobre as imprensas que foram destruídas²¹ no Brasil antes de 1808, assim como, sobre a tentativa holandesa de instalar uma oficina em Pernambuco em 1706.

Mesmo diante do esforço da metrópole em evitar a instalação de uma inteligência no Brasil, adiando as transformações sociais que o conhecimento poderia gerar, uma elite intelectual foi se organizando nas sociedades locais. Para o autor Candido (2006), foram os intelectuais da segunda metade do século XVIII, que construíram a consciência nacional que serviu de base para o desenvolvimento do Brasil independente. Poucas vezes, diz ele, o Brasil produziu em apenas 25 anos, intelectuais tão brilhantes quanto **Alexandre Rodrigues Ferreira** (1756-1815), **Francisco de Lacerda e Almeida** (1753-1798), **José Bonifácio de Andrada e Silva** (1763-1838), **Francisco de Melo Franco** (1757-1823), **José Vieira Couto** (1752-1823), **Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt de Sá** (1762-1835), **José Mariano da Conceição Veloso** (1742-1811), **Leandro do Sacramento** (1778-1829), dentre outros homens letrados destacados numa população livre de somente dois milhões de pessoas, sendo a maioria analfabeta.

²⁰ Primeiras tipografias instaladas nas Américas: México, 1539; Peru, 1584; Estados Unidos, 1638; Argentina, 1705; Cuba, 1707 e Brasil, 1808.

²¹ Como exemplo, a tipografia Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro de 1747, tendo publicado “A Relação de Entrada” de Luiz Antonio Rosado da Cunha, o primeiro livro impresso no Brasil (Barreto, 1977). Como resposta, Isidoro da Fonseca foi preso, enviado para Lisboa e não tardou a Resolução do Conselho Ultramarino e da Provisão Régia de 1747, proibindo definitivamente a instalação de imprensa.

A Corte Portuguesa na América, a elevação a Reino Unido e a independência do Brasil

Em 1808, uma mudança rigorosa no cenário de Portugal e Brasil aconteceu com a transferência da Metrópole à Colônia, em função da invasão Napoleônica. Até então, três séculos após sua descoberta, a maior colônia portuguesa havia vivido distante da Coroa, com seus portos fechados ao livre comércio, enormes restrições na educação e comunicação do seu povo, além de um cruel sistema escravagista.

A permanência em solo brasileiro da Coroa, o príncipe Regente Dom João VI (1767-1826) e toda a estrutura do governo português, pelo período de treze anos, alterou o futuro do Brasil, fortalecendo as bases para a Independência que iria florescer pouco depois. Novo capítulo estava iniciando, com a máquina pública na colônia que passava a ser sede do poder lusitano.

D. João VI, num de seus primeiros atos, criou a **Imprensa Régia**²² (13 de maio de 1808) e poucos meses depois, atribuiu à Mesa do Desembargo do Paço, o papel de “organismo censor do Brasil” responsável pelo controle dos textos encaminhados para publicação, bem como, no controle das obras a serem importadas e exportadas (Schwarcz, 2002).

A edição de O Patriota de 1814, divulgou a criação da Academia de Ciências do Rio de Janeiro em 1771²³, com um texto sobre o descobrimento da Cochoilha no Brasil. Candido afirma que, muitos homens do conhecimento da época, como Araújo Guimarães, viam a ciência por uma ótica civil, desejando que ela revertesse em benefício da sociedade com rapidez (Candido, 2006).

Durante a permanência da Corte Portuguesa no Brasil, ocorreu finalmente a instalação de instituições de ensino e investigação, cursos superiores, museus de história natural, jardins botânicos, gabinetes de investigação e laboratórios com foco teórico e experimental, início da institucionalização da ciência brasileira. Segundo Varela (2009) foi criada em 1811, a **Junta Vacínica da Corte** com o objetivo de divulgar a prática de vacinação na América portuguesa; no ano seguinte, o primeiro laboratório para análise de

²² A Imprensa Régia criada em 1808, passou a se chamar Régia Oficina Tipográfica no ano da elevação da colônia para Reino Unido de Portugal e Algarves (1815) e poucos anos depois, renomeada como Tipografia Real, sendo conhecida na atualidade como o Diário Oficial da República.

²³ O artigo do O Patriota cita a relação nominal dos Acadêmicos e a parceria com a Academia de Ciências da Suécia: “*ligando-se em fim esta Academia com a Real das Sciencias da Suécia, que se dignou de convidar por via do seu Secretário, Pedro Wargentín, e do Dr. Pedro Jonas Bergius*”

materiais vindos das diversas colônias portuguesas, com o nome **Laboratório Químico-Prático da Corte** e em 1816, instalou-se no Rio de Janeiro, a **Escola Real das Ciências Artes e Ofícios** (atual Escola de Belas Artes da UFRJ), com a chegada da missão artística francesa no Rio, pelo Decreto-Lei de 12 de agosto.

Da mesma forma, novas associações científicas e literárias foram estimuladas para promover “a sociabilidade intelectual, a discussão e a pesquisa científica em ciências naturais” (Varela, 2006: 77), embora com duração muito pequena, devem ser inseridas no conjunto de Academias Científicas instaladas no Brasil até a sua Independência.

Como exemplo, a **Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras**, que embora não tenhamos encontrado a confirmação de sua implantação em Salvador, teve a proposta “Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras” apresentada na Real Academia de Lisboa em 30 de junho de 1810, pelo acadêmico Secretário João Guilherme Crystiano Muller e assinada por diversos acadêmicos, dentre eles, Domingos Vandelli e José Bonifácio de Andrada e Silva. Em suas nove páginas manuscritas arquivadas no IHGB, consta do planejamento “A Real Sociedade Literaria se compromete ser útil quanto mais possa ser a Patria, ao Estado, a Nação promovendo as Artes, as Sciencias, as Agriculturas em particular, portando sempre a bem da humanidade por meio das Industrias, das Economias, dos Inventos e dos descobrimentos uteis” (Muller, 1810) contemplando diversas áreas como: meteorologia, química, botânica, matéria e medição, história natural, indústria nacional, economia, finanças, ciências veterinárias, medicina prática ou sintomática, direito, diplomacia, estatística, agricultura, comércio, navegação, inventos e descobrimentos.

Em 1815, o Brasil foi elevado à Reino Unido e logo depois, encerrando o período de dominação portuguesa, alcançou sua Independência em 1822, começando uma nova etapa na busca de sua identidade enquanto Nação, tendo o conhecimento como um dos seus maiores desafios até os dias de hoje.

Conclusão

No final do século XIX, o autor Silvio Romero alertava que a história escrita sobre o Brasil, versava somente sobre os portugueses na América, sobre os tupis ou até mesmo, sobre os africanos chegados à colônia, segundo ele, muito pouco se escrevia sobre a formação do povo brasileiro. Por esta razão, ele estudou a literatura deste “povo em vias

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

de formação”, escreveu sobre este indivíduo novo, mestiço de sangue ou mestiço de ideias, resultado da fusão entre “o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira” (Romero, 1902: 3). Para Romero, a história do Brasil deve ser escrita com foco especial nas personalidades que tenham trabalhado para a determinação do caráter nacional.

Portando, conhecer a trajetória dos grupos de letrados nascidos no Brasil, através da formação das Academias Literárias e Científicas, como o nascedouro da elite intelectual da sociedade brasileira, a partir do século XVIII, torna-se relevante para compreensão da História da Ciência no Brasil, enquanto conhecimento motivado por iniciativas individuais, aristocrático, um pouco desorganizado e até mesmo, ingênuo diante do cenário mundial. O presente artigo não contempla uma análise quantitativa da produção intelectual destes homens, o que deverá gerar um novo trabalho em breve, mas sugere o reconhecimento de seus esforços individuais.

Estes homens letrados, venceram as limitações de seu tempo, como a inexistência de instituições de formação superior em sua colônia, a proibição de imprensa, inexistência de fábricas, ausência de livros, o controle da censura, a distância dos avançados centros culturais europeus e a forte opressão da Coroa. Vencendo a contínua determinação da metrópole em estabelecer a cultura de bens primários como a única competência local, não havendo qualquer política de Estado em educação, ciência e cultura.

As poucas e possíveis ações que existiram, nasceram das reuniões de alguns poucos intelectuais para discutir sobre conhecimento, cultura, sociedade e política – prática fundamental para formação do conceito de Nação. É claro que não podemos olhar para o conhecimento do século XVIII, aprisionados pelos conceitos do século XXI, quando a Ciência é composta por mais de 8 milhões de pesquisadores e mais de 4 milhões de estudantes (UNESCO, 2015), porém, temos que reconhecer o esforço daqueles que buscaram coletivamente, respostas às primeiras indagações de uma inteligência nacional que estava sendo formada. Esta é a História que precisa ser contada.

Bibliografia:

Fontes impressas e manuscritas:

ANDRADA E SILVA, J. B. (1797). IHGB - Coleção de Silva, JBA. *Plano de Estatutos para a Sociedade dos Physiophilos Lisbonenses*, LATA 191 doc. 11. Lisboa (manuscrito).

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

ANDRADA E SILVA, J. B. (1800). IHGB - Coleção de Silva, JBA. *Sociedade Phisophilos Conimbricenses, LATA 44 doc. 22*. Coimbra (manuscrito).

MULLER, J. G. (30 de junho de 1810). IHGB - Coleção Silva, JBA. *Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras, LATA 45 doc. 30*. Lisboa.

Estudos:

AFONSO, A. M. (1960), Breve História de Portugal (3a edição ed.), Porto, Porto Editora Lda. [consulta em 14 de julho de 2017]. Disponível em: <https://archive.org/stream/BreveHistoriaDePortugalAShortHistoryOfPortugalByAMartinsAfonso/BreveHistoriaDePortugal#page/n1/mode/2up>

ALVES, G. L. (2017), O trabalho didático na escola moderna: formas históricas, Campinas, SP, Autores Associados. [consulta em 5 de agosto de 2017]. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=r40tDwAAQBAJ&pg=PT51&lpg=PT51&dq=preceptor+s%C3%A9culo+XV&source=bl&ots=Rhw50a1AHP&sig=LSD6eEv8gxSj8lokKluCHXEGe9s&hl=pt-](https://books.google.com.br/books?id=r40tDwAAQBAJ&pg=PT51&lpg=PT51&dq=preceptor+s%C3%A9culo+XV&source=bl&ots=Rhw50a1AHP&sig=LSD6eEv8gxSj8lokKluCHXEGe9s&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjXj7ut98XVAhVCQZAKHbf4DxoQ6AEIKjAB#v=onepage&q=preceptor%20s%C3%A9culo%20XV&f=)

[BR&sa=X&ved=0ahUKEwjXj7ut98XVAhVCQZAKHbf4DxoQ6AEIKjAB#v=onepage&q=preceptor%20s%C3%A9culo%20XV&f=](https://books.google.com.br/books?id=r40tDwAAQBAJ&pg=PT51&lpg=PT51&dq=preceptor+s%C3%A9culo+XV&source=bl&ots=Rhw50a1AHP&sig=LSD6eEv8gxSj8lokKluCHXEGe9s&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjXj7ut98XVAhVCQZAKHbf4DxoQ6AEIKjAB#v=onepage&q=preceptor%20s%C3%A9culo%20XV&f=)

ANJOS, C. M. (2014), “O Movimento Arcádico no Brasil (1764-1794): Significado político e cultural da “Arcádia Ultramarina”” in Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Arte e história no mundo ibero-americano (séculos XV-XIX), 7, Belém, Editora Açai, pp. 31-44.

BARRETO, A.; & FIGUEIRAS, C. (2007), Origens da Universidade Brasileira, in Quim, Nova, 30, pp. 1780-1790. Fonte: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>

BARRETO, D. F. (1977), “De Brasiliae Rebus Pluribus: o primeiro livro impresso no Brasil”, RIHGB, 314, 51-74.

BOURDIEU, P. ; & DARBEL, A. (1966), L’amour de l’art: les musées et leur public, Paris, Minuit.

BRAGANÇA, J. O. (1978), “O «Sacramental» de Clemente Sanchez de Vercial e o seu comentário ao Pai-Nosso”, Didaskalia, 157-174.

BUESCU, J. (2016), *Matemática em Portugal - Uma questão de Educação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. [Consultado em 6 de agosto de 2017].

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=6dUkDAAAQBAJ&pg=PT11&lpg=PT11&dq=r%C3%ADticas+a+educa%C3%A7%C3%A3o+em+portugal+r%C3%B3mulo&source=bl&ots=gvXIpBLRyN&sig=CQOZviX0EqemoO4O8sA7H2mcSZk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiV9aWw_cXVAhXDGpAKHS3KAmY4ChDoAQgtMAE#v=onep

CANDIDO, A. (1999), *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes* (3a edição ed.). São Paulo: Humanitas/. [consulta em 5 de junho de 2017]. Disponível em: http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio_Candido_-_Literatura_e_Sociedade.pdf

CANDIDO, A. (2006), *Literatura e Sociedade* (9a edição revista pelo autor ed.), Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.

CARVALHO, R. d. (2001), *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano* (3a edição ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CHARTIER, R. (1994), “Do código ao monitos: a trajetória do escrito”, *Revista Estudos Avançados da USP*, 8, pp. 185-199.

DINIZ, F. (1826), “Historia Litteraria do Brasil”, *O Beija-Flor - Jornal de Instrução e Recreio*, pp. 163-168.

DUBOIS, E. T. (1987), “History of Universities” in *History of European Ideas* (Elsevier), 254-255.

FAFE, J. F. (2010), *A colonização portuguesa e emergência do Brasil*, Lisboa, Círculo Leitores e Temas e Debates.

FILGUEIRAS, C.; MARTINS, R. (2013), “A restauração de Portugal à modernidade no século XVIII”, in C. FIOLHAIS; C. SIMÕES; D. MARTINS, *História da Ciência Luso-Brasileira. Coimbra entre Portugal e Brasil* (pp. 101-108), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

FONDA, E. A. (1972), “A “Academia dos Felizes” (1770) e a poesia latina de Frei Antonio de Sant'Ana Galvão, Religioso Franciscano”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 13, pp. 67-84. Disponível em: [doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i13p67-84](http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i13p67-84)

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

FREYRE, G. (2006), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (51a ed. rev. ed.), São Paulo, Global.

GEERTZ, C. (1983), *The way we think now: toward an ethnography of modern thought. Further essays in interpretative anthropology*, 15C.

HOLANDA, S. B. (1995), *Raízes do Brasil* (26a. edição ed.), São Paulo, Companhia das Letras.

KURY, L. (2004), “Homens de ciência no Brasil: Impérios coloniais e circulação de informações”, in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online], 11 supl. 1, 109-129. [data de acesso] Disponível em: doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000400006>

LEOPOLDO, V. d.; PINHEIRO, J. (2015), “Programa Histórico (1839)”, In: F. VARELLA, M. OLIVEIRA, R. GONTIJO, *História e historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil: 1730-1860*, Porto Alegre, Edipucrs, p. 262.

LIMA, P. P. (2009), *Homens de ciência a serviço da coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822*, Tese de Mestrado em «História dos Descobrimentos e da Expansão». Lisboa, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa.

MARQUES, V. R. (2005), *Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779*, in *Educar*, n.º 25, 39-57.

MARTINS, D. R. (2012), “Brasileiros na Reforma Pombalina. Criando novos caminhos da Ciência entre Portugal e o Brasil”, in J. Paiva, J. Bernardes, *A Universidade de Coimbra e o Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 227 e ss .

MARTINS, W. (1977), *História da Inteligência Brasileira* [Vols. I (1550-1794)], São Paulo, Cultrix.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. (2002), “Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil”, in L. MASSARANI, I. MOREIRA, M. BRITO, *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*, Rio de Janeiro, Casa da Ciência, pp. 43-64.

MORAES, C. E. (2011), “A importância dos documentos letrários e não literários nos estudos do grupo de pesquisa "A escrita no Brasil Colonial e suas relações"”, *Revista Acta*, n.º 1, 1-7.

MORAIS, F. (1949), “Estudantes na Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, *Brasília*, IV, suplemento.

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

PEDROSA, F. M. (2003), “A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia. O movimento academicista e a academia brasílica dos esquecidos.”, Revista da SBHC, vol. I, pp. 21-28.

REIS, P. C. (2010), Ciências e Saberes no Rio de Janeiro Setecentista - o caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779), Niterói RJ, Selo Verde.

RIBEIRO, D. (1995), O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil (2a edição ed.), São Paulo, Editora Companhia das Letras. [consulta em 8 de dezembro de 2015].

Disponível em:
http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/ribeiro_darcy_povo_brasileiro_formacao_e_o_sentido_do_brasil.pdf

RIBEIRO JUNIOR, J. (2004), Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780, São Paulo, Hucitec.

RODRIGUES MOURA, E. (2009), “Manoel Botelho de Oliveira em Coimbra. A comédia Hay amigo para amigo (1663)”, Navegações, 2(n. 1), 31-38.

ROMERO, S. (1902), História da Literatura Brasileira: Fatores da Literatura Brasileira (2a edição melhorada pelo autor ed.). (L.-E. H. Garnier, Ed.) Rio de Janeiro. [consultada em 11 de junho de 2017]. Disponível em:
<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6569>

SAMPAIO, L. A. (2017), As mais antigas academias brasileiras de letras. Disponível em: União Brasileira de Escritores: <http://www.ubebr.com.br/post/artigos/as-mais-antigas-academias-brasileiras-de-letras-por-luiz-augusto-paranhos-sampaio>

SANTOS, C. M. (2012). O académico Ambicioso: D. António Álvares da Cunha e o aparecimento das academias em Portugal. Tese de Doutoramento Porto, Faculdade de Letras do Porto, Instituto de Estudos Ibéricos.

SANTOS, F. S. (2013), “Coimbra ou Berlin? Humboldt ou Pombal?”, in C. FIOLEAIS, C. SIMÕES, & D. MARTINS, História da Ciência Luso-Brasileira. Coimbra entre Portugal e Brasil, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 109-120.

SCHWARCZ, L. M. (2002), A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil, São Paulo, Companhia das Letras.

SIGAUD, J. F. (1844), Maladies du Brésil - statistique médicale de cet empire, Paris, Chez Fortin.

Simone Santana Rodrigues Elias, Décio Ruivo Martins – O papel das Academias para o nascimento da elite intelectual na América Portuguesa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 49-69
DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a4

SILVA, C. P. (2002), O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805, São Paulo, Annablume Editora.

UNESCO. (2015), Sciences Report: towards 2030, Paris, Unesco.

VARELA, A. G. (2006), "Juro-lhe pela honra de um bom vassalo e bom português": análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819), São Paulo, Annablume.

VARELA, A. G. (2009), Atividades científicas na "Bela e Bárbara" Capitania de São Paulo (1796-1823), São Paulo, Annablume.

Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917)

A Contribution to the analysis of the Portuguese Technocratic Elite of the 19th century: biographical sketch of engineer Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)

Une contribution à l'analyse de la élite technocratique portugaise du XIXème siècle: une esquisse biographique du ingénieur Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)

Una contribución al estudio de la élite tecnocrática portuguesa del siglo XIX: un esbozo biográfico del ingeniero Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)

Hugo Silveira Pereira

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, UNL
hugojose.pereira@gmail.com

Resumo: Durante a segunda metade do século XIX, a aplicação em Portugal da política de grandes obras públicas conhecida historicamente como Fontismo (em homenagem ao seu principal promotor, Fontes Pereira de Melo) foi permitida pela ação de uma elite de homens ligados à ciência e à tecnologia, que haviam contactado previamente com o ideário saint-simonista de progresso. Um dos membros dessa elite foi o engenheiro Manuel Afonso de Espregueira, cujo esboço biográfico faremos neste artigo, recorrendo ao conceito de *persona* de Marcel Mauss, reconfigurado como *persona* científica, direcionado em particular para a análise biográfica de indivíduos ligados à ciência e à tecnologia. Consultando um leque diversificado de fontes, espalhado por diversos arquivos e bibliotecas, acompanharemos o percurso de Espregueira no sentido de caracterizar a sua trajetória académica, técnica/profissional e política. O objetivo deste estudo é demonstrar a relevância da sua carreira para a política de melhoramentos materiais do Fontismo e para a formação da *persona* do engenheiro português de Oitocentos.

Palavras-chave: *persona* científica, Saint-Simonismo, Fontismo, Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Abstract: In the second half of the 19th century, in Portugal, an elite of men of science and technology, who had previously contacted with the saint-simonianist ideology, led the implementation of the public works programme historically known as Fontismo (after its main promoter, Fontes Pereira de Melo). One of the members of that elite was engineer Manuel Afonso de Espregueira. In this paper we will write his biographical sketch, using Marcel Mauss's concept of *persona*, reconfigured as scientific *persona* – created in particular for the biographical analysis of persons of science and technology. We will read on a varied array of primary sources, spread across sundry archives and libraries, in order to accompany the life path of Espregueira and characterize his academic, technical/professional and political course. In the end, we aim to illustrate the relevance of Espregueira's career for the public works agenda of Fontismo and for the formation of the *persona* of the Portuguese engineer of the 19th century.

Keywords: scientific *persona*, Saint-Simonianism, Fontismo, Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Résumé : Au cours de la seconde moitié du XIXe siècle, l'application au Portugal de la politique de grands travaux publics historiquement connu comme Fontismo (en l'honneur de son principal promoteur, Fontes Pereira de Melo) a été autorisé par l'action d'un homme d'élite lié à la science et à la technologie, qui avait déjà contacté l'idéologie saint-simoniste du progrès. L'un des membres de cette élite était l'ingénieur Manuel Afonso de Espregueira. Dans cet article, nous utilisons le concept de *personnage* de Marcel Mauss, reconfiguré comme *persona* scientifique. La consultation d'un large éventail de sources, réparties sur plusieurs fichiers et bibliothèques nous permis de suivre le chemin Espregueira afin de caractériser sa carrière universitaire, technique / professionnel et politique. L'objectif de cette étude est de démontrer la

Hugo Silveira Pereira – Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 70-93 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a5

pertinence de sa carrière à la politique d'amélioration matérielle du Fontismo et à la formation du personnage de l'ingénieur portugais du XIX siècle.

Mots-clés: Persona científica, saint-simonisme, Fontismo, société royale des chemins de fer portugais.

Resumen: Durante la segunda mitad del siglo XIX, la aplicación en Portugal de la política conocida como Fontismo (en honor a su principal promotor, Fontes Pereira de Melo) fue permitida por la acción de una élite vinculada a la ciencia y a la tecnología, que había contactado previamente con el ideario saint-simonista de progreso. Uno de los miembros de esa elite fue el ingeniero Manuel Afonso de Espregueira, cuyo esbozo biográfico haremos en este artículo, recurriendo al concepto de *persona* de Marcel Mauss, reconfigurado como persona científica, dirigido en particular para el análisis biográfico de individuos ligados a la ciencia y a la tecnología. Consultando un conjunto diversificado de fuentes, esparcido por diversos archivos y bibliotecas, acompañaremos el recorrido de Espregueira en el sentido de caracterizar su trayectoria académica, técnica / profesional y política. El objetivo de este estudio es demostrar la relevancia de su carrera para la mejora material de la política Fontismo y la formación de la personalidad del ingeniero portugués del siglo XIX.

Palabras clave: persona científica, Saint-Simonismo, Fontismo, Compañía Real de los Ferrocarriles Portugueses.

1. Introdução: objeto de estudo, objetivos e metodologia

O século XIX foi marcado pela influência da ciência e da tecnologia na sociedade e cultura europeias (Kohlrausch, et al., 2014: X). Ainda que com algum atraso em relação aos países do Norte da Europa, Portugal enveredou também por uma estratégia que, assente em primados científicos e tecnológicos, prometia colocar o país na senda do progresso (Saraiva, 2007).

Na aplicação destes preceitos, uma classe socioprofissional revelou-se fundamental: os engenheiros. Embora estes profissionais já desenvolvessem a sua atividade em Portugal há décadas, é com a política de melhoramentos materiais do Fontismo e com a frequência de prestigiadas escolas europeias (em Paris, Gand, Liège, Metz e Freiburg) que se afirmaram na sociedade portuguesa e contribuíram decisivamente para a difusão do conceito de progresso e a formação do conceito de nação (Diogo, 2003: 14; Macedo, 2009: 9-15; Saraiva, 2007).

A Regeneração valorizou e solidificou a importância do *know-how* dos engenheiros, que, por seu lado, partilhavam da mesma noção de progresso defendida pelo Fontismo, muito embora nem sempre se revissem no conservadorismo político de Fontes Pereira de Melo e seus correligionários (Matos et al., 2003; Matos, Diogo, 2009a; Macedo, 2009: 111-129).

Em suma, estabeleceu-se uma relação simbiótica entre o poder político e o conhecimento técnico: os engenheiros tinham interesse na política de melhoramentos materiais para garantirem emprego e granjearem prestígio social; o Fontismo precisava deles para implementar a sua política de fomento. Esta simbiose prolongou-se durante

toda a Regeneração (e até depois da crise da década de 1890), sobrevivendo inclusive à suspensão do programa de melhoramentos materiais no final da década de 1860 (Pereira, 2016): quando em 1868 o Partido Reformista extinguiu o Corpo de Engenharia Civil, os engenheiros mantiveram a pressão em favor do investimento em obras públicas ao formarem a Associação de Engenheiros Civis Portugueses, que, a partir de inícios da década de 1870, se instituiu como parceiro qualificado do Estado, emitindo pareceres tanto em resposta a solicitações diretas como por sua iniciativa espontânea (Rodrigues, 1999: 67-70; Rodrigues, 2003: 81-2).

A classe dos engenheiros, como elite tecnocrática, e a sua influência sobre o Portugal do século XIX, encontra-se já bem estudada e analisada, desde os trabalhos seminiais de Rodrigues ou Diogo aos mais recentes estudos de Saraiva ou Macedo (citados anteriormente). Contudo, falta uma caracterização da *persona* do engenheiro português de Oitocentos, algo que só um exame individual dos diversos técnicos permitirá atingir. Neste artigo, pretendemos contribuir para esta tarefa, analisando o percurso de Manuel Afonso de Espregueira. Recorreremos para tal à metodologia da biografia, tomando em especial atenção o conceito de *persona* científica (Daston, et al., 2003).

Há muito que a biografia deixou de ser menosprezada por procurar as histórias individuais em detrimento da história total dos *Annales* (Le Goff, 1995). Atualmente já não é considerada pela academia como um método de análise demasiado próximo da literatura de ficção (Rollet et al., 2012: 11), *under-theorized and – heaven forbid – ‘popular’* (Hayford, 2016: 21). Embora ainda seja criticada por recorrer a interpretações de senso comum, a metodologia é usada sem inibições científicas como uma demonstração de maturidade na análise histórica (Fernandes, 2010: 20-3; Le Goff, 1989; Sardica, 2005: 21-3).

No panorama académico nacional têm surgido desde a década de 90 do século passado, várias análises biográficas sobre os protagonistas do Fontismo, desde logo sobre os monarcas que presidiram aos destinos da nação (Carneiro, 2005), mas também sobre outros atores políticos e financeiros, como o próprio Fontes (Mónica, 1999), o duque de Ávila (Sardica, 2005) ou o marquês da Foz (Santos, 2014). Os parlamentares que compuseram as câmaras legislativas ao longo da Regeneração foram também alvo de

pequenos exercícios biográficos (Mónica, 2005-6), bem como alguns engenheiros, médicos e cientistas que implementaram a política de fomento fontista¹.

Ao elaborar uma biografia, é importante não ter medo do *acontecimento*, que é o que dá sentido à análise (Le Goff, 1995: 11-2), até porque “a história não pode perder toda a relação com a narrativa sob pena de deixar de ser história” (Bonifácio, 1999: 97-124). Não se pode, contudo, esquecer que a biografia não deve ser apenas um relato prosopográfico (Le Goff, 1995: 12); (Levi, 1989: 1328-33), mas deve procurar *la signification historique générale d'une vie individuelle* (Rollet et al., 2012: 13) e enriquecer o conhecimento sobre a sociedade/classe do biografado (Bourdieu, 1986: 72; Nye, 2006: 323-4; Terrall, 2016: 308).

Neste sentido, o conceito de *persona* de Mauss, reconfigurado em *persona científica* será muito útil. Por *persona*, entende-se uma *cultural identity that simultaneously shapes the individual in body and mind and creates a collective with a shared and recognizable physiognomy*, podendo assim materializar-se num papel social, numa profissão ou numa vocação (Daston et al., 2003: 2-3), neste caso, na profissão de engenheiro como agente de progresso. A análise da trajetória biográfica individual possibilitará testar até que ponto o biografado seguia as normas sociais do seu grupo e/ou contra elas tentava ir, e assim determinar o grau de liberdade do indivíduo face à sua própria *persona* (Levi, 1989: 1330-4).

As fontes usadas privilegiarão a carreira pública de Espregueira, uma vez que os registos sobre a sua vida privada são reduzidos. Esta é aliás a regra no panorama arquivístico português, já que poucos foram os membros das elites nacionais que deixaram fundos documentais pessoais (Moreira, 1998: 53).

2. Anos de formação e início de carreira

Manuel Afonso de Espregueira nasceu em Viana do Castelo a 5.6.1833, filho de Mateus dos Santos Barbosa e de Teresa Afonso Barbosa Abragão (1956: 487); Costa (2005); Cruz (2006); Moreira (2005-6)². Cresceu no seio de uma família da alta burguesia

¹ Ver projeto Biografias do CIUHCT. Disponível em: www.ciuhct.com/index.php/pt/biografias.html [consultado em 15/7/2017].

² Arquivo Histórico Militar (AHM), cx. 1193, processo individual de Manuel Afonso de Espregueira. Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), índice de alunos, letra E, f. 339. Algumas fontes apontam

Hugo Silveira Pereira – Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 70-93 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a5

do Alto Minho, detentora do grande vínculo de Santo António da Espregueira (em Barcelos), que daria origem ao sobrenome do nosso biografado (Q. (1873); Sousa et al., 2002: 291).

Entrou em 1849 na Universidade de Coimbra³, tendo frequentado a partir de 1850 o curso preparatório para engenharia da Escola Politécnica de Lisboa (Macedo, 2009: 79). Em 1850, apresentou-se como voluntário no Regimento de Infantaria 3, tornando-se oficial (alferes) em 1856. Era um jovem alto, com cerca de 1,90 m, olhos e cabelos castanhos. Neste período, obteve diversas licenças para estudos na Universidade de Coimbra, nos cursos de Matemática e Filosofia. Em 1854, bacharelou-se em Matemática e logo após inscreveu-se no curso de Engenharia da Escola do Exército, o qual concluiu dois anos depois, simultaneamente com os de Infantaria e Estado-Maior (1856) (Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; Moreira, 2005-6; Q., 1873 AHM, cx. 1193...).

Até aqui, Espregueira seguiu um percurso semelhante ao de muitos dos seus colegas, adquirindo uma formação técnica híbrida (civil e militar), algo que na altura era praticamente obrigatório, já que os militares monopolizavam as instituições que formavam engenheiros. Aliás, fora precisamente este carácter híbrido que dera origem à Escola do Exército, que, durante muitos anos, formou os técnicos de que o país carecia (Macedo, 2009: 26, 34-8, 45 e 59-76; Matos et al., 2009a; Matos et al. 2009b: 79-88; Rodrigues, 1999: 74-5).

Após obter o diploma de engenheiro, Espregueira entrou em maio de 1857 no Ministério das Obras Públicas (MOP), *emprestado* pelo Ministério da Guerra (o seu empregador⁴), na direção de Obras Públicas do Minho, sendo colocado nas obras do porto de Viana e de Caminha (AHM, cx. 1193... AHMOP, Espregueira...).

para o ano de 1835, no entanto, nada consta nos registos paroquiais de batismo de Viana do Castelo daquele ano, razão pela qual optamos pela data de 1833.

³ AUC, índice de alunos, letra E, f. 339. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), Espregueira, Manuel Afonso de processo individual.

⁴ Espregueira manteve-se ligado ao Exército até ao final da sua carreira, ascendendo às patentes de tenente (1868), capitão (1873), major (1880), tenente-coronel (1883), coronel (1899), general de brigada (1899) e general de divisão (1901), antes de ser colocado na reserva em 1902 e de se reformar em 1907, apesar de em 1866 ter optado definitivamente pelo serviço das Obras Públicas, onde chegou às graduações de engenheiro subalterno (1857), engenheiro de primeira classe (1886), inspetor de obras públicas (idem), engenheiro-chefe de primeira classe (1892), inspetor graduado (idem), inspetor de segunda classe (1899), inspetor (idem), inspetor permanente (1901) e inspetor geral (1902). AHM, cx. 1193... AHMOP, Espregueira...

Ao ingressar na carreira pública, Espregueira continuou a seguir a trajetória tipo da sua geração. O Fontismo precisava de técnicos para planejar, projetar e executar as obras do fomento e estava naturalmente interessado nos engenheiros que saíam da Escola do Exército. Por outro lado, a iniciativa privada em obras públicas era incipiente e não oferecia a mesma estabilidade que o funcionalismo público. Até à época, as companhias privadas que se haviam formado para a construção de grandes obras públicas tinham falhado nos seus intentos: a Companhia das Obras Públicas de Portugal, que pretendia centralizar diversos projetos de fomento (Mata, 1999); a Viação Portuense, no sector rodoviário (Meneses et al., 1853); e a Companhia Central Peninsular, no sector ferroviário (Pereira, 2012: 160).

Espregueira não se ficou pelo Minho por muito tempo, já que em 1859 foi um dos selecionados pelo governo para aprofundar a sua formação na *École de Ponts et Chaussées* de Paris (Q., 1873; Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; AHM, cx. 1193... AHMOP, Espregueira...).

A frequência por parte de jovens técnicos nacionais de prestigiadas escolas europeias era uma prática que se verificava desde meados da primeira metade do século XIX. Os primeiros governos da Regeneração incentivaram este movimento, financiando os custos da formação, ainda que apenas a um pequeno grupo. A escassez da oferta formativa levou os executivos nacionais a financiar um treino complementar em instituições de Paris, mas também de Gand, Metz, Freiburg e Liège (Matos, 2009: 180-5).

Espregueira permaneceu na *École*, como *élève externe*, até 1862. O curso gaulês tinha uma forte componente prática, obrigando os seus alunos a visitar estaleiros de construção, portos e caminhos-de-ferro, de modo que até 1864 Espregueira viajou até aos palcos de obras públicas de Inglaterra, Itália, Bélgica e Holanda, numa experiência que o apetrechou decisivamente para os desafios técnicos que enfrentaria ao longo da sua carreira (Q., 1873; Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; Moreira, 2005-6).

Espregueira não só aprimorou os seus conhecimentos técnicos e de economia política, como contactou em primeira mão com a ideologia saint-simoniana que subjazeu ao Fontismo. O Saint-Simonismo postulava uma maior intervenção do Estado na sociedade, que, sob supervisão de uma elite tecnocrata, promovesse a construção de grandes obras públicas e vastas redes de comunicação para fomentar a circulação de

peças, bens e capitais. Era a noção de Estado-engenheiro que então surgia e que Espregueira abraçou também (Macedo, 2009: 117-9; Vleuten, 2006: 289).

3. Especialista em hidráulica

Em 1864, regressou a Portugal e à histórica e persistente questão do melhoramento da barra do Douro e da construção de um ancoradouro artificial no Porto (Q., 1873; Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; Moreira, 2005-6). Era a sua primeira grande comissão, que lhe dava a oportunidade de mostrar, não só a indispensabilidade dos engenheiros para o projeto da Regeneração, mas também a capacidade dos técnicos nacionais para a execução desse grandioso plano.

A problemática da barra do Douro perdurava desde pelo menos o século XVIII. Vários projetos foram elaborados, mas nenhum resolvia o problema do assoreamento da foz do rio, começando a surgir os primeiros alvites sobre a construção de um novo ancoradouro fora da cidade, em Leixões (Sousa et al., 2002: 23-76).

Espegueira baseou-se nos estudos dos britânicos Rennie e Freebody para também ele concluir pela inutilidade de obras de melhoramento na foz do Douro e pela necessidade da abertura de um novo porto em Leixões. Partindo dos projetos daqueles engenheiros, elaborou um projeto definitivo, o qual apresentou em 17.3.1865, acompanhado da respetiva memória descritiva (à boa maneira da escola francesa), ao diretor-geral de Obras Públicas, Caetano Alberto da Maia.

Citando exemplos de outros portos europeus, Espregueira estipulou um orçamento de 4 mil contos, que deveria ser angariado e executado pelo Estado e nunca por uma companhia privada, tal como aliás recomendava o credo saint-simoniano. O valor era substancialmente elevado, mas viável, tendo em conta o efeito que a nova infraestrutura teria sobre a região Norte. O aumento da atividade económica produziria um incremento da matéria coletável, pelo qual o tesouro recuperaria o investimento entretanto feito. Era a forma matricial do Fontismo, que acompanharia toda a política económica nacional até à bancarrota de 1892 (Alegria, 1988), a qual foi também incorporada por Espregueira.

Beneficiando também dos seus conhecimentos de Economia Política, Espregueira não se limitou aos aspetos técnicos da obra e tratou dos detalhes económico-financeiros da mesma, sobretudo sobre o modo de angariação do capital – hipoteca dos rendimentos

da Alfândega do Porto e novo imposto sobre os navios entrados na barra do Douro (Espregueira, 1874).

O projeto acabou por ser exibido na Exposição Internacional do Porto de 1865 no Palácio de Cristal, sendo também elogiado e aprovado, em 1868, pelo Conselho Superior de Obras Públicas, o órgão ministerial que reunia a elite da engenharia nacional e que aconselhava diretamente o governo sobre as mais importantes questões de fomento, salvo modificações que os trabalhos no terreno recomendassem. No entanto, a empreitada só seria realizada em 1883, seguindo o projeto de Coode e Nogueira Soares para um porto de abrigo em Leixões (Sousa et al., 2002: 23-76).

O seu trabalho no Porto granjeou-lhe fama como especialista em questões hidráulicas, pelo que, depois do Porto, foi enviado para a Figueira da Foz em finais de 1865, incumbido de missão semelhante, como diretor das obras da barra da cidade e do melhoramento dos campos do Mondego (Q., 1873; Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; Moreira, 2005-6).

No porto da Figueira, pouco ou nada podia fazer, em virtude das limitações naturais do mesmo: “não deve nunca alimentar-se a vaidosa esperança de que o porto e a barra da Figueira possam tornar-se de primeira ordem”, como afirmaria mais tarde o engenheiro Adolfo Loureiro (Loureiro, 1904-9: vol. 2, 107, 116, 151, 164, 195 e 234).

Em relação aos campos do Mondego, a questão respeitava à expansão da orizicultura desde 1856, “envolvida, desde o primeiro momento, numa acesa controvérsia em que se opunham interesses económicos e questões de higiene pública, considerando-se os arrozais prejudiciais à saúde”. Desde aquela altura se previa realizar obras de encanamento do rio, saneamento dos terrenos adjacentes e extinção dos arrozais (Vaquinhas, 1991: 689-91). Espregueira começou por denunciar várias irregularidades cometidas na administração dos campos do Mondego, sendo encarregado de elaborar, com João da Câmara, o higienista, Macedo Pinto, e o lente de Direito, Pais da Silva Júnior, um parecer em que identificasse essas anomalias e o modo de as corrigir. Em 1867, o relatório estava pronto (Comissão, 1869), dando origem à lei de 26.12.1867, que previa o reordenamento agrícola e hidráulico da bacia do Mondego (COLP, 1867: 774-8). Contudo, as irregularidades mantiveram-se por longos anos, nunca sendo resolvidas em virtude da hesitação legislativa dos sucessivos governos sobre a restrição ou expansão da cultura do arroz (Vaquinhas, 1991: 700-2).

Durante esta comissão, Espregueira acumulou outra função, desde 1866, na Primeira Circunscrição Hidráulica, que compreendia todos os portos a norte do Mondego exceto Aveiro. Aqui, executou tarefas de rotina nas barras de Esposende, Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Viana do Castelo, antes de se mudar de armas e bagagens, em 1871, para Ponta Delgada, incumbido da obra de melhoria do porto local (Q., 1873; Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; Moreira, 2005-6). A tarefa era considerada uma das mais desafiantes do sector, de tal modo que só seria definitivamente concluída em 1942 (Cordeiro, 2012: vol. 1, 289).

4. Na Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses (CR)

Até esta altura, Afonso de Espregueira tinha seguido a trajetória habitual do engenheiro português de obras públicas, maioritariamente dedicada ao serviço público. Mas em 1872 inovou ao iniciar uma carreira de direção no sector privado, na CR (Q., 1873; Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; Moreira, 2005-6).

A colaboração com a iniciativa privada não era inédita. Anteriormente, alguns engenheiros tinham tido comissões em empresas de obras públicas: Gromicho Couceiro na Central Peninsular⁵, Garcês e Calheiros e Meneses na Viação Portuense (Meneses et al., 1853) ou Nunes de Aguiar no projeto ferroviário Porto-Vigo (Aguiar, 1858). Contudo, nunca nenhum tinha desempenhado cargos diretivos. Deste modo, a sua nomeação para diretor-geral da CR foi um marco na história da elite técnica nacional e na formação da *persona* científica do engenheiro português.

A CR tinha sido criada em 1860 pelo espanhol José de Salamanca para construir os caminhos-de-ferro do Norte (Porto-Lisboa) e Leste (Lisboa-Badajoz). Era uma empresa detida e gerida na sua maioria por capital e *know-how* francês. Com Salamanca como empreiteiro-geral da construção, a companhia desempenhou-se rapidamente da sua tarefa, tendo inaugurado em 1863 e 1864 aquelas duas linhas (a do Norte, somente até Gaia, faltando a travessia do Douro) (Salgueiro, 2008: 18-38). A exploração, contudo, ficou aquém do esperado, tendo a companhia responsabilizado o Estado pela sua situação e exigido apoios financeiros, ameaçando manobrar junto da Bolsa de Paris para impedir a cotação de títulos de dívida portugueses (Pereira, 2016: 258). Para piorar a sua imagem

⁵ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas AHMOP, Couceiro, José Anselmo Gromicho, processo individual.

pública, em 1871, Le François, um dos seus diretores, envolveu-se numa cena de pugilato com o fiscal do governo, Nunes de Aguiar, que interditara a circulação ferroviária na ponte da linha do Leste sobre o Tejo, argumentando que estava em risco de ruína (Salgueiro, 2008: 49-50).

Para limitar a contestação, a empresa afastou Le François e convidou Espregueira para o seu lugar. Embora a nomeação tivesse contornos políticos, era também o reconhecimento oficial da sua competência em particular e da proficiência dos engenheiros portugueses em geral. Espregueira teve sobre os seus ombros a missão de demonstrar que os técnicos nacionais podiam gerir uma companhia ferroviária mais bem que os seus colegas estrangeiros e de facto desempenhou-a com sucesso até ser afastado em 1884 (Salgueiro, 2008: 143)⁶.

A sua atuação foi particularmente decisiva na resolução do problema da travessia do Douro, que a CR não resolvia, alegando falta de disponibilidade financeira. O processo arrastou-se até à década de 1870. Espregueira apresentou um novo projeto para a ponte entre a serra do Pilar e o monte do Seminário, que foi depois implementado por Pedro Inácio Lopes e Gustave Eiffel. Demonstrando uma vez mais que um engenheiro não se devia quedar pelos aspetos técnicos das suas obras, Espregueira envolveu-se na negociação do financiamento com o governo e com investidores privados. Em 1877, a ponte foi finalmente inaugurada (Abragão, 1956: 487).

Além deste negócio, o diretor-geral participou nas combinações que levaram a CR a investir diretamente em caminhos-de-ferro espanhóis, os quais se viriam a revelar ruinosos (Santos, 2014: 71-119).

Apesar das suas novas responsabilidades, Espregueira continuou a colaborar com o MOP e com os seus camaradas na recém-formada Associação de Engenheiros Cívicos Portugueses (da qual foi sócio fundador em 1869). Participou com a sua *expertise* na discussão dos projetos da nova Alfândega de Lisboa (1872), nos melhoramentos no porto da capital (1883) e na regulamentação dos serviços hidrográficos do Reino (1884).

Nestes afazeres, acabou por protagonizar uma situação de conflito de interesses, que evidenciou que a opinião dos engenheiros também estava sujeita a ser influenciada por motivações não-técnicas e interesses empresariais (Pinheiro, 2008: 180). Entre 1875

⁶ A entrada na CR concedeu-lhe estabilidade suficiente para contrair matrimónio, em 7.7.1873 com Maria Rosa da Silva São Miguel, com quem teve dois filhos (Maria Adriana e Manuel da Silva).

e 1877, discutiu-se na Associação o plano da rede ferroviária nacional. Uma das ligações a Espanha preferidas pelos técnicos nacionais era a da Beira Baixa, que seguia sempre pelo vale do Tejo até cruzar a fronteira em Monfortinho-Malpartida de Plasencia. Espregueira foi o único a defender uma alternativa pelo Alto Alentejo em direção a Cáceres, que era também a única que interessava à CR: mais fácil e barata de assentar e servido diretamente as minas de fosfatos espanholas locais. Já o país perdia a mais rápida ligação de Lisboa a Espanha e à Europa, pois a construção do ramal de Cáceres inviabilizou o assentamento da linha da Beira Baixa, em virtude da proximidade entre as duas vias. Além, disso a rede ficava com uma nova ferrovia que, do ponto de vista militar, estava completamente desprotegida (Pereira, 2011: 282-8). Embora o ramal de Cáceres e a linha da Beira Baixa teoricamente concretizasse o ideal saint-simoniano de aproximar as diferentes nações, Espregueira defendeu a opção que privilegiava a agenda da sua companhia, mesmo que esta fosse contra o interesse nacional.

O governo acabaria efetivamente por optar por Cáceres. A decisão foi também determinada pela falta de vontade de Espanha em continuar a linha da Beira Baixa no seu território, mas a ação da CR revelou-se igualmente determinante para o desfecho deste processo (Pereira, 2017: 184-6).

5. Entre a CR e o MOP

Em 1884, Espregueira saiu da CR, na sequência da infame *assembleia-geral selvagem* de 13.9.1884. Numa decisão inédita da mesa, as procurações dos acionistas estrangeiros não foram consideradas válidas, o que, pela primeira vez na história da empresa, deu a maioria absoluta aos votantes portugueses. Os acionistas aceitaram a concessão governamental da linha da Beira Baixa (entre Abrantes, Covilhã e Guarda) e a imposição governamental de a direção ter uma maioria de portugueses. O evento representou o culminar da luta entre dois sindicatos financeiros pelo domínio da empresa: o grupo Burnay, que era afastado, e o grupo Foz, que passava a controlar a firma. Espregueira, que se havia manifestado contra a concessão da Beira Baixa naquelas condições e estava conotado com o grupo Burnay, foi naturalmente afastado (Salgueiro, 2008: 52-3; Santos, 2014: 33-5).

Regressou assim ao MOP, que o enviou aos estaleiros de obras públicas de França, Bélgica e Holanda com o objetivo de analisar as estações marítimas de caminhos-de-

ferro, tendo em vista o grandioso projeto governamental de melhorar o porto de Lisboa (AHMOP (Espregueira...)). Especificamente em Antuérpia, centrou a sua análise na ligação do porto com as respetivas estações ferroviárias, nos meios de exploração da infraestrutura e na participação de outras entidades que não o Estado na sua operação. Concluiu que o sucesso de Antuérpia se devia à ação combinada com os caminhos-de-ferro do Estado, que permitiam grandes facilidades de trânsito de mercadorias e passageiros (Espregueira, 1886).

Quando regressou a Portugal, passou a servir na Junta Consultiva de Obras Públicas até 1890 (Pereira, 2012a: anexo 6), sucessor do Conselho Superior. Em 1888, acumulou este cargo com o de vogal da Comissão Superior de Guerra, instituição criada no seio do Ministério da Guerra para, em conjunto com as companhias ferroviárias, estudar a influência dos caminhos-de-ferro sobre a movimentação de tropas em campanha. Ambas as nomeações eram o atestado da sua capacidade e prestígio entre os engenheiros nacionais.

Simultaneamente, o seu saber, experiência e autoridade foram chamados a diversas comissões sobre os mais diferenciados assuntos: caminhos-de-ferro ao norte do Mondego (1886) e Douro (1890), alterações no corpo de engenharia civil (1886-1887), vistoria aos teatros S. Carlos e D. Maria (1887), entreposto comercial de Lisboa (1887), delegado aos congressos de caminhos-de-ferro (1887 e 1889), sistema de esgotos da capital (1888), obras do porto e barra da Figueira (1888), avaliação das reclamações dos empreiteiros da linha do Algarve (1889), avaliação dos trabalhos realizados nas linhas de Salamanca à fronteira portuguesa (1889) e avaliação do projeto do novo edifício dos Correios (1889) (Espregueira, 1890b; Espregueira et al., 1889; Pereira, 2015: 51).

Em 1890, regressou à CR como diretor-geral, sucedendo a Pedro Inácio Lopes, que o substituíra em 1884 (Abragão, 1956: 491; Santos, 2014: 41). Assumiu a pasta dos investimentos ferroviários da empresa em Espanha e representou-a na Comissão Superior de Guerra até 1893. O regresso ao sector privado não o impediu de continuar a colaborar com os serviços públicos (nas questões das obras do porto de Lisboa em 1893 e do sistema de tarifação do transporte ferroviário em 1894), malgrado o potencial conflito de interesses no que respeitava ao ancoradouro da capital: a CR encontrava-se nesse momento a construir a linha de Cascais que estava incluída no projeto do porto (Pereira,

2012a: 220). Em 1894, Espregueira abandonou o cargo de diretor-geral, mas manteve-se ligado à CR até final da sua vida, como engenheiro-consultor.

De regresso ao MOP, e até final da Monarquia, voltou à discussão das questões sobre os melhoramentos do Tejo (1895), corpo de engenharia civil (1897), porto de Lisboa (1898) e congressos de caminhos-de-ferro (1909). Foi também incumbido do estudo de novas questões ligadas à resistência de pontes metálicas (1897, 1901 e 1906), rede de estradas (1898), inspeção das direções de Obras Públicas de Coimbra, Santarém e Castelo Branco (1898), adaptação de estradas ordinárias ao assentamento de vias férreas (1902) e caminho-de-ferro de Coimbra a Arganil (1903). Regressou à Junta Consultiva, já então rebatizada de Conselho Superior de Obras Públicas (1901), onde se manteve até 1911.

6. Carreira política

Paralelamente à sua carreira técnica, Espregueira desenvolveu uma importante carreira política, como parlamentar e ministro, e, com menor relevância, como autarca na zona de influência da sua família, na câmara de Arcos de Valdevez (1888, 1890 e 1898) (Abragão, 1956: 487; Moreira, 2005-6).

A sua estreia no legislativo ocorreu em 1869, como deputado das listas do Partido Histórico pelo círculo de Viana do Castelo. Foi novamente eleito, um ano depois, pelo mesmo partido e círculo eleitoral (Moreira, 2005-6).

Contudo, só 20 anos depois assumiu uma posição de maior relevo na política nacional. Em 1887, voltou ao parlamento, sendo sucessivamente eleito até à implantação da República, sempre pelo Partido Progressista – um dos partidos do sistema rotativista bipartidário dos anos finais da Regeneração (Sousa et al., 2004: 229-45) – e sempre por círculos do Minho (Arcos de Valdevez em 1897, Viana do Castelo em todas as outras). Só não integrou o parlamento de 1896, o infame *Solar dos Barrigas*, constituído apenas por deputados do Partido Regenerador por o Partido Progressista não ter concorrido em protesto contra a lei eleitoral de 1895 (Almeida et al., 2012: 21-2). Sem ser um parlamentar particularmente assíduo nos debates, orava sempre de forma acutilante, de tal modo que, na sequência de uma discussão mais acesa, bateu-se em duelo com o deputado Caeiro da Mata (Moreira, 2005-6).

Interveio sobretudo em questões da sua arte, começando por se destacar na discussão sobre as obras do porto de Lisboa, ao rebater as acusações do deputado e engenheiro regenerador, Pedro Vítor. Nos discursos de 2-4.5.1888, Espregueira não só defendeu politicamente o projeto do governo como sustentou a autoridade dos cálculos e dos engenheiros que o haviam elaborado, revelando-se inclusivamente magoado por aquilo que considerava o amesquinamento que a oposição fazia do trabalho dos seus camaradas (Espregueira, 1888).

Interveio novamente na discussão do apoio financeiro ao conglomerado bancário português que construía em Espanha as linhas de Salamanca a Barca d'Alva e Vilar Formoso. Já anteriormente, Espregueira fora um dos membros da comissão que avaliaria negativamente os trabalhos de execução e os contornos financeiros da empreitada (Espregueira et al., 1889). No parlamento, alinou-se com o governo progressista e defendeu a necessidade da intervenção estatal, aproveitando para criticar o governo regenerador por ter dado origem à questão em 1882 (Espregueira, 1889)⁷. A posição de Espregueira beneficiava também os interesses de Burnay, seu antigo aliado na CR, que estava na altura interessado no arrendamento das linhas do Minho e Douro (Lima, 2009: 574; Pereira, 2012a: 143).

Envolveu-se ainda em discussões de fomento colonial como as das linhas de Moçâmedes (Espregueira, 1890^a)⁸ e Benguela (1902) (Moreira, 2005-6). Embora reconhecesse que o futuro nacional passava pelo ultramar, defendeu que os melhoramentos nas colónias não podiam implicar o esquecimento de províncias da metrópole, sobretudo em Trás-os-Montes e Minho.

Apesar de ser um influente local em Viana, raramente atuou como deputado de campanário. Além daquela alusão à necessidade de investir no Minho, discorreu em 1897 em prol de um caminho-de-ferro americano entre Valença e Monção e em 1902 a favor da linha do vale do Lima entre Ponte de Lima e Viana do Castelo (Pereira, 2012b).

Foi também um parlamentar muito ativo no debate de questões económico-financeiras, publicando em 1896 *As despesas públicas e a administração financeira do Estado*. Apesar de admitir que o exagero de expectativas com a política de fomento tinha causado dano financeiro a Portugal, entendia que a despesa com os melhoramentos

⁷ Sobre as linhas de Salamanca, ver Sousa (1978).

⁸ Sobre o investimento ferroviário colonial português, ver Marçal (2016: 219-452).

materiais não fora a responsável pelo desequilíbrio das finanças públicas, que antes se ficou a dever ao recurso constante ao crédito para cobrir os défices anuais e ao desvio de empréstimos destinados ao fomento para aquele mesmo fim. Apelou a uma completa reorganização do Tesouro que passava na sua opinião pela disponibilização de um maior volume de informação, pela moderação das despesas ordinárias aos recursos ordinários e pela extinção do défice de modo a voltar a merecer a confiança estrangeira.

Por estas ideias, pela sua experiência à frente da CR e pela sua influência dentro do Partido Progressista, assumiu a vice-presidência (1895) e a presidência da câmara dos deputados (1890 e 1897) e sobraçou a pasta da Fazenda em dois gabinetes de Luciano de Castro (1898-1900 e 1904-1905), no governo da Acalmação de Ferreira do Amaral (1908) e no executivo de Campos Henriques (1909), tendo, entretanto, (1905) ascendido ao pariato (Abragão, 1956: 487; Costa, 2005; Cruz, 2006; Moreira, 2005-6). Apesar de algumas polémicas relativas ao contrato dos tabacos – que beneficiava, uma vez mais, Burnay (Mónica, 1992: 473) –, a uma alegada preferência dada ao Banco Lisboa & Açores (a cujo Conselho Fiscal pertenceu em 1903-7) no financiamento da construção da linha da Suazilândia (Moreira, 2005-6), e à CR, a sua ação ministerial foi alcunhada de *la bonne ménagère* por ter regularizado a situação financeira do País após o convénio de 1902 (Espregueira, 1902; Moreira 2005-6).

7. Últimos anos

Espregueira continuou a sua carreira profissional e política até final do regime monárquico, o qual considerava “o melhor penhor e garantia da nossa independência”, ao passo que a República era sinónimo de cesarismo e caos (Espregueira, 1908).

Assim, não é de estranhar que o golpe do 5.10.1910 tenha posto um ponto final na sua carreira. Dois meses depois da implantação da República, Espregueira foi suspenso de toda a atividade. Em maio seguinte, foi compulsivamente colocado em inatividade, exonerado do Conselho Superior e de todos os cargos do MOP e demitido do Exército. Exilou-se em Paris e depois Bruxelas, onde estudou a organização económica e administrativa de França e Bélgica. Regressou a Portugal em 1917, para participar na

Revolução de Dezembro⁹, mas acabaria por morrer dias depois do regresso, a 28, na sua casa em Viana do Castelo (Moreira, 2005-6).

8. Conclusão

Quando da sua morte, Espregueira era um conceituado membro da elite engenharia nacional, ainda que ejetado dos círculos do saber técnico em virtude das suas convicções monárquicas. Ao longo da sua carreira, empregou as ideias saint-simonianas na implementação do programa fontista de melhoramentos materiais, sobretudo nos campos da hidráulica, da construção e melhoramento de barras, rios e portos e do sector ferroviário. Assumiu-se assim como agente de modernidade, comum a toda a classe e característica da *persona científica* do engenheiro português de Oitocentos.

A sua ação foi particularmente determinante no planeamento do Fontismo e não tanto na sua execução no terreno (ao contrário de alguns dos seus camaradas que sempre preferiram o trabalho de estaleiro). No parlamento, no governo e nos órgãos consultivos do MOP, Espregueira colaborou para a construção de uma agenda de progresso, que não se limitava apenas aos projetos materiais, envolvendo ainda aspetos ligados à economia política do Reino. Esta vocação para uma planificação de gabinete e para a atividade política pura e simples ao invés de uma faina no estaleiro de construção não era algo de inédito na caracterização da *persona* do engenheiro português do século XIX: muitos técnicos (Lobo d'Ávila, Plácido Abreu, Pedro Vítor, o próprio Fontes) tiveram longas carreiras nos órgãos de decisão e de consultoria sobre obras públicas e melhoramentos materiais, contribuindo para a planificação para a visão de progresso prometida pelo saint-simonismo. Espregueira assumiu também esta vertente e contribuiu para a solidificação da imagem de funcionário do Estado-engenheiro.

Cooperou igualmente para uma inovação na *persona* do engenheiro português da Regeneração, ao se afirmar como técnico ao serviço da iniciativa privada. Como vimos, até à década de 1870, eram poucos os engenheiros nacionais que se tinham empregado em companhias privadas no sector ferroviário. Manuel Afonso de Espregueira inaugura um período em que a perícia portuguesa se passa a associar também à iniciativa privada no caminho-de-ferro, o que acabou também por reforçar o sentimento de nacionalismo

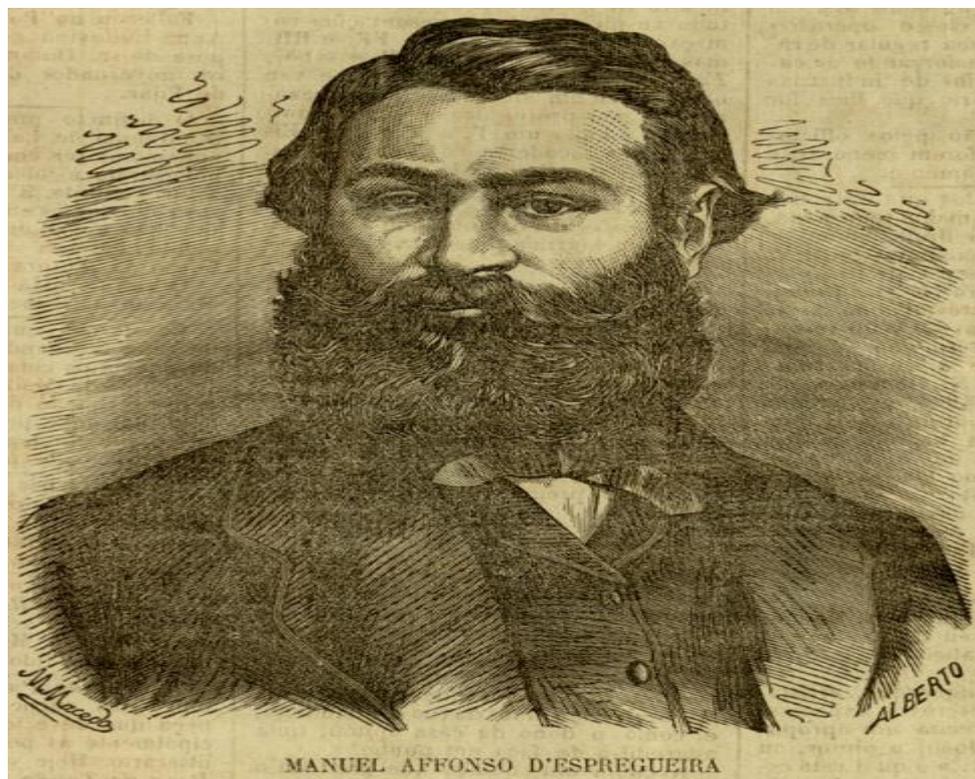
⁹ Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), *Diário do Senado*, 31.7.1918, n.º 007, pp. 7-8 (intervenção do Conde de Azevedo).

tecnológico. A seguir a si, técnicos como Pedro Inácio Lopes ou Xavier Cordeiro destacaram-se na direção da CR (Salgueiro, 2008: 64). Em novas firmas ferroviárias entretanto criadas, nota-se também uma maior presença lusa em cargos de gestão, como por exemplo, com Almeida Pinheiro e Dinis Moreira da Mota na Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, criada em 1886 (Pereira et al., 2017). No próprio sector empresarial do Estado (linhas do Minho e Douro e do Sul e Sueste), a direção da construção e operação foi entregue a diversos engenheiros portugueses, como Lourenço de Carvalho, Justino Teixeira ou Miguel Carlos Correia Pais, para citar alguns nomes (Macedo, 2009: 198 e ss; Pereira, 2012a: 395).

Todavia, ao enveredar por uma carreira no sector privado, Espregueira acabou igualmente por demonstrar que os engenheiros, ao invés de serem agentes objetivos de modernidade e defensores do interesse público (Macedo, 2009: 138 e ss), podiam também ser permeáveis à defesa de outros interesses, como se verificou sobretudo no seu mandato como diretor-geral da CR, mas também durante a sua passagem pelo Lisboa & Açores e em sequência da sua relação pessoal com Burnay.

Apêndice

Figura 1



Espegueira com cerca de 40 anos (Q., 1873)

Figura 1



Espegueira na fase final da sua vida e carreira (Ocidente: 29)

Bibliografia:

Fontes:

Arquivo Histórico Militar (AHM) - processo individual de Manuel Afonso de Espregueira, cx. 1193,.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), índice de alunos, letra E, f. 339

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), Espregueira, Manuel Afonso de, processo individual

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas AHMOP, Couceiro, José Anselmo Gromicho, processo individual.

Collecção Official de Legislação Portuguesa (COLP), 1867, pp. 774-8

Collecção Official de Legislação Portuguesa, 1888, pp. 100-1.

O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro, n.º 1048, pp. 29.

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), *Diario do Senado*, 31.7.1918, n.º 007, pp. 7-8 (intervenção do Conde de Azevedo).

COMISSÃO Nomeada por Decreto de 9 de Agosto de 1866 (1869), *Relatorio dirigido a S. Ex.ª o Ministro das Obras Publicas*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Estudos:

ABRAGÃO, F. Q. (1956), “No Centenário dos Caminhos de Ferro em Portugal”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 1652, pp. 472-509.

AGUIAR, J. N. (1858), *Caminho de ferro Porto-Vigo. Anteprojecto*, [S. l.], [s. n.].

ALEGRIA, M. F. (1988), “Política ferroviária do Fontismo. Aspectos da construção e do financiamento da rede”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, pp. 43-64.

ALMEIDA, P. T.; MORENO LUZÓN, J. (2012), *Das urnas ao hemiciclo. Eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, AR.

BONIFÁCIO, M. F. (1999), *Apologia da história política. Estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal.

BOURDIEU, P. (1986), “L’illusion biographique”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 62, n.º 3, pp. 69-72.

CARNEIRO, R., ed. (2005), *Reis de Portugal*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

Hugo Silveira Pereira – Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 70-93 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a5

CORDEIRO, J. M. L. (2012), “The man behind the Tua railway: chief engineer Dinis Moreira da Mota”, in A. McCants, E. Beira, J. M. L. Cordeiro, P. B. Lourenço (eds.), *Railroads in Historical Context: construction, costs and consequences*, Porto, U. Minho; MIT Portugal Program; EDP, vol. 1, pp. 275-290.

COSTA, A. J. P. (2005), “Manuel Afonso de Espregueira. General de Divisão (1835-1917)”, in A. J. P. Costa (ed.), *Os Generais do Exército Portugêses*, Lisboa, Biblioteca do Exército, vol. 2, t. 2, pp. 363-4.

CRUZ, M. P., ed. (2006), *Dos secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos ministros das Finanças (1788-2006): uma iconografia*, Lisboa, Ministério das Finanças.

DASTON, L.; SIBUM, H. O. (2003), “Introduction: scientific personae and their histories”, *Science in Context*, vol. 16, n.º 1/2, pp. 1-8.

DIOGO, M. P. (2003), “Engenharia e Modernidade. Os Engenheiros Portugueses entre as Obras Públicas e a Indústria”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, n.º 88, 13-17.

ESPREGUEIRA, M. A. (1874), *Memoria descriptiva do projecto de um porto de abrigo em Leixões*, Lisboa, IN.

— (1886), *Missao de estudo ao porto de Antuerpia*, Lisboa, IN.

— (1888), *A Interpellação sobre as obras do Porto de Lisboa*, Lisboa, IN.

— (1889), *A questão Leixões-Salamanca*, Lisboa, IN.

— (1890a), *Caminho de Ferro de Mossamedes*, Lisboa, IN.

— (1890b), “Conclusão da rede de caminhos de ferro entre o Douro e o Minho”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha*, n.º 49, pp. 1-2.

— (1896), *As despesas publicas e a administração financeira do Estado*, Lisboa: IN.

— (1902), *Negociações para o convenio sobre a divida externa portugueza*, Lisboa, Empresa da História de Portugal.

— (1908), *Lista civil e joias da Coroa*, Lisboa, IN.

ESPREGUEIRA, M. A.; TEIXEIRA, A. C. J.; CARVALHO, A. L. S. (1889), *Caminhos de ferro de Salamanca á fronteira de Portugal. Relatorio ácerca do custo da sua construcção*, Porto, Tipografia de Fonseca Vasconcelos.

FERNANDES, P. J. (2010), *Mariano Cirilo de Carvalho. O “Poder Oculto” do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Texto.

Hugo Silveira Pereira – Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 70-93 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a5

HAYFORD, C. W. (2016), “Where’s the omelet? Bad king Deng and the challenges of biography and history”, *The Journal of Asian Studies*, n.º 75, pp. 19-30.

KOHLRAUSCH M.; TRISCHLER H. (2014), *Building Europe on Expertise. Innovators, Organizers, Networkers*, Nova York, Palgrave-Macmillan.

Le GOFF, J. (1989) “Comment écrire une biographie historique aujourd’hui?”, *Le Débat*, n.º 54, pp. 48-53.

— (1995), “Writing historical biography today”, *Current Sociology*, n.º 11, pp. 11-7.

LEVI, G. (1989), “Les usages de la biographie”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 44, n.º 6, pp. 1325-36.

LIMA, N. M. (2009), “Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista”, *Análise Social*, vol. 44, n.º 192, pp. 565-588.

LOUREIRO, A. (1904-9), *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. 2, Lisboa, IN.

MACEDO, M. C. (2009), *Projectar e construir a Nação: engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*, Tese de Doutoramento em Arquitetura, Coimbra, U. Coimbra.

MARÇAL, B. J. N. (2016), *Um império projectado pelo «silvo da locomotiva». O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)*, Tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia, Lisboa, U. NOVA Lisboa.

MATA, M. E. (1999), “A Companhia das Obras Públicas de Portugal”, *Estudos de Economia*, vol. 19, n.º 1, pp. 43-66.

MATOS, A. C. (2009), “Asserting the Portuguese civil engineering identity: the role played by the École des Ponts et Chaussées”, in A. C. Matos; M. P. Diogo; I. Gouzévitch; A. Grelon (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, Lisboa, Colibri, pp. 177-208.

MATOS, A. C.; DIOGO, M. P. — (2009a), “Bringing it all back home: Portuguese engineers and their travels of learning (1850-1900)”, *Journal of History of Science and Technology*, n.º 1 [consulta em 9/7/2017]. Disponível em: www.johost.eu.

— (2009b), “From the École des Ponts et Chaussées to Portuguese railways: the transfer of Technological Knowledge and Practices” in M. Pinheiro (ed.), *Railway Modernization: an Historical Perspective (19th-20th centuries)*, Lisboa, CEHCP-ISCTE-IUL, pp. 77-90.

Hugo Silveira Pereira – Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 70-93 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a5

MATOS, A. C.; SANTOS, M. L.; DIOGO, M. P. (2003), “As raízes da engenharia em Portugal” in J. M. B. Brito; M. Heitor; M. F. Rollo (eds.), *Engenho e Obra. Uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, D. Quixote, pp. 127-31.

MENESES, S. L. C.; GARCÊS, B. J. (1853), *Duas palavras acerca da Companhia Viação Portuense*, Porto, Tipografia Comercial.

MÓNICA, M. F. (1992), “Negócios e política: os tabacos (1800-1890)”, *Análise Social*, vol. 27, n.º 116-7, 461-79.

— (1999), *Fontes Pereira de Melo*, Porto, Afrontamento.

— dir. (2005-6), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Lisboa, ICS.

MOREIRA, F., org. (1998), *José Luciano de Castro. Correspondência Política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal.

— (2005-6), “Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)” in M. F. Mónica, ed., *Dicionário Biográfico Parlamentar*, Lisboa, ICS, vol. 2, pp. 66-8.

NYE, M. J. (2006), “Scientific biography: history of science by another means”, *Isis*, vol. 97, n.º 2, pp. 322-9.

PEREIRA, H. S. (2011), “Caminhos-de-ferro da Beira (1845-1893)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 11, pp. 273-95.

— (2012a), *A política ferroviária nacional (1845-1899)*, Tese de Doutoramento em História, Porto, U. Porto.

— (2012b), “Caminhos-de-ferro no Alto Minho (1845-1915)”, *Estudos Regionais: Revista de Cultura do Alto Minho*, n.º 6, pp. 191-203.

— (2015), *Os Beças, João da Cruz e Costa Serrão: protagonistas da linha de Bragança*, Porto, U. Minho; MIT Portugal Program; EDP.

— (2016), “«A marcha imoderada de um falso progresso»: o reformismo, uma impossível alternativa ao Fontismo?”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série 4, n.º 6, pp. 251-68.

— (2017), “The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century”, *History and Technology*, vol. 33, n.º 2, 175-195.

PEREIRA, H. S.; CORDEIRO, J. M. L. (2017), “Protagonistas: Almeida Pinheiro, José Beça e Dinis Moreira da Mota”, in H. S. Pereira (ed.), *A linha do Tua (1851-2008)*, Porto, Afrontamento; EDP, pp. 135-53.

Hugo Silveira Pereira – Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 70-93 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a5

PINHEIRO, M. (2008), *Cidade e caminhos de ferro*, Lisboa, CEHCP.

PRATA, A. (2011), *Políticas Portuárias na I República (1880-1929)*, Lisboa, Caleidoscópio.

Q. (1873), “Manoel Affonso d’Espregueira”, *Diario Illustrado*, p. 1.

RODRIGUES, M. L. (1999), *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta.

— (2003), “Engenharia e sociedade: a profissão de engenheiro em Portugal” in J. M. B. Brito; M. Heitor; M. F. Rollo (eds.), *Engenho e Obra. Uma abordagem à história da Engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, D. Quixote, pp. 81-97.

ROLLET, L.; NABONNAND, P. (2012), “Définir, classer, compter: biographie et prosopographie en histoire des sciences”, in L. Rollet; P. Nabonnand (eds.), *Les uns et les autres: biographies et prosopographies en histoire des sciences*, Nancy, Presses Universitaires, pp. 11-25.

SALGUEIRO, A. S. G. (2008), *A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, 1859-1891*, Tese de Mestrado em História, Lisboa, U. NOVA Lisboa.

SANTOS, L. (2014), *Tristão Guedes de Queirós Correia Castelo Branco, 1.º marquês da Foz: um capitalista português nos finais do século XIX*, Porto: U. Minho; MIT Portugal Program; EDP.

SARAIVA, T. (2007), “Inventing the Technological Nation: the Example of Portugal (1851-1898)”, *History and Technology*, vol. 23, nº 3, pp. 263-73.

SARDICA, J. M. (2005), *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, D. Quixote.

SANTOS, L. (2014), *Tristão Guedes de Queirós Correia Castelo Branco, 1º Marquês da Foz: um capitalista português nos finais do século XIX*, Porto, U. Minho; MIT Portugal Program; EDP.

SOUSA, F. (1978), “A Salamancada e a Crise Bancária do Porto”, *Nummus*, vol. 2, nº 1, pp. 131-60.

SOUSA, F.; ALVES, J. F. (2002), *Leixões: uma história portuária*, Porto, Porto de Leixões.

SOUSA, F.; GONÇALVES, S. (2002), *Os governadores civis do Distrito de Vila Real*, Porto, CEPSE.

SOUSA, F.; MARQUES, A. H. O. (2004), “Portugal e a Regeneração (1851-1900)”, in J. Serrão; A. H. O. Marques (eds.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, vol. 10.

Hugo Silveira Pereira – Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917) – *História. Revista da FLUP. IV Série.* Vol. 7, nº 2. 2017. 70-93 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2a5

TERRALL, M. (2016), “Biography as cultural history of science”, *Isis*, vol. 97, n.º 2, pp. 306-313.

VAQUINHAS, I. M. (1991), “Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-88”, *Análise Social*, vol. 26, n.º 112-3, pp. 689-703.

VLEUTEN, E. (2006), “Understanding Network Societies. Two Decades of Large Technical System Studies”, in E. Vleuten; A. Kaijser (eds.), *Networking Europe. Transnational Infrastructures and the Shaping of Europe, 1850-2000*, Sagamore Beach, Science History Publications, 279-314.

Pedro Silva Rei – Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. DOI: 94-115 10.21747/0871164X/hist7_2a6

**Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa.
O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello.**

**Ascend in the ecclesiastical hierarchy in the twilight of the Portuguese monarchy.
The last cardinal-chaplain of Bragança: António Mendes Bello.**

**Escalader la hiérarchie ecclésiastique au crépuscule de la monarchie portugaise.
Le dernier cardinal-chapelain de Bragança: António Mendes Bello.**

**Ascender en la jerarquía eclesiástica en el crepúsculo de la monarquía portuguesa.
El último cardenal capellán de los Braganza: António Mendes Bello.**

Pedro Silva Rei
Mestre em História Contemporânea, FCSHumanas, U. Nova de Lisboa
pedrojsrei@gmail.com

Resumo: Situado no período cronológico do fim monarquia portuguesa, o presente trabalho pretendeu indagar, por meio da decomposição do magistério de um bispo, a importância das lideranças eclesiásticas enquanto elites socio-religiosas. Dito de outro modo, destrinchando o percurso eclesiástico de Mendes Bello até ao topo da hierarquia católica do reino, procurámos compreender as dinâmicas e os agentes determinantes no processo de mobilidade social dos hierarcas católicos em Portugal, contribuindo para a sua afirmação enquanto elite societária.

Palavras-chave: Mendes Bello, Bispo, Liderança, Igreja.

Abstract: In the chronological period of the Portuguese Monarchy, the present work aimed to investigate, through the decomposition of the magisterium of a bishop, the importance of ecclesiastical leaderships as socio-religious elites. In other words, by demarcating Mendes Bello's ecclesiastical path to the top of the Catholic hierarchy of the kingdom, we sought to understand the dynamics and determinant factors in the process of social mobility of Catholic hierarchies in Portugal, contributing to their affirmation as a corporate elite.

Keywords: Mendes Bello, Bishop, Leadership, Church.

Résumé : Dans la période chronologique de la monarchie portugaise, le présent article visait à étudier, par la décomposition du magistère d'un évêque, l'importance des dirigeants ecclésiastiques comme élites socioreligieuses. En d'autres termes, en délimitant le chemin ecclésiastique de Mendes Bello vers le haut de la hiérarchie catholique du royaume, nous avons cherché à comprendre la dynamique et les agents déterminants dans le processus de la mobilité sociale des hiérarchies catholiques au Portugal, contribuant à leur affirmation en tant qu'élite social.

Mots-clés: Mendes Bello, évêque, leadership, église.

Resumen: En el período cronológico del fin de la Monarquía portuguesa, el presente trabajo pretendió indagar, por medio de la descomposición del magisterio de un obispo, la importancia de los liderazgos eclesiásticos como elites socio-religiosas. En otras palabras, investigando el recorrido eclesiástico de Mendes Bello hasta la cima de la jerarquía católica del reino, intentamos comprender las dinámicas y los agentes determinantes en el proceso de la movilidad social de los jerarcas católicos en Portugal, contribuyendo a su afirmación como élite societaria.

Palabras clave: Mendes Bello, Obispo, Liderazgo, Iglesia.

Introdução

Se no ambiente literário português de oitocentos a figura do eclesiástico emerge como protagonista em muitas das tramas romanceadas, no cenário historiográfico, em

contraste, os estudos sobre o papel e o percurso das lideranças eclesiásticas, enquanto elite socio-religiosa, permanecem ainda escassos, impossibilitando uma reconstrução abrangente do perfil dos sujeitos que nele se inscrevem. Assim, na sequência dos trabalhos de Adélio Abreu (2005), Carlos Azevedo (2009), Senra Coelho (2010) e Sérgio Pinto (2013) torna-se necessário retomar o estudo do processo de constituição de uma elite que, enquanto eclesiástica, interage nas sociedades contemporâneas adquirindo um protagonismo transversal às dimensões social, política e cultural.

Neste sentido, pretendemos lançar nova luz ao tema por meio do estudo do *cursus honorum* de António Mendes Bello enquanto bispo, indagando a carreira ascensora de um eclesiástico português que, na viragem do século XIX para o XX, alcançaria o topo da hierarquia católica como patriarca de Lisboa. Deste modo, com base nas fontes da imprensa e da diplomacia da época, temos como objetivo revisitar o seu protagonismo no seio da Igreja portuguesa no crepúsculo da monarquia através da averiguação dos processos de nomeação para os quais fora proposto, identificando as dioceses em questão e analisando as problemáticas político-eclesiásticas que envolveram as suas nomeações.

Assumindo este percurso individual como parâmetro de observação, procuraremos refletir sobre os dinamismos inerentes à formação dos episcopados na contemporaneidade, desde logo ao identificar os mecanismos de mobilidade eclesiástica que à data determinavam os itinerários de ascensão dos hierarcas católicos, bem como os critérios políticos e eclesiásticos que definiam as escolhas dos bispos portugueses no período em análise. Portanto, tendo em conta estes objetivos, tentaremos responder às seguintes questões: Como se caracteriza a ascensão hierárquica do último capelão-mor da casa real? Quais as geografias que pontuam o seu percurso? Que agentes determinam a promoção deste bispo até ao topo da hierarquia e quais os fundamentos que a justificam?

Tudo isto, atendendo o contexto político-ecclesial no qual o sujeito se compreende, nomeadamente, o panorama de decadentismo pátrio e o sentimento de regeneração nacional, a crise do rotativismo monárquico e o recrudescimento da oposição republicana em Portugal; bem como a reconfiguração do movimento católico contemporâneo nos pontificados de Leão XIII e Pio X, combatendo a modernidade com a ordenação de um catolicismo militante, política e socialmente interventivo (Ferreira, 2007: 31-39).

O itinerário pré-episcopal: geografias de formação.

Nascido em Gouveia, em junho de 1842, no seio de uma família pouco abastada, António Mendes Bello, ainda jovem, principiaria o seu percurso formativo em Coimbra em meados da década de 50, onde completaria o curso eclesiástico e o bacharelato em Direito, frequentando o Seminário e a Universidade respetivamente. É sobretudo nesta que o jovem padre se defronta com as diversas mundividências que caracterizam a sua geração de condiscípulos que compunham a academia da época, não se escusando ao debate (Almeida, 1970: 498).

Neste sentido, considerando a elitização do ensino superior, a lista de alunos da Faculdade de Direito era constituída por muitos dos nomes que, a breve trecho, formariam não só a elite governativa da monarquia azul e branca, como também parte da oposição republicana: jovens como Manuel de Arriaga, Eça de Queirós, Teófilo de Braga, Emídio Navarro, Lopo Vaz, Manuel de Assumpção, Júlio de Vilhena, Hintze Ribeiro e Guerra Junqueiro. Isto é, uma elite constituída por alguns dos «meninos bacharéis», que alcançariam a liderança dos partidos rotativos nos anos 80, e outros tantos que estariam na génese da Geração de 70 (Ramos, 2014: 133). Na academia, a reputação de Mendes Bello decorria do serviço de assistência espiritual que o jovem padre prestava como membro da capelania universitária assim como da exposição do estudante no quadro de honra da Faculdade ao longo do quinquénio do curso. Através deste percurso obteria o grau de bacharel em Direito, o qual lhe permitia, posteriormente, ingressar e progredir no funcionalismo público do Estado Liberal, uma vez que, na disposição jurídica do liberalismo, o papel «funcional e utilitário» do clero secular era delimitado a partir da administração civil, entendido como «agente da morigeração das populações e da “civilização” das mesmas» (Pinto, 2013: 28).

Ultimado o percurso académico em junho 1870 – defendida a dissertação e declinado o convite para integrar o magistério universitário – o bacharel Mendes Bello, depois de exercer advocacia em Gouveia, integra a máquina administrativa do Estado iniciando a sua carreira eclesiástica como professor de teologia – no liceu do Funchal e no Seminário de Elvas – e como pároco colado da vila de Seda, em Alter-do-Chão. Seria em Elvas, onde permaneceu até ser nomeado para Pinhel, que Mendes Bello faria a sua primeira experiência como administrador diocesano, sendo nele depositada a regência da

diocese quando da ausência do governador, granjeando, como agradecimento, o assento no cabido da Sé de Cabo Verde (Almeida, 1970: 489).

Efetivamente, no fim do pontificado de Pio IX, em outubro de 1874, a carreira eclesiástica do bacharel António Mendes Bello, entretanto com 32 anos, prosseguiria, por indicação do primeiro Governo de Fontes Pereira de Melo, como governador do bispado de Pinhel, dinamizando-o com um cunho vincadamente pastoral, apesar do vaticínio da extinção diocesana – exercício, que lhe valeu a confiança do então patriarca de Lisboa, Inácio Cardoso, que o nomeia Desembargador da Relação e Cúria patriarcal. Seis anos volvidos, no verão de 1881, seria transferido para a diocese de Aveiro, onde, por indicação régia, aos 38 anos, assumiu as mesmas funções que exercera em Pinhel. Todavia, tendo em conta o plano de redefinição da malha diocesana negociada entre Lisboa e Roma, a Mendes Bello competia-lhe liderar o último governo de gestão daquela diocese, condicionando a atuação do governador que se conservaria na cidade do Vouga até à supressão diocesana em 1882 (Neto, 1998: 92-96).

Desta forma, sob o signo da reforma diocesana e da conseqüente extinção das duas dioceses pombalinas, o trabalho de Mendes Bello enquanto governador de Pinhel e Aveiro seria o de ultimar a gerência diocesana preparando a repartição daquelas circunscrições eclesiásticas nas dioceses de Coimbra, Porto, Viseu e Guarda. Assim, no processo de reformulação da malha diocesana, Mendes Bello exerceria um magistério enquanto administrador de transição, empenhando-se na disciplinação doutrinária dos fiéis e do clero, na solvência financeira das Sés, e na preservação do património catedralício (Clemente, 1997: 25). Neste sentido, em ambas as geografias, António Bello inscreve-se no quadro dos últimos administradores diocesanos que, mesmo transitórios, operaram a passagem «das prelaturas políticas às prelaturas pastorais». Como defende Manuel Clemente: «Os governadores que se sucederam até ao fim da diocese provinham em geral da vida paroquial ou/e da administração diocesana. Isto é, foi-se avançando da prelázia de corte para a especificidade eclesiástico-pastoral. Uma evolução exteriormente controlada, é certo, pelo regalismo sete ou oitocentista. [...]. [Desse modo,] os seus prelados integraram-se na caracterização geral dos respectivos congéneres do constitucionalismo: acatavam o novo regime político e procuravam administrar sem grandes rasgos os aspectos religiosos do Estado português.» (Clemente, 1997: 28-33).

Em síntese, procurámos estabelecer até aqui a cartografia da carreira eclesiástica pré-episcopal de António Mendes Bello, onde figuram como eixo as cidades de Coimbra, Pinhel e Aveiro. Aquela como referência de formação e amadurecimento intelectual e estas como pistas de maturação ministerial mediante a aplicação do seu magistério, enquanto membro da máquina administrativa do Estado, na realidade pastoral daquelas geografias. Não esquecendo ainda os seus primeiros anos como professor de teologia nos seminários do reino que, juntamente com estes encargos diocesanos, lhe forneciam um conhecimento empírico das labutas inerentes à gerência eclesial. Afinal, um percurso característico de um padre bacharel, funcionário público do Estado liberal, que faria dele, no limiar da sua ascensão episcopal, um agente participante e executor do processo de reorganização diocesana da Igreja portuguesa no início dos anos 80 do século XIX.

Vigário-geral em Lisboa com insígnias episcopais

O panorama eclesiástico da Lisboa patriarcal nos anos 80 de oitocentos ficaria marcado, entre outras questões, pelo alargamento da área administrativa diocesana e pela chegada de um novo bispo à capital. Com efeito, com a execução do processo de reorganização diocesana confirmado por Leão XIII na bula *Gravissimum Christi*, em setembro de 1881, muitas das paróquias a sul da extinta diocese de Leiria integrariam a malha administrativa do Patriarcado – alargando-se, pois, a rede paroquial, e a dimensão populacional, sob a alçada do prelado lisbonense, ampliando a jurisdição daquele, e do seu Vigário, a uma vasta área geográfica que se estenderia do sul de Leiria até aos limites de Setúbal, abrangendo também parte do distrito de Santarém. (Clemente, 2001:108).

Após a entrada de D. José Neto no Patriarcado, e por ocasião da transferência de D. José Honorato da Cúria patriarcal para Sé de Braga em agosto de 1883, tornou-se necessário a designação de um novo prelado como Vigário-geral para Lisboa. Um cargo que no panorama simbólico do Patriarcado tinha como função a coadjuvação do patriarca na gestão da Cúria diocesana, sendo desempenhado por um bispo com a prerrogativa titular de arcebispo de Mitilene. Contudo, como era norma, seriam os trâmites diplomáticos entre a Santa Sé e o Executivo que ditariam a escolha do novo prelado.

Entroncado este processo no decurso de transferência de um novo núncio apostólico para Lisboa, a nomeação do novo arcebispo de Mitilene decorreria, primeiramente, de um imperativo de provimento das dioceses desocupadas desde a última

nomeação geral de bispos ocorrida em abril de 1883. Assim, instalado Vincenzo Vanutelli como novo núncio na corte de D. Luís em outubro de 1883, iniciar-se-iam as diligências necessárias para a escolha de um novo Vigário-geral, processo no qual o Governo de Fontes proporia a Roma, no fim daquele ano, a candidatura do antigo administrador das extintas dioceses de Pinhel e Aveiro – nome que, por sua vez, não seria indiferente a alguns dos membros do terceiro Ministério fontista, dada a presença no Executivo ora de Lopo Vaz ora de Hintze Ribeiro, ambos conhecidos de Mendes Bello desde os tempos da academia coimbrã.

Pese embora a notória preterição deste tema na correspondência diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tudo indica que a candidatura do antigo governador de Aveiro, entretanto com 41 anos, seria aceite, por intermédio de Vannutelli e por parte da diplomacia vaticana. Como confirma aliás o próprio cardeal Ludovico Jacobini, Secretário de Estado da Santa Sé, ao encarregado de negócios português em novembro de 1883, ao sublinhar o agrado da Cúria romana perante tal nomeação, afirmando que «estava muito satisfeito desta acertada escolha para Vigário capitular do Patriarchado» uma vez que «tinha recebido do Nuncio as melhores informações acêrca do Rev.º Dr. Antonio Mendes Bello», e que o referido bacharel gozava de prestígio «por ser [...] muito digno e inteligente para ir ocupar tão importante logar»¹.

É pois, a partir desta métrica, elogiando a sua inteligência e os seus desvelos impressos nos cargos administrativos desempenhados até ao momento, que a imprensa lisboeta da época afeta aos partidos políticos do rotativismo vai decifrar a nomeação do jovem arcebispo para a mitra de Mitilene: apresentando o novo titular como «um padre ilustrado, depois de ter sido em Coimbra um estudante distinto», tendo «exercido com notavel zelo e gravidade importantes cargos de administração ecclesiastica no paiz»². Segundo a pena dos redactores regeneradores do *Diário Illustrado* (D.I.) o referido presbítero evidenciar-se-ia pelo facto de ter sido, na sua vida académica, considerado pela Universidade «como filho benemerito pelos privilegios do talento, tenacidade do estudo, e conducta briosa e honesta com que esmaltou os favores da natureza»; bem como pelos sucessos que o mesmo padre alcançara no desempenho das suas funções, uma vez que

¹ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), *Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano, Cx 259, Mç 2-1883, nº 41.*

² *Diário Popular* (D.P.), 28 de abril 1884: 1.

«não administrava pela rotina» mas, ao invés, «geria os negócios públicos com ilustrada superioridade» – e, nas dioceses onde exerceu, não «afrouxou os zelos, nem diminuiu o tino governativo, nem desmereceu o nome que lá deixaram os seus mais distintos e preclaros antecessores.» (D.I., 29 de junho 1884: 1). Por outras palavras, a nomeação de Mendes Bello para arcebispo de Mitilene na Cúria patriarcal, apesar de concertada entre o Ministério de Fontes e a Cúria romana, por intermédio de Vincenzo Vannutelli, só pode ser apreendida na íntegra à luz dos postulados agora enunciados: ora a sua ilustração eclesiástica e jurídica, cultivada em Coimbra, ora as suas atividades administrativas na gerência diocesana, exercida em Pinhel e Aveiro, não esquecendo, entretanto, as suas simpatias políticas com os regeneradores. Este processo culminaria na sua nomeação como Arcebispo por parte do Executivo a 27 de novembro de 1883 e a sua confirmação por Roma a 24 de março seguinte, recebendo as insígnias episcopais em Lisboa a 27 de abril de 1884.

O mesmo é dizer, o início de um novo ministério que, apesar de inserido num panorama de rejuvenescimento da equipa prelatícia do Patriarcado, prognosticava já novos encargos para o jovem prelado, uma vez que este, segundo a imprensa regeneradora sua simpatizante, ao exercer o seu sacerdócio «sem roçar as vestes prelatícias no tremedal das paixões dos partidos», e dedicando-se apenas no serviço «a Deus e à pátria», despertaria as atenções de «qualquer ministro d'estado, que saiba antepor o esplendor da religião e a dignidade da igreja aos compromissos do corrilho ou às lamurias da afilhadagem, há de fazer do nosso arcebispo in partibus um prelado efectivo». Por conseguinte, aos olhos da imprensa regeneradora, o lugar de Vigário-geral do Patriarcado não seria «o derradeiro marco miliario da carreira» de Mendes Bello, esforçando-se por apresentar um bispo seu partidário como um prelado politicamente isento e apto para assumir novos encargos mais relevantes no panorama dos altos dignatários do reino (D. I., 29 de junho 1884: 1). Neste sentido, segundo a opinião dos regeneradores, a arquidiocese de Mitilene funcionaria no processo de progressão episcopal de Mendes Bello – como funcionou, aliás, na carreira eclesiástica de alguns dos seus pares, como Manuel Bento Rodrigues, António Freitas Honorato, Gaudêncio Pereira, Manuel Baptista da Cunha ou Manuel Vieira de Matos – como um primeiro ofício a partir do qual o referido bispo, com o patrocínio dos seus partidários políticos, ascenderia na hierarquia

católica, sendo posteriormente promovido a encargos prelatícios mais relevantes no quadro da administração pública-eclesiástica do reino (Almeida, 1970: 485-490).

O báculo do Algarve e o provimento de uma diocese vacante.

A questão da vacatura da diocese algarvia, arrastada desde os anos 70 do século XIX, mediante a prossecução de um clima de inflexibilidade negocial entre Portugal e o Vaticano, viria a ser retomada por parte da Santa Sé na década de 80, quando da nomeação do novo patriarca de Lisboa.

Após o afastamento do nuncio mons. Aloisi Masella em novembro de 1883 e da sua substituição pelo Mons. Vicenzo Vanutelli, a Santa Sé insiste na oportunidade de renegociar com o Executivo de Lisboa uma nova nomeação, recebendo instruções a fim do retomar conversações para o provimento da vacatura do Algarve. Com efeito, seria mediante a capacidade conciliadora do nuncio, e a influência do cardeal Américo Ferreira do Porto junto da Coroa, que se alcançaria uma resolução satisfatória para a diocese algarvia. Assim sendo, não abrindo mão dos desejos do Governo da promoção episcopal do professor catedrático de Coimbra Aires Gouveia, nem declinando à sua não eleição para a Sé de Faro, como era o desejo da Santa Sé, o novo diplomata e o cardeal do Porto, vão gerir o impasse a fim de apresentar uma solução alterativa: nomear Aires Gouveia para Comissário Geral da Bula de Cruzada, e apostar, em sintonia, na sua renúncia à Sé de Faro a fim de prover um outro eclesiástico do agrado de Roma (Abreu, 2005: 204).

No decurso do processo, depois de impedidas pelo Governo as candidaturas de João Cardoso de Meneses e de Agostinho Barreto para a cátedra algarvia – considerado aquele como simpatizante miguelista e este como conflituoso para com as autoridades civis – Vanutelli e o bispo do Porto apresentariam a nomeação do arcebispo de Mitilene, Mendes Bello, à data com 42 anos, para a diocese vacante, a fim de elevar João Rebelo de Meneses à Vigararia-geral do Patriarcado, transferido posteriormente para Lamego. Esta solução encontraria respaldo positivo no seio do Executivo de Fontes Pereira de Mello (Abreu, 2005: 221).

Deste modo, sendo D. António um bispo conhecido de Vanutelli e dos ministros fontistas – uma vez que ambos já o tinham apresentado como candidato ao título arquiépiscopal de Mitilene e tendo em conta a permanência no Governo de seus antigos discípulos de Coimbra – o seu nome aparece em setembro de 1884, como um dos

candidatos apresentados pelo Ministério à Cúria vaticana, e por esta aceite. Como relata Costa Cabral, Marquês de Tomar, sobre os negócios relativos às nomeações dos novos prelados «não apresentou Sua Eminencia a menor duvida sobre o resultado final dos processos, dando-me logo a certeza, [...] [de] que o Exmo. Arcebispo de Mitylene, [...] seria confirmado e preconizado Bispo de Faro [...] tudo conforme as propostas e desejos de Sua Magestade». D. António foi posteriormente confirmado por Roma e deu entrada na diocese nos inícios de fevereiro de 1885 (AHD-MNE, *Correspondência...* Cx 259, Mç 4-1884, nº 24). Neste panorama, o lançamento do seu nome à liça como possível detentor do báculo algarvio por parte da diplomacia da Coroa, considerando a conjuntura da sua anterior nomeação e o estado da diocese algarvia, pode ser interpretado como um concurso garantido do Governo de Fontes Pereira de Melo, apresentando um bispo afeiçoado ao seu partido em substituição de um outro que não tinha o agrado de Roma. Assim sendo, a sua promoção como bispo do Algarve é interpretada como o desfecho de um diferendo político-religioso entre Lisboa e Roma, pondo fim a um longo período de vacância diocesana e de ausência de uma autoridade eclesiástica na região. De facto, havia consenso em torno da sua pessoa manifesto anteriormente em ambas as instâncias diplomáticas, ao qual acrescia a urgência em não prolongar no tempo o estado de vacância que pairava sobre a Sé de Faro, mediante a nomeação certa de um bispo que acolheria simpatias quer no Governo da Coroa quer no Vaticano, sem delongas nem novas imposições de parte a parte depois do afastamento de Aires Gouveia e do bispo do Funchal; e, por fim, existia a premência da restauração da administração pastoral diocesana, encargo para o qual certamente pesariam o historial do jovem candidato na administração de outras dioceses e o seu desempenho de cargos governativos e de jurisdição em Pinhel, Aveiro e Lisboa.

Porém, convirá sublinhar também, e a fim de descortinarmos o *cursus honorum* em análise, que a diocese do Algarve figurava no quadro geral das dioceses portuguesas de fim desse século como uma circunscrição periférica – pois, embora não sendo a diocese «mais pobre do reino, [...] era seguramente das menos interessantes para bispos com ambições» (Magalhães, 2001: 47). Funcionou desta forma como uma “plataforma giratória”, a partir da qual alguns dos bispos residentes se projectariam para dioceses com mais prestígio político e social, e de maior notoriedade eclesial, como Lisboa, Porto ou

Évora. A esta alternância geográfica não escaparia António Mendes Bello, não obstante os quase vinte cinco anos do seu governo diocesano em Faro.

Ainda antes de ser apresentado para a Sé de Lisboa em meados de 1907, o nome de D. António circulará como putativo candidato a ocupar outras geografias relevantes no quadro eclesiástico do reino. Com a morte do cardeal Américo e a vacatura da cátedra do Porto, em janeiro de 1899, o nome do prelado do Algarve é sugerido à rainha D. Amélia por Bastos Pina, bispo de Coimbra, como um dos possíveis sucessores na diocese portugalense – sendo apresentado pela Coroa, por solicitação do bispo de Coimbra e da rainha, como o nome favorito do monarca na corrida àquela cátedra a fim de afastar a nomeação de Bastos Pina para o Porto. A nomeação recairá, por fim, na pessoa de António Barroso. Todavia, a sede vacante da diocese portuense seria propícia à configuração de outra hipótese nas instâncias diplomáticas em torno do nome do então bispo do Algarve, a sua hipotética nomeação para a arquidiocese eborense. Uma escolha redesenhada a partir de uma nova disposição das dignidades episcopais: a subida do bispo Bastos Pina de Coimbra para o Porto e a saída do arcebispo Eduardo Nunes de Évora para a Coimbra; ou a nomeação do arcebispo de Mitilene, Baptista da Cunha, para o Porto e a promoção de Eduardo Nunes à arquidiocese de Braga, à data em sem arcebispo residente, nomeando-se, por sua vez, António Barroso para Faro (Ramos, 1995: 420-421). Todavia, não se verificando nenhuma destas propostas, a morte do cardeal Américo seria o pretexto a partir do qual o nome de Mendes Bello surgiria como possível pretendente na liderança de espaços eclesiais mais relevantes que a diocese que administrava, sob o patrocínio de membros quer do episcopado, quer da casa real. Eis as diversas possibilidades de sucessão, que o colocavam, entretanto, como um forte candidato para duas das catedrais mais relevantes do reino, a Sé do Porto e a Sé de Évora. Aspirações frustradas, contudo, que abririam espaço para a sua possível apresentação, por parte de Hintze Ribeiro, como sucessor de D. António Leitão e Castro em Lamego, em dezembro de 1901, tendo em conta a relevância desta geografia como alfobre de grande parte do clero a norte do reino.

Ainda assim, a sugestão de Hintze Ribeiro não seria suficiente para persuadir Mendes Bello, que ao recusar o báculo proposto pelo Presidente do Conselho de Ministros não deixaria de o advertir que «nenhum dos meus antecessores se demorou por cá tanto tempo, sendo transferidos, após curta demora, para outras Dioceses de maior importância

[...]. [Por isso,] a ter de sahir, seja para Diocese em condições melhores do que as de Lamego.»³.

Não correspondendo a geografia proposta às ambições do prelado, teremos de esperar pelo ano de 1907 para assistirmos à sua promoção eclesiástica, tendo como destino a cátedra patriarcal e as dignidades que lhe estavam associadas, numa Lisboa revolucionária, diferente daquela que tinha deixado há vinte e cinco anos.

Patriarcado, o topo da hierarquia: o novo patriarca e uma renúncia atribulada

Administrando o Patriarcado desde 1883, o cardeal Neto nem sempre conseguiu capitalizar a consonância das instâncias que era chamado a frequentar e onde exercia o seu múnus. Desde o processo de sucessão do cardeal Morais Cardoso que o nome de José Sebastião Neto, apesar de ser tomado por liberal, era visto com algumas reticências por parte da diplomacia portuguesa, segundo a qual, e independentemente da opinião da Cúria vaticana, aquele bispo franciscano não gozaria do temperamento apropriado à missão patriarcal a concurso. Tais dúvidas acentuar-se-iam numa divergência entre o perfil do bispo e as suas funções nos alvares de novecentos, e que aliado à fragmentação sentida no seio do movimento católico lisboeta e às características de intransigência do pontificado de Pio X, o levaria a solicitar junto da Cúria vaticana o seu afastamento do cargo. Tal processo seria, contudo, protelado o mais possível pelas instâncias de decisão, que só o votariam favoravelmente na madrugada de novecentos⁴.

Em setembro de 1904, sem a anuência do Governo regenerador de Hintze Ribeiro, o patriarca franciscano resolveu insistir junto do Vaticano no seu pedido de resignação à cátedra patriarcal, justificando-se devido à sua idade e aos esforços inerentes ao seu ministério, nomeadamente no combate à emergência do protestantismo em Lisboa e à exigida presença nas sessões da Câmara dos Pares, para o qual não se sentia vocacionado⁵.

Na verdade, de acordo com o parecer do núncio Macchi, tal solicitação patriarcal do seria agrado não só das instâncias do poder político português como também de parte do movimento católico e do clero lisboetas, denotando um esboroamento das relações entre estes e o patriarca em exercício. Todavia, se o requerimento de José Neto seria

³ Arquivo de Ponta Delgada (APD), *Fundo Particular Hintze Ribeiro*, 11.3.6.11.

⁴ (Ilustração Portuguesa (I.P.), 2 de dezembro 1907: 19).

⁵ Archivo Segreto Vaticano (ASV), *Segretaria di Stato* 1907, 250, fasc.1, fls.3-6.

aceite, com algumas hesitações, por Roma, as conjunturas da vida política do reino, considerando a volatilidade governativa vivida na última fase do sistema rotativo monárquico, e os fortuitos da diplomacia romana, dada a inesperada substituição do diplomata vaticano na corte de D. Carlos, procrastinariam a escolha de um possível sucessor para Lisboa⁶. Todo este processo apenas acharia o seu desenlace em 1907, em plena ditadura franquista, não sem antes conhecer um recuo nas intenções do franciscano requerente, e, em consequência, ter sido a substituição do patriarca fortemente esgrimida nas instâncias diplomáticas e na imprensa, entre os conflitos político-ideológicos da sociedade portuguesa do crepúsculo da Monarquia Constitucional.

Com efeito, apresentados que estavam, por diversas vezes, os pedidos de renúncia à Santa Sé e retomado o processo da sucessão patriarcal na primavera de 1907, o patriarca Neto, no verão daquele ano, adiando a apresentação formal da renúncia ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, inverte os seus propósitos e decide protelar os pedidos de resignação participados a Roma. Desiste ainda da renúncia por considerar que a mesma seria lesiva para os interesses da religião, para a sua honra e para a reputação da Santa Sé, tendo em conta o tratamento do assunto na opinião pública portuguesa. No entanto, opinião contrária teriam os seus opositores no Patriarcado, o nuncio e a Santa Sé, que interpretavam o recuo do patriarca como uma estratégia dos seus «reduzidos afeiçoados» promovendo, pela ocasião do seu aniversário pontifício em agosto daquele ano, «uma campanha de protestos de amor filial e supplicas para que o prelado desistisse da renuncia» (I. P., 2 de dezembro 1907: 23-24). Tal discussão redundou num difícil processo diplomático que contraporia, de agosto a novembro daquele ano, o nuncio, o Secretário de Estado do Vaticano e o Ministro da Justiça ao patriarca de Lisboa – recusando-se D. José, à revelia das ordens pontifícias e apesar do fecho das negociações diplomáticas, a renunciar oficialmente nas mãos do rei. Neste contexto, Roma imporia a renúncia ao patriarca franciscano, validando a sua publicação, por decreto, pela tutela dos Negócios Eclesiásticos da Coroa sem esta ter sido formalmente pedida. Esta complexa trama tornar-se-á gatilho de fervorosas querelas ideológicas, manobrada pela oposição republicana e por alguns partidos monárquicos como investida, não só contra os bispos nomeados, o papa e o nuncio, bem como contra a ditadura de João Franco e o ministério

⁶ O Dia (O.D.), 11 de novembro 1907: 1.

dos Eclesiásticos – no geral, contra a ingerência estrangeira romana nos negócios da Igreja lusitana.

Assim, a resignação de D. José Neto, extrapolando a temática religiosa-ecclesial, seria pretexto para uma múltipla discussão sobre as funcionalidades e obrigações da Coroa e da Igreja, discorrendo-se, dialeticamente, sobre a autoridade pontifícia e o regalismo dos Estados. Faltará, porém, antever as razões da escolha do sucessor do cardeal Neto e os seus alinhamentos políticos com o Executivo, articulando-os agora com os porquês da renúncia aqui delineada no quadro das tensões religiosas do movimento católico português e das idiossincrasias do Patriarcado nos alvares de novecentos.

Ao longo do processo negocial decorrente da renúncia de Sebastião Neto à cátedra patriarcal em setembro de 1904, o nome do já sexagenário Mendes Bello seria sempre indicado na documentação diplomática como putativo candidato na corrida à mitra de Lisboa. Com efeito, se o patriarca resignatário aconselharia a Roma a escolha de Sebastião Valente, arcebispo de Goa, ou de Baptista da Cunha, arcebispo de Braga, como possíveis sucessores, o nuncio em Lisboa, Guiseppe Macchi, advogaria a favor do bispo de Faro, atendendo às suas simpatias junto do Governo de Hintze Ribeiro, sublinhando a proximidade de Mendes Bello aos regeneradores, ao contrário dos candidatos sugeridos pelo cardeal Neto, mais próximos do partido da oposição. Tal cenário alterar-se-ia a partir de outubro seguinte, quando da nomeação do Executivo progressista de José Luciano de Castro, desistindo este da candidatura patriarcal do arcebispo do Algarve a favor do bispo do Funchal e do arcebispo de Braga, sendo Mendes Bello afastado da sucessão de Sebastião Neto dado o seu perfil político contrário ao do Ministério. Tais esforços sairiam frustrados, tendo em conta, como vimos, as diversas reviravoltas político-diplomáticas decorrentes da morte do nuncio Macchi e da mutabilidade dos Executivos, que obrigariam a diplomacia a protelar a escolha de um sucessor no Patriarcado até meados de 1907 (Rei, 2017: 49-59).

Neste sentido, o nome do ainda arcebispo-bispo do Algarve seria novamente trazido à colação como presumível sucessor do cardeal Neto pela voz do novo nuncio, Gulio Tonti, nos inícios de 1907, propondo-o ao Governo regenerador-liberal de João Franco a fim de ser apresentado à Santa Sé. Como o nuncio esclarece ao jornal O Dia em novembro desse ano, descrevendo a reunião com o ministro José de Novaes, onde se decidira a candidatura de Bello: «[quando perguntado pelo ministro] entre outros nomes,

indiquei o do sr. D. Antonio Mendes Bello, arcebispo do Algarve» porque «já sabia que ser do agrado do Governo» (O.D., 11 de novembro 1907: 2). Tal apreciação seria partilhada pela diplomacia vaticana que receberia com bons olhos a promoção do arcebispo do Algarve à Cátedra patriarcal, negociada entre fevereiro e março de 1907, e obtendo consentimento favorável em julho seguinte. Este era, assim, um negócio consensual, que, paradoxalmente, viria a sair reforçado com a mudança de humores de José Sebastião Neto, e com a contestação do patriarca resignatário à candidatura do prelado do Algarve como seu sucessor.

Polarizando-se o processo de renúncia do cardeal Neto, o nome de D. António não deixará de ser colateralmente visado em toda a problemática. No entanto, embora acusado pela imprensa da oposição de João Franco de ser um bispo amigo do Governo franquista, que lucraria com o afastamento do patriarca franciscano, a sua nomeação para o sólio patriarcal, patrocinada, quer pelo Ministério, quer por Tonti, não seria posta em causa. De facto, com o fervilhar de opiniões em torno da problemática da resignação patriarcal, as instâncias de decisão aliam-se em torno de Mendes Bello a fim de defender a sua candidatura para Lisboa, não abrindo mão do seu nome como sucessor do cardeal Neto. Por outras palavras, a persistência da não apresentação da renúncia por parte do patriarca franciscano acabaria por ser favorável ao patriarca eleito, na medida em que António Bello conseguiria capitalizar crédito e reconhecimento no encadeamento das hostilidades instigadas em torno da pessoa do patriarca em exercício, lucrando conseqüentemente com o desgaste do prestígio e da imagem do frade cardeal na diocese de Lisboa e nas esferas diplomáticas, e reunindo o consenso necessário para a justificação e legitimidade, política e eclesial, da sua apresentação. Este processo culminaria com a publicação dos decretos da candidatura de Mendes Bello para Lisboa e da renúncia de José Neto ao mesmo cargo e com a confirmação da nomeação de D. António por Roma a 20 de dezembro daquele ano. Convirá, apesar disso, averiguar a sua nomeação levando em consideração, quer o seu historial no Algarve e nas Cortes, quer as críticas feitas ao frade cardeal e as dificuldades da vida diocesana da capital no final do seu pontificado.

Não obstante as justificações políticas a partir das quais se processara a transferência de D. António para Lisboa, para entendermos, na globalidade, a problemática da sucessão do franciscano Sebastião Neto na pessoa do bacharel Mendes Bello, convirá abordarmos o panorama sócio religioso na qual se esboçara, pulsando-as a

partir das fissuras sentidas no seio do movimento católico lisboeta dos inícios de novecentos.

Com efeito, se no Portugal do alvor do século XX o recrudescimento do anticongreganismo, e a intensificação das reivindicações anticlericais impulsionariam a mobilização católica em torno da defesa da liberdade de associação religiosa e da intervenção da Igreja na sociedade, a mesma condição seria, em simultâneo, sinónimo de uma divisão interna no movimento católico no que respeita à sua organização e atuação política e social. Como refere Matos Ferreira: «essa diferenciação expressava-se, de certo modo, através de uma dualidade, isto é, união dos católicos em torno de um partido político ou mobilização católica centrada num movimento social autónomo dos partidos. A existência destas sensibilidades testemunha tensões, presentes nesta relação entre catolicismo e realidade política nacional, que se projectavam no campo católico, a partir das quais emergia a questão da democracia e se formulavam concepções distintas em torno da democracia cristã» (Ferreira, 2007: 202). Sensibilidades que se fariam sentir em Lisboa quando da resignação de Sebastião Neto e da sua substituição por Mendes Bello, mediante um confronto do desempenho do múnus episcopal do Patriarca.

Pese embora uma atuação pastoral dinâmica, os críticos de José Neto denunciariam um desfasamento entre a personalidade do frade e os requisitos inerentes ao cargo patriarcal. Apontavam, nomeadamente, o seu alheamento do Paço, como capelão-mor da Casa Real, e do Parlamento, como Par do Reino, a divisão do clero do Patriarcado ao longo do seu governo, e a sua atenção às «intrigas devotas», alienando-o dos negócios diocesanos. Imputavam-lhe, em suma, um constante alheamento e conflituosidade com aquelas instâncias, lesivos dos interesses eclesiásticos do reino. (I. P., 2 de dezembro 1907: 20).

Em virtude das apreciações negativas ao pontificado de José Neto conseguimos sondar as fissuras experimentadas no seio do ambiente católico lisboeta dos primeiros anos de novecentos, correspondendo cada uma das perspetivas a diversificadas configurações do movimento católico e da sua actuação no terreno social e político, bem como a identidade do clero e as suas funcionalidades, e que, em 1907, se traduziriam não só nas tensões entre parte do clero e dos fiéis com o patriarca Neto, mas também se manifestariam preponderantes no processo de escolha do seu sucessor para Lisboa. Com estas divergências se torna inteligível – a par dos alinhamentos políticos descortinados

acima – a dignificação patriarcal de Mendes Bello tendo em conta o seu historial episcopal até então protagonizado. Correspondendo a eleição de Mendes Bello, segundo Matos Ferreira, «à intenção romana de indigitar alguém com mais iniciativa e determinação em intervir na mobilização católica» (Ferreira, 2007: 203).

Assim sendo, cruzando o desempenho de Mendes Bello no exercício do seu ministério no Algarve como bispo e como parlamentar, com as fissuras sentidas no interior do movimento católico da capital em geral, e das deficiências administrativas denunciadas pelos críticos de D. José em particular, conseguimos identificar diversas diferenças de estilo e de programa no desempenho das incumbências episcopais em relação ao patriarca frade, nomeadamente: a valorização da instância parlamentar no exercício do seu múnus e o seu empenho na conservação da unidade do clero algarvio, lutando pela melhoria da sua situação económica e acolhendo na sua diocese movimentos associativos do clero paroquial. Disto mesmo nos dá testemunho a generalidade da imprensa de época por ocasião da sua nomeação para a Sé patriarcal, deixando antever, implicitamente, os contrastes com o seu antecessor. Destacando a «escolha acertadíssima» da sua pessoa, uma vez que o referido bispo «conhece bem o Patriarchado e tem dado provas do que é como Prelado na Diocese que está regendo», frisando a relevância da sua relação com o clero, como «a prova mais evidente do zelo de tão apostólico Prelado», porque «ali não há Padre que não ame extremosamente o seu Bispo e o Bispo ama-os a todos com afecto de pae», e a «disciplina é mantida com todo o rigor»⁷. Evidenciação à qual se junta igualmente a ratificação e o elogio pela sua atuação parlamentar como membro da elite política do reino, sendo «o mais parlamentar de todos os bispos portugueses.»⁸. Conforme relata o *Novidades*, «Parlamentar distinto, tratou nas camaras as questões da Igreja com um brilho de eloquência e uma ponderação de conceito inigualáveis. Escripitor distinto, soube imprimir ás suas pastoraes e trabalhos literários de outra índole, o cunho de brilhante intelectualidade, atravez de um culto afervorado da forma, que o celebrizaram como um dos escriptores mais elegantes do nosso clero.»⁹.

⁷ A Palavra (A.P.), 10 de novembro 1907: 1.

⁸ O Século (O.S.), 5 de março 1908: 1.

⁹ *Novidades* (N.) (5 de março 1908: 1).

Diversas impressões próximas, que se articulariam, por sua vez, com outros olhares vindos da imprensa italiana, do jornal *Corriere della Sera*, apresentavam o novo patriarca como sendo «justamente reputado como um dos bispos mais distintos de Portugal e que o seu nome foi visto com bons olhos no Vaticano», sublinhando nomeadamente que este, como membro «do Senado é também um dos melhores oradores parlamentares em Portugal». (AHD-MNE, *Correspondência*, ... Cx 262, Mç 18-1907, nº 14).

Todavia, além do seu *curriculum* episcopal concorrerem também as suas afeições travadas com os protagonistas da elite política do reino e do movimento católico lisboeta: tendo o patrocínio quer do fundador da Liga do Clero Paroquial e ex-secretário particular do cardeal Sebastião Neto, o monsenhor Elviro dos Santos quer do secretário particular do monarca, o conde de Arnoso; quer ainda do próprio Presidente do Conselho, João Franco. Não esquecer ainda a influência dos jovens padres que, juntamente com o bispo em questão, coadjuvavam a ascensão hierárquica até ao Patriarcado, e que já no Algarve o assistiam, designadamente: o seu secretário, o padre Joaquim Martins Pontes; o seu capelão, o padre António Bernardo Cabrita; e o seu mordomo, o padre António Joaquim Alberto (O.S., 5 de março 1908: 1).

Assim, a par dos alinhamentos políticos de Mendes Bello com os regeneradores e os partidários de João Franco, a sua nomeação para Lisboa seria sintomática das tensões existentes no seio do ambiente católico da capital em geral, e no interior do clero lisboeta em particular, que se traduziriam de forma acentuada no final do pontificado de Sebastião Neto num esboroamento da autoridade episcopal diante dos seus críticos, por meio de uma divergência de perspetivas eclesiológicas e políticas que estes tinham face ao patriarca franciscano. Tais demarcações, como sublinha Matos Ferreira, corresponderiam no interior do movimento católico «a diferentes conceções sobre os meios a utilizar para garantir a influência da Igreja na sociedade, isto é, à perceção da própria missão da Igreja que, para uns, era conceptível no quadro do constitucionalismo, enquanto não o era para outros, propensos a um maior afrontamento, nomeadamente pela denúncia da subordinação regalista imposta à Igreja e à acção dos católicos por esse mesmo constitucionalismo.» (Ferreira, 2007: 204).

Cruzando-se o início do seu pontificado em Lisboa com o regicídio, a aclamação do novo rei e, a breve trecho, com a queda do regime dos Bragança da qual era o primeiro

assistente espiritual, um encadeamento de confrontos que, condicionando as vivências políticas, social e religiosa dos lisboetas, determinariam também o pontificado do novo patriarca.

Conclusão

Analisar o percurso hierárquico de António Mendes Bello, pela relevância que adquire no final da monarquia, possibilita-nos problematizar a importância que as lideranças eclesiásticas assumem no Portugal das vésperas da república, decifrando, a partir deste itinerário particular, os mecanismos determinantes para a composição dessa elite socio-religiosa durante o regime dos Bragança.

Apesar de protagonista da paulatina transformação do enquadramento jurídico das estruturas eclesiásticas potenciado a partir de Roma, o percurso eclesiástico de Mendes Bello, como aliás o dos seus homólogos, não se compreende fora da lógica de uma eclesiologia regalista do constitucionalismo monárquico português ao qual estava associado, fora nele que esboçara o seu perfil clerical, inscrevendo-se na carreira administrativa enquanto parte do oficialato público do Estado. Assim, uma vez integrado no aparelho do Estado, o futuro patriarca de Lisboa ocuparia diversas funções eclesiásticas, empreendendo uma carreira em ascensão caracterizada por uma constante mobilidade territorial, dispersa por diversas regiões do reino, e pela execução de um exercício de morigeração social para com a ordem política vigente. Itinerário episcopal que, em conformidade com o trajeto de alguns dos seus congéneres – e depois de assumir diversas funções de docência e administração diocesanas, passando pelo Funchal, Elvas, Pinhel e Aveiro – teria o seu começo em Lisboa com a aceitação do título de arcebispo de Mítilene, sendo posteriormente nomeado bispo residente para outras dioceses: Algarve e Lisboa, já como patriarca.

Ao reconstruirmos o processo de mobilidade eclesiástica de Mendes Bello percebemos que a sua dignificação episcopal – à semelhança da generalidade bispos que ocupavam as cátedras diocesanas no período final da monarquia portuguesa – não se deve particularmente a uma especificidade familiar/nobiliárquica: antes decorreria da conjuntura política e social do rotativismo monárquico, sujeita ao favorecimento dos partidos e subordinada aos laços pessoais e políticos que os prelados assumiam. Na trajetória de Mendes Bello, em particular, a sua promoção eclesial seria patrocinada pelo

partido Regenerador, resultante da relação de amizade estabelecida entre o líder eclesiástico em estudo os vultos desta corrente política do liberalismo. Isto é, interpretando-se a dignificação episcopal que estudámos como uma promoção pessoal de um membro da liderança eclesiástica do clero secular integrada no aparelho do Estado Liberal, apadrinhada pelas contingências e simpatias partidárias dos regeneradores que o secundavam.

A este mecanismo se associa a importância da formação académica em Coimbra, a aquisição do grau de bacharelato em Direito, que permitiram ao futuro bispo não só uma primeira familiaridade política com os jovens regeneradores, mas também uma posição de estatuto e conhecimento jurídico que lhe possibilitaram, posteriormente, uma mais fácil progressão na carreira eclesiástica dentro do aparelho de Estado, habilitando-o para o exercício dos cargos de docência e desempenho de funções governativas nas dioceses do reino. Constata-se, então, que a formação universitária, o favorecimento partidário e o engajamento no aparelho do Estado Liberal, a vinculação política dos bispos e a sua habilitação académica, são factores decisivos no processo de seleção e mobilidade na hierarquia católica portuguesa no final da monarquia. Uma elite que, no Portugal metropolitano do final da monarquia, seria constituída, grosso modo, por homens provenientes do universo do clero secular, vinculados e subordinados ao Estado, sendo reduzido o número de bispos oriundos de congregações religiosas – como são exemplo D. João de Amorim Pessoa ou D. José Neto – considerando a desconfiança do Liberalismo em relação ao clero regular e as limitações impostas aos mesmos desde 1834.

Ainda assim, não obstante essas condicionantes, o processo de ascensão dos dirigentes eclesiásticos em Portugal não estaria à margem das diretrizes da política externa vaticana inerente às administrações de Leão XIII e de Pio X, designadamente do propósito de recomposição do catolicismo português e da afirmação de um Episcopado subordinado a Roma – que no caso de Mendes Bello assumiu particular relevo quando da sua nomeação para o Patriarcado em 1907. Tal reformulação identitária da elite dos hierarcas católicos implicaria, como sugere Sérgio Pinto, «passar a referir a sua fisionomia e actividade ao âmbito exclusivamente religioso, afirmando a partir daí a legitimidade das suas intervenções e autonomizando a sua actuação, quer enquanto titulares de uma diocese, quer como corpo de prelados de um determinado território nacional.» (Pinto, 2013: 321). Uma tentativa de profissionalização para a qual

concorreriam as qualidades pessoais e pastorais dos próprios bispos, tendo em conta as funções que eram chamados a desempenhar no contexto da monarquia bragantina, exercendo um magistério articulado entre o espaço diocesano e o parlamentar, no qual intervinham como membros da elite política na Câmara dos Pares.

Em suma, a ascensão hierárquica aqui delineada, apesar de não indicar uma exceção à regra dos processos de nomeação episcopal na sua época, demonstra a relevância individual que Mendes Bello assume no contexto político-eclesial português no caso da monarquia portuguesa. Assim, a partir do percurso deste prelado poderemos compreender de forma abrangente os métodos, os critérios e os agentes determinantes – ainda que variáveis em cada nomeação – no processo de escolha dos hierarcas católicos portugueses, a sua consequente afirmação enquanto parte da elite socio-religiosa do reino, a par da sua paulatina diferenciação e consciencialização como grupo dentro da estrutura eclesiástica romana. Ou seja, um processo no qual os fundamentos político e religioso se cruzam a fim de demarcar e legitimar a mobilidade e as funcionalidades dos bispos, a sua identidade e autoridade, no Portugal da viragem do século XIX para o XX.

Bibliografia:

Fontes (Imprensa):

Diário Ilustrado (DI)

Diário Popular (DP)

Ilustração Portuguesa (IP)

Novidades (N)

O Dia (OD)

O Século (OS)

Fontes (Arquivos):

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), *Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano, 1883-1907, Cx 259, Mç 2-1883, nº 41;*

AHD-MNE, Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano, 1883-1907, Cx 259, Mç 4-1884, nº 24;

Pedro Silva Rei – Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. DOI: 94-115 10.21747/0871164X/hist7_2a6

AHD-MNE, *Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano*, 1883-1907, Cx 262, Mç 18-1907, nº 14.

Archivo Secreto Vaticano, *Segreteria di Stato*, 1907, 250, fasc.1, fls.3-6.

Arquivo Distrital de Ponta Delgada, *Fundo Particular Hintze Ribeiro*, nº11.3.6.11.

Estudos:

ABREU, Adélio (2005), “O Legado Pastoral do Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899)”, in *Humanística e Teologia*, nº 26, pp. 213-226.

ALMEIDA, Fortunato de (1970), *História da Igreja em Portugal. Desde o princípio do reinado de D. José I até à proclamação da República (1750-1910)*, Lisboa, Liv. Civilização.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira (2009), *Réu da República. O missionário António Barroso, Bispo do Porto*, Lisboa, Alêtheia Editores.

CLEMENTE, Manuel (1997), “Das prelaturas políticas às prelaturas pastorais: o caso de Pinhel”, in *Lusitania Sacra*, II série, pp. 27-34.

CLEMENTE, Manuel (2001), “Lisboa, diocese e patriarcado”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores.

COELHO, Senra (2010), *D. Augusto Eduardo Nunes. Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, Apelação, Paulus.

FERREIRA, António Matos (2007), *Um Católico militante diante da crise nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, CEHR-UCP.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2001), “Algarve, Diocese do”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores.

NETO, Vítor (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PINTO, Sérgio Ribeiro, (2013), *Servidores de Deus e Funcionários de César. O Clero Paroquial como «Classe» Socioprofissional (1882-1917)*, Tese de Doutoramento em «História», Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

RAMOS, Jesus (1995), *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

Pedro Silva Rei – Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. DOI: 94-115 10.21747/0871164X/hist7_2a6

RAMOS, Rui (2014), A Segunda Fundação (1890-1826). História de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores.

REI, Pedro Silva, (2017), Ser bispo entre a Monarquia e a República. D. António Mendes Bello, um príncipe leonino em Portugal (1885-1911), Tese de Mestrado em «História», Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Da Monarquia para a República: os oficiais do Exército perante o 5 de Outubro

From Monarchy to Republic: the Portuguese army officers during 5th October

De la Monarchie à la République: les officiers de l'armée portugaise pendant le 5 d'Octobre

De la Monarquía a la República: los oficiales del Ejército ante el 5 de octubre

Daniela Major

Mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa
danielamajor03@gmail.com

Sumário: Este estudo pretende explorar, numa primeira fase, a forma como os oficiais do Exército se posicionaram em relação ao regime monárquico durante os últimos anos de Monarquia Constitucional. Depois, o artigo procura oferecer uma hipótese interpretativa que explica como é que os oficiais acabaram por aceitar a ideologia republicana e, consequentemente, a instauração do novo regime.

Palavras-chave: Exército, Primeira República, Monarquia Constitucional.

Abstract: This study aims to explore, in a first stage, the way in which the Portuguese Army officers positioned themselves during the last 20 years of the Constitutional Monarchy. Then, this study attempts to offer an interpretation, which explains how these officers ended up by accepting the republican ideology and, therefore, the implementation of a new regime.

Keywords: Portuguese Army, First Republic, Constitutional Monarchy.

Résumé : Cette étude vise à explorer, dans une première étape, la position des officiers de l'armée portugaise au regard du régime monarchiste au cours des 20 dernières années de la Monarchie Constitutionnelle, puis une interprétation expliquant comment ces officiers finit pour accepter l'idéologie républicaine et par conséquent, la mise en place d'un nouveau régime.

Mots clés: Armée Portugais, Première République, Monarchie constitutionnelle.

Resumen: Este estudio pretende explorar, en una primera fase, la forma como los oficiales del Ejército se posicionaron en relación al régimen monárquico durante los últimos años de Monarquía Constitucional. Busca, después, una hipótesis interpretativa que explica cómo estos oficiales acabaron por aceptar la ideología republicana y, consecuentemente, la instauración del nuevo régimen.

Palabras clave: Fuerzas Armadas, Primera República, Monarquía Constitucional

1. Considerações introdutórias

Este estudo nasceu de uma tentativa de compreender a posição dos oficiais do Exército perante os eventos do 5 de Outubro. Para tal, pretende-se explorar as formas de expressão ou abstenção política do Exército Português. Neste sentido, é imprescindível ter em conta a organização do Exército nos últimos 26 anos de Monarquia, os seus problemas internos, e a sua relação com o poder político e com o crescente movimento republicano.

Pretende-se abordar o período entre 1884 (ano da reforma militar do governo de Fontes)

e 1910. Iremos focar-nos essencialmente na classe dos oficiais por terem sido os mais relutantes a participar na Revolução republicana, mas também aqueles que não se mostraram investidos para defender a Monarquia.

Vários estudos referem o papel dos militares na Implantação da República. É o caso de obras específicas como *O Poder e o Povo* de Vasco Pulido Valente, ou de obras de carácter geral que abordam em pormenor o tema, como é o caso da *Segunda Fundação* de Rui Ramos na coleção *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. Outros estudos dedicam-se aos militares e ao seu papel na política como o livro de Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança política no século XX*, e a obra de José Medeiros Ferreira, *Comportamento político dos Militares Portugueses*.

A maioria dos autores que escreve sobre o 5 de Outubro procura explicar a participação – ou falta dela – das Forças Armadas. Um dos argumentos transversais é o desinteresse dos oficiais em participar em conspirações republicanas, mas que no momento da revolução não se opuseram aos soldados e sargentos que se revoltaram. Ao mesmo tempo, ao longo dos dois dias que durou a Revolução republicana – de 3 a 5 – as chefias do Exército não se organizaram no sentido de esmagar a revolta. Este comportamento é explicado de diversas formas. Alguns autores, como Maria Carrilho e Medeiros Ferreira, preferem focar-se em questões estruturais, nomeadamente as promoções, os soldos, e os efeitos da profissionalização e da educação militar. Outros autores, como Pulido Valente e Rui Ramos, preferem focar-se nos problemas mais conjunturais e imediatos, como a falta de experiência dos oficiais e a visão dos militares sobre D. Manuel II.

Como base documental usámos essencialmente a *Revista Militar*. Ainda que imputada aos articulistas, é possível, através de uma leitura atenta dos artigos, aferir a opinião de uma parte da oficialidade, especialmente no que respeita às suas posições políticas e principais preocupações. Esta era uma publicação feita por militares e para militares. A política de subscrições e preços reduzidos atestava o esforço para tornar a revista acessível a todos os membros do Exército (Assis, 2002: 34-35). A revista, fundada em 1849, alcançou uma rápida divulgação. Em 1862, era já assinada pelo rei e pelos príncipes, pelos “Marechais do Exército, os Generais da mais elevada hierarquia, os Brigadeiros, número elevado de oficiais, entre eles os comandantes das divisões do continente e ilhas, de todas as unidades das diferentes armas e serviços do Exército...” (Assis, 2002: 86). No nosso estudo são citados textos de

vários articulistas que colaboraram com alguma frequência com a *Revista Militar*. Encontramos, por exemplo, Athayde Oliveira a escrever em 1893 e em 1900. Contudo, a identidade dos autores nem sempre é fácil de descortinar dado que alguns assinam utilizando apenas as iniciais, como é o caso de X.P, D.C ou R.F. Mais relevante seria olhar para a Direção da revista a partir de 1905, ano de várias mudanças editoriais (a abordar no ponto 6 deste estudo).

De 1905 a 1910, Moraes Sarmiento ocupa o cargo de Presidente da Direção, com a exceção do ano de 1906, em que o lugar é ocupado por José Raposo Botelho. Também o secretário da Direção, Fernando Augusto Freiria, Tenente de artilharia, se mantém no cargo de 1905 a 1910. Os vogais efetivos mantêm-se inalterados, mesmo após novembro, mês em que se notícia a mudança de regime. A única exceção que notamos na constituição da direção é a saída do já referido José Raposo Botelho em julho de 1910. A Direção (AD) (1910: 481-482). Durante este ano, a Direção conta com dois tenentes coronéis, seis capitães e três tenentes. Moraes Sarmiento já é General de divisão. Estamos, assim, a falar de uma elite graduada que garantia uma continuidade no seio da Direção da *Revista Militar* e que acompanha os acontecimentos da Implantação da República¹.

2. Organização Interna e raio de Ação

No começo do século XX, o Exército Português tinha um total de efetivos de 35 000 homens dos quais 5 000 eram oficiais e os restantes 30 000 eram sargentos, cabos e soldados (Marques *et al.*, 1991: 440). Tratava-se de um Exército permanente e profissionalizado. A maioria das forças estava na metrópole enquanto uma minoria concentrava-se nas colónias africanas onde se intensificaram as campanhas de ocupação na última década do século XIX. Após o Ultimato, as forças militares nas colónias resumiam-se a 4 coronéis, 5 tenentes-coronéis, 13 majores, 69 capitães, 192 oficiais subalternos. Dos 8 000 soldados existentes nas colónias, apenas 374 eram Europeus e eram estes que ocupavam os cargos de oficiais (Carrilho, 1985: 11). A reforma militar de 1901 pretendeu aumentar o número de oficiais e soldados Europeus no ultramar. Aumentou também as subvenções para os oficiais que lá

¹ Raposo Botelho sai em julho para integrar o governo como Ministro dos Negócios da Guerra. As informações sobre a constituição da Direção da *Revista Militar* encontram-se nas contracapas da encadernação do volume referente ao ano de 1910, imprimidos pela Typographia Universal, e disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

serviam. Mas, apesar dos esforços, as colónias continuavam a ser pouco atrativas para os oficiais pois as regalias obtidas por servirem no Exército colonial eram diminutas, especialmente no que diz respeito às hipóteses de promoção. Assim, «as expedições extraordinárias com a sua marca de improvisação (...) continuavam a preencher as insuficiências do esquema organizativo militar.» (Carrilho, 1985:113).

Para o Exército Português estas campanhas tornaram-se uma bandeira importante que conferia um propósito concreto aos militares. Como podemos ver pelos artigos na *Revista Militar*, as vitórias nas colónias, sobretudo em Moçambique contra Gugunhana, surgiram como uma solução que ajudaria a resolver os problemas do Exército e a moldar o carácter do oficial português. Se durante os anos de 1890-91, o pessimismo era notório nos artigos da *Revista Militar*, ainda na sequência do Ultimato, a partir de 1893-94 nota-se uma clara mudança no tom dos artigos. No rescaldo do Ultimato, Bento de França escreve: «os governos que tentaram os primeiros passos para a regeneração colonial, tropeçaram em mil empenos e tricas da política corrompida.» O autor responsabiliza os militares:

«Affirmámos que ao exercito cabiam graves culpas (...) Não se pode negar que nós, militares, em vez de reagirmos contra os sonhos côr de rosa que pairavam sobre o paiz, nos fômos também afazendo aos processos seguidos no mundo civil (...) Vieram os interesses pessoaes, as influencias politicas substituir os legitimos interesses da instrucção e dos necessarios aperfeiçoamentos da defeza nacional...» (França, 1890: 40-41).

Este discurso contrasta com os textos escritos durante 1895, na sequência da vitória de Mouzinho contra Gugunhana. Em dezembro desse mesmo ano, Raposo Botelho faz a apologia do Exército e explica como as vitórias portuguesas em África fizeram «levantar no estrangeiro o nome portuguez, que, em resultado dos nossos repetidos erros de administração, bastante arrastado por lá andava». Em 1895, os militares já não são descritos como corruptos e preocupados com os seus interesses pessoais. Eles são, agora, o melhor que a sociedade portuguesa tem para oferecer:

«Emquanto na sociedade civil, por uma culpavel brandura de costumes (...) se iam dia a dia obliterando os sentimentos de respeito e de dedicação patriótica (...) na sociedade militar um punhado de officiaes lá ia

trabalhando (...) inculcando nos soldados os hábitos da ordem (...), e o culto do dever, da lealdade e da honra.» (Botelho, 1895: 676).

A partir de 1900, há alguns fatores que ditam a emergência de uma estratégia de defesa do território, nomeadamente o crescimento das rivalidades Europeias e o ressurgimento de Espanha após a guerra Hispano-Americana (Telo, 2004: 354). Abria-se, assim, a possibilidade de uma guerra à escala continental que poderia envolver Portugal (Telo, 2004: 361).

Esta eventualidade era prevista por várias figuras militares que chamavam a atenção para a necessidade de defesa do território continental que estava especialmente suscetível a uma invasão espanhola. Compreende-se assim por que razão é que a maior parte das forças militares estava estacionada na metrópole, restando apenas um terço do oficialato para participar «na defesa ou na administração do Império» (Telo, 2004: 2004: 356). De resto, o serviço nas colónias não era atrativo para os oficiais e a capacidade de mobilização e transporte de tropas para África era deficiente, ficando sempre aquém daquilo que era considerado necessário para uma ocupação eficaz (Carrilho, 1985: 110-111).

No começo do século XX, as chefias militares estavam perfeitamente cientes da necessidade de investir nas Forças Armadas de maneira a defender o território colonial e metropolitano. Tenta-se desenvolver o campo Entrincheirado de Lisboa, aumentar o Estado-Maior, preparar e melhorar o esquema de reservas e mobilização, reforçar a engenharia e obter armamento. Investe-se essencialmente na compra de armamento individual e no reforço da artilharia. (Telo, 2004: 358-359). Contudo, este investimento no armamento não apagava os problemas estruturais que afetavam o Exército.

3. As questões estruturantes

Ao longo do século XIX, os Exércitos Europeus seguiram a tendência que lhes permitia estabelecer e aperfeiçoar o conceito de nação armada: a conscrição passou a ser obrigatória em vez de voluntária, assistiu-se à profissionalização da carreira militar, e os militares abandonaram as suas funções de «manutenção da ordem interna» e esforçaram-se por ser uma classe «acima dos interesses dos vários grupos sociais», assumindo-se como «garantes da independência nacional» (Carrilho, 1985: 97).

Porém, em Portugal, esta questão era complicada pelo processo de recrutamento. Nas últimas décadas de Monarquia, a participação dos jovens no serviço militar era baixa em relação aos outros países da Europa. O recrutamento era feito através do voluntariado e do sorteio. A legislação de 1901 previa que o sorteado tinha de fazer pelo menos 3 anos de serviço militar. Contudo, era possível pagar uma remissão, ou seja, um valor monetário que escusaria o sorteado de cumprir o serviço militar. O dispendioso valor de 150 000 réis criava uma barreira económica que possibilitava o incumprimento do serviço militar (Carrilho, 1985:102-103). A classe de oficiais opunha-se veementemente a esta prática que, apesar de repetidos protestos, se manteve até ao fim da Monarquia Constitucional. Em 1893, um oficial afirmava que as remissões contrariavam o estabelecimento do serviço obrigatório consignado na lei desde 1887 e que a sua prática era contrária ao fervor patriótico que se tinha instalado na sociedade portuguesa na altura do Ultimato. Além disso, a prática das remissões resultava em soldados pouco instruídos, mal preparados e desmotivados pois os jovens que tinham instrução conseguiam normalmente pagar a remissão (Oliveira, 1893b: 70). Em 1908, um tenente de Infantaria apresentava uma explicação para a manutenção das remissões: «contraiu-se um empréstimo de 4.500:00\$000 para a compra de armamento e esse empréstimo tem de ser pago pelo fundo das remissões» (Almeida, 1908: 150). O mesmo motivo era avançado pelos governos monárquicos para justificarem a continuidade da prática (Carrilho, 1985:104).

A questão dos soldos também era frequente. Em 1900, um general de divisão ganhava cerca de 150 000 réis e um coronel ganhava 80 000 réis. Um capitão ganharia 55 000 réis e um alferes ganharia 35 000 réis (Marques *et al.*, 1991: 443). A *Revista Militar* estabelece uma comparação entre o soldo dos militares e o de vários funcionários públicos, chegando à conclusão que um capitão ganhava o «ordenado de um amanuense ou contínuo de qualquer repartição do estado», embora fizesse um trabalho mais perigoso pois o «oficial tem a sua vida constantemente em risco» (D.C, 1892: 139) e para o qual era necessário mais instrução e investimento (D.C, 1892:138-139). Outro autor afirma que «a vida do oficial casado, não possuindo mais do que o seu soldo (...) é uma vida de tormentos» pois o soldo não permitia que os oficiais em começo de carreira, naturalmente mais jovens, constituíssem família pois não teriam meios para a sustentar. Oliveira (1900: 290). Além disso, a assistência prestada a viúvas e órfãos era bastante limitada assim como a assistência prestada aos oficiais que

enfrentavam situações de doença ou morte e enterro de um familiar (Carrilho, 1985:156).

É neste contexto que a questão das promoções assume uma grande importância para os oficiais. Durante a Monarquia Constitucional, o critério essencial continuava a ser a antiguidade devido à falta de parâmetros concretos que estabelecessem a promoção por mérito. Fizeram-se tentativas de incentivar a promoção por distinção, mas os atos que a valiam eram considerados demasiado triviais pelo oficialato. Em 1901, a legislação tentou definir padrões mais claros para as promoções por mérito: ela só poderia concedida por um feito extraordinário em combate ou por atos considerados vitais para o êxito de uma campanha. Esta legislação estabeleceu também que somente aqueles que estivessem habilitados com um dos cursos de Armas ou do Estado-Maior é que podiam ascender aos postos mais elevados da hierarquia, um claro sinal da profissionalização das Forças Armadas (Carrilho, 1985: 147). Apesar de tudo, os critérios de promoção por mérito, especialmente aqueles que passavam pela definição do que constituía a "competência profissional", continuavam a ser muito subjetivos e pouco uniformes (Carrilho, 1985: 148).

Como foi referido, os Exércitos de finais do século XIX caracterizam-se pela sua crescente profissionalização: para chegar ao Corpo de Oficiais era obrigatório frequentar cursos em escolas militares direcionados para ramos específicos.

A educação militar passava pela Escola do Exército. Esta oferecia os cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e o de Estado Maior. O aluno que pretendia entrar para o corpo de oficiais terminava o curso no Colégio Militar ou num dos liceus do País, «assentava praça como voluntário e prosseguia os estudos preparatórios para o ingresso na Escola do Exército» que eram feitos nos Politécnicos ou na Universidade de Coimbra (Carrilho, 1985:143). Só os cursos de Engenharia e Artilharia, pela sua complexidade técnica, é que exigiam estudos superiores. Os restantes pediam apenas o ensino secundário (Carrilho, 1985: 64). Por sua vez, o curso de Estado-Maior era mais exigente na medida em que eram aceites maioritariamente candidatos que já estivessem «habilitados com o curso preparatório da Escola Politécnica» (Carrilho, 1985: 67). Desta forma, a profissionalização afastava o Exército de uma lógica nobiliárquica que tinha dominado os Exércitos Europeus durante séculos, concedendo a oportunidade às classes médias e à burguesia letrada de aceder aos cargos superiores da oficialidade.

4. As reformas legislativas relativas ao Exército

No espaço de 17 anos, houve duas grandes reformas legislativas referentes ao Exército, uma 1884, com Fontes Pereira de Melo, e outra em 1901 com Pimentel Pinto.

A reforma de 1884 propõe um fim às substituições e o regresso das remissões, o aumento dos anos de serviço (12 anos, 3 no serviço ativo, 5 na primeira reserva e 4 na segunda reserva embora esta última não era obrigada a exercícios em tempo de paz), e propunha a criação de novos regimentos. Previa o aumento dos quadros de oficiais, a compra de armamento, o fim da classe de alferes graduado, sendo que «a verba destinada para os soldos d'estes officiaes fica disponível»². Por fim, esta reforma previa que o ministério da guerra tivesse uma despesa anual de 270 000 000 de réis (DCSD, 9/5/1884: 1460).

A legislação de 1901 assume grande importância por ser aquela vigente aquando do 5 de Outubro. Esta continuou a promover a existência do sorteio e das remissões. O serviço militar estender-se-ia agora por quinze anos, dos 20 aos 35. Tal como na reforma de 1884, 3 anos eram passados no serviço ativo e 5 na primeira reserva. A diferença encontrava-se nos anos que os homens deviam servir na segunda reserva que passavam de 4 para 7 (Marques *et al.*, 1991: 443). Conta-se também o aumento das regalias para os oficiais que servissem nas colónias, fim do acesso direto dos sargentos aos postos superiores que só poderiam ser acedidos através dos cursos de armas oferecidos pela Escola do Exército, e o estabelecimento de critérios mais rigorosos para as promoções. Carrilho (1985: 147). Os oficiais que escreviam na *Revista Militar* não se coíbiam de criticar as reformas, argumentando que elas não resolviam os problemas de fundo do Exército. Em abril de 1885, um oficial critica o tempo de serviço estabelecido e sublinha as fracas renumerações que deixam os militares à mercê da miséria especialmente em caso de doença. Acrescenta «A nossa lei de reformas, além da anomalia que deixámos apontada, presta-se a muitos abusos» (Tavares, 1885: 198). Quanto à de 1901, escrevia-se:

«penso o seguinte: um paiz, nas tristes circumstancias do nosso, deve somente aspirar a uma cousa (...) - cuidar da sua regeneração financeira e economica. A reforma do exercito proposta, não melhora, nem aperfeiçôa a instituição armada.»

² Diário da Câmara dos Senhores Deputados (DCSD), sessão de 9 de maio de 1884, pp.1459.

O autor argumenta que a única forma de reorganizar o Exército é através de forte investimento financeiro, algo que as finanças do país não permitem. Assim sendo, «toda a reforma do exercito é inoportuna» (X.P, 1900: 526). É de assinalar que este artigo se trata de uma carta publicada na *Revista Militar* devido às suas «sensatas considerações», o que nos leva a crer que a posição expressa no texto era partilhada pela direção da *Revista Militar* (X.P, 1900: 525).

5. O Exército e o poder político

Durante grande parte do século XIX a relação entre o Exército e o poder político foi estreita. Os militares encontravam-se na chefia de governos, os casos mais notórios o do Marechal Saldanha e de Fontes Pereira de Melo. Durante a segunda do século XIX, os militares estiveram também ativamente presentes na vida parlamentar, participando nos debates parlamentares e, em especial, nos Comités parlamentares pois havia uma correspondência entre a profissão dos deputados e os Comités a que pertenciam. No caso do Comités da Guerra era compreensível que a presença dos militares fosse reforçada, dado o grau de pormenor e tecnicidade das questões (Monteiro, 2010: 9). Já no século XX, o responsável pela reforma militar de 1900 fora o general Pimentel Pinto, Ministro da Guerra e membro do Partido Regenerador.

Contudo, é possível apontar uma diminuição no número de deputados militares entre os anos de 1858 e 1870. Entre 1858 e 1869 havia cerca de 20 a 27 militares na Câmara dos Deputados. Em 1870, este número tinha diminuído para 11 (Monteiro, 2010: 5). Na chefia de governos nota-se também uma ligeira desmilitarização. Do terceiro e último governo de Fontes Pereira de Melo, em 1886, até ao período da Acalmação, em 1908, a Monarquia teve dois chefes de governo que fizeram carreira de armas, contra quatro civis³.

Se por um lado é evidente que os militares se colocavam cada vez mais acima das questões político-partidárias – sinal da crescente profissionalização e de uma nova mentalidade

³ As biografias dos chefes de Governo podem ser consultadas no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dirigido por Maria Filomena Mónica. Atendemos às notas dos chefes militares: António Serpa Pimentel Moreira (2005 a: 271-273) e João Crisóstomo de Abreu e Sousa Moreira (2005 b: 821-823).

militar que colocava o Exército como o garante da independência nacional – por outro, eles não se abstinham de participar na política e reclamavam plenos direitos políticos.

Uma análise à *Revista Militar* revela que os autores não tinham problemas, especialmente em alturas de crise, em empregar um vocabulário mais agressivo. Aquando do Ultimato por exemplo, um artigo traça um retrato do país:

«(...) admittido, que no regabofe em que viviamos: o patronato que se antepunha aos meritos reaes, o favoritismo campeava infréne, a politica se tornara impolitica, não passava de jogo de interesses e intrigas (...)»
(França, 1890: 40)

Outro autor, em 1891, afirma claramente: «Desauthorisados os homens publicos, dissolvidos os partidos constitucionaes, enfraquecidas até quasi à impotência as instituições militares (...)» e acrescenta:

«Aonde está o Stein para reorganisar a admistração, o Scharnhorst para fazer ressurgir o exercito, o Guilherme de Humbolt para remodelar todo o ensino e sobretudo o Fitcher que vá pelas cidades e aldeias a accender a honra e o patriotismo?» (M.S, 1891:417)

Como foi referido, os militares viam-se como a entidade que garantia a segurança nacional e a defesa das instituições. O Exército devia ser o «braço forte do governo, para o apoiar nas suas medidas e determinações (talvez nem sempre bem encaminhadas), garantindo a segurança pública...» (Mello, 1892: 103). Esta declaração é reveladora pois o autor faz questão de afirmar que mesmo quando as medidas dos governos não são as mais acertadas, os militares continuariam a apoiar o poder político e a zelar pela manutenção da ordem. Outro autor dizia claramente que «o exército é da nação, e não d'esta ou d'aquella agremiação politica» e criticava aqueles que pretendem aliciar os militares para revoltas e para o «jacobinismo» político (Barros, 1893: 8). Um artigo de Oliveira Martins em novembro de 1890 defendia que os militares tinham direito às suas ideias políticas desde que estas não interferissem com o desempenho do seu dever (Martins, 1890: 673-677). Esta posição é confirmada pelos artigos da *Revista Militar*. Ao criticar explicitamente o estado da política

nacional e ao apontar os problemas internos do Exército, os militares estão a participar na vida política. Pelos artigos citados, compreende-se também que os militares acreditavam na ideia de uma crise generalizada que afetava as estruturas do sistema político, e na necessidade de reformas estruturais que viessem modificar a situação. Ao mesmo tempo, a ideia de um Exército acima dos interesses da política partidária, que devia ser imparcial e apoiar as instituições políticas nacionais, estava já amplamente difundida.

Em relação à figura do monarca, vários autores sublinham as diferenças entre D. Carlos e D. Manuel II. D. Carlos fomentava uma relação de proximidade com as Forças Armadas, interessando-se pela reestruturação do Exército e pelas reformas militares (Ramos, 2006: 281-282). Além disso, beneficiou das expedições em África que traziam notícias de vitórias militares e esforçou-se para se aproximar dos oficiais que tinham protagonizado tais campanhas. Tentou também identificar a Monarquia com as colónias, enviando o príncipe herdeiro e o príncipe Afonso a Moçambique (Ramos, 2006: 285-286). O rei revelava um certo tato ao lidar com os militares, servindo como mediador entre eles e as instituições civis, e não permitindo, simultaneamente, que eles se arrogassem demasiado poder.

D. Manuel II, por seu lado, nunca conseguiu conquistar os militares. Rui Ramos afirma que as fações mais conservadoras do Exército conspiravam no sentido de se fazer em Portugal uma barcelonada, como acontecera em Espanha, onde militares conservadores tinham chacinado republicanos e anarquistas. O autor argumenta que o rei, ao ligar-se à esquerda monárquica e ao procurar a acalmção a seguir ao Regicídio, alienou as fações conservadoras do Exército que pretendiam uma política mais repressiva (Ramos, 2001: 312-313). Pulido Valente endossa esta linha de argumentação dizendo que os militares viam o rei como sendo demasiado manipulável. Ademais, tinha-se seguido uma política de afastamento dos oficiais franquistas que estariam mais dispostos a lutar pela Monarquia na eventualidade de uma revolução (Valente, 1999: 95).

6. A evolução na *Revista Militar*

Como foi referido no começo, a *Revista Militar* permite-nos compreender o ponto de vista de uma parte do oficialato, parte essa que ascendia muitas vezes a postos bastante elevados. É por essa razão que faz sentido explicar a evolução editorial sofrida pela revista.

Em 1905, a *Revista Militar* inaugurou uma nova tendência editorial. Juntaram-se

numa só publicação vários jornais militares. Num artigo intitulado *Pro Patria*, os editores da *Revista Militar* estabelecem as linhas da nova revista. Para além de listarem as vantagens desta aglomeração de publicações e de fazerem a apologia do Exército como garante da independência nacional, o artigo faz questão de sublinhar que a *Revista Militar* é e sempre foi um modelo de isenção e que nunca se misturou em questões políticas (AD, 1905: 5-9). Ora, como demonstrámos, a *Revista Militar* expressava frequentemente opiniões políticas. O que vai acontecer a partir de 1905 é uma tentativa clara de abandonar a discussão de tais assuntos. Continuavam a escrever sobre os problemas internos do Exército, como as promoções e as remissões. Porém, artigos que eram tão frequentes nas décadas de 1880 e 1890, como discussões sobre os direitos políticos dos militares, críticas ao governo, ou o papel do Exército na vida nacional, foram sendo substituídos por artigos mais técnicos e mais longos. A partir de 1908, a *Revista Militar* fica completamente dominada pelo centenário das Invasões Francesas e sobrava muito pouco espaço para discussões mais politizadas.

É difícil intuir neste estudo se esta mudança se deve apenas à nova configuração da revista ou se houve algum tipo de pressão política para que assim fosse. Podemos, contudo, comparar o tipo de textos escritos a partir de 1905 com os dos anos anteriores para compreender se houve alguma mudança de fundo no discurso dos militares. Em 1893, dois anos depois da revolta republicana no Porto protagonizada por membros do Exército, ainda havia artigos na *Revista Militar* que vociferavam contra: «os Gracchos, que cobertos com o manto do bem publico, se dirijam ao Aventino a proclamar (...) que o exercito deve abrir fileiras e apresentar armas a qualquer ambicioso arvorado (...)». Argumentava-se: «a oficialidade portugueza no meio d'este jacobinismo manso que tenta anarchisar tudo, tem um importantíssimo papel a desempenhar» sendo que este papel não é mais do que «livrar a patria dos perigos que a ameaçam» (Barros, 1893: 8). Enquanto em 1908, no rescaldo da morte do rei e da revolta republicana de janeiro onde participaram militares, como Alvaro Pope, não houve um único artigo que mencionasse o assunto, nem que alertasse para os perigos de outras soluções políticas, nem que chamasse o Exército a desempenhar um papel de defesa das instituições, algo que era também comum no discurso da *Revista Militar* pré 1905. Este silêncio pode ser o sinal de algum desgaste. Mesmo após as reformas de 1901 muitos dos problemas centrais do Exército continuavam a manter-se, como a discussão em torno das promoções e de um processo de recrutamento que não se adaptava a um Exército moderno.

Podem juntar-se a isto outros fatores como uma falta de identificação com a figura do monarca, e o afastamento de oficiais mais antigos e mais engajados politicamente. É possível também que os oficiais estivessem saturados dos repetidos escândalos da Monarquia (Valente, 1999: 94).

Contudo, parece-nos também que há uma mudança do discurso. Um artigo de 1891 intitulado «a revolta de 31 de Janeiro», fala dos revoltosos como estando:

«ao serviço de traidores à patria, de aventureiros ambiciosos, de perversos inimigos do seu paiz, que tinham em mira o saque e a carnagem; de traidores assalariados pelo estrangeiro que mira a absorver a nossa nacionalidade, a assassinar a nossa autonomia;» (R.F., 1891: 65)

Em 1893 um artigo exortava os militares: «O official do exercito deverá sempre ficar sereno perante o desencadear das paixões politicas.» e «É necessario, pois, que o official do exercito seja instruido para não ser facilmente deslumbrado por theorias que são um attentado e um perigo.» (Oliveira, 1893a: 36-37). É óbvio que este artigo, escrito dois anos após a revolta do Porto, se refere ao republicanismo.

O que é evidente nestes artigos é que o republicanismo era visto como um perigo, uma ideologia que pervertia a obediência e promovia a anarquia. Porém, é notório que há uma mudança no discurso. Em 1909, o General Moraes Sarmiento escreve um longo ensaio sobre a figura do comandante-chefe das Forças Armadas (Sarmiento, 1909: 417-437). O autor começa por referir que o chefe supremo do Exército é sempre o chefe de Estado. No caso de Portugal este posto pertence ao rei, sendo que «não é privativa do nosso paiz, demais, a doutrina de direito publico, que accumula no chefe do poder executivo as funções de chefe dos exercitos de mar e terra.» (Sarmiento, 1909: 419). O autor dá de seguida o exemplo de outros países em que tal acontece, chegando finalmente à França: «mas esta doutrina tem ampla consagração, tambem, como vae vêr, nos principaes estados democraticos, em que a forma de governo é a republicana.» (Sarmiento, 1909: 423). O mesmo acontece nos Estados Unidos e no Brasil. Moraes Sarmiento termina o artigo a dizer que a provisão da lei portuguesa que estabelecia que em caso de guerra podia ser nomeado como comandante do Exército outra pessoa que não o rei, constituía um verdadeiro erro (Sarmiento, 1909:437). O que é interessante

neste artigo é que a nenhum momento do mesmo Moraes Sarmiento determina que o modelo monárquico de governo ou que a existência de um rei como comandante supremo é superior ao modelo republicano ou a um presidente como chefe do Exército. Pelo contrário: Moraes Sarmiento lista a bravura militar de vários reis, como Afonso XII de Espanha ou D. João I em Portugal, e coloca-a em pé de igualdade com o desempenho de personalidades como George Washington e Oliver Cromwell. Moraes Sarmiento considerava que a presença na batalha de um chefe militar, fosse ele um rei ou um presidente, seria sempre uma inspiração moral para as tropas:

«sempre, e em todas as regiões do mundo, os elementos moraes tiveram influencia preponderante na sorte das batalhas e, entre elles, tem occupado e occupa lugar primacial a elevada categoria do commadante em chefe.» (Sarmiento, 1909:435).

Em novembro de 1910, a *Revista Militar* publica uma nota da direção em que reafirmava a sua posição apolítica, abstendo-se «de entrar na apreciação dos factos, que deram origem à transformação operada nas instituições políticas do país» (AD, 1910: 872). Porém, adianta:

«Quem se der ao trabalho de relêr os artigos publicados nos ultimos annos, reconhecerá sem dificuldade a propaganda (...) em favor da transformação das nossas instituições militares no sentido da constituição da nação armada (...) Como syntese das opiniões aqui sustentadas, a direcção da *Revista Militar* apresentou ao grande Congresso Nacional de 1910 a these intituida «A defesa Nacional» (...) Essa these mereceu dos membros do partido republicano, que tinham assento naquella assemblêa as mais lisogeiras referencias e egualmente as obteve de alguns jornaes desse partido, que ventilaram o assumpto com independencia e sem preocupações politicas»

O artigo chega a afirmar:

«se fazemos referencia (...) não é com o intuito de cortejar o poder nascente, e unicamente com o de demonstrar a profunda convicção com que este jornal continuará a manter as doutrinas militares, as quaes perfeitamente

se harmonizam com o programa adoptado pelo governo provisorio da Republica Portuguesa...» (AD, 1910: 873)

Neste sentido o que interessa agora explorar é esta mudança. Porque é que o republicanismo e a ideia de um regime republicano em Portugal deixaram de ser vistos como uma ameaça?

7. A ideologia do PRP e os valores militares

Uma possível explicação para a questão colocada é a confluência de ideias e valores. Pretende-se aqui demonstrar que os valores militares replicados na *Revista Militar* e partilhados pela oficialidade, fruto da profissionalização militar, são convergentes, até certo ponto, com os valores do republicanismo português.

Os valores militares eram, como professava um artigo da *Revista Militar* em 1892, a «fé disciplinar», «o fervor no trabalho» e «o espirito de ordem» (M.S, 1892: 5). O patriotismo, obviamente, era o valor fundamental. A propósito das comemorações do centenário das Invasões Napoleónicas dois autores escreviam: «nós precisamos de construir um novo edificio, de patriotismo e de amor pela nossa história e pelas nossas tradições.» (Pires et al, 1910: 380). E acrescentavam:

«Se Portugal ainda tem um destino a cumprir na História, se esta nossa terra ainda pode ser grande...então que uma verdadeira Cruzada se arme, tendo como objectivo a educação patriótica do Povo (...) o que resulta da justa harmonia entre o culto do Passado e a fé no Futuro!» (Pires et al., 1910: 381).

Esta questão do culto do passado era importantíssima. Era no passado que estavam as glórias nacionais, ele devia ser lembrado e comemorado não só porque era a melhor forma de educar o povo e criar laços identitários, mas também para inspirar os portugueses a recuperar essas glórias e emulá-las no futuro. Tal como referem os autores supracitados num artigo intitulado «O culto da tradição e do patriotismo no estrangeiro»:

«foi certamente esse culto do passado, o elemento indispensavel e primacial que (...) concorreu para levar a sua [dos alemães] educação civica

e patriótica ao alto grau em que se encontra». Pires *et al.* (1910: 259)

Encontramos aqui outros dos valores preferidos pelos militares, aquilo a que eles chamam as virtudes cívicas. Segundo Moraes Sarmento, o Exército deve professar e zelar por elas. Elas são garantidas pela «honra, dignidade e orgulho de um povo consciente da sua força, da sua missão histórica» (Sarmento, 1910: 645). São igualmente estas virtudes cívicas que fazem avançar a civilização e melhoram o carácter dos povos. Ao mesmo tempo, os verdadeiros patriotas só podem ser formados através de uma educação adequada, aquilo a que se chamava a educação cívica. É também por isso que vários números da *Revista Militar* insistem na questão da educação moral do soldado, ou seja, de uma educação que encoraje os valores acima referidos.

Ainda que reconhecendo as várias tendências ideológicas do republicanismo português, é possível traçar linhas gerais. Em primeiro lugar, não obstante a inspiração em 1848 o cariz nacionalista é visível na forma como os republicanos capitalizaram a questão do Ultimato (Catroga, 2000: 108). No único número do jornal *O Ultimatum*, da autoria de António José de Almeida e Afonso Costa, a Direção descreve claramente os objetivos da publicação:

«Seremos intrasigentes em questões d'interesse público; e enquanto nos alentar um sopro de vida havemos de sempre, e por todos os modos, pugnar pelo engrandecimento da patria, pelo seu progresso material e moral, não cessando jamais de gritar com toda a força do nosso entusiasmo:
Abaixo os governos dissolutos!
Fóra os traidores à Pátria! (...)» (AD, 1890: 1)

António José de Almeida, no seu texto «Bragança, o último», fazia a apologia do passado glorioso, mesmo no meio de uma crítica feroz ao monarca:

«Não, a História mais tarde diria que nós outros, os portugueses (...) tínhamos maculado a honra impoluta e legendaria das nossas armas; das mesmas armas que antigamente em Africa conquistaram a gloria, matando infieis que eram homens; das mesmas armas que no principio do seculo salvaram a Patria.» (Almeida, 1890: 1)

Para a ideologia republicana portuguesa o culto do passado e de algumas figuras históricas assumiu uma grande importância. Na *História das Ideias Republicanas*, Teófilo Braga dedica o último capítulo ao centenário de Camões. Camões teria sido para os portugueses do século XVI uma figura que simbolizava a esperança e o futuro da nacionalidade perante a invasão e ocupação espanhola. Teófilo sublinha: «Nenhum passo a favor da liberdade portuguesa se deu sem que fosse provocado pela compreensão dos Lusíadas». E «O Centenário de Camões manifestou à Europa, que sabíamos tirar da maior tradição do nosso passado histórico o estímulo para um renascimento» (Braga, 1984:163).

Para os republicanos, a história portuguesa estava repleta de feitos extraordinários e seria possível recuperá-los caso houvesse uma mudança de sistema político. Esta visão não era assim tão diferente da visão dos militares anteriormente citadas, também muito radicada na ideia de um passado glorioso e de uma regeneração que seria possível com a educação cívica e moral adequadas. Também os republicanos colocavam uma ênfase muito grande na questão da educação cívica. O decreto sobre o ensino primário em 1911 foi elaborado precisamente com o «propósito e formar e de gerir comportamentos». Concedia-se, através da escola, uma renovada importância à formação moral e cívica com o objetivo de formar cidadãos portugueses (Catroga, 2000: 257-258).

É de notar que esta preponderância do patriotismo e do culto da História não era de todo exclusiva dos republicanos. Era um aspeto partilhado pelas elites intelectuais e políticas muito antes do advento da República. Porém, neste estudo não pretendemos demonstrar que os republicanos eram mais patriotas do que os monárquicos ou que a apologia da História e da nacionalidade portuguesa era característica exclusiva dos republicanos; somente que eles faziam uso de uma retórica que era partilhada pelas elites intelectuais, políticas e militares e que este fator poderia servir como um elemento de normalização da ideologia republicana e eventual aceitação por parte dos oficiais.

Os republicanos também não tinham intenção de descurar as colónias. Motivados pelo Ultimato, consideravam como um dos seus objetivos a defesa, salvaguarda e o desenvolvimento do ultramar. As intenções de continuar o projeto colonial faziam também parte da idealização da História de Portugal, o «mito da herança sagrada», parte de «uma simbologia patriótica» (Proença, 2009: 205). É importante referir que os republicanos não aderiam ao pacifismo nem tinham um discurso antimilitar. A propósito de uma proposta de

aumento dos soldos em 1906, João Menezes, deputado republicano, faz na Câmara dos Deputados um discurso compreensivo perante as dificuldades que os oficiais atravessam e sublinhava a importância do Exército. Apesar de estar contra um aumento dos soldos, por achar que a haver aumentos devia ser para todos, João de Menezes afirma: «são os professores que formam cidadãos conscientes, de quem os officiaes depois devem fazer bons e leaes soldados da pátria». O deputado atacou também a desorganização do Exército culpando naturalmente o regime monárquico pela mesma (DCSD, 21/11/1906, 16).

Por outro lado, a religião era uma das questões que poderia afastar os militares do republicanismo. Porém, as referências à religião na *Revista Militar* não são acríticas. Criticava-se, por exemplo, o facto de se obrigar os militares a assistir a cerimónias religiosas (Carrilho, 1985: 163). Também em matérias familiares, a *Revista Militar* surpreende ao referir a disparidade salarial entre mulheres e homens, considerando injusto o facto das mulheres que exerciam empregos no Estado não poderem ser admitidas como sócias do Montepio oficial (Carrilho, 1985:163). Estas posições estão evidentemente longe do laicismo que era uma das bandeiras do Partido Republicano; contudo, elas estão também afastadas das tendências mais conservadoras. Uma possível explicação prende-se com o grau de educação cultural e intelectual dos oficiais portugueses que demonstravam nas páginas da *Revista Militar* estarem sempre a par dos avanços técnicos e científicos. Encontram-se também referências a vários filósofos como Saint-Simon, Comte, Engels, Durkheim e Marx, o que demonstra que os articulistas estavam a par das ideias e conceitos políticos que circulavam na época (Carrilho, 1985: 161). Quando falamos da oficialidade na primeira década de 1900, estamos já a falar de uma classe que atravessou um período de profissionalização, tendo frequentado obrigatoriamente um dos cursos de armas da Escola do Exército, para além da frequência nos liceus ou Escolas Politécnicas. Eram jovens que faziam parte de uma classe média letrada. Este tipo de homens eram uma das bases de apoio do Partido Republicano. Dos 16 membros do primeiro Directório do PRP em 1883, encontramos vários professores, incluindo um da Escola do Exército e outros dois das escolas Politécnicas, dois médicos, dois advogados, e dois jornalistas (Catroga, 2000: 68). Isto significa que o Partido Republicano, apesar de apelar às massas urbanas trabalhadoras, como os caixeiros e os lojistas, apelava também a uma burguesia letrada, categoria onde é passível de inserir os oficiais superiores.

Conclusão

Quando chegou o momento de planear e executar a revolução, as chefias republicanas tiveram bastante dificuldade em encontrar oficiais que estivessem disponíveis para liderar a revolta. Quando Afonso Palla tentou sondar outros oficiais relativamente à hipótese de um pronunciamento militar, eles consideraram a ideia uma «utopia» (Valente, 1999: 79). É verdade que Machado Santos e António Maria da Silva estavam mais preocupados em recrutar sargentos (Valente, 1999: 73). Isto ia na linha da estratégia da Carbonária. Esta granjeou grande apoio na Marinha e preferiu mobilizar o apoio de praças e sargentos (Lousada, 2010: 23). Contudo, em retrospectiva, o facto de não terem investido na propaganda junto dos oficiais do Exército revelou-se um erro pois não havia ninguém para liderar os sargentos e soldados mesmo quando eles quiseram sair dos quartéis.

De resto, a Revolução republicana foi bem-sucedida devido à força de vontade de algumas individualidades, como Machado Santos, e devido à inércia das forças monárquicas. Vasco Pulido Valente explica esta desorganização dizendo que os militares estavam cansados dos repetidos escândalos da Monarquia e que «o exército nunca se dispusera a morrer pelo rotativismo» e em outubro de 1910, também já não queria matar pelos «erros dos políticos» (Valente, 1999:94). Este autor sublinha a falta de preparação e competência geral dos oficiais. Medeiros Ferreira escolhe uma interpretação mais subtil. Ele sugere que nesta altura, o Exército era «indiferente» aos regimes políticos e que «não será a defesa ou o derrube de um determinado regime político que as motiva à acção concertada» (Ferreira, 1992: 36).

A nossa interpretação tenta expandir esta ideia. Não pretendemos defender que os oficiais do Exército que escolheram não participar na defesa das instituições monárquicas eram todos secretamente republicanos. Nem pretendemos afirmar que ser republicano em Portugal pré 1910 era uma posição política fácil de sustentar perante o regime, ou que era desprovida de perigos. E muito menos, pretendemos dirimir a mudança introduzida pelo republicanismo aos mais diversos níveis da sociedade. O que pretendemos demonstrar é que o regime idealizado pelos republicanos portugueses tornou-se cada vez menos estranho e ofensivo a uma parte da oficialidade. Por duas razões. Primeiro, o desgaste sentido no Exército na sequência dos problemas estruturais que se arrastavam e que não eram resolvidos pelas sucessivas reformas. Segundo, o desgaste relativamente ao poder político e à vida política nacional que contribuiu para uma noção generalizada de crise das instituições e da condição

cívica do povo português. Como consequência, houve uma progressiva aceitação e normalização do republicanismo enquanto forma de regime. Os oficiais perceberam que o republicanismo não ia ameaçar o seu *statu quo*, que não ia mudar a sociedade de uma forma que os afetasse a eles; os republicanos não tinham um discurso que pretendesse subverter a ordem social, como tinham os marxistas ou os anarquistas. Não tinham um discurso contrário às Forças Armadas ou à colonização. Não tinham sequer um discurso pacifista. Prova disto é que a oficialidade aderiu em massa ao novo regime e que o discurso republicano relativamente à oficialidade foi claramente conciliatório (Carrilho, 1985: 92-93).

Além disso, devido ao processo de profissionalização e à formação dos Exércitos de massas modernos, a identidade dos militares deixou de estar ligada a lógicas nobiliárquicas que estavam necessariamente ligadas ao modelo de regime monárquico. Esta identidade tomou contornos próprios que não eram incompatíveis com a República.

Ao longo dos últimos 5 anos de regime monárquico, a República deixou de ser considerada como uma ameaça ao Exército. Mas o poder monárquico também contribuiu para essa mudança de percepção. O regime e o próprio rei tinham conseguido alienar os oficiais que os poderiam eventualmente apoiar. Os governos fizeram-no através da insistência continuada num sistema de recrutamento ultrapassado e na recusa em aceitar o serviço pessoal e obrigatório. D. Manuel fê-lo ao alienar os militares mais conservadores quando procurou a acalmção, precisamente aqueles que mais estariam dispostos a lutar pela Monarquia.

Bibliografia:

Fontes Primárias:

Debates Parlamentares: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Sessões do 9 de maio de 1884, pp 1459-1460 e do dia 21 de novembro de 1906, pp 16. [Consulta em 10 de dezembro de 2017]. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd>.

A Direcção, (1910) ‘A Transformação do Regime Político em Portugal’, *Revista Militar*, nº11, pp 871-875.

ALMEIDA, Genipro da Cunha d’Eça (1908), ‘Remissões’, *Revista Militar*, nº3, pp. 141-151.

BARROS, Marinho e (1893) ‘O exercito e a politica’, *Revista Militar*, nº1, pp. 5-8.

BOTELHO, Raposo (1895) 'As victorias das armas portuguezas em Africa', *Revista Militar*

nº22, pp. 673-677.

D.C, ‘O exercito e o paiz’ (1892), *Revista Militar* nº5, pp.129-142.

FRANÇA, Bento de (1890), ‘um brado pela Patria’, *Revista Militar*, nº2, pp 38-43.

MARTINS, Oliveira (1890), ‘A disciplina militar e os direitos políticos dos soldados’, *Revista Militar*, nº 22, pp. 673-677.

MELLO, José António (1892), ‘O exercito perante a nação’, *Revista Militar*, nº4, pp.100-114.

M.S (1891), ‘Viva a Pátria’, *Revista Militar*, nº14, pp. 417-420.

M.S (1892), ‘Patriotismo, disciplina e trabalho’, *Revista Militar*, nº1, pp. 5-7.

PIRES, Saturio, AMARO, Gonçalves (1910) ‘O culto da tradição e do patriotismo no Estrangeiro’, *Revista Militar* nº5, pp 257-268.

OLIVEIRA, J.X. Athayde e (1893)a ‘O Official do exercito’, *Revista Militar*, nº2, pp.33-38.

OLIVEIRA, J.X. Athayde e (1893)b, ‘As Remissões’, *Revista Militar*, nº3, pp 65-72.

OLIVEIRA, J.X. Athayde e (1900), ‘O casamento do oficial’, *Revista Militar* nº10, pp. 289-296.

R.F (1891) ‘A revolta de 31 de Janeiro’, *Revista Militar*, nº3, pp.65-69.

SARMENTO, Moraes (1909), ‘o Comando em chefe das tropas em campanha’, *Revista Militar* nº7, pp 417-437.

SARMENTO, Moraes (1910) ‘O desalento das virtudes cívicas’, *Revista Militar* nº9, pp. 641-647.

TAVARES, Pedro (1885), 'A lei das reformas'. *Revista Militar*, nº7, pp. 193-200.

X.P (1900), ‘As reformas militares’, *Revista Militar* nº17, pp 525-533.

A Direcção (1890) 'somos anti-monarchicos', *O Ultimatum*, nº1, pp 1.

ALMEIDA, António José de (1890) 'Bragança, o último', *O Ultimatum*, nº1, pp 1.

A Direcção (1905), ‘Pro Patria’, *Revista Militar*, nº1, pp 5-9.

Estudos:

ASSIS, José Luís. (2002), *Revista Militar (1849-1910): Contributo para uma leitura de ciência e técnica em Portugal*, Tese de Mestrado em «Estudos Históricos Europeus», Évora, Universidade de Évora.

BRAGA, Joaquim Teófilo (1984), *História das Ideias políticas republicanas*, Lisboa, Veja.

CARRILHO, Maria (1985), Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX, Lisboa, Casa da moeda.

CATROGA, Eduardo (2000), O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910, Lisboa, Notícias.

FERREIRA, José Medeiros (1992), O Comportamento Político dos Militares, Lisboa, Editorial Estampa.

LOUSADA, Abílio Pires (2010), “O Exército na Transição da Monarquia para a República”, Lusíada História, nº7, pp 13-33.

MARQUES, António Oliveira de; e SERRÃO, Joel (1991), Nova História de Portugal: da Monarquia para a República. Lisboa, Presença.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2010), “The military in the Chamber of Deputies 1851-1870: corporative lines of action in defense of the army” e-JPH [online], vol.8, n.1, pp.14-35. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-64322010000100002

MOREIRA, Fernando (2005) a, “António Serpa Pimentel” in Maria Filomena Mónica (dir), Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910, III vol., Lisboa, ICS, pp. 271-273.

MOREIRA, Fernando (2005) b, “João Crisóstomo de Abreu e Sousa”, in Maria Filomena Mónica (dir.), Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910, III vol., Lisboa, ICS, pp. 821-823.

PROENÇA, Maria Cândida (2009), “A questão colonial” in Fernanda Rollo, Fernando Rosas (dir.) História da Primeira República Portuguesa, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 205-228.

RAMOS, Rui (2001), “A Estranha Morte da Monarquia Constitucional” in José Mattoso (dir.) História de Portugal: a Segunda Fundação 6 vol., Lisboa, Estampa, pp. 291-347.

RAMOS, Rui (2006), D. Carlos, Lisboa, Círculo de Leitores.

TELO, António (2004), “Os começos do Século” in Nuno Severiano Teixeira et al. (dir.), Nova História Militar IV vol., Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 350-385.

VALENTE, Vasco Pulido (1982), O poder e o povo. A revolução de 1910. Lisboa, Moraes Editores.

Outros Estudos

A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora

The constitution of one power in a transfrontier territory: around the origins of the Hospitallers Távora commandery

La constitution d'un pouvoir dans un territoire de frontière: autour des origines de la commanderie Hospitalière de Távora

La constitución de un poder en un territorio de frontera: en torno a los orígenes de la encomienda Hospitalaria de Távora

Ricardo Barbosa da Silva

Mestre em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto
up200603512@letras.up.pt

Sumário: Durante a Idade Média, o Entre-Lima-e-Minho, embora português na esfera civil e política, formava parte da diocese galega de Tui em termos religiosos. Quando os hospitalários sentiram necessidade de criar uma comenda para melhor gerirem os seus bens na região, parecem ter-lhe atribuído os limites ancestrais da parte portuguesa da dita diocese, respeitando as suas características próprias. Quanto aos primórdios desta nova comenda, sediada em Távora, existem alguns indícios que nos permitem entrever aspetos inerentes ao processo da sua instituição, bem como uma data aproximada da mesma.

Palavras-chave: comenda de Távora, Ordem do Hospital, séculos XII e XIII, fronteira luso-galega.

Abstract: During the Middle Ages, the region between the rivers Lima and Minho (Northwest of Portugal), in spite of being Portuguese in civil and political terms, was part of the Galician diocese of Tui in religious issues. When the Hospitallers felt the necessity of founding a commandery in order to better administer their estate in the region, it seems they attributed the ancestral limits of the Portuguese part of the said diocese, respecting its own characteristics. In what regards the origin of this new commandery, based in Távora, there exist some signs that allow us to better understand inherent aspects of the process of its foundation as well as an approximate date of it

Keywords: commandery of Távora, Hospitallers Knights, 12th and 13th centuries, border between Portugal and Galicia (Spain).

Résumé: Pendant le Moyen Age, la région entre les fleuves Lima et Minho (Nord-ouest du Portugal), bien que portugaise dans la sphère civil et politique, était partie du diocèse galicien de Tui (Espagne), en termes religieux. Quand les Hospitaliers ont senti la nécessité de créer une commanderie pour mieux gérer leurs biens dans la région, il semble qu'ils l'ont attribué les limites ancestrales de la part portugaise de la susdite diocèse, respectant toutefois ses caractéristiques propres. En ce qui regarde les origines de cette nouvelle commanderie, siégée à Távora, ils existent quelques indications que nous permettent d'entrevoir des aspects inhérents au procès de sa fondation, bien comme une date approchée de la même.

Mots-clés: commanderie de Távora, Ordre de l'Hôpital, XIIe et XIIIe siècles, frontière luso-espagnole.

Resumen: Durante la Edad Media la región entre los ríos Lima y Miño, si bien que portuguesa en la esfera civil y política, no lo era en los aspectos religiosos, pues era parte de la diócesis gallega de Tui. Cuando los Hospitalarios sentirán la necesidad de crear una encomienda para mejor gestionaren sus bienes en la región, parece haber le atribuido los limites ancestrales de la parte portuguesa de la dicha diócesis, respectando sus características propias. En lo que respecta a los orígenes de esta nueva encomienda, con sede en Távora, existen algunos indicios que nos permiten entrever aspectos inherentes al proceso de su fundación, bien como una data aproximada para la misma.

Palabras-clave: encomienda de Távora, Orden del Hospital, siglos XII y XIII, frontera luso-gallega.

1. Objetivos

Após a conclusão da nossa dissertação de Mestrado (Silva, 2016), achámos pertinente reunir algumas das ideias aí expressas e, na medida do possível, aprofundá-las um pouco mais. Os dados de que dispomos não são abundantes e muito menos consistentes, porém, ainda assim e em conjunto, permitem-nos tirar ilações com algum fundamento teórico. As ideias que adiante apresentamos são, deste modo, fruto de conjeturas, baseadas em pistas documentais, e interpretações que pretendem colmatar um vazio histórico e historiográfico no que diz respeito à comenda hospitalária de Távora. Assim sendo, tentando compreender como se foi desenhando a rede patrimonial que será, em dado momento, sujeita à comenda mencionada, queremos, neste estudo, sondar as origens da mesma, bem como algumas das razões que hão-de ter sido ponderadas aquando da sua criação.

Antes de prosseguir, e como se depreende do título escolhido, incidiremos sobre os séculos XII e XIII, período ao qual corresponde a fase inicial da própria Ordem de São João de Jerusalém, ou do Hospital, e acrescente-se que, por comodidade, havemos de referir-nos a freguesias, sempre que seja necessário, respeitando a situação administrativa anterior a 2013/2014.

2. Primórdios da presença hospitalária no Entre-Lima-e-Minho

Os primeiros indícios que atestam a presença da Ordem do Hospital entre os rios Lima e Minho remontam ao século XII e constam de cartulários medievos procedentes de dois mosteiros da região: um sito em Riba-Lima e o outro em Riba-Minho.

Embora a denominação nos aponte para o mosteiro agostinho dedicado a S. Martinho na margem sul do Lima, na então terra da Nóbrega, a documentação do *Cartvlário do Mosteiro de Crasto* remete-nos para a margem oposta do dito rio, mais propriamente, para a parte norte do atual concelho limiano, algures entre o vale do rio Labruja e a freguesia de Refóios, salvo um caso ou outro onde possamos ir um pouco mais longe. Dito isto, os trinta documentos que compõem esta fonte documental relacionam-se estreitamente com a família patronal do mosteiro de Refóios do Lima, logo com este último cenóbio, e não com aquele de que leva o nome – Crasto (São Martinho

de)¹. Assim sendo, sabemos que vinte destes atos escritos, isto é, dois terços, datam da primeira metade de Undecentos, sensivelmente entre 1114 e 1146, não estando datados os restantes dez. Não obstante, estes últimos devem ser coetâneos ou, pelo menos, assim o sugerem os indivíduos aí citados.

Debrucemo-nos sobre os documentos XIII e XXIII. Neste último, sem data, faz-se alusão ao «*locum que dicitur Jherusalem*», isto é, ao lugar de Jerusalém (*Cartvlário do Mosteiro de Crasto*: 35)². No primeiro, datado de 1132 e onde figura o interveniente principal do anterior (Nuno Vilulfiz), de alguma forma, a informação parece repetir-se: «*Ille dedit ipsa hereditate ad Jherusalem*» (*Cartvlário do Mosteiro de Crasto*: 25)³. Depreender que estamos perante o Hospital com base nestas pistas, embora não seja certo, é possível⁴. Recordemos que o Hospital regia-se por uma regra inspirada naquela que era seguida, quer pelo mosteiro de Crasto, quer pelo de Refóios. Além disso, e talvez este seja o argumento com maior peso, não esqueçamos que este par de referências, reportando-se às freguesias imediatas à vila limiana, não deve ser alheio à rota de peregrinação que, partindo desta localidade, seguia com destino a Compostela. A esta luz, nesta zona em particular, a presença da Ordem, cujo nome nos remete para a “hospitalidade” e assistência, apesar da ambiguidade dos dados enunciados, ganha maior sentido e verosimilhança, justificando-se por si só.

Rumando a norte, uma vez no vale do Minho, e seguindo um raciocínio cronológico, atentemos na documentação de Fiães, mosteiro que aderiu à reforma cisterciense e de clara influência transfronteiriça. De facto, das sete vezes em que encontramos alusões ao Hospital ou aos seus membros, a maioria diz respeito a terras muito próximas da fronteira, porém galegas. Não obstante, para o século XII e para o território que viria a ser português, tomemos a doação de Nuno Dente, com seus descendentes («*insimul natos meos*») ao «*Sancto Hospitali Iherosilimis*». Por este ato, a Ordem é dotada de alguma propriedade sita em Chaviães, atual concelho de Melgaço,

¹ Talvez pelo facto de ambos pertencerem à Ordem dos Agostinhos, a documentação em causa possa ter sido levada para Crasto, sendo aí guardada, razão que, mais tarde, deve ter dado origem a denominação tão falaciosa.

² Pela restante toponímia apresentada, pensamos poder indicar a freguesia de Santa Marinha de Arcozelo (Ponte de Lima) como o local a que esta informação se reporta.

³ Note-se que o ano que consta do documento – 1132 – corresponde à data do mais antigo vestígio seguro da presença dos hospitalários em Portugal (Costa, 1996: 99).

⁴ Apesar de tudo, podemos estar perante uma outra instituição de vocação cruzadística, como o Templo ou a Ordem do Santo Sepulcro, isto na melhor das hipóteses.

povoação raiana, desde logo. Porém, e não menosprezando a importância dos dados entretanto aduzidos, já na parte final surge, como confirmante ou testemunha, «*Nunus Fernandi Ades in obedientia Hospitali Ualadares*» (*O Cartulário do Mosteiro de Fiães*, doc. 63: 66-67). Quer isto dizer que em meados da centúria (1155) existia no vale do Minho alguma estrutura hospitalária. Esta, por ventura em relação com uma albergaria⁵, situava-se na terra de Valadares, constituída então por freguesias que hoje pertencem a Monção e a Melgaço. Nesta perspetiva, Nuno Fernandes surge como representante dessa estrutura local e, em última instância, da própria Ordem. Por outras palavras, os hospitalários eram senhores, certamente, de alguns interesses patrimoniais na região⁶.

3. O surgimento da Comenda

É pois, evidente que desde a sua chegada ao ainda Condado de Portugal, a Ordem de São João de Jerusalém deteve bens e interesses no Entre-Lima-e-Minho. Aliás, esta última informação encontra eco, de forma “inequívoca”, numa inquirição de 1284 levada a cabo na freguesia de São João de Rio Frio (Domingues, 2014: 60-61)⁷. Se bem que se deva usar com alguma cautela, esta evidência vem ainda corroborada pelo facto de a comenda de Távora proceder de uma pretensa doação da Rainha D.^a Teresa «à casa e mosteiro hospitalário de Leça» (Pereira, 1925/26: 3, 13-14).

Não obstante, e visto que vamos chegando ao cerne deste estudo, a primeira referência concreta e segura ao funcionamento desta célula administrativa hospitalária, com sede na ermida de São João Baptista, na freguesia de Santa Maria de Távora, assoma somente em meados de Duzentos (*Chancelaria de D. Afonso III*, vol. I, doc. 19: 30-32;

⁵ O lugar e topónimo Albergaria subsiste e é comum às freguesias de Sá e Valadares, as quais em 1258 são inquiridas em conjunto, sendo aí relatada uma compra efetuada pelo Hospital (PMH – Inq. 1258: 376, 2.^a coluna).

⁶ Esta presença dos freires na terra de Valadares terá continuidade. Numa venda de 1242, feita ao mosteiro de Fiães em Badim (Monção), uma das testemunhas é, precisamente, «*Iohannes Moogo capellanus de Spitale*» (*O Cartulário do Mosteiro de Fiães*, doc. 80: 76-77). O mesmo se diga aquando das inquirições de 1258 e de 1288 (Silva, 2016: 54, tabela 4).

⁷ De acordo com a dita inquirição, a presença da Ordem de São João de Jerusalém nesta paróquia remonta, no caso do casal de Pedro Guimariz, ao ano de 1151 e, no caso do casal de Pedro Barbas, a um período anterior, visto que se alude à Rainha D.^a Teresa. Contudo, será esta senhora a Condessa-Rainha ou alguma das suas descendentes que usaram também o título de Rainha? Referimo-nos a D.^a Teresa Afonso e a D.^a Teresa Sanches, a primeira irmã de D. Sancho I e a segunda filha deste monarca. Esta dúvida da nossa parte em relação à identificação desta “Rainha” é fruto de um caso que tivemos de abordar noutro lugar (Silva, 2016: 62-64).

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

vol. II, doc. 466: 63-64)⁸. Em face do exposto, note-se que a dita ermida, a ser obra hospitalária de raiz, datará, pelo menos, de 1180-1190, a crer numa inscrição no tímpano da porta principal (Barroca, 2000, vol. II, Tomo I: 438-439). Todavia, socorrendo-nos uma vez mais do *Cartulário de Fiães*, consideremos o documento n.º 147, nomeadamente a passagem seguinte:

«in uilla que vocatur Penso nominatim casali de Palatio et aliud casale de Lama sicut diuiserunt inter se frater Gundisaluus et Rudericus Muniz in Tavara coram freires et aliis bonis hominibus et fuit porcio Roderici Muniz casal de Uilarino quod dedit secum ad Hospitalem» (O Cartulário do Mosteiro de Fiães, vol. I, doc. 147: 113)

Como seria de esperar, continuamos na terra de Valadares⁹, no vale do Minho, perante um homem, de nome Rodrigo (ou Rui) Moniz, que ao freirar-se no Hospital doou-lhe também (*«dedit secum»*) o casal de Vilarinho, que lhe tocara em herança. Apesar disso, queremos sublinhar, isso sim, o facto de este indivíduo ter efetuado a partilha da sua herança com o dito Gonçalo, ao que parece seu irmão, em Távora. Provavelmente, aquando do ato de profissão na Ordem de São João de Jerusalém. Com efeito, a expressão *«in Tavara coram freires et aliis bonis hominibus»* dá-o a entender, já que o termo *«coram»* deve entender-se como “diante de” ou “na presença de” (*Dicionário de Latim-Português*: 307). Por outras palavras, a partilha fora feita em Távora, na presença de freires e de outros homens-bons (*«freires et aliis bonis hominibus»*).

Seja como for, é certo que a área de maior influência do Hospital no Entre-Lima-e-Minho correspondia aos atuais concelhos de Arcos de Valdevez e Monção, aqueles por onde seguia um itinerário secundário que, saído de Braga, passava o Lima mediante uma barca de passagem junto da vila que hoje conhecemos por Ponte da Barca¹⁰. Nas

⁸ As datas apresentadas nestes dois diplomas remetem-nos para os anos de 1251 e 1250, respetivamente.

⁹ Mais propriamente em Penso, atual freguesia de Melgaço, próximo, portanto, do mosteiro de Fiães e do “Hospital” de Valadares, cuja sede seria algures nas atuais freguesias de Santa Eulália de Valadares e São João de Sá, hoje pertencentes a Monção mas outrora, centro nevrálgico da dita terra de Valadares.

¹⁰ Recorde-se que à margem deste itinerário, naquele que é hoje o concelho de Vila Verde, e próximo de Ponte da Barca, situava-se, em Aboim (da Nóbrega), a sede da mais antiga comenda que se conhece para o território português (Costa, 2009: 15). Também se leve em consideração o facto de este caminho ser uma excelente alternativa àquele de Ponte de Lima-Tui, quando o intuito era chegar à Galiza, além de ser, curiosamente, uma via muito utilizada em campanhas militares (Almeida, 1973: 50).

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

inquirições de 1258 e de 1288, é perceptível esta prevalência pelas terras destes dois concelhos, ainda que a presença da Ordem se documente em quase todos os concelhos do atual distrito vianense (Silva, 2016: 44-58).

Esta realidade é fruto dos condicionalismos próprios da região alto-minhota, onde o processo de senhorialização é deveras peculiar. Assim, aquando da chegada dos freires de São João a estas paragens, e dada a sua vertente puramente assistencial por então, os mesmos haviam de empenhar-se no incremento da peregrinação a Compostela e em dar agasalho aos peregrinos que aí acorriam (Costa, 2012: 73-74). A principal via então utilizada para o efeito era aquela que passava por Ponte de Lima em direção a Tui (Moreno, 1986: 78). É neste contexto que temos de enquadrar, certamente, as possíveis referências contidas no *Cartvlário do Mosteiro de Crasto*, que já abordámos¹¹. Contudo, por essa altura, o estabelecimento do Hospital ao longo desta via encontrou inúmeros entraves. O motivo preponderante prendia-se com o percurso da via mencionada que, além de sempre ter por perto diversos bens e coutos de poderosas instituições eclesiásticas de âmbito local, por vezes seguia pelo meio deles. A título de exemplo, citem-se os coutos da Labruja (da Sé de Tui), o couto de Refóios do Lima e, mais a norte, os coutos de Ganfei e Sanfins de Friestas¹². O mesmo se diga para a orla costeira¹³. Aqui, saliente-se a presença, diríamos “avassaladora”, do mosteiro de São Salvador da Torre que, à época, senhoreava importantes coutos na parte norte do atual concelho de Viana do Castelo¹⁴. Além disso, os caminhos de peregrinação costeiros não teriam, por então, a relevância que depois alcançaram (Almeida, 1973: 50).

Com estes dois últimos parágrafos quisemos pôr em evidência um único ponto, deveras importante. É que, aquando da sua implantação a norte do Lima, os hospitalários, à face da concorrência de outros potentados, tiveram de desenvolver as suas teias de

¹¹ Como já dissemos, as referências apontam para as freguesias por onde passa, ainda hoje, o dito caminho de peregrinação. Destaque especial para a freguesia de Arcozelo.

¹² Tomando o Rol das igrejas de D. Dinis, encontramos aí, precisamente como instituições eclesiásticas mais bem cotadas na região, os mosteiros de São Salvador da Torre (1500 libras), Sanfins de Friestas (1100), Refóios (700) e, um pouco mais longe, Ganfei (300). Tendo em conta estes dados, o seu poderio a nível local, era de facto imenso, nomeadamente nos três primeiros casos, sendo-lhes superior somente, os diversos benefícios da Sé de Tui (Costa, 1981: 165-168).

¹³ Com efeito, junto à costa (e a norte do Lima), o Hospital deterá nem sequer meia dúzia de casais que acabarão por ser escambados por outras propriedades, nem de propósito, situadas em Távora (Andrade; Krus, 2000, doc. 53: 152-154). Note-se, contudo, a referência a um casal e meio em Carreço (PMH – Inq. 1258: 329, 2.ª coluna).

¹⁴ Cf. nota n.º 12 deste trabalho e, para ter uma noção complementar, veja-se Abreu (2009: 170 e 200).

influência, conscientemente ou não, em zonas até então mais periféricas, logo menos senhoriais. Daí a predominância que tiveram nas terras mais interiores do Alto-Minho: nos atuais concelhos de Arcos de Valdevez, Monção e Paredes de Coura, mas também de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Melgaço (Silva, 2016: 19-20; 44-45; 54 e 60). Manuseando as inquirições de 1258 e de 1288 é essa a percepção com que ficamos. Aliás, na maioria das referências aí feitas aos sanjoanistas vemos que a sua presença remonta, em diversas localidades, à primeira metade do século XIII (reinados de D. Afonso II¹⁵ e, nomeadamente, de D. Sancho II) ou, quando muito, à segunda metade do anterior. Vejamos alguns casos bem interessantes.

Na freguesia de Rio Frio, em 1258, as testemunhas fazem alusão a uma inquirição «*per mandado del Rey don Alfonso II*», na qual se inferira que «*o Espital non devia aver in termio de Rio Frio ergo ij. casaes, scilicet o casal que foy de Petro Guimariz et o casal que foy de Petro Barva*». A mesma inquirição fôra repetida a mando do “Bolonhês”, sendo apurado o mesmo resultado que anteriormente. Entretanto, o Hospital, e também o Templo, alargaram a sua influência na freguesia de modo abusivo, como se depreende destas palavras: «*Et in esta davandita herdade, unde fazem al Rey estes davanditos foros, meteron se in ela o Tenple et o Espital, et fezerom y poblas et chantadorias et casas et vinas, et non servem al Rey*» (PMH – Inq. 1258: 383, 1.ª coluna). Esta situação mantém-se no reinado de D. Dinis, vindo relatada nas inquirições de 1288, sendo aduzido o seguinte pormenor: «*Perguntado de que tempo foy esto disse que foy de tempo del Rey dom Sancho tyo deste Rey aaqua*» (PMH – Inq. 1288: 252). Por outras palavras, já antes de 1223, o Hospital possuía dois casais nesta localidade¹⁶, situada no sopé do monte onde se alçava o castelo de Santa Cruz, sede militar da terra de Valdevez, cujo nome – Santa Cruz – decerto ressoava no devocionário, quer do Hospital, quer do Templo¹⁷. Porém,

¹⁵ É forçoso lembrar que o Alto-Minho em geral, e a terra de Valdevez em particular, além dos episódios violentos típicos da crise socioeconómica que vinha desde o reinado de D. Sancho I, foram palco dos conflitos do início do reinado seguinte. Assim, em 1212, tropas leonesas, a que se aliaram magnates portugueses descontentes, infligem uma derrota às tropas de D. Afonso II em Valdevez, tomando de seguida Melgaço e Valença (Ventura, 2007: 68 e 107). Será este o momento em que o castelo de Santa Cruz (Valdevez) começa o seu declínio? Afinal, em 1258 «*jaz derribado*» (Pintor, 2005: 319 e 326). Acaso terá esta situação algo que ver com a inquirição ordenada por D. Afonso II aos bens do Templo e do Hospital em Rio Frio? Vejam-se as linhas que se seguem a esta nota, referentes a esta última freguesia.

¹⁶ Aliás, muito antes desta data. Veja-se o que deixámos escrito na nota n.º 7.

¹⁷ Já Manuel António Bernardo Pintor (Pintor, 2005: 320) sugere uma relação simbólica, e até prática, entre a bailia templária de Rio Frio e o dito castelo, sobranceiro à mesma. No campo devocional, certo é que a invocação de Santa Cruz era também muito querida aos hospitalários. Aliás, como já salientámos, note-se

aproveitando o vazio de poder que marcou o reinado de D. Sancho II (Fernandes, 2006: 222) e a guerra civil que o opôs a seu irmão, o Hospital, intencionalmente ou não, acabou por cometer alguns atos abusivos, ou foi deles cúmplice, aumentando assim os seus bens e rendas¹⁸. Assim sendo, não muito longe, na freguesia de Santa Cristina de Padreiro recolhemos, a título de exemplo nos inquéritos de 1288, o caso de cinco homens que residem num meio casal do Hospital e, embora trabalhassem terras reguengas, deixaram de pagar o foro devido ao monarca. Do mesmo modo, chegam a abandonar as casas em que viviam para se eximirem do pagamento de tributos devidos à Coroa. Porém, o que nos desperta mais a atenção é o trecho que se segue: «*Perguntado do tempo em que esto foy disse que des tempo del Rey dom Sancho tyo deste Rey aaqua foy todo e delles de tempo del Rey dom Affomso padre deste e delles de tempo deste Rey*» (PMH – Inq. 1288: 237). Ou seja, uma vez mais, a crise da primeira metade de Duzentos é apontada como o momento em que surge um novo abuso perpetrado, senão sob pressão do Hospital, pelo menos com a sua conivência. À parte o que foi dito, a posse do dito meio casal, seria anterior ao reinado do “Capelo”, ou pelo menos, contemporânea.

Outros dois casos referidos nestas fontes documentais permitem-nos estabelecer, novamente, o reinado deste último monarca como a época em que se procedeu a um incremento de bens e rendas hospitalários em diversas freguesias, quando não, o momento em que aí os obtiveram os freires pela primeira vez. Assim, em Fontoura (Valença), «*mandou huom homem boos tres maravidis cada ano ao Espital... [para] que o enparase de voz e de coomha e d’anodova e de luytosa*» – situação que se arrastava desde o tempo «destes III Reys aca», isto é, desde o tempo de D. Sancho II (PMH – Inq. 1288: 128). Em Gondoriz (Arcos de Valdevez), a situação é em tudo análoga: «*a hi hũa herdade que chamam dos Ferreyros [onde] soyam ende peytar voz e coymha e mandarom-na ao Espital e fezerom em ella cassas e nom dam ende ne’migalha a El Rey e fazem ende honrra e [sublinhe-se] esto foy de tempo de Rey dom Sancho tyo deste Rey*» (PMH – Inq.

que o Hospital seguia uma regra inspirada naquela que regia a Ordem dos Agostinhos, a que pertenciam mosteiros como Refóios do Lima e Crasto. Posto isto, merece destaque o facto de a casa-mãe dos agostinhos portugueses ser, precisamente, Santa Cruz de Coimbra, instituição profundamente marcada pela figura de São Teotónio, cujas origens eram, curiosamente, alto-minhotas. Ainda dentro desta temática, veja-se o papel da relíquia do Santo Lenho (isto é, a Santa Cruz) na História da comenda hospitalária de Vera Cruz do Marmelar (Fonseca, 2013: 193-318).

¹⁸ Vejam-se os seguintes trabalhos: Reis (1988: 5-23), Reis (2000: 27-66) e ainda Silva (2016: 47-51).

1288: 266-267)¹⁹. Convém realçar, por isso, o carácter relativamente recente de muitos abusos denunciados nas inquirições. Este facto, vem dar continuidade àquilo que vimos dizendo. O Hospital, de *motu proprio* ou indiretamente, viu incrementada a sua influência na região considerada durante a primeira metade de Duzentos, e tudo leva a crer que a tendência de crescimento se manteve até aos inícios da centúria seguinte, malgrado diversas intervenções régias no sentido de cercear e frear os abusos senhoriais em todo o reino, nomeadamente no reinado dionisino²⁰. Como prova, veja-se a constituição do couto de Lamas de Mouro, que, embora indefinida temporalmente, aparece pela primeira vez como tal, e como pertença do Hospital, em meados de Trezentos (Domingues, 2014: 65-66).

Considerando tudo isto, podemos supor que o crescimento de bens e rendas a norte do Lima tenha levado à criação de uma comenda nova, desmembrada de Aboim ou, em alternativa, de alguma comenda galega²¹. Posto isto, tradicionalmente, presume-se que a comenda apenas se formou depois do escambo realizado entre a Ordem e D. Afonso III, em 1269, na sequência da criação, na foz do Lima, da vila de Viana²². Em favor desta suposição vem o facto de, nas Inquirições de 1258, nada ser apontado aos hospitalários na freguesia de Santa Maria de Távora (Pereira, 1925/26: 15-16; Alves, 1982: 89-90). Contudo, este raciocínio não nos parece, de todo, corresponder à realidade. Tendo por base os dados apresentados, na nossa opinião, são as próprias Inquirições que nos podem ajudar a esclarecer o assunto. De modo indireto, é certo, porém, quase que comprovatório.

Desta feita, se em Távora (Santa Maria), onde estava a sede da comenda, não se alude ao Hospital em 1258, na sua homónima, dedicada a São Vicente, referem as testemunhas que «*o Espital comparou desta erdade do Barrio*», deixando o Rei de receber a fossadeira que antes lhe era tributada²³. Conhecendo o terreno, note-se que a capela de S. João (sede da comenda em estudo) está praticamente no limite entre as

¹⁹ Aliás, as inquirições anteriores corroboram-no de certa forma: «*o Espital gaanou erdades d'erdadores, unde tole ao Rey j. modio de fossadeira et os outros foros que avia a fazer*» (PMH – Inq. 1258: 384, 1.ª coluna).

²⁰ Veja-se PMH (Inq. 1288), mais concretamente, a Introdução da autoria de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, editor crítico desta fonte documental, em especial o que é dito nas páginas XII, XIII e XIV.

²¹ Afinal de contas, «a origem das comendas esteve relacionada sobretudo com necessidades do foro administrativo e com exigências de gestão de um património vasto e disperso» (Costa, 2009: 11).

²² Veja-se Andrade; Krus (2000, doc. 53: 152-154) para conhecer o teor do escambo em questão.

²³ «*Item, dixerunt que o Espital comparou desta erdade do Barrio foreira del Rey, per que tole j. soldo de fossadeira al Rey cada ano et outro foro*» (PMH – Inq. 1258: 391, 2.ª coluna).

freguesias de Santa Maria e São Vicente de Távora. De igual modo, o lugar do Bárrio, quer seja o de Baixo, quer seja o de Cima, encontra-se na mesma situação. Além disso, é muito provável que a sede da Comenda nem sequer fosse inquirida, atendendo aos privilégios que a Ordem de São João de Jerusalém detinha desde o tempo dos nossos dois primeiros reis. Para além do mais, se a instituição da mesma fosse contemporânea dos ditos monarcas, à luz das concessões por eles outorgadas aos sanjoanistas, a propriedade destes últimos seria equiparada a um couto (Costa, 1999/2000: 180-181). Talvez por isso não venha declarada expressamente no relato dos inquiridos²⁴.

De encontro a esta situação voltemos a enunciar os casos indicados acima, nas freguesias de Rio Frio, Santa Cristina de Padreiro (e também na homónima de São Salvador), bem como em Monte Redondo. Nas duas primeiras, como vimos, a presença hospitalária é bem anterior a 1258 e o mesmo se infere, embora com menor certeza e precisão, nas duas últimas. Assim, em São Salvador de Padreiro «*o Espital gaanou [parte] da quintana de Menio*» (PMH – Inq. 1258: 393, 1.^a coluna) alguns anos antes, pois, nas inquirições de D. Dinis, grande parte dos abusos e rendas aqui devidos a São João de Jerusalém vem «*des tempo del Rey dom Affonso seu padre deste Rey aqua*» (PMH – Inq. 1288: 224). Quanto a Monte Redondo, freguesia quase imediata à comenda, os testemunhos de 1258 são elucidativos: «*os desta collatione seen in herdades do Tenple et do Espital et de cavaleiros; et am suas herdades de patrimonio, et non fazem delas foro al Rey porque as trivudarom cum no Tenple et cum no Espital et cum cavaleiros*» (PMH – Inq. 1258: 391, 1.^a coluna). E tudo se mantém inalterado, ao que parece, trinta anos depois: «*Monte Redondo é toda de filhos d’algo e d’ordiins mais non dizen de quaes ordiins*» (PMH – Inq. 1288: 278), o que não será muito difícil de precisar. Decerto serão as Ordens do Templo e do Hospital.

Com este “périplo” queremos chamar a atenção para a vizinhança entre a sede da comenda e todas estas localidades, a que poderíamos juntar mais algumas²⁵. Em todas, a

²⁴ Caso semelhante, vemo-lo nos arredores de Barcelos, freguesia de Arcozelo, onde, na mesma data, apenas se informa que a localidade é terra coutada. O detentor do couto não é mencionado, talvez por ser já do conhecimento da Coroa, mas por comparação de dados, sabemos que quem senhoreia a freguesia é o Hospital (Silva, 2016, ponto 2.2: 80-81). Quem sabe o mesmo não se passasse no caso de Távora, sendo assim desnecessário fazer qualquer registo no momento.

²⁵ Casos de Jolda (Madalena), Tabaçô, Santar ou Vilafonche, também muito próximas (PMH – Inq. 1258: 394, 2.^a coluna; 392, 1.^a coluna; 391, 2.^a coluna; 378, 1.^a coluna, respetivamente). Para a localização destas freguesias, veja-se o mapa 1 (Apêndice).

presença hospitalária é contemporânea ou bastante anterior e, dada a proximidade geográfica, fica praticamente provada a existência prévia de bens do Hospital na área em redor da sede da comenda por volta de 1258. E com todos os dados que já introduzimos podemos aventar, quase sem receio, o funcionamento da mesma, pelo menos desde o reinado de D. Sancho II e, por ventura, desde o reinado de algum dos seus predecessores²⁶.

Apesar de tudo, qualquer que seja a verdade histórica, e independentemente de eventuais dados que possam surgir no futuro, o primeiro dado seguro que possuímos de momento, acerca do seu funcionamento efetivo, data de 1250 e prende-se com um dos seus comendadores, eventualmente o primeiro (*Chancelaria de D. Afonso III*, vol. II, doc. 466: 63-64).

4. Localização geográfica de Távora

Sendo certo que desconhecemos quaisquer detalhes acerca do processo que culminou com a instituição de uma comenda hospitalária em Távora, não sabemos se a escolha desta localidade foi ponderada previamente, ou se, um pouco ao acaso, algum condicionamento aleatório acabou por determinar que assim fosse. Ora, já que os dados coligidos não se revelam muito esclarecedores no que diz respeito a esta problemática, resta-nos uma única hipótese: proceder a alguns raciocínios críticos, nomeadamente no que diz respeito ao excelente posicionamento geográfico desta localidade. Atravessada por uma via de comunicação que ligava Ponte de Lima ao vale do Vez, podendo daqui seguir em direção à Portela de Vez (rumo a Norte), e ao Soajo (via Galiza), entre outras opções, a freguesia de Távora (Sta. Maria) confina com o Lima, tão-pouco distando muito do castelo de Santa Cruz, centro simbólico da terra de Valdevez, onde estava inserida **(Ver Apêndice Mapa 1)**.

²⁶ Reveja-se o que dissemos anteriormente, no início do ponto que agora concluímos, ou seja, o ponto 3, denominado “O surgimento da comenda”. Salientemos, uma vez mais, a expressão «*in Tavara coram freires*», inserida num documento do *Cartulário de Fiães* (*O Cartulário de Fiães*, vol. I, doc. 147: 113) e a sua importância para a admissão da hipótese de que uma comenda, ou alguma estrutura semelhante incipiente, estaria já em funcionamento na freguesia de Távora. Por outras palavras, recorde-se que o dito documento data do ano de 1237, ou seja, do reinado de D. Sancho II. Acrescentemos ainda que a situação de Távora, quanto à cronologia da sua criação, está de acordo com os casos aragonês e castelhano, já que em Castela a «maioria das comendas nasce em finais do século XII ou inícios do XIII». No que diz respeito à Coroa de Aragão a cronologia é semelhante, aludindo-se também à rapidez com que muitas comendas foram surgindo (Fonseca, 2013: 55, 57 e 67). Tais afirmações estão também presentes em Neto (2016: 223-224).

Como já demos a entender, de acordo com as inquirições de Duzentos, era no concelho de Arcos de Valdevez que se concentrava o grosso da presença hospitalária a norte do Lima. A esta luz, a escolha de Távora para sede da comenda não terá sido, de algum modo, despropositada²⁷. Ora, tendo em mente que neste recanto nortenho de Portugal os freires se dedicavam mormente à administração de bens e rendas e, por certo, ao agasalho de peregrinos, o posicionamento estratégico da comenda assumia um relevo ainda maior (**Ver Apêndice Mapa 2**).

Durante a Idade Média, existiam diversos caminhos de peregrinação, uns mais importantes que outros, cuja meta era o túmulo do Apóstolo S. Tiago. Como já tivemos ensejo de referir, no Entre Lima-e-Minho, o mais calcorreado seria o que ligava Ponte de Lima a Valença/Tui. Neste, já o vimos, a concorrência com outras instituições que também ofereciam serviços assistenciais, devia ser forte. Entretanto, outros havia em alternativa, nomeadamente aquele que provinha de Braga e que, cruzando o Lima nas proximidades da Ponte da Barca dos nossos dias, embrenhando-se no vale do Vez, seguia até à Portela. Uma vez aqui, rumava a Monção, podendo ainda seguir em direção a Melgaço ou a Castro Laboreiro. A partir destas três últimas povoações, seguia-se por terras galegas. Uma outra hipótese permitia alcançar a via Ponte de Lima-Valença, por algum percurso secundário²⁸. Não obstante, qualquer que fosse o caminho escolhido, os freires de São João de Jerusalém sempre estariam por perto, tanto a sul como a norte do Lima (Silva, 2016: 18-19, 26 e 60 – mapas).

Convenhamos que, portanto, a freguesia de Távora se encontrava muito bem posicionada face a estas duas vias de comunicação (Ponte de Lima-Valença e Ponte da Barca-Monção), intercomunicando entre ambas²⁹. Para corolário, acrescentemos à lista uma outra via, talvez a mais versátil de todas: o rio Lima. Durante a Idade Média, unindo as duas margens do rio, existiu uma barca de passagem, que atracava junto dos limites da paróquia. Denominava-se «*Barco de Soeiro*» e está documentada, pelo menos, nas

²⁷ Note-se que Távora forma parte do sobredito concelho de Arcos de Valdevez. No que diz respeito às referências inerentes ao Hospital, nas Inquirições de 1258 e de 1288, logo depois deste último concelho, e com menor volume de dados recolhidos, podemos indicar os atuais concelhos de Ponte de Lima (margem norte), Monção e Paredes de Coura (Silva, 2016: 54 – tabela 4 – e 60).

²⁸ Veja-se o mapa 1 (Apêndice). Para alcançar a via Ponte de Lima-Valença devia usar-se o caminho que envereda para as terras de Coura.

²⁹ Veja-se o mapa 2 (Apêndice).

inquirições de 1288³⁰, e mais tarde, como topónimo no reinado de D. Fernando (Andrade; Krus, 2001, doc. 46: 96-97). Não é possível deduzir qualquer ligação entre este meio de transpor o rio e a Ordem do Hospital. Porém, em última instância, este elemento vem, uma vez mais, realçar o carácter privilegiado da localização da sede da comenda. Esta, não estando em contato direto com o Lima, não deixa de estar muito próxima, e tomando a estrada que provinha de Ponte de Lima rumo ao vale do Vez, alcançava-se facilmente o lugar do Carregadouro, na freguesia reguenga de S. Paio de Jolda³¹. Afinal de contas, o rio era uma via de comunicação multifacetada, rápida e segura. Servindo transações comerciais e permitindo o escoamento de produtos, servia também para o envio de rendas decorrentes da comenda para a sede da Ordem (fosse ela a sede portuguesa ou a geral, na Terra Santa), e até, quem sabe, para agilizar contactos numa perspetiva inter-comendas.

Em suma, se na hora de escolher o local para sede de uma nova comenda existiam motivações de índole prática, em especial, em termos de uma boa localização geográfica, Távora, como se vê, preencheria todos os requisitos.

5. O “território” de Távora

Tomando as palavras de Paula Pinto Costa, «o estudo de uma comenda terá de passar pela identificação da área a que a mesma corresponderia» (Costa, 2009: 20). No decorrer deste estudo, tivemos já oportunidade de dar a entender que território orbitava em torno da comenda em análise, portanto sujeito ao seu comendador. Por outras palavras, a sua área de jurisdição (ou influência) devia corresponder, *grosso modo*, ao Entre-Lima-e-Minho. Noutra lugar, formulámos esta hipótese com base em algumas pistas avulsas recolhidas nas freguesias de Fontoura e de Proselo (Silva, 2016: 84)³² e, ao seu encontro vêm as palavras de José Domingues para o caso de Lamas de Mouro (Melgaço)³³ e a compensação régia feita ao «*Spytal de Tavora*» por via de um casal sito

³⁰ Note-se que a dita barca, sita no rio Lima parece estar relacionada com uma instituição monástica, a saber, o mosteiro de Redufe: «*e dous casaes de Randuffi que son en o Barco de Sueyro*» (PMH – Inq. 1288: 695). Veja-se também o mapa 1 (Apêndice).

³¹ Este lugar, era, quem sabe já desde os tempos medievos, o «ponto terminal da navegação no rio» (Almeida, 2015: 202 e 204). Veja-se o mapa 1 (Apêndice).

³² O teor das ditas pistas é o que se segue. Em Fontoura (Valença): «*mandou huum homem boos tres maravidis cada ano ao Espital de Tavora*» (PMH – Inq. 1288: 128) e em Proselo (Arcos de Valdevez) no ano de 1346 alude-se ao «*Espital de Tavora*» (Andrade; Krus, 2001, doc. 39: 90).

³³ «A posição geográfica do couto de Lamas de Mouro... fez com que fosse sempre integrado na comenda de Távora» (Domingues, 2014: 59).

na região de Caminha (Marques, 2012: 23-24 e 42). Ainda na senda deste raciocínio, tomando os poucos documentos tipo-ementa (apenas seis) atribuídos à comenda de Távora no *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, é de assinalar que quatro se reportam claramente ao território sito entre os dois rios acima indicados. Com efeito, ao lê-los deparamos com localidades como Valença, Távora e Monção³⁴.

Como complemento a estas evidências, tenha-se em consideração, a sul do Lima, a cercania da comenda de Aboim e a relativa proximidade de outras células administrativas análogas nas margens do Cávado³⁵. Do mesmo modo, a norte do Minho encontramos aquela que seria a área adstrita à comenda de Toronho e, para lá das serras de Labreiro, Peneda e Soajo, a gestão do património hospitalário caberia ao comendador de Límia³⁶.

Face ao exposto, consideremos um último documento, a saber, um rol quinhentista com as rendas que, anualmente, seriam pagas na comenda de Távora pelos “seus” caseiros, ou se quisermos, pelos indivíduos que trabalhavam as terras que lhe pertenciam³⁷. Esta fonte documental, embora posterior ao período que vimos tratando, deve refletir toda uma herança medieval, nomeadamente no que diz respeito ao âmbito geográfico sobre o qual a comenda de Távora exercia a sua tutela e influência. Posto isto, embora se verifique que no século XVI o Hospital detém bens patrimoniais (que lhe proporcionam rendas) num número de freguesias muito mais diversificado e superior

³⁴ Além da vila de Ponte de Lima, próxima, mas em princípio, já fora da alçada de Távora (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Bailiado de Leça, *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, fólio/item 65). Os dois últimos documentos (n.º V e VI) não os podemos considerar neste contexto, ou por não ser possível uma identificação precisa do lugar, ou porque dizem respeito à área de influência de outra comenda.

³⁵ Referimo-nos a uma comenda que parece ter funcionado em torno do couto de Faial (Vila de Prado, em Vila Verde); à comenda de Santa Marta (que pensamos reportar-se a Arcozelo, Barcelos) e a duas “pseudo-comendas” sediadas em Queijada (Ponte de Lima) e Marrancos (Vila Verde). É possível que estes dois últimos casos possam ser entendidos como centros administrativos menores – aquilo a que na Galiza chamam de “partidos”, quem sabe na órbita de Santa Marta. Esta última deve ter sido integrada, talvez já não na Idade Média, na sua congénere de Chavão (Silva, 2016: 74-85).

³⁶ «*El territorio de Toroño ocupaba la parte sur de la actual provincia de Pontevedra y la occidental de la de Ourense; / Limia designará el territorio meridional y central de la actual provincia de Ourense, que formará parte de la encomienda de Quiroga y constituirá en la segunda mitad del siglo XVIII la encomienda independiente de Osoño*» (García Tato, 2004: 62-63).

³⁷ Arquivo Distrital de Braga, *Comendas*, n.º 51, doc. n.º 4: *Rol do sabido da comenda (sic) de tavora que são obrigados os cazeiros a pagar cada hum ano nestes cassas da comenda (sic)*.

àquele que se consegue apurar nas inquirições de 1258 e 1288, todos esses bens encontram-se disseminados entre os rios Lima e Minho³⁸.

6. Conclusões

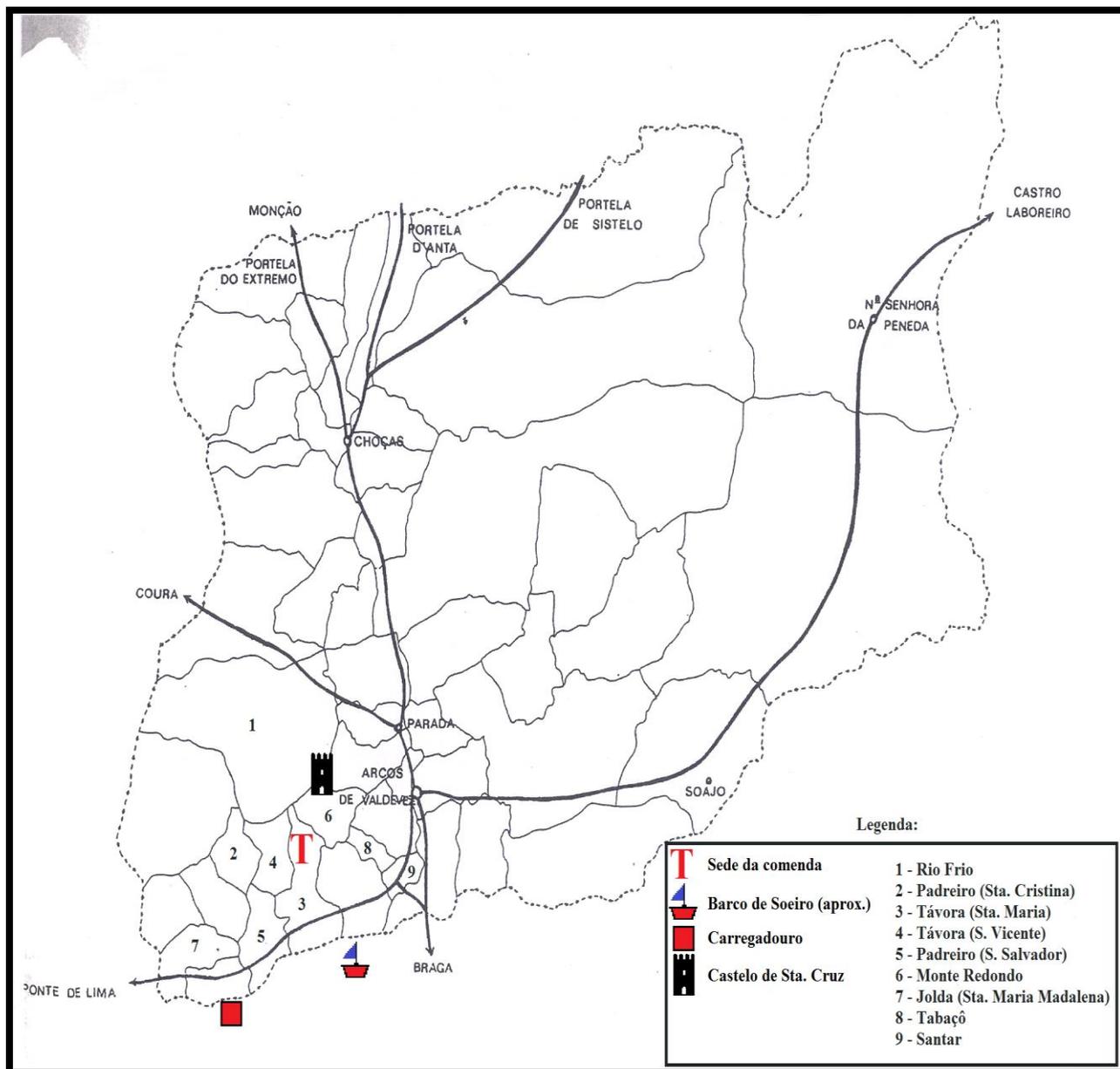
Tudo o que acabamos de expor não oferece, certamente, uma resposta definitiva às problemáticas abordadas. Afinal, em História, como na própria Natureza, “tudo se transforma”. No entanto, em função dos dados aduzidos, pensamos ter conseguido sustentar os raciocínios que fomos delineando. E, se as nossas interpretações não estão isentas de vir a ser reformuladas ou postas em causa, ficam, contudo, à espera, não só de novos dados, mas também de contributos que outros queiram dar a esta temática.

Em jeito de conclusão, e recapitulando as principais linhas de pensamento apresentadas, é possível que a comenda hospitalária de Távora tenha sido criada ainda no século XII, sendo certo que na primeira metade do seguinte estava já devidamente instituída. Na escolha do lugar para sede da dita “célula” administrativa devem ter pesado as boas condições de acessibilidade que Távora oferecia. A partir daqui, e tomando as duas principais vias de comunicação no sentido sul-norte, ou vice-versa, facilmente se alcançavam, quer as margens do Lima, quer as do Minho. O território que ficava de permeio seria aquele em que o comendador de Távora tinha por incumbência a gestão dos bens do Hospital na região, exercendo ao mesmo tempo o papel de senhor feudal e de representante da própria Ordem.

³⁸ Todos, à exceção de algumas propriedades na freguesia de Beiral do Lima, situada a sul do rio que traz no nome.

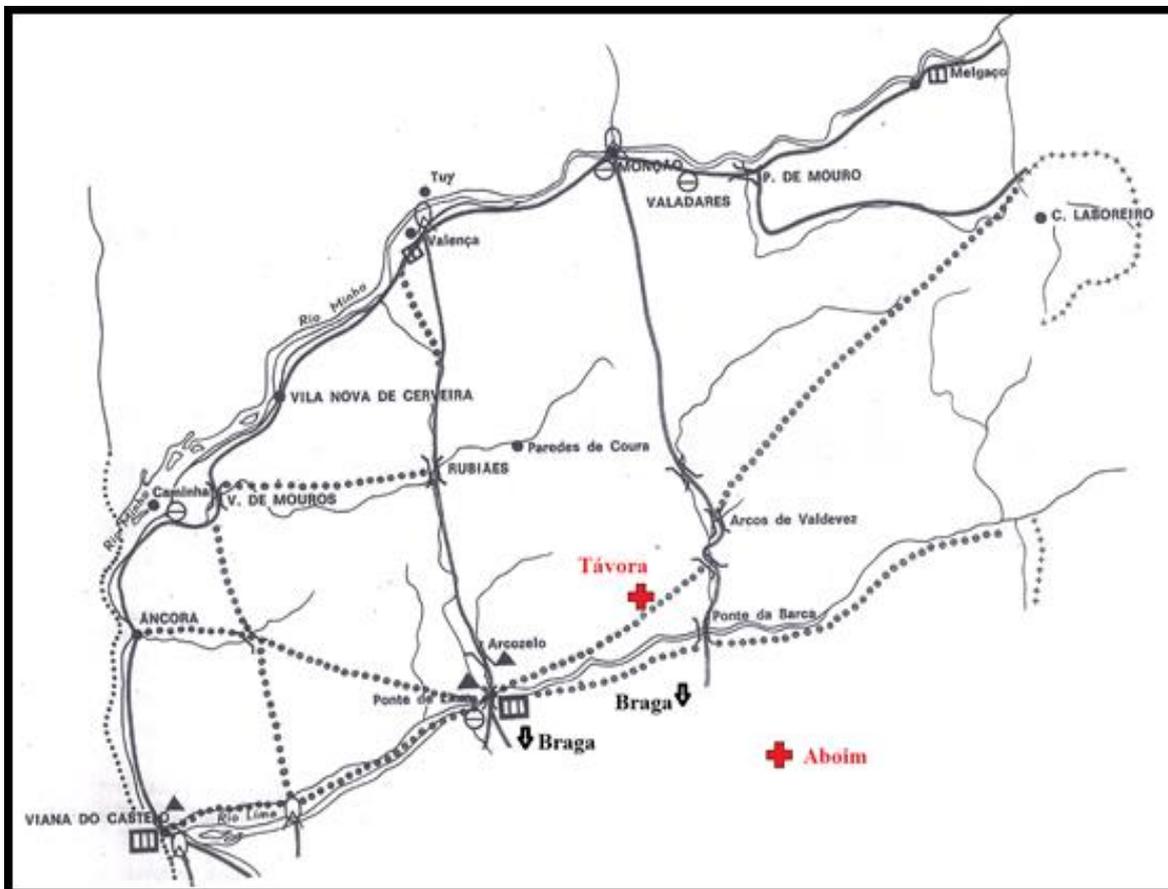
Apêndice

Mapa 1 Inserção da comenda de Távora (e freguesias vizinhas) na rede viária local.



Mapa reproduzido, com o título «Caminhos principais de comunicação com o exterior no ano de 1800», em Caldas (1994: 323). Visto que os caminhos representados hão-de ter raízes medievais, quando não anteriores, decidimos utilizá-lo, plasmando nele aspetos que vamos introduzindo ao longo destas linhas e que constam da legenda respetiva.

Mapa 2 Inserção da comenda de Távora na rede viária regional. Território adstrito à mesma comenda: Entre-Lima-e-Minho.



Detalhe do mapa reproduzido em Almeida (1973: entre 50-51), ao qual apenas introduzimos a localização das comendas de Távora e Aboim, bem como o sentido dos dois caminhos principais para sul, com Braga por destino principal. Note-se que o espaço aqui enunciado, delimitado pelos rios Lima e Minho, corresponde, como daremos conta no ponto 5 e como consta da intitulação que apusemos ao mapa, à zona de jurisdição (ou influência) da comenda em estudo.

Bibliografia:

Fontes Manuscritas:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Bailiado de Leça, *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, Coleção Costa Basto, n.º4. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4499674> [Consulta em 22.07.2017].

Arquivo Distrital de Braga, *Comendas*, n.º 51, doc. n.º 4: *Rol do sabido da comenda (sic) de tavora que são obrigados os cazeiros a pagar cada hum ano nestes cassas da comenda (sic)*.

Fontes Impressas:

ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (coord.) (2000), *Valdevez Medieval. Documentos I. 950-1299*, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (coord.) (2001), *Valdevez Medieval. Documentos II. Arquivos de Lisboa 1300-1479*, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. *Cartulário do Mosteiro de Crasto*, Direção e nota prévia de Alfredo Pimenta, Vila Nova de Famalicão: Junta da Província do Minho/Arquivo Municipal de Guimarães, 1938.

Chancelaria de D. Afonso III, Livro I. Vol. 1 e Vol. 2, Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Dicionário de Latim – Português (Dicionários Editora), por António Gomes Ferreira, Porto, Porto Editora.

GARCÍA TATO, Isidro (2004), *Las encomiendas gallegas de la Orden militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y edición documental*. Tomo I: *Época medieval*. Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Xunta de Galicia/Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento».

O Cartulário do Mosteiro de Fiães, Vol. I, Edição de José Marques, Câmara Municipal de Melgaço, 2016.

PMH – Inq. 1258 = *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones*, vol. I, Parte I e II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977.

PMH – Inq. 1288 = *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones*, Nova Série, vol. IV: *Inquirições gerais de D.*

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291, Edição de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

Estudos:

ABREU, Alberto Antunes de (2009), *História de Viana do Castelo*, 1.º vol., Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

ALVES, Lourenço (1982), “Igrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima”, *Caminiana. Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática*, n.º 7, Caminha, pp. 47-118.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973), “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, *A Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas luso-espanholas de História Medieval*, Tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 39-57.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (coord.) (2015), *Rio Lima. memórias de um rio mítico*, Município de Ponte de Lima.

BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol. II, Tomo I, Porto, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Economia e da Tecnologia.

CALDAS, Eugénio de Castro (1994), *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo. Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez*, Verbo/Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

COSTA, Avelino de Jesus da (1981), “A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)”, *I.º Colóquio Galaico-Minhoto*, vol. I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, pp. 69-240.

COSTA, Paula Pinto (1996), “A Ordem do Hospital em Portugal no primeiro século da nacionalidade”, *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 99-107.

COSTA, Paula Pinto Costa (1999/2000), *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 3 e 4: *A Ordem do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida.

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, n.º 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

COSTA, Paula Pinto (2009), “As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos”, *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 11, *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*, Porto, CEPESSE / Livraria Civilização.

COSTA, Paula Pinto (2012), “The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal”, in Antón M. Pazos (ed.), *Pilgrims and Politics. Rediscovering the power of the pilgrimage*, Farnham, Ashgate, pp. 69-82.

DOMINGUES, José (2014), *Os Limites da Freguesia de Lamas de Mouro e os Caminhos da (in)Justiça*, Edição do Autor.

FERNANDES, Hermenegildo (2006), *D. Sancho II: tragédia*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

FONSECA, Luís Adão da (coord.) (2013), *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17, *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz do Marmelar*, Porto, Fronteira do Caos/CEPESE.

MARQUES, José (2012), “A póvoa dionisina de Caminha – 1284”, *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série, n.º 6, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, pp. 13-47.

MORENO, Humberto Baquero (1986), “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 3, Porto, pp. 77-89.

NETO, Cláudio (2016), “Anónimos e Domésticos. Os freires das Ordens Militares nas cantigas dos trovadores”, in Luís Filipe Oliveira (coord.), *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 229-246.

PEREIRA, Félix Alves (1925/26), “A ermida românica de S. João Baptista de Távora (Valdevez)”, *O Archeologo Português*, vol. XXVII, pp. 1-20. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_27/1_ermida_romanica.pdf [Consulta em 25/07/2017].

PINTOR, Manuel António Bernardo (2005), *Obra Histórica*, Tomo I, Monção, Rotary Club de Monção.

REIS, António Matos (1988), “Valdevez Medieval. Alguns aspectos da crise social do século XIII no julgado de Valdevez”, *Terras de Valdevez*, n.º 11, Braga, G.E.P.A., pp. 5-23.

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist87_2oe1

REIS, António Matos, “Um julgado medieval: Arcos de Valdevez no século XIII”, *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, n.º 21, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, pp. 27-66.

SILVA, Ricardo Barbosa da (2016), *As Ordens Militares do Hospital e do Templo no Entre-Cávado-e-Minho nas inquirições de Duzentos*. Tese de Mestrado em Estudos Medievais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VENTURA, Margarida Garcez (2007), *A Definição das Fronteiras*. Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal (Coleção), QuidNovi.

Crime e castigo no Porto de setecentos: relato poético de um enforcamento falhado

Crime and punishment in Porto in the 18th century: poetic account of a failed hanging

Crime et châtiment à Porto au XVIIIe siècle: récit poétique d'une suspension échouée

Crimen y castigo en Porto en el siglo XVIII: relato poético de un ahorcamiento fallido

Francisco Topa
CITCEM-Universidade do Porto
franctopa@gmail.com

Resumo: Na passagem dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal para os crimes civis, este artigo estuda e edita um longo poema anónimo, provavelmente do início do século XVIII, sobre um enforcamento falhado na cidade do Porto. O autor sublinha as informações documentais fornecidas pelo texto e discute o sentido da sua orientação satírica.

Palavras-chave: Pena de morte; forca; século XVIII; Porto.

Abstract: On the 150th anniversary of the abolition of the death penalty in Portugal for civil crimes, this article studies and publishes a long anonymous poem, probably from the early 18th century, about a failed hanging in the city of Porto. The author underlines the documentary information provided by the text and discusses the meaning of its satirical orientation.

Keywords: Death penalty; hanging; 18th century; Porto.

Résumé: Au 150e anniversaire de l'abolition de la peine de mort au Portugal pour les crimes civils, cet article étudie et publie un long poème anonyme, probablement du début du XVIIIe siècle, sur une suspension échouée dans la ville de Porto. L'auteur souligne les informations documentaires fournies par le texte et discute la signification de son orientation satirique.

Mots-clés: peine de mort; gibet; XVIIIe siècle; Porto.

Resumen: En el pasaje de los 150 años de la abolición de la pena de muerte en Portugal para los crímenes civiles, este artículo estudia y edita un largo poema anónimo, probablemente de principios del siglo XVIII, sobre un ahorcamiento fallido en la ciudad de Porto. El autor subraya las informaciones documentales proporcionadas por el texto y discute el sentido de su orientación satírica.

Palabras clave: Pena de muerte; horca; siglo XVIII; Porto.

A passagem dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal para os crimes civis constitui uma boa oportunidade para trazer a público uma espécie de crónica poética sobre um enforcamento falhado no Porto de setecentos. Sem nome de autor e sem data, o texto intitula-se “Egloga dos Pastores / Gil e Torcato / Silva burlesca: / contando as perversas açoens de hum insigne / ladrão, pirata, e matador que se enforcou no / Porto chamado o braço forte.”. O poema, como tantos outros de tipo circunstancial e orientação burlesca, terá tido apenas circulação manuscrita, estando recolhido numa miscelânea, também não datada, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: trata-se do Ms.

388, intitulado «Coleção / De varias / Obras / Poeticas. / Tomo / 1», em que ocupa os ff. 61v-75.

A forca e o enforcado têm tido assinalável presença na literatura e na arte em geral, particularmente na pintura. Isso deve-se, antes de mais, à importância desses motivos na vida social – que felizmente tem vindo a desaparecer nos dois últimos séculos, pelo menos como punição¹ –, mas está também relacionado com temas conexos, como sejam a morte, a justiça ou o erro. Tendo sido durante muito tempo a principal forma de execução, a forca impôs-se como uma espécie de teatro, com uma coreografia própria e um leque alargado de atores, visando um propósito teoricamente instrutivo e dissuasivo, mas com uma inevitável componente recreativa que ajudava a gerir tensões, coletivas e individuais. Além disso, a dimensão de *performance* tornava cada ato único, abrindo a possibilidade da surpresa, do inesperado, do “milagre”. Para além da reação do condenado, que podia ir da contrição humilde até ao desprezo sarcástico e altaneiro, também a morte podia ser mais ou menos rápida, com maior ou menor sofrimento do executando, havendo ainda espaço para o imprevisto, de tipo sério (como a revelação da inocência do sentenciado), cómico (uma queda na escada de acesso ao cadafalso ou o rompimento da corda, por exemplo) ou sobrenatural (é longa a lista de milagres deste tipo, sobretudo no período medieval, a começar pelo que é atribuído a Santo António e que permitiu a salvação do seu pai e passando pela complexa tradição que envolve a lenda do senhor do galo de Barcelos²). No caso da literatura portuguesa não faltam exemplos – de Gil Vicente a Camilo – da presença de figuras de enforcados ou da alusão a enforcamentos, embora sejam raros os casos em que o tema ocupa uma posição central ou suscita uma reflexão mais complexa, do género da que nos oferece o ensaio de 1931 de George Orwell, *A Hanging*.

O poema que motiva este artigo – e cuja edição anotada apresento no final³ – tem a particularidade de ser uma espécie de crónica, em registo burlesco, de um caso caricato (o condenado à forca acaba por morrer afogado). Apresenta-se assim como um bom exemplo das singulares relações entre literatura e história, duas formas diferentes de ler e dizer o mundo mas que se alimentam de forma recíproca. De facto, e reconhecendo

¹ Embora ainda esteja bem presente na memória coletiva o enforcamento, por exemplo, de Saddam Hussein, antigo presidente do Iraque, no final de 2006.

² Cf. Lima, 1965.

³ Aproveito a oportunidade para agradecer as observações de um dos *referees* do trabalho, que me permitiram melhorar o artigo e ampliar a anotação do poema.

embora as especificidades e as convenções do discurso literário, há no poema uma dimensão histórica, pelo menos dupla: por um lado, uma série de elementos para a história cultural e das mentalidades, relacionados com as representações da morte por decisão judicial; por outro, um conjunto de informações documentais sobre um processo e o respetivo cerimonial.

Como veremos mais à frente, é provável que o acontecimento em causa, a ter ocorrido, date do final do século XVII ou do início da centúria seguinte, meia dúzia de décadas antes de uma obra que começaria a mudar de modo decisivo o pensamento europeu e americano em matéria de direito penal, abrindo assim caminho para a abolição da pena de morte: *Dei delitti e delle pene*, de Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria, cuja 1.^a edição, ainda anónima, é de 1764. No capítulo 11, “Della tranquillità pubblica”, encontramos um conjunto de perguntas que mostram com clareza a orientação iluminista da reforma proposta pelo autor:

Ma quali saranno le pene convenienti a questi delitti? La morte è ella una pena veramente *utile e necessaria* per la sicurezza e pel buon ordine della società? La tortura e i tormenti sono eglino *giusti*, e ottengon eglino il *fine* che si propongono le leggi? Qual è la miglior maniera di prevenire i delitti? Le medesime pene sono elleno egualmente utili in tutt’i tempi? Qual influenza hanno esse su i costumi?⁴ (Beccaria, s.d.: 30)

Para além das restrições que coloca à pena capital, Beccaria também condena o espetáculo que acompanha as execuções, sublinhando o seu efeito perverso sobre quem assiste:

La pena di morte diviene uno spettacolo per la maggior parte e un oggetto di compassione mista di sdegno per alcuni; ambidue questi sentimenti occupano più l'animo degli spettatori che non il salutare terrore che la legge pretende ispirare.⁵ (Beccaria, s.d.: 71)

⁴ Tradução (minha): “Mas quais serão as penas adequadas para esses crimes? A morte é uma pena verdadeiramente *útil e necessária* para a segurança e para a boa ordem da sociedade? A tortura e o tormento são *justos* e asseguram *os fins* a que as leis se propõem? Qual é a melhor maneira de prevenir os crimes? As mesmas penas são igualmente úteis em todos os tempos? Que influência têm elas sobre os costumes?”

⁵ Tradução (minha): “A pena de morte converte-se num espetáculo para a maior parte e num objeto de compaixão misturado com desdém para alguns; ambos os sentimentos ocupam mais a mente dos espectadores do que o saudá el terror que a lei pretende inspirar.”

Esta análise das práticas penais como parte da anatomia política seria desenvolvida séculos depois por Michel Foucault, no seu clássico livro de 1975, *Surveiller et punir: Naissance de la prison*⁶. No capítulo II, intitulado “A ostentação dos suplícios”, o pensador francês analisa com grande finura os contornos e as finalidades daquilo a que chama a liturgia da punição, considerando que:

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo os seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios se investe toda a economia do poder. (Foucault, 1986: 35)

Na *Égloga dos Pastores Gil e Torcato* não há, evidentemente, nem oposição à pena de morte nem reflexão sobre o significado do ritual que a acompanha. Em vez disso, temos a celebração zombeteira do enforcamento como castigo, ao longo de um texto que contém numerosas informações sobre um processo e o seu cerimonial. É justamente por este aspeto que começarei a breve análise do texto.

Para aferir convenientemente o valor de tais informações, importaria confrontar o poema com outras fontes, designadamente o processo judicial – admitindo que a silva burlesca usa como ponto de partida um caso *real*, efetivo. Este é contudo um caminho sem saída, pelo menos de momento: não consegui encontrar a documentação forense nem identificar o réu e a própria datação dos acontecimentos é incerta⁷. Torcato, o pastor que no poema relata e comenta o acontecimento público, identifica o réu pela alcunha de Braço Forte⁸ e assaca-lhe dois tipos de atividades criminosas: por um lado, o ataque a navios, o saque dos seus bens e a morte dos seus ocupantes (o que faria dele “Mouro na vida, Turco nos costumes”, v. 176); por outro, o plano para fazer explodir a enxovia em que estava preso (vv. 320-4), atingindo o Tribunal da Relação do Porto. Parece ser esta última a causa da sua condenação à morte: “até que sendo disto delatado, / o deu a Relação por condenado.” (vv. 357-8). É justamente nessa longa passagem em que Torcato narra a

⁶ Usarei a tradução brasileira referida na bibliografia final.

⁷ Não chegou até nós a documentação do Tribunal da Relação do Porto anterior ao século XIX. Por outro lado, o rol de executados que António Luís de Sousa Henriques Secco (1880) elaborou também não inclui nenhum caso semelhante ao que está em análise.

⁸ Designação igualmente usada em diversos poemas satíricos pelo baiano Gregório de Matos para se referir ao criado do governador António de Sousa de Meneses.

carreira criminal do Braço Forte, numa tentativa de convencer o seu interlocutor da semrazão das suas mágoas, que surge um elemento que ajuda a localizar no tempo os supostos acontecimentos: na opinião do pastor, os *Garmachas* “pios são em tal maneira / que mandaram à forca da Ribeira / a quem por ser rapina aquém das telhas / merecia enforcar-se em Mijavelhas.” (vv. 155-9). O lugar de Mijavelhas, correspondente ao atual Campo 24 de Agosto, tinha, segundo Magalhães Basto (1963: 188), uma forca que pertencia ao concelho e era reservada para a execução de ladrões. Ora, essa forca só terá existido até pouco depois de 1714, data em que a Misericórdia – a quem competia acompanhar os sentenciados – apresenta uma petição reclamando a sua transferência para a Ribeira, usando como argumento a grande distância entre a cadeia e o lugar de Mijavelhas (*Colleção Chronologica*, 1791: 294-5). Com base nestes elementos, podemos pois admitir que o caso se terá passado entre o final do século XVII e a primeira quinzena de anos de setecentos, num período em que as duas forcas (a de Mijavelhas, do Concelho, e a da Ribeira, da Relação) funcionaram em simultâneo.

Menos controvertida é a descrição do cortejo, que coincide de forma próxima com a reconstituição de Magalhães Basto (1934: 486-8): o préstito sai da cadeia da Relação com pompa comparável à de um triunfo romano (vv. 369-73); o condenado, que “a rasoura levou de mui bom corte” (v. 94), “Gadelheira não leva nem perruca” (v. 385) e vai “bem amanhado” (v. 377), “a alva sobre si” (v. 386), “de ponto em branco, as cores de adamado” (v. 378) e “nas esposadas mãos levava um Cristo” (v. 381); quanto ao acompanhamento, “nas costas uma tropa se lhe via / e na vanguarda a nobre Infantaria” (vv. 395-6). O percurso também coincide globalmente com o que está descrito na bibliografia histórica: desce a Ferraria (hoje Rua dos Pelames), segue pelo Souto e depois pela Bainharia e Mercadores, chegando à Ribeira, “onde o conforta / a Emperatriz do Céu lá sobre a porta; / e ouvindo meia Missa com fervor, / deixou a outra meia a um caçador” (vv. 467-70). A dimensão pública do evento também é destacada: “Fervendo estava a praia com a gente, / homens, mulheres ordenadamente, / grandes, piquenos, nobres e o plebeu, / até colos de canga e cus de breu.” (vv. 481-4). O desfecho (verídico ou ficcional?) do caso parece constituir uma forma adicional de sátira: ao subir a escada para o cadafalso, “mentindo-lhe um pé que mal firmou, / dela caiu abaixo e se afogou” (vv. 499-500)⁹. A

⁹ O cariz burlesco da passagem parece indesmentível, tanto mais que a forca da Ribeira era – pelo menos desde 1709 – um dispositivo fixo, colocado entre a Porta da Ribeira e o Pelourinho, a uma distância que tornava impossível a queda no rio.

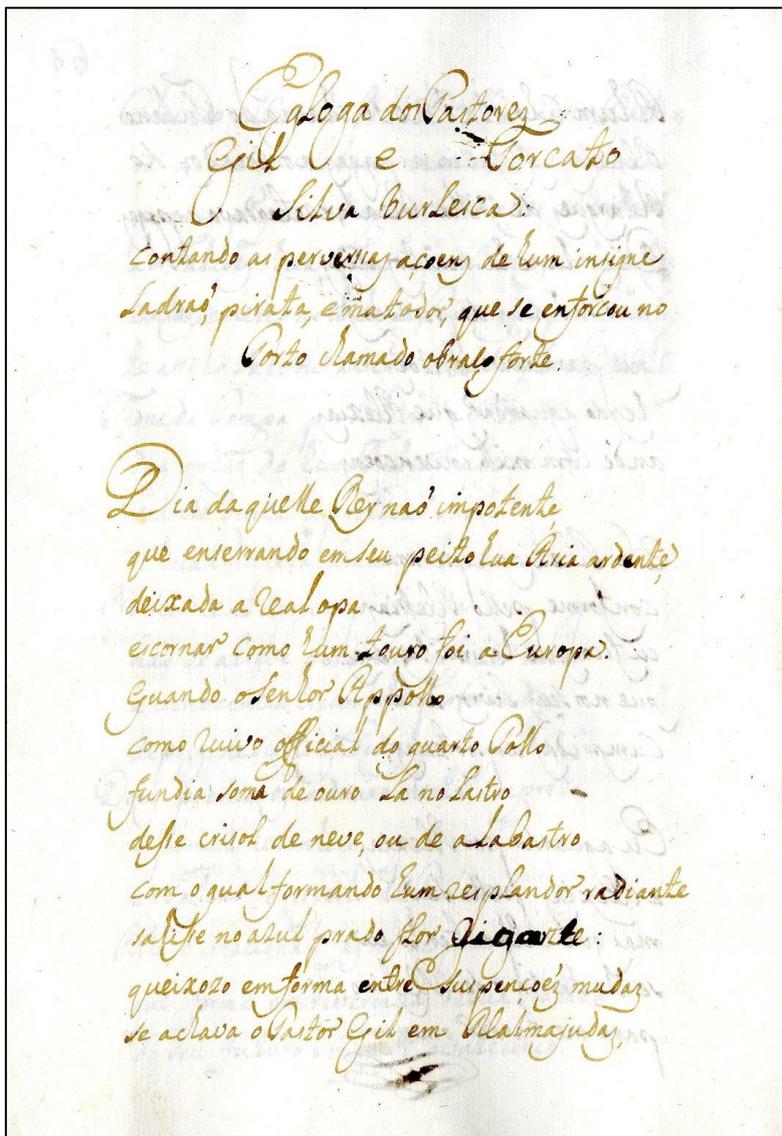
morte acaba assim por cumprir-se e o corpo dará mais tarde à costa, depois de “um geral clamor e gritaria” (v. 501) e da exclamação do confessor: “– Oh, quem pegara em ti quando caíste, / alma minha gentil que te partiste!” (vv. 515-6).

Como ficou dito, este relato surge enquadrado numa égloga, modalidade clássica da poesia bucólica quase sempre marcada pelo diálogo entre pastores, que discutem amores não correspondidos ou, mais raramente, refletem sobre questões morais ou filosóficas. No caso que nos ocupa, os elementos iniciais parecem apontar para o respeito por esse modelo: um dos pastores, Gil, dirige em vão as suas queixas, de sentido impreciso, aos elementos da natureza, primeiro a fonte de Malmajudas, depois os rochedos dos Guindais. Mas, como o subtítulo o indicava já, esta égloga assume a forma de uma silva burlesca, pelo que os sinais de paródia não tardam a surgir, traduzindo-se em expressões de tipo popular ou até grosseiro e obsceno, num registo satírico cujo alcance não é imediatamente compreensível. À primeira vista, o alvo é Gil, que esteve a ponto de suicidar-se por causa do desgosto provocado pela morte do criminoso alcunhado Braço Forte. Didaticamente, Torcato, o outro pastor, desconstrói a imagem do malfeitor e relata a sua execução, convencendo temporariamente o seu interlocutor da falta de sentido do seu sofrimento: “Com olhos rasos de água ali se via / o Pastor Gil, mas ela não corria, / pois os canos por onde transbordava / Torcato com rezões logo as secava” (vv. 281-4). Porém, o desfecho escatológico do poema parece sugerir uma crítica bem mais larga, que abarca o mundo e os seus valores, indo assim muito para lá dos reparos pontuais que vão surgindo ao longo do texto, dirigidos a práticas como os amores freiráticos ou a instituições como a justiça.

Feitas estas considerações introdutórias, importa agora ceder a palavra ao autor anónimo de um poema cujo riso, como sempre acontece, parcialmente nos escapa, numa prova da instabilidade dos textos e da instabilidade do mundo. Antes de terminar, acrescento apenas que os critérios de transcrição usados são idênticos aos que tenho seguido para a edição de textos deste período¹⁰.

¹⁰ Cf., por exemplo, Topa, 2012: 45-55.

Apêndice



Ms. 388 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, f. 61v

Égloga dos Pastores Gil e Torcato

Silva burlesca:

contando as perversas ações de um insigne ladrão, pirata e matador que se enforcou no Porto, chamado o Braço Forte.

Dia daquele Rei não impotente¹
 que encerrando em seu peito uma Ásia ardente,
 deixada a real opa,
 escornar como um touro foi a Europa²;
 5 quando o Senhor Apolo³,
 como ruivo oficial do quarto Polo⁴,
 fundia soma de ouro lá no lastro
 desse crisol de neve ou de alabastro,
 com o qual formando um resplendor radiante⁵
 10 saísse no azul prado flor gigante;
 queixoso em forma, entre suspensões mudas,⁶
 se achava o Pastor Gil em Malmajudas⁷,
 fonte que com a neve que desata
 ao hidrópico Douro a sede mata,
 15 o qual, como a barriga inchada sente,
 sem constituir bicornes ao Grão Tridente⁸,
 à barra corre para ali mijar
 na pia de Anfitrite⁹, Sol do mar;
 bem que podia algum juízo fino

¹ Esta passagem parece indicar que o episódio ocorreu numa quinta-feira, dia que, entre os romanos, era consagrado a Júpiter.

² Alusão ao episódio mitológico de Júpiter e Europa, a bela filha de Aginor e Telefassa. Depois de a ver, o chefe dos deuses ficou apaixonado e decidiu raptá-la, transformando-se para isso num belo touro branco.

³ Apolo – deus da mitologia greco-romana identificado com o Sol.

⁴ quarto Polo – Sol.

⁵ Por razões métricas, é obrigatória a leitura com ectilipse: *co{m} o/ qual/ for/man/do um/ res/plan/dor/ra/dian/te*.

⁶ Este verso apresenta uma acentuação menos comum: (2)-4-9-10.

⁷ Malmajudas – antiga fonte existente na cidade do Porto, na freguesia de S. Nicolau.

⁸ *Grão Tridente* refere-se a Neptuno, deus romano das águas, identificado com o grego Posídon, que tinha no tridente um dos seus símbolos. O verso tem sentido jocoso: sem tornar Neptuno cornudo.

⁹ Anfitrite – mulher legítima de Posídon (Neptuno), era uma das Nereides.

20 dizer que o caso é contra o Tridentino¹⁰.

Nesta se achava fonte, como digo,
nem todo leite Gil, nem todo trigo¹¹,
pesado o vulto, carregada a fronte,
um escândalo enfim da clara fonte,
25 que por não vê-lo tão brumado e triste,
corre com pés de prata e não lhe assiste.

“– Para, choroso diz, por que me deixas
sem o motivo ouvir de minhas queixas?
E se vês minhas penas tão agudas,
30 como agora a senti-las mal me ajudas?”
Mas ela que na cousa está mui fria,
se se movia, não se compungia;
antes bem com discurso e sem juízo
do que ouvia mijava-se com riso.
35 Virava-se o Pastor para os Guindais¹²
e com dobrados ais
formava seus queixumes aos rochedos;
porém eles, mais duros que uns penedos,
sentem só e sem medra,
40 mais que a de Gil, a sua dor de pedra,
pois que as de Frei Bretoldo Negro manhas
c’os negros pós lhes queimam as entranhas,
ao que devera ter horror não pouco,
o Pai Garcia não, mas o cabouco.¹³
45 Bem quisera queixar-se ao seu rebanho
que pelas penhas traz grosso e tamanho;

¹⁰ *Tridentino* tem sentido duplo: referindo-se, pelo contexto, a Neptuno, não deixa de aludir também ao Concílio da Igreja Católica realizado em Trento no século XVI, do qual sairia a reação à Reforma Protestante.

¹¹ Morais regista a expressão *estar trigo* com o sentido de *estar com ânimo*. Levando em conta que *mar de leite* significa *mar calmo*, talvez possamos admitir que o verso significa *nem muito calmo, nem muito nervoso*.

¹² Guindais – escarpa sobre o rio Douro, pertencente à freguesia da Sé, com um grande aglomerado de casas.

¹³ O sentido dos vv. 41-44 não é claro.

porém como o deixou nas Fontainhas¹⁴,
 pausa pôs ao clamor e ladainhas.
 Se olhara para os Crúzios¹⁵, que da Serra
 50 com boa estrela estão fazendo guerra {,}
 aos Serafins de Clara[,]¹⁶
 fora-lhe a apelação não pouco cara,
 pois aqueles com cruz, estes com penas,
 as de Gil tornariam mais serenas;
 55 porém enganaria-se o Pastor,
 julgando ser martírio o que era amor;
 e não se adoçam por comunicados
 males aos que de amor são inflamados,
 pois a de amor feliz correspondência
 60 pede toda a atenção, toda a advertência;
 quanto mais que o rapaz Rei dos frecheiros¹⁷
 cego é nas grades, surdo nos outeiros;
 bem que poderá¹⁸ haver algum Pastor
 a quem dê audiência o mouco amor,
 65 principalmente havendo ocasião
 de se chegar o báculo ao surrão¹⁹.
 Mas saibam as que acodem tanto ao bago²⁰
 que este espremido dá sangue-de-drago²¹,
 o qual se é para as quedas frutuoso,
 70 para as bentas das mãos é mui danoso.
 Enfim desenganado
 o Pastor Gil de não haver achado

¹⁴ Fontainhas – escarpa da cidade do Porto sobre o rio Douro e zona habitacional de larga tradição.

¹⁵ Referência ao Convento de Santo Agostinho da Serra, fundado em 1536. Localizado em Vila Nova de Gaia, é comumente designado por Mosteiro da Serra do Pilar.

¹⁶ Alusão ao Mosteiro de Santa Clara, fundado em 1416, na freguesia da Sé.

¹⁷ Referência a Cupido, deus romano equivalente ao grego Eros. Filho de Vénus e de Marte, era geralmente representado como um menino alado que carregava um arco e um arcas com setas, que disparava sobre o coração de homens e deuses.

¹⁸ Por razões de métrica, *poderá* deve ser lido com síncope: *pod'ra*.

¹⁹ surrão – bolsa de couro usada pelos pastores. Entenda-se: havendo hipótese de unir a força ou a ameaça física (representada pelo báculo) ao interesse por bens materiais (representado pelo surrão).

²⁰ bago – dinheiro.

²¹ sangue-de-drago – resina avermelhada, escura, que exsuda do caule da árvore-do-dragão, usada na produção de vernizes e com propriedades anti-hemorragicas, antidiarreicas e antiblenorrágicas.

nem nos duros penhascos dos Guindais,
 nem nos da fonte fúlgidos cristais
 75 alguma piedade,
 a afogar-se no Douro se persuade;
 e sem dizer o *vade retro*, logo
 com fúria, ímpeto e fogo,
 a seu Custódio esquerdo²² obedecendo,
 80 ao *mitte te deorsum*²³ vai cedendo.
 “– Para, tem mão, detém-te, mentecapto!”
 lhe diz clamando o bom Pastor Torcato²⁴,
 que vinha de caminho
 de outra fonte que está no Carvalhinho²⁵.
 85 “– Que é isto que fazer querias,²⁶
 deixando cá o ado co’as tosquias?”
 “– Que há de ser (lhe diz Gil), se tosquiado
 me há o Demo um carneiro, não capado,
 mas morto com vergonha,
 90 como se ele tivesse alguma ronha.”
 “– É esse (lhe tornou Torcato) acaso
 um que há dias na praia ficou raso²⁷,
 chamado o Braço Forte,
 que a rasoura²⁸ levou de mui bom corte?”
 95 “– Esse é (respondeu Gil agoniado)
 e julgo não ser bem sentenciado,
 pois era Herói de feitos tão famosos
 como dirão os mares procelosos;
 mas os Senhores Becas²⁹,
 100 cujas justiças são Secas e Mecas[,]
 ao calcanhar do Limbo

²² Custódio esquerdo – o Diabo.

²³ São as palavras com que o demónio tenta pela terceira vez Jesus no deserto: “Si Filius Dei es, mitte te deorsum” (Mt 4: 6), isto é, “Se és o Filho de Deus, lança-te daqui abaixo”.

²⁴ Note-se a rima *mentecapto* / *Torcato*.

²⁵ fonte do Carvalhinho – ficava na margem direita do Douro, abaixo das Fontainhas.

²⁶ Mesmo que admitamos a leitura de *querias* com síncope, o verso é hipermétrico.

²⁷ raso – no sentido de cortado pela base, rapado, isto é, figuradamente, morto.

²⁸ rasoura – ato de fazer a barba ou rapar o cabelo, a que eram sujeitos os condenados à forca.

²⁹ Becas – em sentido metonímico, desembargadores.

antes te pejarias³⁶ de haver sido
 130 amante de um sujeito tão perdido.
 Dize-me: nunca ouviste
 aquela horrenda voz e pregão triste
 das muitas inclemências
 que no mar fez a tantas inocências?
 135 Dize: não te chegaram aos ouvidos
 os lastimosos ais, tristes gemidos
 de uma nobre donzela
 que tirando-a da cama nua e bela,
 no mar a lança, para a qual já vai
 140 a ver nele também lançado o Pai,
 servindo o mar de triste sepultura
 à que era Sol flamante em fermosura?
 Dize: não te chegou a que usou manha,
 depois que obrou tão bárbara façanha,
 145 mandando dos defuntos (traça horrenda!)
 de noite à terra em barcos a fazenda
 e dando de manhã fogo ao navio,
 à praia se acolheu com falso brio,
 imaginando o Povo eram queimados
 150 os que a ambição no mar tinha afogados?
 Aqui o tens por tão cruel traição
 juntamente homicida e mais ladrão;
 e se ainda³⁷ rezões achas
 para culpare de ímpios os Garnachas,
 155 sabe que pios são em tal maneira
 que mandaram à forca da Ribeira³⁸
 a quem por ser rapina aquém das telhas
 merecia enforcar-se em Mijavelhas³⁹.

³⁶ pejar-se – ter pejo, vergonha.

³⁷ Por motivos métricos, *ainda* deve ser lido com aférese: *'inda*.

³⁸ forca da Ribeira – há notícia da transferência da forca de Mijavelhas para o Cais da Ribeira em 1714. Contudo, de acordo com A. de Magalhães Basto (1968: 168), existia aqui uma forca antes dessa data, conhecida como forca da Relação.

³⁹ Mijavelhas – havia neste local, correspondente ao atual Campo 24 de Agosto, uma forca que, segundo Magalhães Basto (1963: 188) pertencia ao concelho e era reservada para a execução de ladrões.

Passo em silêncio os mais que ao mar deitou
 160 e a grande tirania que mostrou
 em um dos arrojados, que lançando
 mão de um calibre para se ir lançando,
 pela cabeça foi atravessado
 com um chuço por ele e ao mar lançado,
 165 indo ensopado em sangue tão sem mágoa
 o corpo que ao depois se afogou n'á ua.
 Deixo também o tempo em que passou
 para um baxel de Mouros, em que andou
 feito cossário⁴⁰ vil, feito pirata
 170 no rio, só por se engolfar da prata;
 vindo também à foz do rio Douro
 para levar o conjugal tesouro,
 se, por ter já eu génio exp'rimentado
 não lhe escapara como a renegado,
 175 pois era já segundo alguns vislumes⁴¹,
 Mouro na vida, Turco nos costumes.

“Estas narradas em estilo seco
 as gentilezas são deste Pacheco,
 deste Albuquerque, deste Castro forte⁴²
 180 e outros em quem poder não teve a morte;
 bem que o nosso valente sem querer
 da morte exp'rimentou o grão poder.

“Falar não quero em sua consciência,
 pois debuxada fica na aparência;
 185 mas se saber quiseres,
 direi alguma cousa por saberes.

⁴⁰ cossário – variante arcaica de *corsário*.

⁴¹ vislume – variante antiga de *vislumbre*.

⁴² Alusão irónica a uma passagem de *Os Lusíadas*, de Camões: “um Pacheco fortíssimo e os temidos / Almeidas, por quem sempre o Tejo chora, / Albuquerque terribil, Castro forte,” (I, 14, vv. 5-7). Pacheco refere-se a Duarte Pacheco Pereira, navegador, militar e cosmógrafo; Albuquerque a Afonso de Albuquerque, governador da Índia; e Castro a D. João de Castro, vice-rei da Índia.

Se na nau Galga⁴³ alguém queria entrar,
 cá fora havia as contas de deixar,
 como se não pudessem do adversário
 190 triunfar os três terços do Rosário,
 c'os quais se viu o Turco com espanto
 lá vencido no Golfo de Lepanto⁴⁴.

Pois quanto à confissão,
 nunca a sofria, quanto mais então,
 195 imaginando acaso como errante
 que em dizer que pecara era pecante⁴⁵!
 Sendo que pela carga do pecado
 muitos baixéis no mar hão naufragado,
 como se viu na de Joppsen naveta
 200 que assaz brumava o pecador Profeta⁴⁶,
 se o marino Dragão já morto e vivo
 do naufráio não traga o incentivo.”

“– Certo que fico, amigo, esbasbacado⁴⁷
 (lhe diz Gil) do que aqui me tens contado;
 205 e se acaso o que dizes é verdade,
 não se pode fingir maior crueldade.”

“– Adverte, Gil (lhe torna ali Torcato),

⁴³ nau Galga – a expressão, que também ocorre no v. 524, tanto pode fazer referência a uma embarcação real como pode ser lida em sentido conotativo. No primeiro caso, é conhecida na história da América portuguesa uma nau com esse nome em que o primeiro governador-geral, Tomás de Sousa, fez vir de Cabo Verde algumas partidas de gado. Nesse sentido, *nau Galga* talvez possa ser entendida como “nau dos animais”. Na hipótese de a expressão não apontar para um referente histórico, devemos ter em conta que *galga* também significa, ainda hoje, “mentira”, “peta”.

⁴⁴ Referência à Batalha de Lepanto, travada a 7 de outubro de 1571 no Golfo de Lepanto, na Grécia, em que a esquadra da Liga Santa, uma aliança cristã, derrotou os turcos otomanos, pondo fim à sua expansão no Mediterrâneo ocidental.

⁴⁵ pecante – provavelmente na aceção familiar registada por Morais: “diz-se do que tem certa fraqueza, ou balda (defeito, há ito vicioso)”.

⁴⁶ pecador Profeta – Jonas, protagonista do livro do Antigo Testamento que leva o seu nome. Enviado pelo Deus de Israel a Nínive para dizer aos assírios que devido à sua crueldade iriam sofrer a ira divina caso não se arrependessem dentro de quarenta dias, temeu pela sua vida e fugiu em direção a Társis, na Península Ibérica. Ocorre contudo uma violenta tempestade durante a viagem, que só termina quando Jonas é lançado ao mar. Engolido por um “grande peixe”, passa três dias no seu estômago. Arrependido, é devolvido à praia, seguindo para Nínive a cumprir a sua missão.

⁴⁷ esbasbacado – variante arcaica de *embasbacado*.

que não sou eu tão pouco timorato
 que te dissesse cousas tão pesadas
 210 sem que fossem por todos divulgadas;
 mas já que ouviste os dotes daquela alma
 que da afeição te tem levado a palma,
 ouve agora pintar
 de seu corpo o donaire, a graça e o ar.
 215 Dize: em que foste pôr tua afeição?
 Em um corpo de tal disposição
 que tomou por empresa
 nem ter nem fazer nunca gentileza?
 Em um rosto estafermo dos mosquitos
 220 no qual fazem das suas os malditos?
 Numa cara lá vinda do queimado⁴⁸,
 de açúcar sim, mas esse mascavado?
 Em uns olhos de coco-da-Baía
 que podem fazer medo à rapazia⁴⁹?
 225 Em um nariz que por desgraça sua
 o viste sempre estar no andar da rua?
 Em uma boca (não de Sacavém)⁵⁰
 que ao feitio do cu serralhos tem?
 Enfim numa estatura e corpo guapo
 230 de ratinho que a um gato não faz papo?⁵¹
 Este é, Gil, o composto
 por quem banhas em lágrimas o rosto?
 Este é o gentil-homem cuja morte
 sentes com tanta mágoa e pena forte?
 235 Para sentir-se a morte de Absalão

⁴⁸ queimado – zona tórrida ou zona tropical.

⁴⁹ rapazia – o mesmo que rapazio ou rapaziada, garotada, bando de rapazes.

⁵⁰ *boca de Sacavém* é a boca do rio Tejo, por onde este desagua no mar. Em sentido figurado, a expressão significa portanto uma boca enorme.

⁵¹ Entenda-se: ratinho cujo tamanho não enche a barriga de um gato. *ratinho* pode ter aqui significado duplo: além do sentido próprio, pode referir-se também ao beirão que vai procurar trabalho nos campos do Alentejo e de parte da Estremadura, sobretudo na época da colheita de trigo. Esta figura foi usada como tipo cómico nos autos de Gil Vicente e de outros dramaturgos quincentistas.

“– A causa foi (Torcato a Gil responde)
 260 ou porque Pedro, a quem o Céu esconde,
 não quis usar do ferro contra Judas,
 tendo para o fazer rezões miúdas
 (pois ainda⁵⁸ na ocasião mais brava e irada,
 das orelhas não passa alçando a espada⁵⁹),
 265 ou porque entenderia
 que algum dia o ladrão se enforcaria,
 maiormente no tempo em que João
 dos crimes já sabia do ladrão;
 ou também porque os Becas, quais Romanos,
 270 se quiseram mostrar com ele humanos,
 de algum modo outorgando-lhe perdão
 pela aura popular de alguma ação
 da morte indigna como foi aquela
 que obrou nos mares, onde com cautela
 275 vencendo-o o inimigo atroz, que a pique
 lhe metia o baxel, porque não fique
 em seu poder, num férreo globo em volta
 a bandeira real no lago solta;
 ação digna de peitos mais sublimes!
 280 Porém este a eclipsou com tantos crimes.”

Com olhos rasos de água ali se via
 o Pastor Gil, mas ela não corria,
 pois os canos por onde transbordava
 Torcato com rezões logo os secava;
 285 se bem não tinha Gil inda esgotado
 algum cano, pois vejo-o um tanto aguado,
 deve de ser que tem alguns raposos
 que são carnosidades dos chorosos,
 e fora mui pior ter o rapaz

⁵⁸ A métrica impõe que *ainda* seja lido com aférese: *'inda*.

⁵⁹ De acordo com os Evangelhos, quando Judas Iscariotes veio com os soldados para prender Cristo, Pedro sacou a espada e cortou a orelha do soldado Malco.

290 neto da espuma, filho do Forjaz.⁶⁰
 Porém n'arca dos olhos já ão tinha
 ao morto algum amor, que a ladainha
 que lhe cantou Torcato lho trocou
 num fastio fatal com que ficou;

295 e assim, sem mágoa e dor,
 a Torcato replica o bom Pastor:
 “– Se esse homem já estava perdoado,
 como saiu à praça condenado?”
 “– A rezão é (lhe torna ali Torcato)

300 porque fazer queria um desacato
 tão fero, horrendo, ingente e temeroso
 que quando o ouvisse o Douro de medroso,
 com o rabo metido entre as pernas,
 se acolheria às infernais cavernas.

305 Caso de tanto estrago e tanto estrondo
 que toda aquela máquina em redondo
 da Relação, dos Bentos⁶¹, Anjo⁶² e Graça⁶³
 se sumiria na fatal desgraça
 e pode ser que como extraordinário

310 chegasse aos Carmelitas e ao Calvário⁶⁴;
 não falo já nas casas mais vezinhas
 que a respeito dos Templos são casinhas,

⁶⁰ Não é claro o sentido deste verso. Como se sabe, Afrodite (ou Vénus) nasceu da espuma do mar; nesse sentido, *neto da espuma* deverá designar – ironicamente – um dos filhos de Afrodite, provavelmente Eros (ou Cupido).

⁶¹ Provável alusão ao Convento de São Bento da Vitória, cuja construção começou em finais do século XVI mas só ficou definitivamente concluída em 1707.

⁶² Referência ao Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo (ou simplesmente Recolhimento do Anjo), que foi fundado em 1672 pela viúva D. Helena Pereira, com o apoio dos poderes episcopal, municipal e régio. A instituição destinava-se ao acolhimento de mulheres desamparadas (órfãs, jovens donzelas, senhoras casadas e viúvas). Uma vez demolido, surgiria em seu lugar, em 1837, o Mercado do Anjo (na hoje designada Praça de Lisboa).

⁶³ Deve tratar-se da Igreja de Nossa Senhora da Graça, fundada em 1651 e demolida no final do século XIX para a construção da Escola Politécnica. Nesse edifício funciona hoje a Reitoria da Universidade do Porto.

⁶⁴ O Tribunal da Relação estava, desde 1608, instalado num edifício situado no morro da Vitória, junto à Porta do Olival. Ficavam nas imediações os dois espaços mencionados: Carmelitas (Convento dos Carmelitas Descalços, fundado em 1619, e igreja, concluída pouco depois; o primeiro dos edifícios serve hoje de quartel à G.N.R.) e Calvário (a zona correspondente às atuais ruas das Carmelitas e de Santa Teresa era conhecida até ao século XVIII como Calvário Velho, tendo sido aí fundado, em 1704, o Convento de São José e de Santa Teresa, de Carmelitas Descalças).

mas tudo ficaria arruinado
 pelo poder do Braço Forte armado.”

315 “– Que Diabo era isso (Gil instava)
 e que raio voraz ou fera brava,
 pois segundo mo inculcas, por tramoia
 o cavalo parece ser de Troia?”
 Já Torcato à proposta diferia:

320 “– Isso não era, Gil, mas na enxovia
 intentava o valente fazer mina
 recheada c’os pós que Marte ensina⁶⁵,
 para que com o fogo em um instante
 tudo abrasasse quanto visse diante.

325 Vê tu agora, se isto sucedesse
 em alguma manhã quando estivesse
 o sacro Presidente em Relação;
 valha-me Deus! Que trágica aflição!
 Que cruel pena! Que tirana dor

330 seria ver arder o bom Pastor,
 cujas ovelhas bentas e sagradas
 ficariam por cá desgovernadas!
 Que lástima seria dos Garnachas
 servindo ao fogo ali de secas achas!

335 Sem ponderar por ora que das chamas
 poderiam passar as ígneas camas;
 pois há justiças tais, segundo alcanço,
 que esperar podem só este descanso.
 Que seria do Povo em tal estrago

340 vexado⁶⁶ c’o bastão que anda c’o bago?
 É certo que se fosse então queimado,
 não poderia ser mais abrasado.
 Que seria enfim, Gil, do Braço Forte,
 maquinador da sua mesma morte!

⁶⁵ Marte é o deus romano da guerra, pelo que os *pós* deverão ser entendidos como substâncias explosivas.

⁶⁶ Creio que *vexar* deve ser entendido no sentido de “oprimir” e que *bastão* e *bago* devem ser encarados, respetivamente, como insignias do poder militar e eclesiástico (bago, segundo Morais, pode designar o báculo de que usam os bispos).

345 Algoz da própria vida
 e dos mais presos bárbaro homicida!
 Ele daquele fogo passaria
 para um pior que a lenda infernal cria,
 pois Aquitofel, Judas, Saul⁶⁷ vão,
 350 Pórcia⁶⁸, Lucrecia⁶⁹ e Dido⁷⁰ em fogo estão;
 nem valerá dizer que se salvou
 o valente Sansão⁷¹ que se matou.
 Pois além de o fazer estando cego,
 teve ordem lá de cima, o que cá nego.
 355 Isto intentava pois, amigo Gil,
 fazer o louco com horrendo ardil,
 até que sendo disto delatado,
 o deu a Relação por condenado.”
 “ – Pasmado estou (diz Gil) e agora fico
 360 mais confirmado aqui de que é iníquo,
 porque não só contente
 com tirar tanta vida a tanta gente,
 queria ali matar-se e a muitos mais
 para ir arder nas chamas infernais.
 365 Mas como foi, Torcato,
 a morte desse bruto?” “– Eu ta relato
 (respondeu o Pastor), que como tive

⁶⁷ Saul – primeiro rei de Israel. Pressionado pela instabilidade do reino e pela crescente popularidade do seu genro David, viria a suicidar-se em Gelboé.

⁶⁸ Pórcia – filha de Catão de Útica, foi casada com Bíbulo e, depois, com Bruto, assassino de César. Depois da derrota e suicídio de Bruto, na Batalha de Filipos (42 a.C.), suicidou-se também, engolindo carvão em brasa.

⁶⁹ Lucrecia – figura lendária de romana bela e virtuosa, ligada à queda da monarquia. Mulher de Lúcio Tarquínio Colatino, inspirou uma paixão a Sexto, filho de Tarquínio Soberbo. Depois de participar o ultraje ao marido, Lucrecia suicidou-se.

⁷⁰ Dido – filha do rei de Tiro e viúva de Siqueu, assassinado por Pigmaleão, irmão de Dido, refugiou-se no Norte de África, onde fundou Cartago. O rei local, Iarbas, que lhe concedera terras para a fundação da cidade, quis forçá-la a casar consigo, mas Dido, para ser fiel à memória do marido, suicidou-se numa pira funerária. Na *Eneida* de Virgílio, Dido apaixonou-se por Eneias, que a abandona para cumprir o seu destino de fundar Roma, acabando a rainha por suicidar-se.

⁷¹ Sansão – de acordo com a sua descrição bíblica, era um nazireu que liderou os israelitas contra os filisteus, distinguindo-se pela sua força sobre-humana. Apaixonou-se por Dalila, uma mulher filisteia, que o traiu depois de saber que os cabelos eram a fonte da sua força. Após ser cegado pelos filisteus, Sansão passou à condição de escravo, vindo a suicidar-se para se vingar de seus inimigos, depois de ter clamado a Deus pela restituição de sua força para um último e definitivo ato.

quem me guardasse o gado que cá vive,
 à cadeia me fui ao ver sair
 370 no triunfo⁷², na pompa e no luzir,
 qual Júlio César⁷³, qual Pompeu⁷⁴ famoso,
 qual Paulo Emílio⁷⁵, qual Dentato⁷⁶ brioso,
 o grande Capitão da fama o Décimo,
 a quem o astuto cobra em tudo péssimo,
 375 se Excelências⁷⁷ não dava,
 com Senhorias⁷⁸ mil lisonjeava.
 Saiu numa manhã bem amanhado,
 de ponto em branco⁷⁹, as cores de adamado⁸⁰,
 espetados os olhos,
 380 que do alentado peito são ferrolhos;
 nas esposadas mãos levava um Cristo⁸¹
 que jamais até 'li havia visto,
 e para lhe falar um par não mingua⁸²
 de Jesuítas que lhe ensine a língua.

⁷² triunfo – cerimónia honorífica da antiga Roma, concedida aos generais que obtinham vitórias importantes.

⁷³ Júlio César – Caio Júlio César (*100 a.C. †44 a.C.), general e estadista romano que se destacou também como orador, historiador e memorialista. Dos seus feitos militares destaca-se a conquista da Gália, que permitiu estender o domínio romano até ao Atlântico. No fim da vida, lutou contra a fação conservadora do senado romano, liderada por Pompeu. Depois da vitória, tornou-se ditador vitalício, iniciando uma série de reformas administrativas e económicas em Roma. O seu assassinato por um grupo de senadores abriu caminho a uma instabilidade política que viria a culminar no fim da República e início do Império Romano.

⁷⁴ Pompeu – Gneu Pompeu, o Grande (*106 a.C. †48 a.C.) foi um general e político romano. Obteve importantes vitórias em África e na Hispânia, derrotou o resto do exército de Espártaco, enfrentou a pirataria no Tirreno, derrotou o rei do Ponto, Mitrídates, sujeitou a Arménia e a Judeia, voltando a Itália com a fama de um novo Alexandre. Integrou o primeiro triunvirato, com César e Crasso. Depois da morte do último, seria derrotado por César, vindo a ser morto no Egito.

⁷⁵ Paulo Emílio – Lúcio Emílio Paulo Macedónico (*c. 230 †160 a.C.) foi um famoso general e político romano. Derrotou o último rei da Macedónia, Perseu, desenvolvendo depois uma política de aproximação cultural com os vencidos, procurando unir a tradição romana à influência grega.

⁷⁶ Dentato – Mânio Cúrio Dentato (*? †270 a.C.), foi um tribuno da plebe, cônsul e censor dos primeiros tempos da República Romana, tendo-se destacado por acabar com as Guerras Samnitas e expulsar o rei Pirro do Épiro. Ficaria conhecido como homem de carácter.

⁷⁷ Excelência – forma de tratamento para titulares e personalidades de condição superior, cujo uso foi variando ao longo do tempo.

⁷⁸ Senhoria – forma de tratamento tradicionalmente usada com os condes.

⁷⁹ de ponto em branco – segundo Morais, o mesmo que *de ponta em branco*, isto é, “de sorte que a lança, ou a espada tope sempre em arma, que cubra o corpo”.

⁸⁰ adamado – à maneira das damas.

⁸¹ As mãos do condenado iam amarradas e levavam um crucifixo.

⁸² *mingua* deve ser lido com o acento tónico na primeira sílaba.

385 Gadelheira não leva⁸³ nem perruca⁸⁴,
 mas a alva⁸⁵ sobre si e o sol na nuca.
 Na garganta, qual bela e gentil Dama,
 traz um cordão que afogador⁸⁶ se chama.
 Para o servir o segue com primor
 390 de sogá e de cutelo um Grão Senhor⁸⁷.
 Não em carro tirado por Leões,
 mas de tigres cercado e de escorpiões,
 vinha com gala e pompa;
 e porque o reto curso ali não rompa,
 395 nas costas uma tropa se lhe via
 e na vanguarda a nobre Infantaria;
 entre as quais, qual Heráclio⁸⁸ triunfador,
 descalço leva a Cruz do Redentor.
 As turmas juvenis⁸⁹, que sem trombetas
 400 alternam agradáveis chançonetas⁹⁰,
 no triunfo se mostram tão capazes
 que não parece cousa de rapazes.
 Os carros não se viam e as jangadas
 nos triunfos de Roma celebradas,
 405 que como o triunfo foi feito às carreiras
 longe se achava a Ilha das Madeiras;
 nem o ouro, a prata, as armas e os cativos,
 estes porque no mar os lançou vivos,
 e o mais porque servira ao luzimento
 410 do vencedor, quando o vencia o vento.
 Não se vê o Estandarte Rei dos panos

⁸³ Os condenados à força levavam o cabelo e a barba rapada.

⁸⁴ perruca – variante arcaica de *peruca*.

⁸⁵ Os réus que iam ser enforcados usavam uma túnica branca.

⁸⁶ afogador – ornamento para o pescoço (de pérolas, pedras, etc.); colar, gargantilha. No contexto, tem sentido irónico, designando o barão.

⁸⁷ O carrasco seguia atrás do condenado levando a corda para o enforcamento e um cutelo. Este último servia para cortar a corda depois de cumprida a execução.

⁸⁸ Heráclio – Flávio Heráclio Augusto (*c. 575 †641), que se tornou imperador do Oriente em 610, na sequência de uma rebelião contra o Imperador Focas, que executou pessoalmente depois de tomar Constantinopla.

⁸⁹ O cortejo era acompanhado por grupos de rapazes.

⁹⁰ chançoneta – o mesmo que *chança*, dito zombeteiro ou mordaz.

como o *Senatus Populusque Romanus*⁹¹.

Mas com as mesmas letras insinua⁹²

*Suspendatur Perversus Quercu ruat*⁹³.

415 Só a Águia coroada na bandeira
se vê pintada, sim, mas verdadeira,
pois a romana que dous colos tinha⁹⁴
essa Ave não é a Águia que é Rainha.

Chamava o pregão⁹⁵ diante com terror
420 para desenganar o Triunfador,
dizendo-lhe o que Roma ouviu dizer:
“Lembra-te que és mortal, que hás de morrer”⁹⁶.

Já caminhando a Ferraria⁹⁷ dece
e pelo metal duro não lhe esquece
425 seu bruto coração que na frieza
vencia ao mesmo ferro e na dureza.
Baixou logo aos Pelames⁹⁸
e co’a memória em seus labéus infames,
lhe lembra por aqueles
430 quantos couros curtiu e esfolou peles.
Já pelo Souto⁹⁹ vai ou Solaria
e esta rua à lembrança lhe trazia
quantos deixou em couros lá nos matos,

⁹¹ Esta expressão latina – que significa “O Senado e o Povo Romano” – constituía a designação oficial do Império Romano e era inscrita nos estandartes das legiões.

⁹² Note-se a rima *insinua / ruat*.

⁹³ Tradução livre: “Que o perverso seja enforcado até à morte num carvalho”.

⁹⁴ A águia era um símbolo da República e do Império romanos, sendo usada como insígnia das legiões. Mais tarde, passou a ser utilizada a Águia de Duas Cabeças, uma voltada para este e outra para oeste, como símbolo da unidade do Império.

⁹⁵ O cortejo devia parar em certos lugares para que o pregoeiro lesse a sentença.

⁹⁶ Na Roma antiga, seguia ao lado do triunfador um sacerdote que lhe sussurrava: “Memento mori” (isto é, “Lembra-te de que és mortal”).

⁹⁷ Ferraria – mais tarde chamada rua da Ferraria de Cima (para se distinguir de uma outra, localizada à beira-rio, na rua hoje chamada de “O Comércio do Porto”), corresponde à atual rua dos Caldeireiros.

⁹⁸ Pelames – pertencente à freguesia da Sé, começa na rua do Souto e termina na rua do Corpo da Guarda. Como o sugere o nome, havia nesta rua uma importante indústria de curtimento de peles.

⁹⁹ A rua do Souto fica na freguesia da Sé, começando na rua da Bainharia.

quantos pôs em Aveiro sem sapatos¹⁰⁰,
 435 e pasma, sendo tal, não haja mão
 que lhe chegue com sola ao cordovão¹⁰¹.

À Padaria chega
 e à consideração ali se entrega
 de ver que sua sorte enfim mesquinha
 440 nunca com ele fez boa farinha,
 mas antes por paus hoje de tranqueiras¹⁰²
 tirana o punha a pão já de padeiras.

Havia de tomar a Rua Escura¹⁰³,
 mas como vai co'a alva outra procura;
 445 esta lhe chama o vulgo Bainharia¹⁰⁴,
 onde facas, cutelos a arte afia;
 e quem pode negar que pela rua
 lhe lembraria a crueldade sua,
 da qual vencido era no mar tão fero
 450 como em Castela Pedro¹⁰⁵, em Roma Nero¹⁰⁶?
 Pelos Livreiros¹⁰⁷ passa devagar
 e bem quisera esta alma ali comprar

¹⁰⁰ pôr em Aveiro sem sapatos – pôr em maus lençóis.

¹⁰¹ chegar com sola ao cordovão – embora não tenha encontrado a expressão dicionarizada, suponho que equivale a “chegar a roupa ao pelo” ou “bater” (sola é o couro de boi curtido e, por metonímia, pode designar chicote; cordovão é o couro de cabra curtido e, por metonímia e metáfora, pode apontar para corpo).

¹⁰² tranqueira – cerca de madeira feita de estacas, destinada a fortificar algum ponto.

¹⁰³ Rua Escura – situada também na freguesia da Sé, tem início na rua da Bainharia, correndo junto à parede norte da muralha primitiva.

¹⁰⁴ Bainharia – é uma das ruas mais antigas do Porto, pertencendo também à freguesia da Sé. A designação parece justamente ter a ver com a grande concentração de *bainheiros*, artesãos que se dedicavam ao fabrico de bainhas para armas brancas.

¹⁰⁵ Pedro – certamente Pedro I, o Cruel (*1334 †1369), rei de Castela desde 1350 até ao seu assassinato em Montiel pelo seu irmão bastardo e sucessor, Henrique de Trastâmara. Apesar de uma série de aspetos positivos da sua governação, ficaria conhecido pelo rigor e crueldade que aplicou aos seus inimigos.

¹⁰⁶ Nero – imperador romano (*37 †68) que governou desde 54 até à morte. O seu governo é habitualmente associado à tirania e à extravagância: ordenou uma série de execuções, incluindo a da própria mãe, Agripina, do seu meio-irmão Britânico e de Séneca, seu mestre, acreditando-se que, enquanto Roma ardia, ele se deleitava contemplando o espetáculo e tocando lira. Além disso, foi um implacável perseguidor dos cristãos. A sua morte resultou de suicídio, depois de um golpe de estado de vários governadores.

¹⁰⁷ Como informa Maria Adelaide Meireles (1981: 11), “Não há notícia de ter existido, no Porto, uma rua dos Livreiros”, embora, no século XVIII, as suas lojas se situassem numa zona bem delimitada: “a rua dos Mercadores, a rua das Flores e o Largo de S. Domingos”.

do Mestre Inácio a doutrinal cartilha¹⁰⁸,
 porém branca¹⁰⁹ não traz na branca almilha¹¹⁰.
 455 Já pela Rua vem dos Mercadores¹¹¹
 e ali lhe lembra entre mortais suores
 que pela droga vil de seus enganos
 vendera a primavera dos seus anos;
 e as orelhas torcendo, à sua dor
 460 as faz a Relação de mercador.

Chegado à Praça via as regateiras
 de seu valor vulgares pregoeiras,
 que noutro tempo, se como Egitanas¹¹²
 lhe diziam bien-dichas¹¹³ muito humanas,
 465 já suspendem por ora a ladainha,
 pois do pregão a letra as reconvinha¹¹⁴.
 À Ribeira chegou, onde o conforta
 a Emperatriz do Céu lá sobre a porta;¹¹⁵
 e ouvindo meia Missa com fervor,
 470 deixou a outra meia a um caçador.
 Pela porta saiu e vendo o Douro,
 uns arrepios sente já no couro,
 mas como muitas velas visse estar,
 suas cócegas tem de se embarcar
 475 e para o fazer passa o Pelourinho,
 fazendo-lhe má cara e mau focinho.

¹⁰⁸ Referência à *Doutrina cristã, ordenada à maneira de dialogo para ensinar os meninos*, escrita pelo jesuíta Marcos Jorge e publicada em 1566, depois ampliada pelo também jesuíta Inácio Martins (*1531 †1598) e popularizada com a designação de *Cartilha do Mestre Inácio*.

¹⁰⁹ *branca* tem sentido duplo: na primeira ocorrência, é nome, designando uma moeda de prata de pouco valor; no segundo caso, é adjetivo.

¹¹⁰ *almilha* – antiga peça de vestuário que se usava entre a camisa e o gibão.

¹¹¹ A rua dos Mercadores, que também continua a existir, pertence à freguesia de S. Nicolau. Era um dos principais eixos de circulação vital do Porto antigo, percorrendo a zona exterior à muralha primitiva, desde as imediações da Porta de Sant’Ana até à Praça da Ribeira.

¹¹² Egitanas – ciganas.

¹¹³ *bien-dicha* – provável variante de *buena-dicha*, sina, fortuna.

¹¹⁴ *reconvir* – recriminar.

¹¹⁵ Provável referência à antiga capela de Nossa Senhora da Piedade ou do Cais, construída por cima da Porta da Ribeira. Em sua substituição, seria edificada, em meados do século XVII, a Capela de Nossa Senhora do Ó, ainda existente.

Esperavam-no em seus baixéis nadantes
os de Setúval e Cascais mercantes;
os Suecos, os Ítalos e Ingleses
480 não faltam, porque em tudo são cortesês.
Fervendo estava a praia¹¹⁶ com a gente,
homens, mulheres ordenadamente,¹¹⁷
grandes, piquenos, nobres e o plebeu,
até colos de canga¹¹⁸ e cus de breu¹¹⁹.

485 Dar sua salva querem as fragatas,
mas por serem as pólvoras baratas
as tinha o Triunfador açarmarcadas¹²⁰
e para as Minas já dantes compradas.
A bordo quer chegar e pela escada
490 na nau dos três Reis Magos busca a entrada;
consigo leva o amigo executor,
mas outrem ninguém mais que o confessor,
que um Príncipe Cristão c'os seus amigos
só leva o confessor para os perigos.

495 Mas oh, desgraça! Oh, infortúnio incrível!
Oh, caso horrendo! Oh, dor a mais terrível!
O caso foi que mal subindo a escada,
lhe acontece uma cousa desestrada,
pois mentindo-lhe um pé que mal firmou,
500 dela caiu abaixo e se afogou.

Houve um geral clamor e gritaria
na praia em toda a gente que isto via;
uns c'o credo na boca tudo atroam,
outros c'o nome de Jesus se escoam.

¹¹⁶ Havia nesta zona uma praia fluvial, antes da reformulação da Praça da Ribeira conduzida no final do século XVIII por João de Almada e Melo.

¹¹⁷ Este verso apresenta uma acentuação menos comum: 4-10.

¹¹⁸ colos de canga – carregadores, trabalhadores braçais.

¹¹⁹ cus de breu – provavelmente escravos.

¹²⁰ açarmarcar – variante de *açambarcar*.

505 Começam-se a formar vários juízos,
 segundo os da maré diversos visos,
 e entre a espuma que faz se vê com dor
 a uns parecer peixe roncador
 e ao seu amigo que não perde o tino

510 lhe pareceu cavalo ser marino;
 aos que o viam no estreito embaraçado
 afigurou-se ser peixe linguado;
 enfim o confessor, que não sabia
 o que dissesse, entre ânsias lhe dizia:

515 “– Oh, quem pegara em ti quando caíste,
 alma minha gentil que te partiste!”¹²¹
 Mas os que ali falaram sem paixão
 dizem boa lhe fora a ocasião
 de se afogar, senão com desafogo

520 a derrota¹²² levava à Ilha do Fogo.
 Chegada a noite, o corpo sai ao Cais
 que quatro corvos levam e não mais.
 A cabeça serviu ao romper d’Alva¹²³
 de leão lá na proa da Nau Galga¹²⁴.

525 As Ninfas o choraram desse Douro
 por lhe chegar a Parca¹²⁵ tanto ao couro.
 Carpi[u]-o com ternura e sem desdém
 o Penedo das Lágrimas¹²⁶ também.
 Só o Porto não sei que nele achou

530 que tão mal em seus males se portou.

¹²¹ Trata-se do *incipit* de um famoso soneto de Camões.

¹²² derrota – caminho de uma embarcação, rota.

¹²³ Note-se a rima *Alva / Galga*.

¹²⁴ Cf. nota 43. *leão* (ou *figura*) *de proa* era uma figura decorativa em madeira, muitas vezes com formas animais, usada na proa dos navios entre os séculos XVI e XIX.

¹²⁵ Parca – identificadas com as Moiras gregas, as Parcas eram, em Roma, as deusas do destino, sendo representadas como três irmãs fiandeiras. A passagem refere-se a Átropos, a quem competia cortar o fio da vida.

¹²⁶ Penedo das Lágrimas – segundo Ricardo Jorge (1999: 413), era uma penha da margem do Douro, próxima do Porto, cuja memória se terá perdido entretanto.

Acabada não era a história quando
entre suores Gil ia enfiando,
de tal sorte, tal modo e tal maneira
que lhe deu uma forte caganeira,
535 e meio iscado, com as mãos nas calças,
julga que as narrações todas são falsas.

Com as mãos no nariz Torcato acode,
para ver se estas quebras soldar¹²⁷ pode,
e cheirando-lhe mal o fim da empresa,
540 para o discurso apela com presteza,
mas rezões não achando a que recorra,
desespera de Gil por dar em borra¹²⁸.
Para o seu gado vai com toda a pressa,
porque a noite a fazer fuscas¹²⁹ começa;
545 e porque era o seu gado
de Bodes e Cabrões, Gil enfadado
lhe disse, soltando inda os escaninhos¹³⁰[:]
[“–] Para ti, Guardiã¹³¹ dos Barbadinhos¹³².[”]

¹²⁷ soldar quebras – segundo Morais, refazer a amizade, sanar desavenças.

¹²⁸ borra – de acordo com Morais, “as fezes, e alimpaduras”.

¹²⁹ fuscas – variante de *foscas*; o mesmo que *fosquinhas*.

¹³⁰ soltar os escaninhos – no contexto, suponho que significa soltar ventosidades.

¹³¹ Guardiã – segundo Bluteau, título que se dá aos superiores de alguns conventos de S. Francisco.

¹³² Barbadinho – religioso pertencente a uma das ordens franciscanas reformadas.

Bibliografia:

BASTO, A. de Magalhães (1934), *História da Santa Casa da Misericórdia do Pôrto*, Vol. I, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Pôrto.

BASTO, A. de Magalhães (1963), *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Porto*, 2.^a edição, Porto, Livraria Progresso.

BECCARIA, Cesare (s.d.), *Dei delitti e delle pene*, Letteratura italiana Einaudi (Edizione di riferimento: a cura di Renato Fabietti; Milano, Mursia, 1973) [consulta em 08/12/2017]. Disponível em http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_7/t157.pdf Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms. 388.

BLUTEAU, Rafael (1712-1728), *Vocabulario Portuguez e Latino (...)*, 10 vols., Coimbra / Lisboa, Colégio das Artes / Pascoal da Sylva / Joseph Antonio da Sylva / Patriarcal Officina da Musica.

(1791) *Collecção chronologica dos assentos das Casas da Suplicação e do Cível*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.

FERREIRA, J. A. Pinto (1953), “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal, Vol. XV, 8 e 9.

FOUCAULT, Michel (1986), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, tradução de Lígia M. Pondé Vassalo, 4.^a ed., Petrópolis, Vozes.

JORGE, Ricardo (1999), *Francisco Rodrigues Lobo: estudo biográfico e crítico*, Reedição fac-similada, Prefácio de Rita Marnoto, Lisboa, Fenda.

LIMA, Fernando de Castro Pires de (1965), *A lenda do senhor do galo de Barcelos e o milagre do enforcado*, Prólogo de D. Ramón Otero Pedrayo, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia.

MEIRELES, Maria Adelaide de Azevedo (1981), “A actividade livreira no Porto no século XVIII (Contribuição para o seu estudo)”, *Revista de História*, vol. 4, pp. 7-22.

SECCO, António Luiz de Sousa Henriques (1880), *Memorias do tempo passado e presente para lição dos vindouros*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade.

SILVA, António de Moraes (1889), *Diccionario da lingua portugueza*, 2 vols., Rio de Janeiro, Empreza Litteraria Fluminense.

TOPA, Francisco (2012), *Um G(onç)alo Renascido: poesia inédita do brasílico Gonçalves Soares da Franca*, Porto, Sombra pela cintura.

As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820)

The incomes and expenses of the Penafiel City Council: the importance of rents in municipal finances (1782-1820)

Les revenus et les dépenses de l'Hôtel de Ville de Penafiel: l'importance des loyers dans les finances municipales (1782-1820)

Los ingresos y gastos del Ayuntamiento de Penafiel: la importancia de las rentas en las finanzas municipales (1782-1820)

José Luís dos Santos Barbosa

Mestrando em História Moderna-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
jlsb101088@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa o estudo da estrutura e evolução das finanças da Câmara Municipal de Penafiel, entre 1782 e 1820, com um foco particular nas rendas camarárias e nos rendeiros. Esta investigação baseia-se, essencialmente, nos livros de receitas e despesas e nos livros de autos de arrematação. De um modo geral, aspira-se: a uma apresentação precisa das receitas e despesas, organizando-as em diferentes grupos; ao estudo das rendas camarárias, da sua importância nas contas municipais e do perfil social dos rendeiros; apresentar a estrutura e evolução das contas municipais e a sua articulação com as conjunturas.

Palavras-chave: Câmara Municipal; Receitas; Despesas; Rendas.

Abstract: The present paper aims to study the financial structure and evolution of Penafiel City Council, between 1782 and 1820, with particular focus on rents and rent collectors. This research is essentially based on books of incomes and expenses and on auction books. In general, it is intended to: elaborate a precise presentation of revenues and expenses, organizing them into different groups; study of the rents, their importance in municipal accounts and the social profile of rent collectors; present the structure and evolution of the municipal accounts and their articulation with the conjunctures.

Keywords: City Council; Incomes; Expenses; Rents.

Résumé: L'ouvrage présent vise l'étude de la structure et de l'évolution des finances de l'Hôtel de Ville de Penafiel, entre 1782 et 1820, en mettant l'accent sur les loyers et les bailleurs. Cette recherche est basée essentiellement sur les livres de recettes et dépenses et sur les livres d'enchère. En général, il vise: une présentation précise des recettes et des dépenses, en les organisant en différents groupes; l'étude des loyers, leur importance dans les comptes municipaux et le profil social des bailleurs; présenter la structure et l'évolution des comptes municipaux et leur articulation avec les conjonctures.

Mots-clés: Hôtel de Ville; Recettes; Dépenses; Loyers.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo el estudio de la estructura y evolución de las finanzas del Ayuntamiento de Penafiel, entre 1782 y 1820, con un enfoque particular en las rentas de la cámara y en los arrendatarios. Esta investigación se basa esencialmente en los libros de ingresos y gastos y en los libros de autos de subasta. En general, se aspira: a una presentación precisa de los ingresos y gastos, organizándolos en diferentes grupos; al estudio de las rentas, de su importancia en las cuentas municipales y del perfil social de los arrendatarios; presentar la estructura y evolución de las cuentas municipales y su articulación con las coyunturas.

Palabras clave: Ayuntamiento; Recetas; Gastos; Rentas.

Introdução¹

O presente trabalho pretende estudar a estrutura e a evolução das receitas e das despesas da Câmara Municipal de Penafiel, entre 1782 e 1820. A cronologia escolhida justifica-se com o nosso interesse em analisar as contas da Câmara de Penafiel numa conjuntura de agravamento económico e financeiro em Portugal, até ao início da Revolução Liberal. Decidimos escolher como data de início o ano que abre o primeiro *Livro de registo de receita e despesa da responsabilidade do Tesoureiro* por nós utilizado (n.º 953, 1782-1795).

Procura-se partir de uma apresentação precisa dos diferentes tipos de receita e despesa, passando depois a uma análise das contas e da sua evolução no seu todo. Pretende-se aprofundar o estudo das três maiores rendas camarárias (*assentos e cobertos da feira de S. Martinho, aferimentos e medidagens*), recorrendo aos dados presentes nos contratos de arrematação.

A organização dos dados recolhidos segue o modelo usado por José Capela nos seus estudos, adaptando-o à realidade da Câmara Penafiel dos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX (V. Capela 1991, 1995, 2000). Estes dados serão interpretados de uma forma quantitativa e qualitativa, sendo que a análise estará sempre limitada pelo espaço disponível para a realização deste trabalho.

As fontes usadas são variadas, sendo de realçar os *Livros de registo de receita e despesa da responsabilidade do Tesoureiro*, por serem a fonte que nos permite retirar os dados mais importantes para esta análise. No início de cada livro consta uma anotação sobre o propósito do mesmo, assinada pelo provedor: “Este livro he para nelle se lançar o rendimento, e despeza do Senado da Camara desta Cidade; vay numerado, e rubricado por mim Corregedor e Provedor desta Comarca. Penafiel 29 de Dezembro de 1782.” (Arquivo Municipal de Penafiel [AMP], *Livro de registo de receita e despesa da responsabilidade do Tesoureiro* [*Livro de registo de receita...*], n.º 953, 1782-1795, fl. 1²). Os livros estavam organizados segundo o método de partidas dobradas, embora em algumas ocasiões – quando o número de registos de receita era muito superior aos da despesa, ou vice-versa – se anotassem as receitas ou despesas em páginas consecutivas.

¹ Agradeço à Doutora Margarida Sobral Neto, a Ana Nogueira e a Rodrigo Gomes a colaboração prestada na realização deste artigo.

² Optamos por referenciar as fontes de acordo com o inventário do Arquivo Municipal de Penafiel realizado por Alves e Sousa (1989). As citações das fontes são abreviadas ao longo do texto.

O registo de cada ano era feito separadamente, abrindo com uma declaração do escrivão: “Contas que da o Thesoureiro João de Novais de Crasto aos oficiais da camara do que Recebeo e Despendeo neste anno de mil e sete centos e outenta e dous as quais contas são as que ao diante se seguem.” (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 953, fl. 1v).

As receitas e despesas eram anotadas individualmente (salvo algumas exceções), constando informações como o tipo de receita/despesa, o montante, quem recebia/pagava e a data. No final de cada ano, era realizado o somatório de todas as entradas. Depois de retirada a terça régia, calculava-se o saldo final. Caso este fosse negativo, era anunciado o valor emprestado à câmara pelo tesoureiro, ou, no caso de Penafiel, pelo escrivão, como vamos constatar mais à frente neste texto (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 953, fl. 11).

São usadas outras fontes importantes, que nos permitem complementar as informações presentes nos livros dos tesoueiros, tais como os *Livros de registo dos actos da Câmara* e os *Livros de autos de arrematações*. De realçar estes últimos, onde eram anotados os contratos assinados entre a Câmara e os rendeiros para a arrecadação das rendas camarárias. Regra geral, os contratos iniciavam-se com um cabeçalho, onde se indicava o tipo de renda, o ano, o nome (e por vezes a profissão) do arrematante, a morada, o montante, o fiador (por vezes juntamente com a sua profissão e morada) e, por fim, o local e a data da assinatura. De seguida era escrito o corpo do contrato, onde se descrevia o processo de arrematação. Para a maioria dos casos só se encontra anotado o cabeçalho, contendo um espaço em branco com as assinaturas dos participantes no final, o que leva a crer que a arrematação era combinada oralmente, sendo posteriormente assente em contrato (AMP, *Livro de autos...* n.º 707, fl. 49).

Algumas das informações presentes nestas fontes completam-se, mas em alguns casos também se contradizem. Alguns contratos de arrematação contêm informações que diferem dos dados fornecidos pelos livros do tesoureiro. Neste caso, a preferência vai para os últimos, visto terem sido escritos posteriormente.

Não é o nosso objetivo, nem seria possível, realizar neste artigo o estado da arte completo sobre esta temática. Vamos apenas realçar alguns dos autores e obras que nos últimos anos marcaram a historiografia nacional e que foram particularmente importantes para a realização deste trabalho.

A partir da década de 80 dá-se um grande impulso nos estudos de História dos municípios, em grande parte devido ao trabalho desenvolvido por José Viriato Capela:

Viana na segunda metade do século XVIII: em torno da decadência e subalternização comercial (Capela 1983), *O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira* (Capela 1991), *O município português no horizonte da 1ª reforma liberal* (Capela 1994), *O Minho e os seus municípios* (Capela 1995), *Vila Nova de Cerveira: elites, poder e governo municipal: 1753-1834* (Capela 2000). Nestes estudos, o autor analisa as receitas e despesas agregando-as em grupos menores para uma melhor interpretação dos dados, com particular preocupação em determinar os gastos com o poder central, separando-os do poder local. A obra *O Minho e os seus municípios* é particularmente importante porque agrega vários estudos do próprio autor, mas também de outros investigadores, sobre várias câmaras do norte do país com diferentes dimensões. É uma obra de grande cariz comparativo, pois permite uma interpretação de conjunto às receitas e despesas de várias câmaras, para a segunda metade do séc. XVIII e inícios de XIX.

Importantes foram também as obras de Francisco da Silva, *O Porto e o seu termo: 1580-1640: os homens, as instituições e o poder* (Silva 1988) e de Eduardo Mota, *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos* (Mota 1990). A primeira, apesar de não corresponder à cronologia do nosso estudo, analisa de forma aprofundada os cargos de oficiais camarários, tornando-se assim numa obra fundamental para a compreensão dos mesmos. Esta é também uma característica presente no estudo de Eduardo Mota, que além do funcionamento administrativo, aborda as políticas de intervenção municipal (que estão relacionadas com a receita e despesa) e a fiscalidade camarária.

Recentemente, Patrícia Costa, na sua tese de doutoramento intitulada *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777): do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas* (Costa 2014), apresenta um estudo inovador a vários títulos, nomeadamente no que concerne à perspectiva de análise muito detalhada da composição, organização e processamento das contabilidades municipais, na perspectiva da sua estrutura, administração e registo contabilístico. Estudou ainda a ação uniformizadora e centralizadora da coroa por intermédio de leis e da ação dos oficiais régios.

1. A Câmara de Penafiel na conjuntura da segunda metade do séc. XVIII

O séc. XVIII assistiu à afirmação de Penafiel como um importante centro de poder na Província Entre Douro e Minho. Arrifana de Sousa elevou-se à categoria de vila pela

mercê de D. João V, de 14 de março de 1741, no seguimento da petição apresentada pelos moradores, ficando encarregada de pagar o ordenado ao juiz de fora e ao juiz dos órfãos. A 3 de março de 1770, D. José atribuiu à vila de Arrifana o estatuto de cidade, dando-lhe o nome de Penafiel. Através da carta régia de 15 de maio de 1775 foi nomeado o primeiro corregedor e provedor da comarca de Penafiel, ficando sujeitos à sua jurisdição a cidade e termo de Penafiel, os concelhos de Unhão, Santa Cruz de Riba Tâmega, Gouveia e Gestaçô, a honra de Vila Caiz, e as vilas de Canaveses e Tuías (Fundo 2010: 22). O elenco camarário era composto por um juiz de fora, três vereadores, um procurador do concelho, um escrivão, um tesoureiro e almotacés. Outros agentes do poder local importantes eram o procurador do povo, os jurados, o guarda e o alcaide (Guedes 2000: 126-161)³.

As competências das câmaras ao longo da Época Moderna foram variadas, mas importantes para o poder central, funcionando algumas como uma delegação do poder régio, nomeadamente na cobrança de impostos e no recrutamento militar. Competia-lhes controlar os preços dos bens (principalmente alimentares) e organizar o abastecimento da cidade. A câmara era também responsável pela aplicação da justiça de primeira instância. Estas competências fortaleceram os concelhos, em particular as elites concelhias que tinham acesso aos cargos de governança, o que lhes deu um grande ascendente sobre as populações locais (Magalhães 1993: 175-180). Mas se as competências das câmaras aumentavam, surgiam novos ofícios e cresciam os encargos com salários e serviços. Foi necessário fazer frente às crescentes despesas, aumentando o valor das receitas.

No séc. XVIII e inícios do séc. XIX, as câmaras municipais tinham como principais receitas as rendas próprias, como as coimas, os foros, as rendas e arrendamentos, podendo arrecadar algumas receitas extraordinárias, como o sobejo das sisas, fintas, contribuições e rendas consignadas (Capela 1995: 27).

As coimas resultavam da ação das almotaçarias ou correições, através da aplicação de multas aos infratores, que revertiam para a câmara. Poderiam ser cobradas diretamente pelos oficiais do município ou através da modalidade de arrendamento, estando presentes em todas as contabilidades camarárias. Nos municípios urbanos o valor bruto das coimas era maior, mas o seu peso na estrutura das receitas é menor. Nos municípios rurais o valor das coimas era geralmente baixo, mas tendo em conta que estas câmaras tinham receitas diminutas, a importância das coimas tornava-se maior. As reformas publicadas entre 1810

³ Sobre a História de Penafiel, consultar as obras de Santos (1996), Santos (2005) e Soeiro (2008).

e 1820 vão extinguir praticamente este tipo de receita. As coimas apresentaram um comportamento irregular, porque a sua evolução dependia da vontade/capacidade punitiva do município (Capela 1995: 27-29 e 40-45).

Um outro tipo de receita frequente provinha dos aforamentos. Os bens aforados podiam ser terrenos incultos, casas e propriedades agrícolas. Nos concelhos de maiores dimensões representam pouco na contabilidade camarária, apesar do seu valor crescer um pouco por todo o lado, principalmente a partir de 1790-92, na sequência das leis de abolição das donatarias. Regra geral, a cobrança dos foros era arrematada, o que poderia ajudar a resolver casos de cobrança difícil (Capela 1995: 31-33 e 36-40).

As rendas eram o tipo de receita mais comum (e mais importante) nos maiores concelhos, onde havia feiras e mercados de dimensões consideráveis. Podiam ser rendas consignadas e isentas de terça régia, o que aumentava a sua importância para as contabilidades concelhias. Outras rendas, terçáveis e administradas pelas câmaras, incidiam sobre terrados, portagens, medidagens e aferimentos. Na generalidade dos casos, os contratos de arrematação tinham a duração de três anos, mas em Penafiel tinham a duração de um (ver, à frente, ponto 2.2). Não é raro verificarem-se situações de quase monopólio, ou harmonização de interesses entre os rendeiros e a câmara. Os contratadores eram pessoas com créditos na cidade, ou com forte influência no município, podendo concorrer igualmente para cargos nesta (Capela 1995: 33-35 e 45-54).

A maioria dos rendimentos camarários era aplicado nos serviços municipais, contudo, a coroa tinha direito a 1/3 destes rendimentos, a chamada terça régia. As despesas eram pagas a partir das duas terças camarárias, ou seja, o montante que ficava disponível para o concelho após o desconto da terça (Capela 1995: 55-62).

Tendo em conta o leque variado de despesas de uma câmara, torna-se necessário organizar os gastos a partir de dois grandes grupos: despesas com o poder central e despesas com o poder local. Os encargos com o poder central dizem essencialmente respeito às despesas com corregedor, provedor e juizes, e as despesas que a administração municipal tem com ordens, leis e provisões que são enviadas à câmara. Os encargos com o poder local consistem em gastos com o pagamento aos oficiais e demais funcionários camarários e com os encargos gerais de funcionamento. Dentro de cada um destes grupos podem-se criar subdivisões, que variam de câmara para câmara, dependendo sempre da sua estrutura e dimensão (Capela 1995: 62-72).

2. Receitas da Câmara de Penafiel

Os rendimentos da Câmara de Penafiel, no período em análise, vão ao encontro do que já foi aqui exposto. As coimas e condenações, as rendas e os foros constituem a quase totalidade das receitas, representando 98,04% entre 1782 e 1820, mas com pesos distintos nas contas. A natureza de cada um destes rendimentos ajuda a explicar a sua importância para a câmara, como vamos constatar nos próximos subcapítulos (**Ver Gráfico I na Apêndice**).

2.1 Coimas e condenações

As coimas representaram apenas 10,92% das receitas durante o período estudado. Foi a mais irregular, chegando a corresponder a cerca de 1/5 das receitas anuais em 1783, 1787, 1789, 1791, 1799, 1802, 1804 e 1813. Devido a motivos que não conseguimos apurar (mas certamente ligados à conjuntura política e militar de então), em alguns anos não se cobraram coimas, como em 1806, 1809, 1810, 1811 e 1812. A sua irregularidade foi tal que, num curto espaço de tempo, o seu valor variou muito de ano para ano: de 1802 para 1803 o montante de coimas arrecadadas baixou 63,78%; de 1803 para 1804 aumentou 111,11%; de 1804 para o ano seguinte baixou 83,35%; e no ano de 1806 as coimas chegaram a 0. Em 1786, o único ano em que se arrematou a cobrança das coimas da almotaçaria, representaram 43,31% da receita (almotaçaria 32,91% e a correição da câmara 10,40%).

2.2 Rendas

A receita mais importante para a Câmara de Penafiel era a renda dos *assentos e cobertos da feira de S. Martinho*. Esta consistia no pagamento dos lugares dos vendeiros na dita feira, realizada anualmente entre os dias 10 e 20 de novembro.

A localização de Penafiel no Vale do Sousa e Baixo Tâmega colocou a cidade numa posição central privilegiada, tornando-se num importante centro de comércio. A feira de S. Martinho era o maior expoente dessa importância comercial, pelo menos desde o século XVII. Em 1741, a vereação decidiu regulamentar o funcionamento da feira, definindo a sua duração e os montantes a pagar pelos lugares, exceto aos vendedores de bestas, gado e panos de linho, que estavam isentos. Quem não pagasse o seu lugar podia ter os seus bens penhorados, ou era preso (V. Guedes 2000: 23-24, Fernandes 2015: 42, Anileiro 2010: 12 e Soeiro 2008: 121-127).

Esta renda representou 54,64% do total de receitas do período aqui estudado, variando entre um mínimo de 37,81% em 1786, e um máximo de 66,60% em 1815. Entre 1782 e 1795, o valor da renda foi sempre inferior a 150 000 réis. De 1796 a 1812, situou-se entre os 150 000 e os 200 000 réis, com uma ligeira quebra nos anos de 1808 a 1811, como consequência da guerra, que teve um forte impacto nos preços e na economia do município (V. Barbosa 2016: 10-17). A partir de 1812, a renda aumenta consideravelmente, valendo em 1816, mais do dobro do seu registo em 1782. Esta discrepância de valores num curto espaço de tempo pode indicar que esta renda foi subaproveitada pela câmara, sendo provavelmente arrematada por montantes bem mais baixos do que os arrecadados pelos rendeiros.

As rendas dos *aferimentos* e *medidagens* seguem-se como as receitas mais importantes para as finanças municipais, representando 16,82% e 11,77%, respetivamente. A renda dos *aferimentos* teve uma instabilidade maior. Até ao ano de 1788, o seu valor foi quase sempre inferior à renda das *medidagens*, crescendo depois para valores sempre acima dos 50 000 réis. As *medidagens* apresentaram mais estabilidade, conseguindo um crescimento suave até 1804, entrando depois num período de pequenas oscilações no seu valor até 1820 (**ver Gráfico II na Apêndice**). A preponderância das rendas na contabilidade penafidelense vai ao encontro da realidade das grandes cidades do Minho, como Guimarães e Viana do Castelo, em particular nesta última, onde o peso das rendas era muito grande (Capela 1995: 203, 268).

As rendas foram sempre arrematadas a privados exceto no ano de 1817, em que se realizou uma cobrança pela própria câmara para a renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho*. Os contratos de arrematação contêm diversas informações sobre os rendeiros e fiadores ou sócios, sendo por vezes difícil distingui-los. Mesmo assim, foi possível identificar 62 indivíduos.

Os contratos tinham a duração de um ano, sendo assinados, normalmente, no dia 31 de dezembro do ano anterior à arrecadação. Quando tal não era possível, eram assinados nos primeiros dias de janeiro. O modo de pagamento mais comum era a divisão em quatro prestações, por cada quartel do ano (AMP, *Livro de autos...* n.º 704, fls. 17v-18). Mas houve casos em que se dividiu o pagamento em dois momentos, sendo um montante pago no momento de realização do contrato e outro no final da feira de S. Martinho (AMP, *Livro de autos...* Lv.05, fl. 88). Houve também quem pagasse o valor total no fim da dita feira (AMP, *Livro de autos...* n.º 707, fl. 55).

Alguns dos contratos tinham cláusulas adicionais, que poderiam trazer contrapartidas ao rendeiro ou à câmara. Em 1795, José Bernardo Moreira Barraco arrematou os *aferimentos* “ (...) com a declaração de ser para elle arrematante a metade das condenaçoins das pessoas que acasar⁴ não ter aferido (...)” (AMP, *Livro de autos...* n.º 707, fls. 7v-8). José Alves de Almeida arrematou as *medidagens* de 1794, “(...) com declaração delle rematante fazer a sua custa as medidas (...)” (AMP, *Livro de autos...* n.º 707, fl. 98). No ano da Segunda Invasão Francesa (1809), Henrique Soares Borges arrematou a renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho* com a garantia de que “(...) se houver guerra, e o inimigo impida a fazer-se a feira que se não faça não será obrigado ao dito rematante a pagar tão somente o que fizer e arrecadar.” (AMP, *Livro de autos...* n.º 707, fl. 104).

Dos 62 rendeiros identificados, 32 (51,61%) participam somente num contrato, 13 (20,97%) realizam dois contratos, 9 (14,52%) realizam três a cinco contratos, 7 (11,29%) surgem entre seis e dez contratos, e apenas 1 (1,61%) entra em mais de dez contratos.

A grande maioria dos rendeiros, 52 (83,87%), residia na cidade de Penafiel, 7 (11,29%) noutras terras do termo ou de fora deste, desconhecendo-se a morada de 3 (4,48%). Não se conhece a profissão de 37 rendeiros (59,68%). Mas sabe-se que 8 (12,90%) eram homens de negócios e mercadores, 7 (11,29%) carpinteiros, 3 (4,84%) vendeiros, e os restantes 7 (11,29%) eram 2 alferes, 2 estalajadeiros, 1 bacharel, 1 mineiro e 1 sapateiro (ver **Gráfico III na Apêndice**).

Comparando estes dados com as informações relativas aos rendeiros do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, constatamos que há semelhanças no que toca à grande presença de homens da terra cuja profissão se omite, homens de negócios e mercadores, mas nota-se a pouca participação dos militares. No Mosteiro de Pedroso, os homens da terra são também os principais rendeiros, provenientes de diferentes setores económico-sociais. As durações dos contratos da Câmara de Penafiel eram de apenas um ano, enquanto no caso dos mosteiros aqui citados, os contratos tinham a duração de 3 anos (Monteiro 1991: 211-229 e Neto 1997: 89-101).

Quanto à participação nos contratos por atividade profissional – excluindo os homens com profissão desconhecida, que participaram em 52,80% dos contratos – os carpinteiros são os que têm maior representatividade, aparecendo mencionados em 38

⁴ “Caçar”, encontrar.

contratos (23,60%), os homens de negócios e mercadores em 21 (13,04%), os vendedores em 6 (3,73%), os alferes aparecem mencionados em 4 (2,48%), os estalajadeiros em 3 (1,86%), e os mineiros, sapateiros, bacharéis e tamanqueiros são citados em 1 contrato cada (0,62%) (**Ver Gráfico IV na Apêndice**).

Dos 44 nomes que constam dos contratos da renda dos *aferimentos*, Vicente José Moreira Barraco (profissão desconhecida) surge mencionado 9 vezes (20,45%), Caetano José dos Santos Moreira (vendedor) 7 vezes (15,91%), José Bernardo de Sousa Maduro (carpinteiro) e José de Sousa⁵ (desc.) 6 vezes cada (13,64%).

Nos contratos da renda das *medidagens* constam 57 nomes, sendo que Caetano José dos Santos Moreira (vendedor) surge 5 vezes (8,77%), Francisco José de Sousa (negociante), Bento José Francisco (desc.) e João Alves Almeida (negociante) aparecem 3 vezes cada (5,26%).

Na renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho* surgem ao todo 61 nomes, sendo que destes, José Bernardo Moreira Barraco (carpinteiro⁶) aparece 9 contratos (19,67%), José Joaquim Moreira (carpinteiro) em 7 (11,48%), Custódio José Moreira (desc.) em 5 (8,20%), Simão Nunes de Carvalho (homem de negócios⁷) surge em 4 (6,56%) e Vicente José Moreira Barraco (desc.) em 3 (4,92%).

Os dados não são muito conclusivos para os *aferimentos*, mas a renda das *medidagens*, pela sua ligação ao comércio e consumo, teve uma forte presença de homens de negócio e vendedores⁸. Já a renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho* teve uma concorrência mais forte dos carpinteiros, o que pode ser explicado com o recurso a outra renda camarária.

Entre 1793 e 1796, foi arrematada a renda da *feitória dos cobertos da Feira de S. Martinho*. Esta permitia aos arrematantes “fazer as barracas de S. Martinho”, ou seja, construir as tendas, cobertos e mesas usadas pelos vendedores. Os contratos de arrematação indicam-nos que todos os rendeiros eram carpinteiros. Em 1793, José Bernardo Moreira Barraco (carpinteiro) juntou esta arrecadação à renda dos *cobertos e assentos da feira*. Em 1794 e 1795, o rendeiro da feitura dos cobertos foi José Joaquim

⁵ Indicado pelos contratos como pai de José Bernardo de Sousa Maduro, carpinteiro. (AMP, *Livro de autos...* n.º 707, fls. 75v-76).

⁶ Sobre os mestres carpinteiros em Penafiel para este período ver Rodrigues (2004).

⁷ Foi tesoureiro da Câmara de Penafiel, mas nunca acumulou esse cargo com o ofício de rendeiro.

⁸ Sobre a renda das medidagens em Penafiel, ver Guedes (2000: 57).

Moreira (carpinteiro), enquanto o arrematante da venda dos lugares foi o mesmo José Bernardo Moreira Barraco⁹ (AMP, *Livro de autos...*, n.º 704, fls. 92, 95, 98v e 100; n.º 707, fls. 2, 2v e 9).

Na arrematação da renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho* de 1789, que o já referido José Bernardo Moreira Barraco arrematou por 126 600 réis, constava a condição de “fazer o palanque para a festa do Corpo de Deus”, serviço este que era normalmente realizado por carpinteiros, e pago pelo senado. Desta forma, a câmara incluía no contrato de arrematação um serviço posterior em favor da mesma, aproveitando para isso a experiência profissional do rendeiro (AMP, *Livro de autos...* n.º 704, fl. 65v).

O facto da renda da *feitoria dos cobertos* não ter sido arrematada noutros anos, poderá indicar que, na ausência desta, a renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho* poderia incluir o direito à construção das ditas tendas e cobertos, para além da venda dos lugares. Isto pode ajudar a explicar o porquê da renda dos *cobertos e assentos* ter uma concorrência muito grande da parte dos carpinteiros.

Apesar das lacunas existentes nas fontes podemos afirmar que as rendas não eram, aparentemente, arrecadadas por indivíduos pertencentes à grande elite política municipal (nenhum deles foi vereador ou procurador, e apenas um foi tesoureiro), mas por pessoas ligadas a algumas áreas profissionais importantes na cidade. E dentro destas regista-se um quase monopólio dos carpinteiros e comerciantes. Partindo de uma associação de apelidos, parece-nos que a família “Moreira Barraco” foi a mais influente, principalmente nos *aferimentos* e na renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho*, rendas menos disputadas quando comparadas com as *medidagens*.

Quanto às restantes rendas, tiveram pouco peso nas contas, exceto a já referida arrematação das *coimas* que permitiu um encaixe de 114 000 réis em 1786 (32,91% do rendimento desse ano e 0,84% do total para o período 1782-1820). A renda dos *bancos do peixe e sardinhas* valeu 106 000 réis (0,79%) entre 1817-20; a já referida renda da *feitoria dos cobertos da feira de S. Martinho*, cobrada entre 1793-96, rendeu 30 000 réis (0,22%), a renda da *limpeza das ruas e praças* (estrumes) rendeu 29 600 réis (0,22% do total), sendo arrecadada somente em 1819-20, e por fim a renda dos *quartos da câmara*, arrematada em 1782-83, resultando em 17 000 réis (0,13%).

⁹ Não o podemos comprovar com os elementos que temos à nossa disposição, mas admitimos a possibilidade de serem familiares ou sócios.

2.3 Foros

Quando comparados com as coimas e as rendas, os foros tiveram um peso bem menor na contabilidade camarária. Renderam, no período 1782-1820, um total de 292 450 réis (2,17%). A sua cobrança não foi regular, sendo recorrente o pagamento conjunto de vários anos por parte dos foreiros. O foro mais rentável no período em análise foi o da *Quinta das Regadas*, com 184 000 réis (62,92% do total dos foros), seguido dos *foros das freguesias*, com 26 980 (9,23%), depois o foro da *Tapada de S. Bartolomeu*, com 21 200 réis (7,25%), as *vertentes dos tanques da Praça da Ajuda e de “Chains”*, 15 000 (5,13%) e 11 200 réis (3,83%) respetivamente, o *Montado do Alto do Pugeiro*, que rendeu 14 400 (4,92%), o *Monte do Chelo* 9 770 réis (3,34%), as *Casas da Costeira* 2 100 réis (0,71%) e 7 800 réis para foros não especificados. A maioria dos foros pagava-se pelo S. Miguel, e nenhum viu o seu montante atualizado (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 954, fls. 8v-11v).

A cobrança dos foros motivou algumas das raras intervenções do provedor nas contas da Câmara Municipal de Penafiel. No dia 20 de janeiro de 1796, o provedor Bartolomeu José da Cunha Soares indicou:

“que logo sem perda de tempo foram arrecadar [os foros] (...) debaixo da pena de ficarem [os oficiais] responsaveis a pagalos por seus bens assim como todo o prejuizo que sentir a Camara na falta da arrecadação dos mesmos foros.” (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 953, fl. 200).

A 16 de fevereiro de 1797, o mesmo oficial régio volta a insistir:

“que o Procurador da Camara, e Tisoureiro, os actuaes, e os que se seguirem, serom obrigados a cobrarem todos os foros constantes do livro delles que se devem à mesma Camara (...) pena de os pagar por seos bens e ficarem obrigados a todo o prejuizo que sentir a mesma Camara, e a pagarem mais para ajuda das despesas della seis mil reis cada hum, que serom repetidos pelos veriadores (...)” (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 954, fls. 7-7v).

A partir de 1796, a câmara recuperou os foros em atraso e continuou a cobrança com alguma regularidade, mas esta continuou a ser uma receita de pouca expressão.

2.4 Outras

As restantes receitas, que não se enquadram nos grupos anteriores, dizem respeito a: vendas dos lugares aos vendeiros (não confundir com os lugares da feira de S. Martinho), que renderam 161 600 réis (74,87% deste conjunto) em 1820¹⁰; pagamentos dos vendeiros 34 320 réis (15,90%); tendas dos particulares na feira de S. Martinho, 10 080 réis (4,67%); abertura de lojas 9 600 réis (4,45%); e a compra de um domínio, que arrecadou apenas 250 réis.

3. Despesas da Câmara de Penafiel

Entre 1782 e 1820, as despesas com o poder central na Câmara de Penafiel representaram 10,56%, oscilando entre o mínimo de 1,38% em 1809 e o máximo de 31,78%, em 1787. Os gastos com o poder local corresponderam a 81,84%, sendo o mínimo atingido em 1789, com 39,94%, e o valor máximo em 1809, com 98,60%. As despesas que não foram possíveis de identificar – por falta de informação, ou porque estão misturadas com gastos de outros tipos, não sendo possível destrinçar - correspondem a 7,70%. De realçar a pequena expressão que apresenta a despesa com o poder central, situação semelhante à de V. N. de Cerveira (c. 9%) e Caminha (10,8%), mas longe da realidade de Viana do Castelo (18%), o que vai ao encontro do que foi referido por José Capela, que entre 10 e 27% das despesas das vilas e cidades destinavam-se a gastos com o poder central (Capela 1995: 193, 222, 242) (**Ver Gráfico V na Apêndice**).

Quando os rendimentos eram insuficientes para fazer face às despesas, os oficiais camarários tinham de fazer escolhas, que muitas vezes implicavam o atraso no pagamento de algumas das despesas, até se arrecadarem receitas suficientes. Normalmente, os salários e propinas eram preteridos face às restantes despesas. A título de exemplo, no ano de 1807 pagou-se ao escrivão da câmara os ordenados em atraso de 1800 a 1802, e de 1804 a 1807 (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 955, fls. 33-34). Por outro lado, os pagamentos de obras e outros serviços não caíram em incumprimento. Estes atrasos nos pagamentos de salários, propositados ou não, estão entre os principais fatores para a oscilação das despesas em Penafiel.

¹⁰ Esta receita foi criada no seguimento Provisão de 8 de janeiro de 1819. Ver (AM., *Livro de registo dos actos...* n.º 19, fls. 39-49v).

3.1 Poder Central

Nos gastos com o poder central, a despesa com o lançamento da décima destaca-se, totalizando 314 797 réis (30,30% do total do poder central, para o período em estudo). Nesta se incluem as despesas com o papel e capa de couro para os livros e as rubricas dos mesmos. A segunda maior despesa foi o pagamento da propina do secretário do Desembargo do Paço, valor pago anualmente mas que não foi fixo, oscilando entre 8 000 e 10 080 réis, e representou 301 200 réis (28,99%). As restantes despesas dizem respeito à tomada das contas da câmara por parte do escrivão da provedoria, 86 406 réis (8,32%), à feitura das pautas, 85 785 réis (8,26%), diligências, conduções e correios, 75 936 réis (7,31%), correição geral, 75 712 réis (4,40%), leis, ordens, provisões e mandados, 11 033 réis (1,06%) e com despesas diversas/não especificadas, 118 160 réis (11,37%).

As duas maiores despesas tiveram um pagamento mais regular. Pelo contrário, a tomada das contas foi uma despesa com uma liquidação irregular, o que não seria de esperar, tendo em conta a periodicidade anual com que se devia pagar ao escrivão da provedoria.

3.2 Poder Local

As despesas com o poder local podem ser divididas em quatro grupos: administração e funcionalismo local; obras, bens, equipamentos e rendas; festividades e comemorações; e outras. O primeiro grupo corresponde, no total das despesas com o poder local, a 38,92% (3 175 495 réis), o segundo grupo a 22,07% (1 800 340 réis), o terceiro a 28,15% (2 296 759 réis), e o último a 10,86%, (886 007 réis).

Na administração e funcionalismo, a despesa mais elevada foi o pagamento do salário do guarda, carcereiro, porteiro e meirinho da almotaçaria, custando 1 147 737 réis (14,07% do total de despesas com o poder local). Estes cargos estão organizados numa só despesa porque, durante vários anos, foram assumidos pela mesma pessoa, sendo o pagamento feito em conjunto. Por exemplo, entre 1798 e 1800, Bernardo José Ribeiro Guimarães foi meirinho da almotaçaria, carcereiro e guarda da câmara, auferindo um salário anual de 44 080 réis.

Os pagamentos ao escrivão foram a segunda maior despesa, representando 625 412 réis (7,67%). Nesta consta, essencialmente, o pagamento do salário, na ordem dos 20 000 réis anuais, que podia ser complementado com outros rendimentos, como a tomada das contas (123 514 réis, 1,51% das despesas com o poder local), transcrições de cópias

e documentos, e "do seo grande trabalho em deleniar o abarracamento para a Feira de S. Martinho (...)." (*Livro de registo de receita...*, n.º 956, fl. 5).

O pagamento da aposentadoria do juiz de fora custava à câmara 12 000 ou 12 090 réis por ano, totalizando 502 396 réis (6,16%). As restantes despesas com a administração e funcionalismo tiveram pouca expressão.

O pagamento a outros oficiais foi mais irregular, representando por isso somente 3,90% das despesas com o poder local (317 832 réis). O cargo de alcaide aparece remunerado até 1810, auferindo nesse ano 10 088 réis. O procurador da câmara, o síndico e o ajudante de sala aparecem mencionados ocasionalmente, pelo pagamento de pequenos serviços. As despesas com diligências, conduções e correios, levas de presos e demandas foram igualmente pequenas, representando 82 793 réis (1,01%), 75 549 réis (0,93%) e 63 410 réis (0,78%), respetivamente. As despesas diversas e não especificadas correspondem a 236 852 réis (2,90%)

No grupo das obras, bens, equipamentos e rendas, sobressaem as despesas com a construção/reparação de aquedutos, tanques e minas, que deveriam facilitar o acesso à água na cidade, totalizando 483 813 réis (5,93% do total gasto com o poder local). Seguem-se as obras em ruas e caminhos, com 174 131 réis (2,13%), e as obras nos edifícios da câmara e da cadeia, com 156 111 réis (1,91%). O funcionamento destas duas instituições – câmara e cadeia – nem sempre se realizou em edifícios próprios do município, pelo que se procedeu ao arrendamento a privados, representando um encargo de 357 710 réis (4,38%). As demais despesas prendem-se com a aquisição de material de escrita (papel, tinta, areia, penas, livros, assinaturas e rubricas), que custaram 225 578 réis (2,76%), e com a compra e aferição de padrões e medidas, num total de 65 418 réis (0,80%). As obras menores diversas e obras não especificadas correspondem a 337 579 réis (4,14%).

As festividades e comemorações representaram outro encargo elevado para a câmara. As festividades religiosas (Corpo de Deus, Nossa Senhora da Conceição e o S. Silvestre¹¹) custaram 1 238 822 réis (15,18%), sendo assim a maior despesa da câmara com o poder local. Estas celebrações necessitavam de grandes gastos com a compra de

¹¹ Sobre a procissão do Corpo de Deus em Penafiel consultar Guedes (2000: 71 e 93), e Soeiro (2008: 105-109).

cera, sebo e tochas para a iluminação, a montagem de palanques e armações na igreja e a recitação de sermões.

As despesas com as celebrações de acontecimentos ligados à família real não estiveram muito longe, totalizando 979 232 réis (12%). Entre estas constavam nascimentos, casamentos e exéquias, que implicavam, tal como nas festas religiosas, a compra de material de iluminação, a montagem de palanques e armações, a recitação de sermões, e a atuação de bandas e músicos, que tocavam tambores e pífaros (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 955, fl. 93). As despesas com as celebrações religiosas apresentam uma regularidade maior, pois realizavam-se anualmente, enquanto as celebrações com eventos ligados à família real obedeciam ao ritmo dos casamentos, nascimentos e falecimentos.

No último grupo de despesas com o poder local constam o pagamento de dívidas ao tesoureiro e ao escrivão. Estas não eram relativas a salários ou outro tipo de pagamento em atraso, mas sim a empréstimos feitos por estes à câmara, nos anos em que esta apresentava prejuízos. A dívida ao tesoureiro representou 453 984 réis (5,56% do total com o poder local), enquanto o pagamento da dívida ao escrivão custou 329 532 réis (4,04%). As restituições parciais ou totais de coimas chegaram aos 102 561 réis (1,26%).

4. A evolução das contas da Câmara de Penafiel

O Gráfico VI (**ver Apêndice**) apresenta as contas da Câmara de Penafiel para o período entre 1782 e 1820. Observando a evolução da receita líquida, podemos dividi-la em quatro períodos: o primeiro, entre 1782 e 1794, caracterizado por uma receita baixa (média de 160 493 réis por ano), ultrapassando a barreira dos 200 000 réis em apenas um ano (1786); o segundo, entre 1795 e 1807, em que se assistiu a um aumento das receitas (média de 226 194 réis), ficando abaixo dos 200 000 réis somente uma vez; o terceiro período, situado entre 1808 e 1814, que apesar de ter conhecido um grande aumento das receitas ilíquidas nos anos de 1813 e 1814 para valores acima dos 500 000 réis, coincidiu com as Invasões Francesas e com a cobrança da contribuição extraordinária (V. Capela 1993: 233), o que prejudicou seriamente as contas da câmara (média de 145 623 réis); e finalmente o quarto período, que corresponde aos anos de 1815 a 1820, em que as receitas líquidas aumentaram bastante (média de 342 371 réis), exceto no ano de 1819, em que

ficou nos 150 354 réis¹². Em 1820, a receita líquida foi quase 5 vezes superior ao valor de 1782.

A despesa foi inconstante ao longo da cronologia estudada, sendo possível dividir a mesma também em quatro períodos: entre 1782-1793, um período de pouco rigor no controlo das contas, em que houve uma variação anual grande, que andou ao ritmo do não pagamento de algumas despesas como salários e propinas, que acumulavam para os anos seguintes, sobrecarregando-os¹³ (média de 220 340 réis); o período entre 1794 e 1807, em que a despesa foi mais regular, em articulação com a receita, pois esta aumentou e permitiu um maior rigor nos pagamentos correntes da câmara, enquanto se ia abatendo nas dívidas feitas aos tesoureiros (média de 229 920 réis); o período entre 1808-1814, que conheceu uma diminuição das despesas devido à guerra, que desregulou o normal funcionamento da câmara e não permitiu grandes investimentos no concelho (média de 183 013 réis); e o quarto período, entre 1815 e 1820, em que houve um aumento muito grande das despesas, devido à regularização de algumas das dívidas contraídas no período anterior, além de um significativo investimento em infraestruturas (média de 389 129).

As oscilações nas receitas e despesas levaram a que os saldos anuais também não apresentassem uma regularidade: entre 1782 e 1794, as contas apresentaram lucro em dois anos e prejuízo em onze; entre 1795 e 1809, houve um certo equilíbrio, com sete anos de lucro, outros tantos de prejuízo e um ano de resultado nulo; e entre 1810 e 1820 houve dificuldades evidentes para a contabilidade municipal, com dez anos de prejuízos e um de resultado nulo. Em comparação com outras câmaras da província do Minho, podemos constatar que Penafiel apresentou prejuízo em 71,79% dos anos, contra 70% de Esposende, 66,67% de Guimarães, 41,18% de V. N. de Cerveira, e 30% de Caminha (Capela 1995). Apesar de ser comum a apresentação de prejuízos por parte das câmaras, a de Penafiel teve um desempenho particularmente negativo neste domínio (V. Gráfico VII).

Entre 1782 e 1796, a câmara acumulou várias dívidas aos tesoureiros, sendo que, para alguns casos, não há qualquer registo de liquidação total das mesmas. Só a partir de

¹² Neste ano a renda dos cobertos e assentos da Feira de S. Martinho não foi contabilizada pelo tesoureiro, apesar da mesma ter sido arrematada a Custódio José Moreira por 324 000 réis (AMP, *Livro de autos...*, n.º 710, fl. 22).

¹³ O que ocorreu, a título de exemplo, nos anos de 1788 e 1807, em que se pagaram vários salários do tesoureiro da câmara em atraso (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 953, fls. 138-143 e n.º 956, fls. 33-34).

1797 se procede ao pagamento da dívida no exercício do ano seguinte. Nos anos de 1812, 1813, 1814 e 1816 a dívida camarária foi assumida na totalidade pelo escrivão, e não pelos tesoureiros. Não encontramos explicações para tal procedimento, mas provavelmente estaremos perante um caso em que o escrivão teria uma grande capacidade financeira, porque empresta um montante acumulado de 329 532 réis (apesar do empréstimo ser sempre pago no ano seguinte) e não recebeu os seus ordenados de escrivão da câmara entre 1809 e 1819 (AMP, *Livro de registo de receita...* n.º 955 e n.º 956) (Ver Gráfico VII na Apêndice).

Conclusão

Com o término deste trabalho, torna-se imperativo reafirmar que a Câmara de Penafiel teve sempre grandes dificuldades em pagar as despesas e evitar défices, um problema agravado pelas Invasões Franceses e o período de instabilidade que se seguiu.

Quanto às receitas concluiu-se o seguinte: as coimas foram a receita mais irregular e uma das menos significativas, apesar de em alguns anos terem sido importantes para o equilíbrio das contas; as rendas constituíram a maior receita da câmara, em particular a renda *cobertos e assentos da feira de S. Martinho*, que representou mais de metade do total de rendimentos. Foram uma receita mais regular, apresentando ainda assim oscilações. Os contratos tinham a duração de um ano, podendo ser pagos em várias modalidades, sendo a divisão em quatro prestações a mais comum. A maioria dos rendeiros era composta por homens de negócios, mercadores e carpinteiros da cidade de Penafiel. Alguns destacaram-se na arrecadação de várias rendas, mas não se pode falar de grandes monopólios individuais, apesar de ser evidente a grande influência dos carpinteiros e negociantes (estes mais influentes na renda das *medidagens*, e os outros com uma ligação particular à renda dos *cobertos e assentos da feira de S. Martinho*) e a ausência de homens ligados aos cargos militares; finalmente, os foros foram uma receita com pouca expressão, mesmo após a intervenção do provedor na sua cobrança, totalizando pouco mais de 2% do total.

Em relação às despesas, as inseridas na categoria poder central absorveram cerca de 1/10 da receita líquida: os principais gastos fizeram-se com o lançamento da décima e o pagamento da propina do secretário do Desembargo do Paço.

As despesas com o poder local consistiam em custos com o funcionalismo, realização de obras (aquedutos, minas, cadeia e casa da câmara) e festividades, em particular as religiosas (Corpo de Deus e N.^a Sr.^a da Conceição).

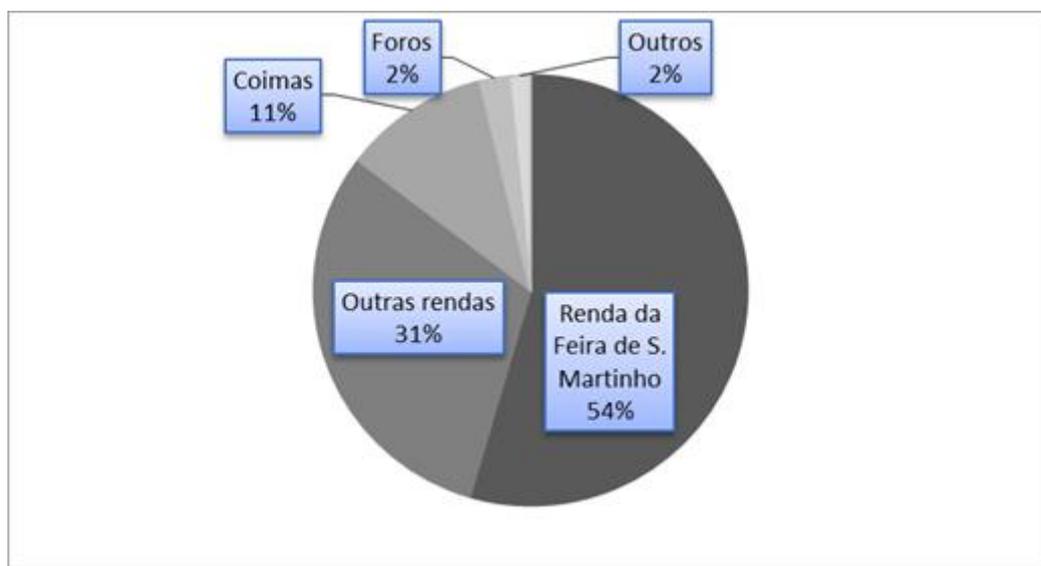
Os saldos da câmara variaram muito ao longo do período, dependendo do aumento das receitas e da gestão das despesas, totalizando 9 anos de lucros, 2 de resultados nulos e 28 de resultados negativos.

Os constantes prejuízos levaram a um acumular de dívidas com os tesoureiros, sendo que algumas delas não foram liquidadas. Em alguns anos o próprio escrivão foi chamado a ajudar a câmara a suportar os prejuízos.

Conclui-se, assim, que as dificuldades financeiras da câmara de Penafiel terão condicionado o exercício da governança local.

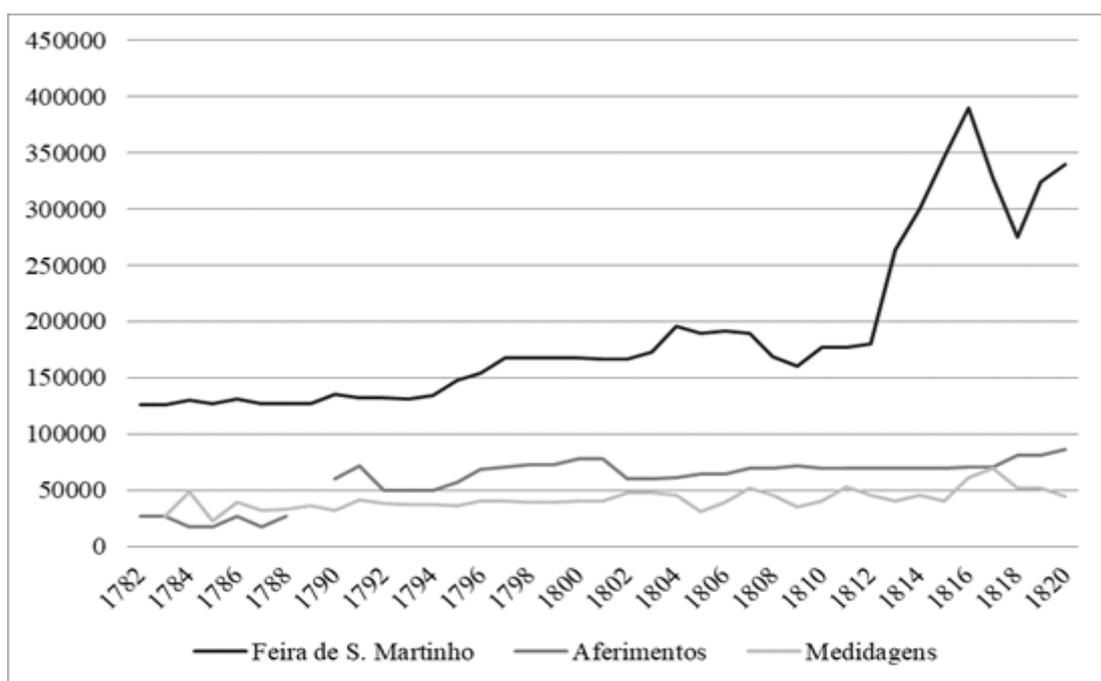
Apêndice

Gráfico I
Distribuição dos rendimentos da Câmara de Penafiel (1782-1820)



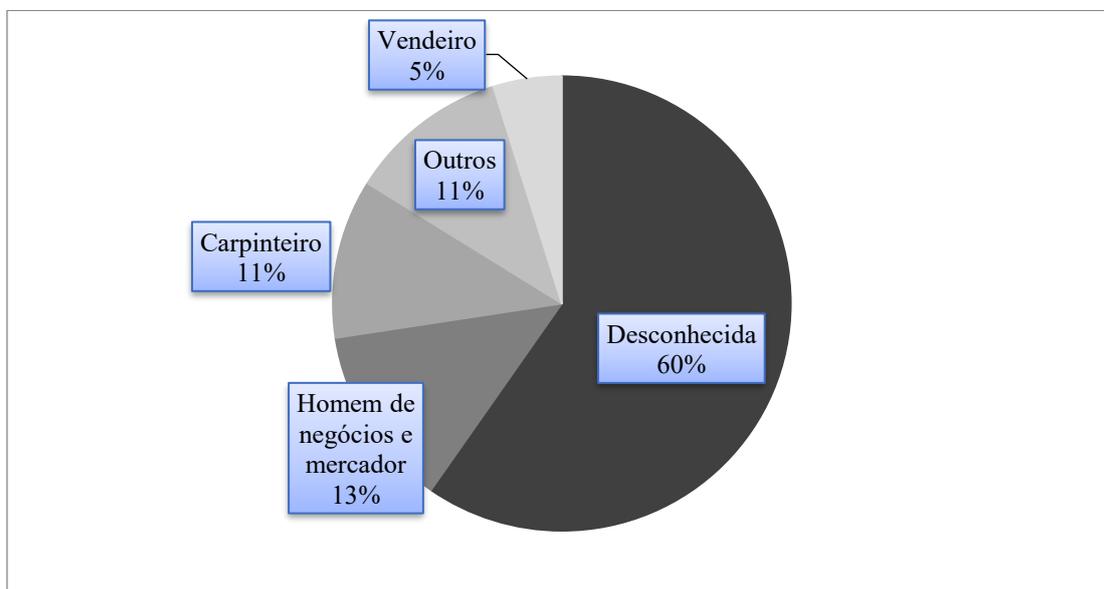
Fontes: *Livro de registo de receita...*, n.º 953, n.º 954, n.º 955 e n.º 956.

Gráfico II
Evolução das três maiores rendas da Câmara de Penafiel



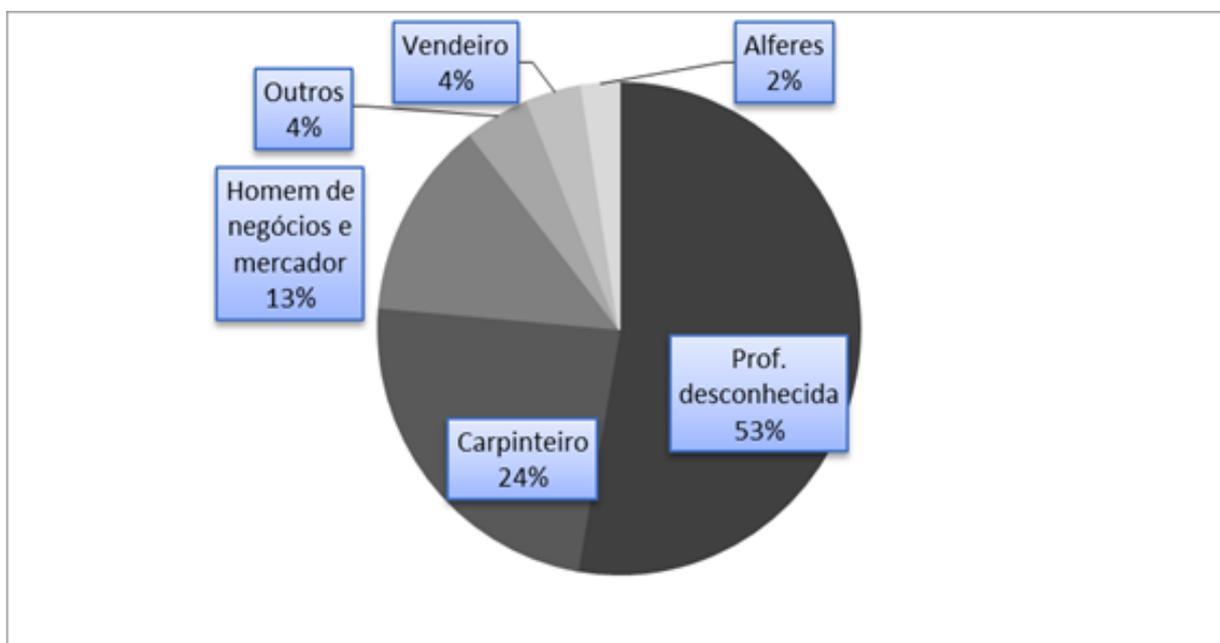
Fontes: *Livro de registo de receita...*, n.º 953, n.º 954, n.º 955 e n.º 956.

Gráfico III
Profissões dos rendeiros (1782-1820)



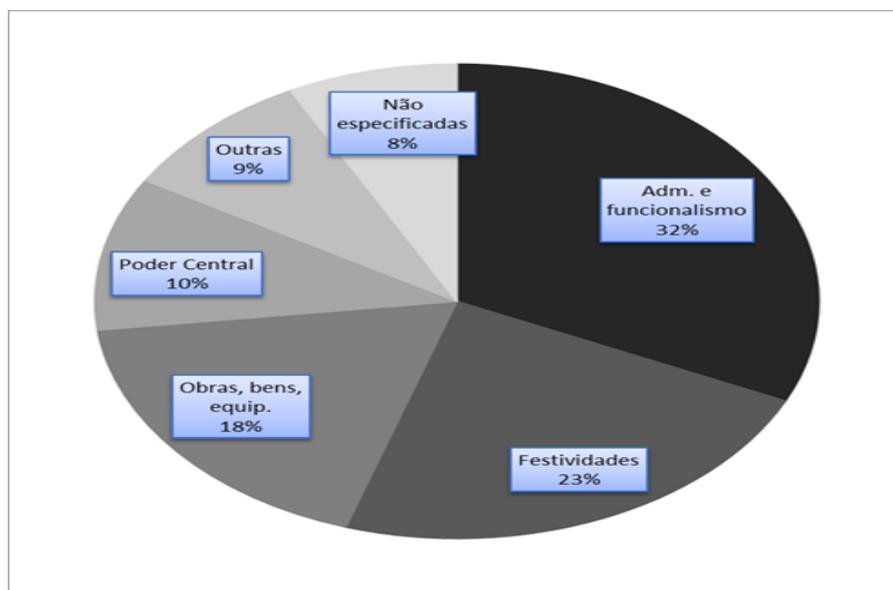
Fontes: *Livro de autos...*, n.º 704, n.º 707, e n.º 710.

Gráfico IV
Participação nos contratos por área profissional (1782-1820)



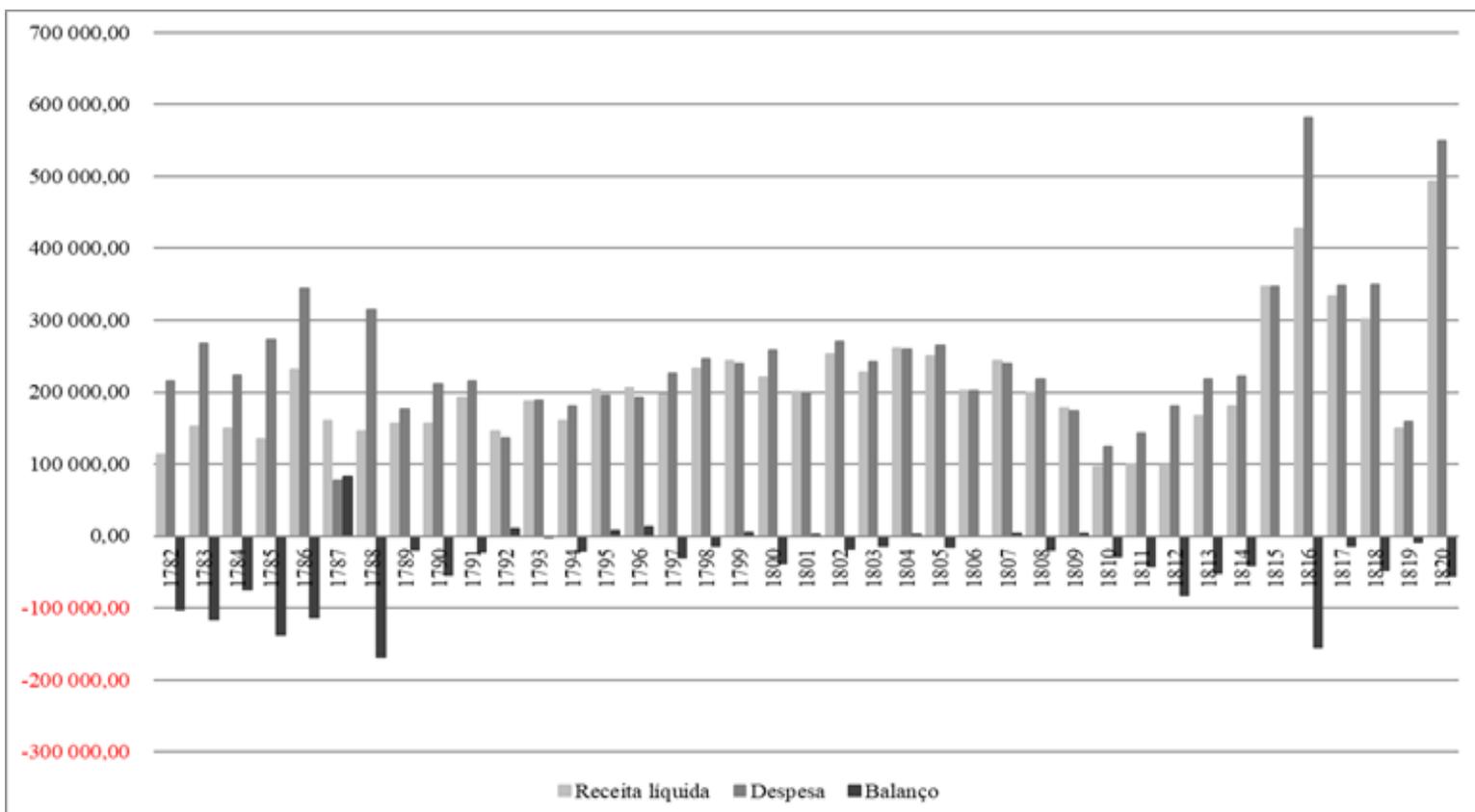
Fontes: *Livro de autos...*, n.º 704, n.º 707, e n.º 710.

Gráfico V
Distribuição das despesas da Câmara de Penafiel (1782-1820)



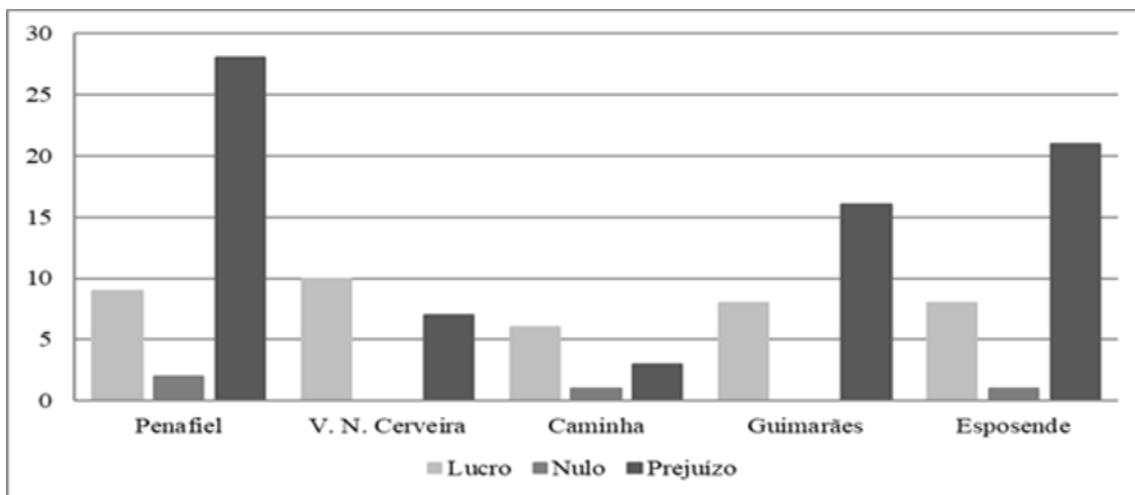
Fontes: Livro de registo de receita..., n.º 953, n.º 954, n.º 955 e n.º 956.

Gráfico VI
Receita e despesa da Câmara de Penafiel tomadas pelo provedor (em réis)



Fontes: Livro de registo de receita..., n.º 953, n.º 954, n.º 955, n.º 956.

Gráfico VII
Contas de algumas câmaras de Entre Douro e Minho



Fontes: *Livro de registo de receita...*, n.º 953, n.º 954, n.º 955, n.º 956 e Capela (1995). Trata-se das seguintes câmaras: Penafiel 1782-1820; V. N. Cerveira 1786-1802; Caminha 1811-1820; Guimarães 1789-1812; Esposende 1789-1820

Bibliografia:

Fontes:

PT - Arquivo Municipal de Penafiel [AMP]:

Livro de registo dos actos da Câmara, n.º 15, 1779-1784.

Livro de registo dos actos da Câmara, n.º 16, 1784-1793.

Livro de registo dos actos da Câmara, n.º 17, 1794-1803.

Livro de registo dos actos da Câmara, n.º 18, 1803-1815.

Livro de registo dos actos da Câmara, n.º 19, 1815-1827.

Livro de registo de receita e despesa da responsabilidade do Tesoureiro, n.º 953, 1782-1795.

Livro de registo de receita e despesa da responsabilidade do Tesoureiro, n.º 954, 1796-1802.

Livro de registo de receita e despesa da responsabilidade do Tesoureiro, n.º 955, 1802-1820.

Livro de registo de receita e despesa da responsabilidade do Tesoureiro, n.º 956, 1820-1837.

Livro de autos de arrematações, n.º 704, 1778-1793.

Livro de autos de arrematações, n.º 707, 1793-1815.

Livro de autos de arrematações, n.º 710, 1815-1835.

Estudos:

ALVES, Jorge e SOUSA, Fernando de (1989). *Arquivo Municipal de Penafiel*. Penafiel: Arquivo Municipal.

ANILEIRO, Ana Dolores Leal (2010), *O linho no concelho de Penafiel*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BARBOSA, José Luís dos Santos (2016), “Alguns preços de géneros em Penafiel nos inícios do séc. XIX (1800-1825)”, *in* Atas do I Seminário: Penafiel e Penafidenses na História, Penafiel, Amigos do Arquivo de Penafiel.

José Luis dos Santos Barbosa – As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. DOI: 190-215 10.21747/0871164X/hist7_2oe3

CAPELA, José Viriato (1983), “Viana na segunda metade do século XVIII: em torno da decadência e subalternização comercial”, *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural*, n.º6, Arcos de Valdevez, pp. 113-149.

CAPELA, José Viriato (1991), “O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira”, *Bracara Augusta*, Braga, 41 (104-105), 1988 – 1989, pp. 177-363.

CAPELA, José Viriato (1993), “Programas e intentos de reforma fiscal. Antecipações revolucionárias (1796-1820)” in *Política, administração, economia e finanças públicas portuguesas (1750-1820)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

CAPELA, José Viriato (1994), “O município português no horizonte da 1ª reforma liberal”, *Cadernos de estudos Municipais*, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, n.º1, 1994, pp. 75-91.

CAPELA, José Viriato (1995), *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho.

CAPELA, José Viriato (2000), *Vila Nova de Cerveira: elites, poder e governo municipal: 1753-1834*, Braga, Praxis XXI.

COSTA, Patrícia (2014), *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777): do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas*, Porto, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERNANDES, Paula Sofia Costa (2015), *O hospital da Misericórdia de Penafiel (1600-1850)*, Braga, Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Minho.

FUNDO, António José Pinto do (2010), *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na Reforma Liberal: 1834-1851*, Penafiel, Museu Municipal.

GUEDES, Maria do Céu da Cunha Correia (2000), *Administração municipal e elites locais no concelho de Penafiel (1770-1779)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993), “Os concelhos” in José Mattoso (dir.) *História de Portugal (1480-1620)*, Vol. 3. Lisboa, Círculo de Leitores, 175-185.

José Luis dos Santos Barbosa – As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820) – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. DOI: 190-215 10.21747/0871164X/hist7_2oe3

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (1991), “Os rendeiros do mosteiro de Pedroso (1604-1721): tipo social”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. VI. Porto, Universidade Portucalense, pp. 211-229.

MOTA, Eduardo (1990), *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*, Gouveia: Gaudela, cop.

NETO, Margarida Sobral (1997), *Terra e conflito: Região de Coimbra 1700-1834*, Viseu, Palimage Editores.

RODRIGUES, José Carlos Meneses (2004), *Retábulos no Baixo Tâmega e no Vale do Sousa (séculos XVII-XIX)*, Porto, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS, Geralda Maria Ferreira dos (1996), “A população da cidade de S. Martinho de Penafiel nos séculos XVII e XIX”, *Cepese Publicações*, pp. 247-260.

SANTOS, Maria José Ferreira dos *et al.* (2005), *Município de Penafiel: uma longa história*, Penafiel, Museu Municipal.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1988), *O Porto e o seu termo: 1580-1640: os homens, as instituições e o poder, vol. I e II*, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto.

SOEIRO, Teresa (2008), *Penafiel – Cidades e Vilas de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.

Los orígenes del teatro socialista en Portugal: *O Capital* (1895), de Ernesto da Silva

The Origin of the Socialist Theatre in Portugal: Ernesto da Silva's *O Capital* (1895)

Les origines du théâtre socialiste au Portugal: *O Capital* (1895), par Ernesto da Silva

As origens do teatro socialista em Portugal: *O Capital* (1895), de Ernesto da Silva

Beatriz Peralta García
Profesora Asociada Universidad de Oviedo
bperalta@uniovi.es

Resumen: En 1895 Ernesto da Silva, militante socialista y compositor tipógrafo, estrena en el Teatro do Príncipe Real de Lisboa, *O Capital*. El drama se encuadra dentro de un proyecto de dinamización del teatro militante y de construcción de una dramaturgia destinada a la educación de los obreros, sin olvidar la vertiente lúdica. Fue la primera obra “socialista” en su género, iniciadora de una tendencia interrumpida por la prematura muerte de su autor en 1903. Este artículo tiene como objetivo rescatar el texto del olvido, describiéndolo dentro de la estética literaria dominante y del desarrollo del teatro en el Partido Socialista Portugués.

Palabras llave: Ernesto da Silva, teatro socialista, literatura obrera, Partido Socialista Portugués.

Abstract: In 1895 Ernesto da Silva, militant socialist and composer typographer, premieres at the Teatro do Príncipe Real of Lisbon, *O Capital*. The drama is part of a project to revitalize militant theater and to construct a dramaturgy for the education of workers, not forgetting the playful side. It was the first “socialist” work of its kind, initiating a trend interrupted by the premature death of its author in 1903. This article aims to rescue the text of oblivion, describing it within the dominant literary aesthetic and the development of theater in the Portuguese Socialist Party.

Key words: Ernesto da Silva, socialist theater, working literature, Portuguese Socialist Party.

Résumé: En 1895, Ernesto da Silva, militant socialiste et compositeur typographe, première au Teatro do Príncipe Real de Lisbonne, *O Capital*. Le drame est encadré dans un projet de revitalisation du théâtre militant et la construction d’une dramaturgie pour l’éducation des travailleurs, sans oublier le côté ludique. Ce fut la première œuvre “socialiste” de son genre, initiateur d’une tendance interrompue par la mort prématurée de son auteur en 1903. Cet article a pour but de sauver le texte de l’oubli, la qualifiant au sein de l’esthétique littéraire dominante et le développement du théâtre au sein du Parti Socialiste Portugais.

Mots clés: Ernesto da Silva, théâtre socialiste, la littérature de travail, du Parti socialiste portugais.

Resumo: Em 1895 Ernesto da Silva, militante socialista e compositor tipógrafo, estreia no Teatro do Príncipe Real de Lisboa, *O Capital*. O drama enquadra-se dentro de um projeto de dinamização do teatro militante e de construção de uma dramaturgia destinada à educação dos operários, sem esquecer a componente lúdica. Foi a primeira obra “socialista” no seu género, iniciadora de uma tendência interrompida pela prematura morte do autor em 1903. Este artigo visa resgatar o texto do esquecimento, descrevendo-o dentro da estética literária dominante e do desenvolvimento do teatro no Partido Socialista Português.

Palavras chave: Ernesto da Silva, teatro socialista, literatura operária, Partido Socialista Português.

“O Capital acirrando odios póde ensanguentar as ruas, mas o sentimento condemna-o, chamando a todos irmãos”.
Ernesto da Silva, *O Capital*.

Introducción. Movimiento obrero y drama social (1850-1890)

Dentro de la estética romántica vigente en Portugal entre 1825 y 1871, la aparición del drama social no puede entenderse desligado de la organización del movimiento obrero y la divulgación de las teorías socialistas. César Nogueira, uno de los primeros historiadores del socialismo portugués, sitúa este inicio el 28 de abril de 1850 con la aparición del primer número de *Eco dos operários*, de inspiración fourierista, un periódico especialmente dirigido a este colectivo que en el mes de julio se convertiría en el órgano de la recién fundada Associação dos Operários. A partir de este momento, de forma lenta pero sistemática, las asociaciones obreras irán consolidándose hasta conseguir formar, en 1875, una agrupación política, el Partido Socialista Portugués. No es de extrañar, por lo tanto, que la creciente visualización social del mundo laboral que estos fenómenos conllevaron tuviese su reflejo en el teatro. Los obreros asistían de forma habitual a las casas de espectáculos por lo que los autores, muchos procedentes del mundo del trabajo, comenzaron a interesarse por ellos como grupo social y a trasladar este nuevo universo a los escenarios. Abordando una crítica convertida en un tópico reiterado hasta la saciedad en las décadas siguientes, se consideraban los adalides de un teatro nuevo, serio, instructivo y moralizante. El público empezó a familiarizarse rápidamente con la exposición de sus condiciones de vida, más o menos idealizadas, en obras cuyas tramas presentaban, invariablemente, una historia sentimental ambientada en escenarios laborales. Muchos dramas, el género más escogido, individualizaban la figura del operario como sujeto protagonista, como Augusto César de Lacerda en *Dois Mundos* (1855), Ernesto Biester en *Fortuna e trabalho* (1863) y Francisco Leite Santos en *Glorias do trabalho* (1865). O divulgaban los beneficios de un incipiente asociacionismo de carácter mutualista: *A esperança* (1856), de Pedro Carlos de Alcântara Chaves; *A associação na família* (1858), de José de Almada e Lencastre; u *O operário e a associação* (1867), de José Maria da Silva e Albuquerque (Almeida, 1993: 231-235). A partir de la década de 70, coincidiendo con la fundación del PSP, este sentido militante se acentúa con el uso de la huelga como instrumento de presión, aunque los primeros textos que la llevan a los escenarios lo hacen parodiándola. Obras como *Dois operários em greve. Intervalo cómico original* (1872), de J. José Bordalo y Luiz de Araújo, y A

greve. Cena cómica (1878), de Alberto Pimentel, son indicativas de la seria preocupación que esta suscitaba entre los “industriales” y propietarios.

Es también en estos años cuando el drama social empieza a ser combinado con la escuela naturalista. Al modelo ético y temático aportado por el primero se unirá ahora el determinismo social del segundo dando lugar a obras que servirán de base para la construcción de un teatro militante o “de tesis”, divulgador de las ideas socialistas. Los primeros textos son todavía deudores de la reputación de autores-obreros como los antes aludidos José Maria da Silva e Albuquerque y Pedro Carlos de Alcântara Chaves, ambos tipógrafos. De la década de los 70 parece datar la obra perdida de Dionisio Sampaio, también tipógrafo, titulada *O Rouget de Lisle*, contemporánea probablemente de los textos de Luís de Figueiredo, escritos en estos años y hasta inicios de la década de los 80. De 1888 es *Honra e trabalho. Drama histórico e educativo em 1 acto*, de José Fontana da Silveira. Aunque estos tres últimos autores son militantes socialistas sus obras no pueden encuadrarse todavía dentro de un “teatro de tesis”, y se ajustan más a la denominación de “drama social” y “drama naturalista”. Es cierto que avanzan en la denuncia de elementos que integran el catálogo de demandas socialistas, como la libertad o la educación, ambas libres de la perniciosa influencia de la Iglesia católica y especialmente de los jesuitas en la sociedad, pero lo hacen sin discurso militante, sin la exposición de una doctrina que eduque al público haciéndolo conocedor de sus derechos. Este fue el objetivo del compositor tipógrafo de la Imprensa Nacional y militante socialista Ernesto da Silva, del que nos ocuparemos a continuación.

La crítica al drama social: *A rosa enjeitada*, de D. João da Câmara

Para entender mejor el concepto que del teatro tenía Ernesto da Silva (1868-1903), vinculado al grupo de Azedo Gneco desde 1895 (Peralta García, 2017a: 53-62), es necesario estudiar dos fuentes fundamentales: por un lado, el conjunto de textos que escribió sobre el teatro que se representaba en las salas lisboetas, artículos periodísticos de los que seleccionaremos especialmente el dedicado al análisis de una de las obras más aplaudidas por la crítica, *A rosa enjeitada*, de D. João da Câmara; por otro, el único texto programático entorno a las características que debería tener una dramaturgia socialista, resultado de su conferencia en el Ateneu Comercial de Lisboa, pronunciada en 1902.

Comencemos por el primero. D. João da Câmara (1852-1908) ha pasado a la historia de la literatura portuguesa por poseer una obra versátil compuesta por teatro,

poesía, narrativa y crónicas. Desde el punto de vista teatral, la crítica divide sus dramas en cuatro fases representativas del drama histórico (1890-1891), el teatro lírico (1891-1894), el drama social (1894-1900) y el drama simbolista (1900-1908) en la línea de Maeterlink e Ibsen, del que se considera introductor (Saraiva, y Lopes, 1996: 958-959; Santos, 1996: 92-94). En 1900, tras el éxito obtenido con *Meia-Noite*, que inaugura su etapa simbolista, estrena *A rosa enjeitada*, un texto escrito por encargo para la compañía de artistas del Teatro do Príncipe Real. Se convirtió en un éxito de público inmediato. La obra volvió a ser representada, por cuarta vez, el día 20 de enero de 1901 y se mantuvo en cartel hasta el 17 de marzo. El periódico republicano *O Mundo* la anunciaba como “um drama em 6 actos da vida real”, interpretado por los actores Adelina Ruas y Ernesto do Valle en los papeles principales de Rosa y João Reinaldo. Unos días más tarde el periódico noticiaba su éxito (*O Mundo*, 20-I-1901: 2; *idem*, 25-I-1901: 2; *idem*, 5-III-1901: 3). El escritor Raul Brandão la consideraba “um dos mais belos dramas que viu na sua vida” (Rebello, 2003: 343).

De acuerdo con la crítica académica, con *Meia-Noite* D. João da Câmara introdujo en la escena portuguesa valores simbolistas que anunciaban una ruptura con la estética naturalista dominante. Sin embargo, la tan ansiada renovación dramática no acompañó *A rosa enjeitada*, donde el autor apenas incluyó algunas “vagas e dispersas sugestões” que la acercaban a modelos que se entendían agotados. En palabras de Luiz Francisco Rebello, D. João da Câmara “regrediu” (Rebello, 2003: 358). La obra es un melodrama, “folhetim populista” ambientado en “uma horta nas proximidades de Lisboa”. En este escenario rural se desarrolla una historia sentimental imposible entre Rosa, la “enjeitada”, y João Reinaldo, joven empleado enamorado de la hija de un propietario de la zona que trabaja en la taberna del pueblo, Júlia. A ella llega Rosa, acompañada de Chico, un hombre que la maltrata. Cuando João Reinaldo la ve se siente inmediatamente atraído por ella, todavía más cuando conoce la triste historia de su vida, y Rosa lo corresponde. Ambos son conscientes de la ilicitud de estos amores, que comienzan a ser conocidos en el pueblo. Rosa es acusada de robar y matar a la mujer del prestamista, y condenada injustamente, pues es Chico el verdadero culpable. El sexto acto sitúa la acción dos años después de estos acontecimientos. João Reinaldo está casado con Júlia y acaba de ser padre de un niño. Júlia, que ha sido informada por su marido de su relación con Rosa, es ahora conocedora de su inocencia y de su sacrificio por salvar a su amante. A sus veinticinco años, un sufrimiento continuo a lo largo de su vida y una cárcel injusta han envejecido

prematuramente a Rosa, que fallece, perdonada y arrepentida de sus pecados, en brazos de su amiga Marcolina (Câmara, 1929).

Ernesto da Silva debió asistir a la representación de *A rosa enjeitada* pocos días después de su reestreno en 1901. Conocía bien la casa, el Teatro do Príncipe Real, y a los actores de la compañía, intérpretes de algunos de sus textos, como *O Capital* (1895), *A Víctima* (1896) y *Os que trabalham* (1896). Acudía ahora como espectador y admirador de algunas de las obras más aplaudidas del autor: *D. Afonso VI* (1890), *Os Velhos* (1893), u *O Pântano* (1894). Sin embargo, el nuevo drama lo entristeció. El día 28 de enero de 1901 escribió una “Carta aberta a D. João da Câmara” que el periódico *O Mundo* publicó al día siguiente, martes, en páginas interiores.

Después de reconocerlo, junto a Marcelino Mesquita, como “o primeiro dramaturgo do sentimento” y escritor teatral “mais possuidor da technica e intensidade dramatica”, sus críticas se dirigen estrictamente a la construcción de los personajes que considera, en general, exagerados en sus actitudes y viviendo situaciones poco realistas. Rosa, afirma Ernesto da Silva, es “falsa, desprovida de encanto, foge à realidade e não chega a ser visão”. João Reinaldo, por su parte, carece de valores morales al olvidar, “á primeira volta”, a la novia “chorosa” y, después, al no intervenir “nas questões da familia” de Rosa, que no son otras sino las palizas que le propina su amante. A tal extremo llegó lo inverosímil de las situaciones descritas en el escenario que la interpretación rozó la comicidad. Y así lo demostró un público iletrado, de “analfabetos provados” e ignorante en cuestiones de técnica teatral, pero hábil en la “observação exacta d’aquelles typos miseraveis”. A partir del tercer acto reaccionó con una “gargalhada obscena e alvar”, y la “chacota de mau quilate” y el “riso imbecil” se prolongaron hasta el final del espectáculo. De tal desatino solo se salvaron “os accordes da phylarmonica da Regueira”. “Não o fadou Deus – ou quem trata d’essas coisas do fado dos homen[s]: para taes commetimentos (...)”, concluye Ernesto da Silva.

Esto es, los autores de esta suerte de drama social tardío, aunque solventes desde el punto de vista técnico, eran incapaces de representar, a ojos de obreros auténticos, el mundo de los trabajadores. Adoptaban, sin saberlo, un punto de vista idealizado al imaginar la miseria personal o moral de los seres humanos. Y así, resultaba francamente paradójico que un autor de reconocido prestigio social y literario fuese “profanar a sua Arte, irreflectidamente, por certo, creando aquellas vagas creaturas que não educam, não

emocionam, não consolam e só conseguem causar tédio e magua; – tédio pela obra, magua pelo auctor” (Silva, 1901a: 2).

Unos días más tarde Ernesto da Silva publicó un nuevo artículo, ahora en la primera página de *O Mundo*, donde ahondaba en la crítica anterior denunciando la crisis del teatro portugués. La atribuía al exclusivo deseo de lucro de las empresas a la hora de llevar al escenario una obra, a la incapacidad de los autores y a la ignorancia del público. El “...dramalhão”..., tan en boga hacía relativamente poco tiempo, con todas sus limitaciones era, sin embargo, “nobre, honesto, digno”. En obras como *O bombeiro municipal* (1862) y *A vivandeira do 16º de linha* (1896), estrenadas en el Teatro da Rua dos Condes había, al menos, “decencia”, se daban “exemplos são”. Hoy, “a invasão do genero sordido e abjecto é quase geral”. Y esto acontecía, según Ernesto da Silva, cuando en simultáneo otros países se iluminaban con el “genio” de Galdós, Zola, Ibsen y Tolstoi. El fracaso en la reforma del Teatro Normal –el Teatro de D. Maria II– por parte de los poderes públicos pocos años atrás demostraba su permisibilidad y connivencia con tales “desmandos”. No valía la pena, por eso, apelar a la “Auctoridade” sino al “bom senso”. La “Reacção” general contra este tipo de teatro, “entregue ao genero escandaloso”, debía proceder de los “espiritos novos”, de la “mocidade das escolas”, del “povo sincero e honesto”, de los “homens do partido militantes da democracia”, de los “artistas de escrupulos” y de la “imprensa democratica”. Es decir, de aquellas “forças sociaes hoje livres de maculas”. Y avisaba: ante tal panorama de corrupción moral o el teatro se regeneraba, o ella procedería del “visionismo das oratorias brutificantes e devotas” (Silva, 1901b: 1). En gran parte coincidía en sus apreciaciones con lo que Henrique Lopes de Mendonça había expuesto en una conferencia en las salas de la Associação dos Jornalistas solo unos días antes, el 28 de enero de 1901. En *A crise do teatro portuguez*, el dramaturgo denunciaba la falta de educación estética del público; la “mercantilização” de las empresas; la falta de obras originales y de calidad, producto de la incapacidad de los autores para asumir nuevos presupuestos estéticos; la falta de profesionalización del mundo teatral en general, que afectaba a empresarios – privilegiando, por ejemplo, obras extranjeras de éxito asegurado frente a originales portugueses–, actores –solo preocupados con su éxito personal–, directores de escena y de ensayos –profesiones a menudo a cargo de los mismos actores–; y la falta de ecuanimidad de la crítica especializada que, subordinada a los intereses de las empresas por problemas diversos –

escasa remuneración profesional, o simpatías y antipatías personales–, oscilaba entre la alabanza y la crítica extremas (Mendonça, 1901).

Los artículos de crítica teatral escritos por Ernesto da Silva no se agotan en los textos descritos. Dos años más tarde tuvo la oportunidad de desarrollar con más amplitud sus ideas en un texto compuesto para la recién creada cooperativa del “Teatro Livre”, que nacía con la intención de contribuir a la renovación teatral, y del debate abierto entorno a esta llevado a cabo por sus promotores. Su conferencia en el Ateneu Comercial de Lisboa el día 14 de diciembre de 1902 bajo el título *Theatro Livre & Arte Social*, puede considerarse el único texto teórico escrito por un socialista sobre las características que debería tener una dramaturgia de este tipo. En el rápido preámbulo que hizo ante el “selecto auditorio que enchia completamente o vasto salão”, justificó las razones para escribirlo en “assim melhor deixar precisas as ideias e dar ao seu trabalho a feição de um documento de propaganda que não devia entregar-se aos azares da rethorica” (*A Vanguarda*, 15-XII-1902: 2). Su tesis se condensaba en el axioma: “transformar pela Arte, redimir pela Educação”, y partía de dos interrogantes: si el teatro, por sí mismo, podría proceder a su propia renovación como instrumento de moralización social; y si, como arte, podía serlo “não social”.

Para Ernesto da Silva la “exploração industrial” del teatro lo impedía ser “livre”, mientras que su sometimiento a los presupuesto estéticos del actor o del espectador lo hacían “no social”. Dos elementos impedían, en el teatro actual, la conjugación de ambos presupuestos: la falta de educación del público, que lo hacía preferir “lubricas scenas suggestivas de impulsão ao grosseiro”; y la incapacidad de los autores para crear un “theatro de idéas” semejante al de las “litteraturas do Norte”. Ya el francés Antoine, con su Théâtre Libre, había ofrecido un modelo posible pero para poder introducirlo en Portugal se hacía necesaria la existencia de una “élite espiritual” alejada de cuestiones “exclusivamente mercantis”. Tal élite existía, sí, a los ojos de Ernesto da Silva, dentro de las “forças vivas do paiz” pero constituía una “infima minoria”. Podría, tal vez, acudirse al ejemplo proporcionado por “*oratorias e mysterios* de tendencia ascetica e carimbo religioso” pero, citando a Max Nordau, apostaba por una ética de matriz racionalista y científica. Además, entendía que el propio arte escénico podía suministrar modelos genológicos válidos para construir un teatro empeñ do en la “educação social” de los individuos. El “drama entretecido de maguas” y la “comedia de gracejos” solo necesitaban ser dotados de “senso esthetico”. Incluso el “drama histórico” podría

responder a tal fin si se basase en la reconstrucción “documentada” de una época o de un pueblo, mostrando las “características dominantes da época evocada na scena” y no en la exaltación de “reis fastuosos” y “cronistas intrigantes”.

Ahora bien, ¿en qué consistía o debía consistir ese “senso esthetic”? La respuesta estaba en la definición de “Arte Social”, concepto escurridizo que el autor concretaba en el objetivo “redemptor” que, según él, debía expresar cualquier obra de “arte” en dominios diversos: pintura, música, dramaturgia, escultura. Citando a Heliodoro Salgado, que lo había precedido en el ciclo de conferencias del Ateneu Comercial abierto por Teófilo Braga, el arte moderno no podía quedarse en el culto a la forma sino que debía ser “vehículo das ideias sãs” y fomentador de “sentimentos nobres”. Desde el punto de vista literario, entendía que las obras debían mostrar el conflicto humano de forma “sobria”, hermanando la explicación científica con un espiritualismo “pantheista” capaz de poner en “equilibrio” seres humanos y “cousas”, ofreciendo como lectura subyacente un “superior sentimento de justiça” y de “alta bondade”. El modelo lo ofrecían hombres y obras como Tolstoi con *Resurrección*; *Las tres ciudades: Lourdes, Roma y París*, y *Los cuatro evangelios: Fecundidad y Trabajo*, de Zola; y *Casa de muñecas*, *Un enemigo del pueblo*, y *Las columnas de la sociedad*, de Ibsen. De este modo, dos modelos o formas de concebir el arte se enfrentaban: el restringido a una élite, y el dirigido a todos, educador de la “multidão”. Solo el último podía ser definido como “arte social” o “arte human[o]”. Además de los autores citados, en el pasado había sido cultivado, según Ernesto da Silva, por Dante, Cervantes, Camões, Shakespeare, Diderot, Rousseau, Voltaire, y más recientemente por Goethe, Hugo y Balzac (Silva, 1902).

El teatro en el Partido Socialista Portugués: desde el Grupo Dramático Socialista (1893) a *O Capital* (1895)

Esta concepción del teatro y del “arte” en general preside toda la obra literaria de Ernesto da Silva, compuesta por relatos breves, textos dramáticos y textos teatrales desde que empezó a publicarlos en 1893 en *A Federação*, tras su integración en el PSP (Peralta García, 2017b: 128-131). El grupo, preocupado desde su fundación por la divulgación del ideal socialista a través del arte escénico había fundado, en enero de 1893, una compañía teatral de actores aficionados denominada Grupo Dramático Socialista que debía acudir también en auxilio del obrero en caso de necesidad, combinando así educación y solidaridad (*A Vanguarda*, 22-IV-1893: 3). La dirección fue encomendada, inicialmente,

a Bartolomeu Constantino y las secretarías –normalmente rotativas– a Manuel Costa Lima y Carlos Bello (*Idem*, 12-X-1893: 3). Las fuentes no nos indican la ubicación de su sede en el momento de su constitución aunque sabemos que a finales de octubre están en la travessa de Sant’Anna, 15, y en diciembre transitan para una tienda de la rua do Martim Vaz, 52. A comienzos de 1894 los encontramos en las Escadinhas da Barroca, 9, 2º, y en mayo en la rua Cruz da Carreira, 83, 1º (*Idem*, 21-X-1893: 3; 10-XII-1893: 3; y 18-V-1894: 3). A lo largo de los años cambiarían varias veces la ubicación de su sede.

Inmediatamente comienzan su andadura como compañía teatral. En septiembre de 1893 el Grupo Dramático Socialista participó en una fiesta benéfica a favor del periódico del PSP, *Revolucionário*, pero también en el suyo propio como forma de financiación representando “un drama de propaganda socialista”, sin ofrecer más indicaciones. Además, fue solicitada su colaboración en un “sarau” o espectáculo para poder auxiliar a los obreros detenidos desde finales de agosto tras una manifestación *Idem*, 6-IX-1893: 3). Unos días después recibieron la invitación para actuar en el Teatro Terpsícore y a primeros de octubre, para hacerlo en Tomar (*Idem*, 29-IX-1893: 3, y 12-X-1893: 3). En noviembre, el Grupo decidía abrir un “gabinete de leitura” (*Idem*, 6-IX-1893: 3). Un año después admitía ocho nuevos socios y, fiel a su espíritu fundacional, decidía acudir en auxilio de la familia de un compañero fallecido, Manoel Maria da Cruz, concediéndole a la Associação dos Marceneiros un préstamo económico.

Los socialistas conmemoraron por todo lo alto su primer aniversario a principios de 1894. La prensa informó pormenorizadamente del extenso programa de actos, en el que participó Azedo Gneco, que conllevó la organización de una velada literaria y musical precedida de un breve acto donde Alfredo Canellas historió la organización del grupo, elogió su viaje a Tomar, y alabó la actitud de la prensa republicana “que tem prestado serviços á causa socialista”. El Grupo Musical Luiz Fernandes tocó algunas piezas de su repertorio y se oyeron vivas a la clase obrera, a la prensa y al socialismo. A las ocho y media de la noche se dio inicio a los actos festivos propiamente dichos, que alternaron los discursos de propaganda con actuaciones literarias y artísticas. Conceição Fernandes profirió un breve discurso en el que explicó la utilidad del arte dramático como instrumento educativo. A continuación, Felix Mauricio interpretó el monólogo *O lenço*; Felicio, *Os enjeitados*; Francisca Sampaio, una poesía; Carlos Bento, *O chicote*; Ernesto da Silva intervino celebrando el valor de la iniciativa del grupo; Costa Lima hizo “un corto pero enérgico discurso”; Guilherme Augusto participó con un número de

prestidigitación; y José Marques recitó el poema *O proletário*. Otras intervenciones, presumiblemente de carácter doctrinario, estuvieron a cargo de, entre otros, Daniel Sampaio y Teodoro Ribeiro. En los intervalos de los discursos tocó la Sociedade Musical Recreio Harmonia 24 de abril de 1892. La crónica periodística nos informa de que la concurrencia fue numerosa, recalcando la presencia de muchas mujeres en una sala ornamentada con flores y motivos vegetales. Al finalizar los actos el presidente agradeció la asistencia de todos y se lanzó un viva a la clase obrera (*Idem*, 23-I-1894: 3).

A principios de 1894, por lo tanto, el Grupo parece gozar de buena salud. Los ensayos están formalizados en tres días por semana (martes, jueves y sábados) e, incluso, se piensa en nuevas formas de dinamización de su actividad “para o maior desenvolvimento do grupo” (*Idem*, 17-II-1894: 3, y 24-II-1894: 3). A finales de abril *A Vanguarda* anunciaba una actuación en el Teatro das Trinas, motivo por el que ensayaron dos conocidas obras del teatro popular: la comedia *Os estroinas*, y *João, o Corta Mar. Drama marítimo em três atos*, de António Carlos de Oliveira, que a partir de entonces pasaría a formar parte del repertorio dramático socialista (*Idem*, 30-IV-1894: 3). Sin embargo, solo unos días más tarde nuevas informaciones, que evidencian tensiones a nivel directivo, hacen pensar en algún tipo de crisis. Bartolomeu Constantino había abandonado la dirección aunque a finales de mayo es nuevamente reintegrado a ella como adjunto acompañado de Eduardo Cardoso, que ahora se incorpora a la dirección, al tiempo que se anuncia la representación de “um drama moderno” (*Idem*, 22-V-1894: 3). A partir del 22 de mayo el silencio de las fuentes entorno al tema indica que los problemas debieron continuar. En noviembre de 1894 tenemos ya constancia de la desaparición del Grupo Dramático Socialista y la constitución de una “comisión reorganizadora”, en nombre de la cual Martins Santareno habló con Bartolomeu Constantino para solicitarle la entrega de todo lo que a esta le pertenecía. Los antiguos socios fueron convocados a una reunión que se celebraría en el Paço do Bemformoso, nº 209, 1º, el día 15, a las ocho y media de la noche (*Idem*, 12-XI-1894: 3 y 14-XI-1894: 3).

El final del Grupo Dramático Socialista es casi simultáneo en el tiempo con el estreno como autor dramático de Ernesto da Silva que, como miembro del PSP, debía estar al tanto de las vicisitudes de la agrupación. La idea de escribir una obra de teatro que divulgase el ideal socialista fue tomando cuerpo en la cabeza de José Martins Santareno, quizá como una forma de revitalizar una agrupación teatral muribunda. A finales de 1894, tras una nueva visita a Tomar junto a Ernesto da Silva para ayudar al

sastre Raimundo Ribeiro a fundar la agrupación socialista de la ciudad, Martins Santareno comenzó a sugerirle la elaboración de un drama para ser representado por los propios socialistas. Él sabía, sin duda, que Ernesto da Silva era el autor de algunos relatos breves y textos dramáticos publicados bajo el pseudónimo de “Ruy” en el semanario *A Federação*. Además, ambos tenían noticia de la existencia de un drama, *O Rouget de Lisle*, del fallecido tipógrafo Dionisio Sampaio, basado en la vida de Claude Rouget de Lisle, el autor de *La Marsellesa*. Ernesto da Silva mostró interés por conocerlo y su padre, Daniel Sampaio, un “socialista da velha guarda”, lo puso inmediatamente a disposición de ambos. Según el relato transmitido por Martins Santareno, los tres leyeron el manuscrito en casa de Ernesto da Silva, “na modesta sala de visitas onde a sua compaheira – a Izabel – recebia as clientas no seu mister de modista”, y esa misma noche, impresionado y sugestionado por el texto, se comprometió a escribir un drama. Unas noches después le leía a Martins Santareno el primer acto, y comenzaba a esbozar los siguientes. *A Federação* nos informa de que a principios de febrero de 1895 la obra ya tiene título, *O Capital*, y que los actos 1º y 2º ya están listos (*A Federação*, 10-II-1895: 4). Apenas un mes más tarde ya estaba casi terminada y el periódico anunciaba la publicación de algunos fragmentos (*Idem*, 3-III-1895: 2). Inmediatamente, los socialistas decidieron su lectura pública para conocimiento de sus militantes. El día 8 de abril Teodoro Ribeiro anunciaba, en la reunión de la Associação das Federações de Classe, que Ernesto da Silva los invitaba a todos a la lectura de su drama el domingo siguiente, a la una de la tarde. El día 14, en la sede de la agrupación, situada en la rua do Bemformoso, 50, 1º, los obreros pasaron a conocer el texto (ANTT: 36). Fue un éxito. Ernesto da Silva fue ovacionado al final de cada acto, y especialmente al finalizar el tercero. Al concluir la lectura, manifestó su deseo de reorganizar el Grupo Dramático Socialista con el objetivo de representar la obra con motivo del 1º de mayo.

Animados por el éxito obtenido, los socialistas organizaron una segunda lectura en la que invitaron a la prensa. El local escogido fue la Associação Tipográfica Lisbonense, en la rua do Sol, cercana al Largo do Rato, y el día elegido, el 28 de abril (*A Vanguarda*, nº 1385, 27-IV-1895: 3). Los periódicos se hicieron eco del acto, de modo que podemos reconstruir con bastante verosimilitud su desarrollo.

El día se presentó con “um sol esplendido”. Desde la sala de la Associação Tipográfica se veía un “quintaloiro, um renque de limoeiros; e por vezes chega[va] até allí um correr preguiçoso de agua”. Poco antes de la hora marcada los invitados

abarrotaban una sala que el cronista del *Correio da Manhã* describió, con evidente disgusto y malhumor por tener que acudir al acto –“Dá vontade de ir para o quintal...”–, como “uma salinha de tecto baixo, com horriveis retratos pelas paredes, entre estantes de livros”. Casi todos eran compañeros de Ernesto da Silva en la Imprensa Nacional, “um publico especial de typographos admiradores” (Comparsa de Scena, 1895: 3) como sus amigos Teodoro Ribeiro y Filipe Ferreira, además del director Venâncio Deslandes, que acudió a la lectura del 2º acto y lo felicitó al acabar; compañeros de partido como Nobre França, Alfredo Canellas, Guedes Quinhones, Antonio José Henriques, Carlos Callixto o Cândido Leal; periodistas, entre los que se encontraban Magalhães Lima, Teixeira Bastos, Feio Terenas, Lomelino de Freitas, Borges Ventura y José Gregorio Fernandes, que asistieron al acto representando a *A Batalha* y *O Diário de Notícias*, o los republicanos *A Vanguarda* –su director, Alves Corrêa, no pudo asistir y envió a su hermano, Eduardo Alves Corrêa– y *O Seculo*; escritores y artistas como el actor Augusto de Mello, y “algumas senhoras” (*O Seculo*, 29-IV-1895: 2; *Diário de Notícias*, 29-IV-1895: 1).

A la una de la tarde, Ernesto da Silva ocupó su lugar y agradeció al auditorio su comparecencia, además de exponer los objetivos de su trabajo dramático. En seguida pasó a leer “com boa voz”, “clara”, “mudando por vezes de tom para diferenciar os personagens” (Comparsa de Scena, 1895: 3), “acentuando bem o dialogo do 1.º acto do Capital e sucesivamente os outros tres, descançando nos intervalos alguns minutos” (*O Seculo*, 29-IV-1895: 2). Al finalizar cada acto “a campainha telinta[va]” (Comparsa de Scena, 1895: 3). Dos minutos después se reanudaba la lectura. Desde el primer acto conquistó el interés de la asamblea “pela correcção e brilhantismo da linguagem e pela feliz apresentação dos personagens”. Para el cronista de *O Seculo* el segundo acto “é talvez no conjuncto o melhor do drama, onde se desenvolve a acção, aumenta o interesse dos ouvintes, que no 3º e 4º actos sentem por vezes viva comoção. Todo o drama é bastante movimentado e tecnicamente escripto, como se o auctor desde muito trabalhase para o teatro” (*O Seculo*, 29-IV-1895: 2). Los asistentes acompañaron “com entusiasmo” la exposición del drama, interrumpiendo la lectura con “applausos, que se accentuavam nos finaes dos actos. Principalmente no fim do terceiro acto, Ernesto da Silva recebeu uma grande ovação. Este acto é positivamente o melhor”, escribía el periodista de *A Vanguarda*. Al finalizar, el público prorrumpió en una salva de aplausos y se procedió a un animado debate entre los asistentes, que fueron unánimes al elogiar al

autor “em que se reconhece a envergadura de um dramaturgo de raça” (*A Vanguarda*, 29-IV-1895: 2).

Este nuevo éxito debió reafirmar a Ernesto da Silva en su convecimiento para reorganizar la extinta agrupación dramática socialista y representar *O Capital*. El impacto de la obra trascendió las fronteras nacionales aun antes de ser llevado a escena. A mediados de mayo, *A Federação* informaba a sus lectores de que Ernesto da Silva había sido contactado por dos escritores españoles para traducir y adaptar a la escena española *O Capital*, pero él afirmaba que solo lo haría tras la representación de la obra en Portugal (*A Federação*, 19-V-1895: 2). A finales de julio comenzaron a circular los rumores que aseguraban que la nueva temporada del Teatro do Príncipe Real se abriría con la representación de *O Capital* (*Idem*, 21-VII-1895: 4; *A Obra*, 28-VII-1895: 4), aunque no fue hasta octubre cuando se confirmó su estreno para el día 8 de noviembre de 1895, viernes (*A Federação*, 3-XI-1895: 2, y 27-X-1895: 2; *A Obra*, 27-X-1895: 3, y 3-XI-1895: 2).

El Teatro do Príncipe Real y la representación de *O Capital*

El Teatro do Príncipe Real, propiedad de la familia Viana Ruas, era una pequeña pero elegante sala situada en la confluencia de la Rua da Palma con la Rua da Mouraria, en Lisboa. En 1864 era un local denominado Salão Vauxhall, donde se habían celebrado algunos bailes de máscaras durante el Carnaval de ese año. Según relata *O Occidente*, aprovechando que funcionaba también como “sala de entrada e botequim” se le anexionó el edificio situado en la confluencia de la Rua Nova da Palma y la calle de la Carreirinha do Socorro, creándose un salón para conciertos que recibió el nombre de Salão Meyerbee. Como los beneficios no fueron muchos el empresario y gerente, Francisco Viana Ruas, decidió reconvertirlo en teatro. Las obras se iniciaron en julio de 1865, y un año más tarde, el 28 septiembre de 1866, sería inaugurado con el nombre de Teatro do Príncipe Real en honor del entonces príncipe heredero, el futuro D. Carlos. Un año después, la sala fue reformada y devuelta a su condición inicial (Azevedo, 1884: 66-67). Según relata la actriz Adelina Abranches, en un determinado momento el propietario tuvo que pedir dinero prestado a Moura Borges, poniendo el teatro como fianza. Acabó quedándose con él aunque la firma Ruas “mantem-se ali sempre, por combinação de escrituras, julgo eu”, conjeturaba la actriz (Abranches, 1947: 102). En 1890, sigue explicando, “era uma caixinha de amêndoas... Muito bem forrado de vermelho escuro, com bons reposteiros

em todas as partes, muito quentinho de inverno, (porque a luz do gás o tempera deliciosamente), esplêndida acústica, ótima visualidade para o espectador” (*Idem*, 90). El Teatro do Príncipe Real solía acoger la representación de obras de autores aficionados y, en general, estaba abierto a apoyar la puesta en escena de obras poco convencionales. El día 8 de marzo de 1904, por ejemplo, fue el lugar donde la cooperativa del denominado “Teatro Livre” se dio a conocer con un espectáculo dirigido por los actores Luciano de Castro y Araújo Pereira basado en los presupuestos estéticos y escénicos de Antoine. En la última década de la centuria, obreros como Ernesto da Silva encontraban ahí una oportunidad para darse a conocer como dramaturgos con la puesta en escena de sus textos a cargo de una compañía de actores profesionales, que en 1895 integraba una veintena de personas. Según Adelina Abranches su sueldo como primera actriz ascendía a “cincuenta mil reis mensais” (*Idem*: 115).

El día 8 de noviembre de 1895, a las 8 y cuarto de la tarde, el Teatro estrenó *O Capital*, anunciado como una “obra nova”. Las entradas pudieron reservarse hasta el día anterior. Según aseveraba *A Vanguarda*, la demanda fue “alta” (*A Vanguarda*, nº 1565, 25-X-1895: 3; 5-XI-1895: 3; y 8-XI-1895: 3). La distribución de los papeles principales fue la siguiente: Beatriz Marques: Adelina Ruas (tras su matrimonio con Luís Ruas, hijo de Francisco Ruas); Thereza: Maria das Dôres; Helena: Elvira Costa; Julião Marques: Costa; Carlos, seu filho: Ernesto do Valle; Ignacio de Oliveira: Pato Moniz; Visconde da Sobreira: Pinheiro; Thiago, creado: Augusto¹.

Los artistas representaron un texto que es una crítica al sistema capitalista, como atestigua su título, *O Capital*, ejemplificada en el devenir cotidiano de una fábrica donde se enfrentan los intereses de los empresarios con los de los obreros. El argumento, que parece guardar algunas similitudes con la vida de Friedrich Engels, fallecido mientras se discutía el estreno de la obra para la temporada 1895-1896, tiene como protagonista a una familia burguesa. Julião Marques desea que la proyectada carretera del Ministerio que debe unir la villa de Granja (Benfica) con la ciudad de Lisboa, desvíe su trazado inicial para pasar cerca de su fábrica. Como las elecciones están cerca, el empresario, junto a un político amigo de la familia, se moviliza para ganar la circunscripción a través del voto

¹ Suzanna, creada: Mathilde Polla; Pedro, operario: Luciano; Padre Lourenço: Moraes; Diniz, taberneiro: Ferreira; o administrador do concelho: Brazão; A. Salvador, Peixoto, Alves e H. Lima”, como los obreros 1º, 2º, 3º y 4º, respectivamente, además de un conjunto de obreros figurantes (*Revista Theatral*, 1895: 347-348).

obrero. En este contexto, regresa a casa Carlos, el hijo de Julião, muy sensibilizado con los problemas laborales de los trabajadores de la fábrica. Ante la huelga proyectada por estos, no duda en apoyarlos. Julião, enterado de la actitud de su hijo, lo deshereda. Un año más tarde, Carlos regresa a casa desde Bélgica a tiempo para salvar de la ruina a la familia, en quiebra por algunas operaciones bursátiles desafortunadas (Silva, 1896).

O Capital se encuadra, como hemos expuesto antes, dentro del denominado “drama social”, el género mayormente adoptado por los intelectuales obreros para la construcción de textos teatrales (Peralta, 2011: 45-46), aunque describiendo con exactitud las condiciones de vida de la clase trabajadora e incorporando elementos de carácter doctrinal propios del “teatro de tesis”, específicamente socialista. Está organizado en cuatro actos con un amplio número de escenas en cada uno (1º, 19 escenas; 2º, 19 escenas; 3º, 16 escenas; 4º, 18 escenas), que lo convierten en un texto largo y justifican su dificultad técnica para las compañías de actores aficionados.

Los teóricos del movimiento obrero coinciden en señalar que la mayoría de los textos teatrales escritos por los militantes socialistas se organiza en torno a tres ejes temáticos: la denuncia de la sociedad capitalista, el diseño de la sociedad socialista y la exposición de valores morales y, en menor medida, en presentar la disputa con otras tendencias obreras por el control ideológico de la masa de trabajadores (Serrano, 1983: 270; Bellido, 1993: 117; Peralta, 2002: 85-86). Así, aunque en *O Capital* domina claramente el primero de ellos, los otros tres se encuentran también presentes dentro del texto. Ernesto da Silva se preocupó por construir un relato que reflejase con claridad los problemas de la clase obrera y apuntase diversos instrumentos de lucha militante, todo ello sostenido dentro del debate ideológico del socialismo científico según las tesis expuestas por August Bebel (1840-1913) en *La sociedad futura*. De este modo, por ejemplo, la escena XVIII del primer acto concentra el debate doctrinario. El monólogo de Carlos, después de una conversación con Teresa, el ama, sintetiza los males de la sociedad: la desigualdad, la especulación, los accidentes laborales..., que corren en paralelo con la indiferencia de los privilegiados ilustrada en la ostentación insultante de la que hacen gala en los bailes “de caridade”. El responsable es “o Capital, monstro insaciavel” que “não vê obcecado pela nevrose ávida do dividendo”. Su insensibilidad no le permite notar “fermentarem vulcões d’ódio, correrem rios de lagrimas, erguerem-se montanhas de desesperação”. No es sostenible, en el tiempo, tal construcción social. Y profetiza: “As represalias serão cataclismos sociaes, a vingança qual espumante lava

irromperá da cratera da Historia e afogará não uma classe mas um trecho injusto e gasto da sua acção anterior...”

La denuncia de las deplorables condiciones laborales y de vida de la clase obrera recorre todo el texto, aunque los pasajes más sangrantes tienen como protagonistas a las mujeres y a los niños. De las primeras, Ernesto da Silva describe la explotación laboral, el desamparo social y el acoso sexual que sufren. De los segundos, la inseguridad laboral: “Ha creanças esphacelladas nas engrenagens”, se lamenta Carlos (Ato 1º, cena XVIII). Pero no basta solo con denunciar. Cuando es necesario, hay que actuar. El célebre tercer acto, que tantos aplausos obtuvo para su autor, describe dos instrumentos de defensa: uno político, la asociación, con su protocolo de actuación basado en las comisiones negociadoras ante los empresarios (cena X); y otro sindical: la huelga, cuando la anterior fracasa (cena XIII). En todo ello no falta el punto de vista de las clases acomodadas. No deja de ser significativo el hecho de que mientras todo el texto está basado en los preceptos ideológicos de pensadores socialistas, como el ya mencionado August Bebel, cuyas obras encuentra Beatriz en el cuarto de su hermano Carlos, los industriales se remiten siempre a los teóricos del anarquismo. Proudhon, por ejemplo, es aludido a través de su folleto *O que é a propriedade* (1840), “crítica económico-filosofica” (Ato 2º, cena XII). De lecturas semejantes y de la acción de unos “patifes” que divulgan entre los obreros el “odio contra o capital que acoiman d’explorador”, deduce Julião el origen del “odio profundo de classes” y la destrucción de las “relações entre capitalistas e trabalhadores” (Ato 2º, cena V). Los propios obreros, por otro lado, son también responsables de los problemas que los aquejan, cegados por la “febre do lucro” y la “ambição de muito produzirem” (Ato 2º, cena XVI). El vizconde, que pronuncia estas palabras, es también el personaje encargado de parodiar una de las demandas más insistentemente solicitadas por el movimiento obrero de finales del siglo XIX que Ernesto da Silva expondría solo unos meses más tarde en *O dia normal*, la jornada laboral de ocho horas: “Visconde – (*rindo*). Oito horas de trabalho, oito horas de estudo, oito horas de descanso!... Parodia ao Creador, que fez o mundo em sete dias... (*ironico*) Suspeito, porém, que o curso a frequentar não é longe da taberna” (Ato 2º, cena XVIII).

En efecto, las cuestiones de carácter moral preocupaban mucho a intelectuales obreros como Ernesto da Silva, especialmente la instrucción y la divulgación del ideal socialista a través de la asistencia, por ejemplo, a los mítines partidarios, entre otros instrumentos de difusión doctrinaria. Tanto las acotaciones como los personajes en el

texto se esfuerzan, además, por aludir a libros, periódicos y la lectura en general. Ya en el ámbito de la sociabilidad masculina, en la escena XVIII del segundo acto se compara la taberna con el “club” como espacios de recreo, aunque de clases sociales diferentes. Además, hay que destacar el modelo de familia defendido por Ernesto da Silva, siguiendo las tesis de August Bebel en su obra más conocida, *La mujer y el socialismo* (1883), aquí poco esbozado y más desarrollado en cuentos como *À ceia. (À redação da “Voz do Operario”)*. (*Diálogo burguês*) (Ruy, 1894: 2-3). En la escena IX del segundo acto no duda en criticar el modelo burgués de familia y la búsqueda del “prazer adulterino” por ambos esposos.

Mención especial merece la violencia. En el texto se asocia a dos elementos, ambos especialmente condenables, que expresan otros tantos puntos de vista, el de los obreros y el de los propietarios. La actividad de los espías, enviados muchas veces por los propietarios de las fábricas para fiscalizar la orientación ideológica y las prácticas de presión sindical, era muy mal vista, incluso porque “constantemente imp[unham] o emprego de meios violentos” (Ato 2º, cena VII). La policía, por otro lado, era percibida como un aparato represor al servicio del poder político, como los propietarios industriales, actuando con especial dureza en contextos de huelga: “Os soldados que rodeam a fabrica malhavam n’um pobre velho que estava de vigia. O velhote mettia dó, supplicava, pedia não lhe batessem; compaixão não havia, davam p’ra baixo sem dó nem consciencia” (Ato 3º, cena II), explica Tiago, uno de criados de la familia. Estos, por su parte, solían quejarse de los actos de barbarie cometidos por los obreros. En este punto del desarrollo del drama, Ernesto da Silva construye una escena particularmente impactante al indicar, a través de las acotaciones, que “*entram pela janella pedras que quebram os vidros*” (Ato 3º, cena XVI).

Durante el desarrollo del conflicto, la música funciona como refuerzo doctrinal, ahondando en las emociones de los espectadores. El himno del *1º de Maio*, “O hymo da rapaziada” (Ato 2º, cena XV), es interpretado en varias escenas del segundo acto de *O Capital*. Respecto a otras obras de mensaje semejante, independientemente de la pertenencia o no de sus autores al movimiento obrero, la ejecución de la música que identifica a la fiesta obrera por excelencia constituye un elemento de originalidad y una novedad dentro de este tipo de dramas que explica, en buena medida, el éxito de *O Capital* entre el público obrero. Dentro de su desarrollo narrativo tiene, inicialmente, una connotación negativa, ya que los personajes del ámbito burgués lo asocian a disturbios

populares. Los espectadores tuvieron la oportunidad de escucharlo “*fôra muito ao longe (...) cantado pelo povo*” durante el breve monólogo en el que Teresa profetiza días convulsos, pues anunciaba el inicio de la huelga (Ato 2º, cena XII), y al comienzo de la escena XVII, cuando el vizconde lo identifica con el debate entorno a la “*questão social*”, el “*insolúvel problema d’este seculo*”. Pero al finalizar el acto adquiere una connotación positiva, redentora y anunciadora de un futuro mejor a través de Tiago: “*Ah! sôra Thereza, sabe o que mais, se podesse tinha ha pouco apertado o gasnate ao bonifrate do tal visconde das duzias... (ameaçando, indicando o hymno do I.º de maio que se ouve fôra) Os tempos mudam, sôra Thereza!...*” (Ato 2º, cena XIX).

La acogida de la obra

La presencia de este elemento musical, junto a la problemática abordada dentro del drama, hicieron que la prensa no partidaria fuese unánime a la hora de calificar la obra como una “*peça moldada nas doutrinas socialistas*” y en presentar a Ernesto da Silva como un “*talentoso mancebo*”, “*estimado orador dos centros associativos*”, “*trabalhador e modesto. Honra[ndo] a classe typographica a que pertence fazendo parte do pessoal da Imprensa Nacional*” (*Diário de Notícias*, 9-XI-1895: 1; *O Diário Popular*, 10-XI-1895: 2; Santonillo, 1895: 1). También para la prensa obrera *O Capital* era una “*passagem de propaganda socialista em 4 actos*”, una “*peça de combate*”, un “*drama socialista*” con el que Ernesto da Silva “*conseguiu derruir, abalar um pouco os velhos moldes em que dramas vulgares se estorciam para agradarem ás platéas, tambem vulgares, ávidas de sensações e commoções*” (*A Obra*, 10-IX-1895: 2). El éxito de la representación llevó a los cuerpos gerentes de la Liga das Artes Gráficas a publicar en *A Federação* un número conmemorativo dedicado a Ernesto da Silva, que incluía su biografía, artículos y poemas a cargo de militantes obreros, y la reproducción de las escenas IX y X del segundo acto, donde este denuncia el modelo burgués de familia. El número se pondría a la venta el día 3 de diciembre en una tirada pequeña al precio de 20 reis (10 para los suscriptores del periódico). Además, el producto obtenido con la representación de ese día redundaría en beneficio del autor. (*A Federação*, 24-XI-1895: 1).

Unos días después de su fallecimiento el 25 de abril de 1903, el cronista teatral de *A Vanguarda*, Fernando Reis, escribió una columna donde analizaba de forma crítica los dramas de Ernesto da Silva. Para este, sus primeras obras adolecían de una concepción prolija de la acción, infantil en los conceptos y redundante en los términos. La fraseología

era romántica y la construcción de los personajes maniquea, dividida en buenos y malos, todavía deudora del repertorio ultra-dramático, y lo achacaba a la excesiva asistencia del autor a las reuniones y clubes asociativos que frecuentaba, donde los obreros exponían sus problemas. De ahí tomaría no solo los temas de denuncia presentes en sus obras, también los modelos para la construcción de sus personajes. Sin embargo, no dejó de destacar su loable intencionalidad y el coraje al escribirlas. Según Fernando Reis, fue en esta fase de su carrera dramática cuando Ernesto da Silva empezó a estudiar las corrientes modernas, dando lugar al escritor realista en el que se convertiría después. En obras posteriores, como *Os vencidos* (1902), esta huella se hace más evidente y la acción de los personajes más fundamentada. Estos adquirirían ya algunas responsabilidades “atávicas e mezológicas”, eran más sobrios, más comedidos y mejor documentados (Reis, 1903: 1). Esto es, Ernesto da Silva perfeccionó su técnica teatral y ganó credibilidad como dramaturgo cuando abandonó el sentido militante de sus dramas iniciales. Sin embargo, sus obras posteriores fueron mucho menos aplaudidas por el público obrero, que se rindió ante quien tan bien presentaba en los escenarios sus anhelos y problemas. *O Capital* fue el origen de una bien sucedida carrera como dramaturgo, solo rota con su muerte.

Conclusiones

O Capital constituye, sin ninguna duda, un punto de inflexión dentro de la dramaturgia obrera en general, y del movimiento socialista en particular. Hasta su redacción y puesta en escena, ninguna de las obras teatrales de las que hasta la fecha tenemos noticia documentada puede ser definida como “socialista” sino, más bien, como textos de denuncia social. Es el caso, por ejemplo, de *Os jesuítas* (h. 1881), de Manuel Luís de Figueiredo, el otro autor del periodo de 1875 a 1910 con una obra dramática reconocida. *O Capital* fue inicialmente concebido como un texto propagandístico al servicio del ideal socialista, pero fijó las características de una dramaturgia militante basada en el realismo de los temas: como el capitalismo industrial; las situaciones y actitudes descritas: el recurso a la negociación y la huelga como formas de solución de los problemas laborales de los obreros; la construcción de los personajes: claramente divididos entre propietarios industriales y obreros; la ambientación escénica y los elementos musicales específicos: en la reconstrucción de entornos laborales o de la vida privada de los asistentes al espectáculo, y los himnos obreros, con especial relevancia para el del 1º de mayo. El texto de Ernesto da Silva se distingue de los modelos estéticos canónicos fijados por la

literatura en el denominado “drama realista-naturalista” en dos aspectos: superando la dimensión de estricta exposición y denuncia de las condiciones de vida de la clase obrera presente en estas obras, y soslayando su determinismo fatalista al ofrecer una solución articulada entorno a una corriente concreta de pensamiento político. *O Capital*, como teatro “de tesis”, inauguró una corriente estética de teatro militante interrumpida con la muerte de su autor y solo recuperada en años posteriores, ya bajo la Primera República, por otro dramaturgo célebre, António Augusto da Silva (Peralta 2002: 58-59).

Bibliografía:

“Teatro do Principe Real. 8 de novembro. O Capital. Drama em 4 actos, original do sr. Ernesto da Silva”, *Revista Theatral* (1895), 2ª serie, anno I, 1º vol. nº 22, 15 de novembro. ABRANCHES, Adelina (1947), *Memórias de Adelina Abranches apresentadas por Aura Abranches*, Lisboa, Edição da Empresa Nacional de Publicidade.

ALMEIDA, Fernando António (1993), *Operários de Lisboa na vida e no teatro (1845-1870)*, Lisboa, Editorial Caminho.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Acta da sessão da Federação das Associações de Classe em 8 de abril de 1895*.

AZEVEDO, Maximiliano de (1884), “Teatro do Principe Real”, *O Ocidente*, Lisboa, nº 189, 21 de março.

BELLIDO NAVARRO, Pilar (1993), *Literatura e ideología en la prensa socialista (1885-1917)*, Sevilla, Alfar.

CÂMARA, D. João (1929), *A rosa enfeitada. Drama em 6 actos, original*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 3ª ed.

Comparsa de Scena (1895), “Eccos dos Bastidores. A leitura d’um drama – *O Capital*”, *Correio da Manhã*, nº 3278, 30 de abril.

FIGUEIREDO, Cláudia (2013), “Os usos do palco: o proletariado e o teatro no início do século XX”, *Revista UBILETRAS*, Nº 4, pp. 23-34.

MENDONÇA, Henrique Lopes de (1901), *A crise do teatro português*, Lisboa, Empreza Editora do Almanach Palhares, Palhares & Morgado.

PERALTA GARCÍA, Beatriz (2002), *A cultura operária em Portugal. Teatro e socialismo durante a Primeira República (1910-1926)*, Cascais, Patrimónia.

Beatriz Peralta García – Los orígenes del teatro socialista en Portugal: O Capital (1895), de Ernesto da Silva – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 216-236 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe4

PERALTA GARCÍA, Beatriz (2010), “Literatura y movimiento obrero en Portugal: la cultura política del socialismo en su teatro”, *Espacio. Tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, t. 23, pp. 37-54.

PERALTA GARCÍA, Beatriz (2017a), “Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva”, *Historia Social*, nº 89, 2017, pp. 53-71.

PERALTA GARCÍA, Beatriz (2017b), “El Partido Socialista Portugués y la literatura de combate. La obra literaria de Ernesto da Silva (1868-1903)”, *Revista de Historia Autónoma*, 11, pp. 113-131.

REBELLO, Luiz Francisco (2003), “A literatura dramática no primeiro quartel do século XX”, AA.VV., *Historia da literatura portuguesa. Vol. VI. Do simbolismo ao modernismo*, Lisboa, Publicações Alfa.

REIS, Fernando (1903), “Ernesto da Silva. A sua vida e a sua obra I”, *Vanguarda*, nº 2374 (5227), 13 de junho.

Ruy (1894), “Folhetim do jornal *A Federação. Á ceia. (Á redacção da “Voz do Operario”)*. (*Diálogo burguz*)”, *A Federação*, nº 40, 7 de outubro.

Santonillo (1895), “Theatros”, *O Dia*, nº 2535, 9 de novembro.

SANTOS, Etelvina (1996), “Câmara, D. João Gonçalves Zarco da”, en Machado, Álvaro Manuel (org. e dir.), *Dicionário de literatura portuguesa*, Lisboa, Presença.

SARAIVA, António José, y Lopes, Óscar (1996), *História da literatura portuguesa*, Lisboa, Porto, editora, 17ª ed.

SERRANO, Carlos (1983), “Notas sobre el teatro obrero a finales del siglo XIX”, AA.VV., *El teatro menor en España*, Madrid, CSIC.

SILVA, Ernesto da (1901a), “A “Rosa engeitada””, *O Mundo*, nº 135, 29 de janeiro.

SILVA, Ernesto da (1901b), “A Reação no teatro”, *O Mundo*, nº 148, 11 de fevereiro.

SILVA, Ernesto da (1896) *O Capital. Drama original em 4 actos*, Lisboa, Typographia do Instituto Geral das Artes Graphicas.

SILVA, Ernesto da (1902), *Teatro Livre e Arte Social*, Lisboa, Tipografia do Comércio.

Recensões

Filme: Steve Harrison e Morag Brennan (realiz.) - *Um Conto de Duas Cidades* (2017)

Nota introdutória

Este texto foi originalmente preparado como uma participação no debate que se seguiu à apresentação do filme *Um Conto de Duas Cidades* na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 22 de setembro de 2017, com a presença dos realizadores. A iniciativa foi organizada pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais no âmbito das Jornadas Europeias do Património de 2017.

Um Conto de Duas Cidades

Tudo começou com uma fotografia tirada na Rua das Lavadeiras, na Póvoa do Varzim pela fotógrafa e cineasta belga Agnès Varda, e por uma data: 1956¹. Na imagem destacam-se duas figuras: Sophia Loren e uma jovem mulher descalça e vestida de preto. Como fundo, um muro, desgastado por uma estratigrafia de memórias e com uma tabuleta que anuncia uma venda. Um texto em aberto.

É fácil identificar Loren, nesse ano em que assinava o contrato com a Paramount. O cartaz rasgado permite perceber que se trata de uma publicidade ao sabonete Lux, do qual encontramos outras versões, com variações. Era estratégia da marca utilizar estrelas de cinema, e ícones de beleza, como forma de certificar a qualidade de um produto que, em teoria, contribuiria para o seu poder de sedução. Curiosamente, em Portugal, com cartazes com Sophia Loren ou Ava Gardner, coexistiram alguns exemplares com Amália Rodrigues, então também estrela de cinema.

A imagem da atriz italiana não podia contrastar mais com a imagem da jovem anónima, que sabemos agora ser Maria do Alívio, a qual esta está presente diante da câmara, não aparentando encenação. Ao isolarmos a figura, ressaltam as suas características quase acrónicas. As poucas pistas para uma ligação com um contexto são inconclusivas.

¹ Para uma breve contextualização do filme veja-se: Costa, Rita Neves (2017), Um casal britânico quis saber quem era a jovem numa foto de 1956. Acabou a fazer um filme sobre a Póvoa de Varzim. *Público*. 30 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/05/30/local/noticia/como-uma-fotografia-de-agnes-varda-deu-um-filme-sobre-a-povoa-de-varzim-1773828> (acedido em 20/11/2017).

Em completo contraste, a imagem da atriz italiana resulta de uma produção mecânica que a afasta, por manipulação, do seu referente fotográfico e, conseqüentemente, da mulher de carne e osso. Sofia Scicolone, verdadeiro nome da atriz, não nos é acessível. Sobre ela também nada sabemos, contudo, sobre a sua imagem, sentimos que sabemos tudo. Este possível exercício de *Pop Art avant la lettre*, em consonância com o que fará mais tarde Andy Warhol, foi pelo realizador e pela realizadora interpretado como uma metáfora para duas comunidades que existiam, *grosso modo*, no mesmo espaço e num mesmo tempo e que importava conhecer.

Esta separação, diferente da que acontecia em outras praias, fora já notada por Ramalho Ortigão, cerca de oitenta anos antes da fotografia, em *As Praias de Portugal*: “Nada tem com o resto da villa os pescadores. Vivem em uma parte da povoação inteiramente distinta e que fica na praia ao sul (...). As casas são interiormente de um grande pitoresco.”²

O texto esclarece a divisão que então nascia entre o “Bairro Sul”, da comunidade piscatória, e o “Bairro Norte”, da praia de banhos em desenvolvimento, destinados a seguir caminhos distintos. No tempo de Ramalho Ortigão a praia e os banhos eram de terapia, mas as características da praia de vilegiatura como ensaio de urbanidade ditavam já o futuro destes aglomerados.

A praia turística chegaria com o século seguinte. A sua imagem consolidava-se em bilhetes-postais que se afastavam do “pitoresco” das comunidades locais para fixarem agora o seu olhar na modernidade dos espaços e dos equipamentos para o lazer e para as sociabilidades. A praia era lugar para ver e para ser visto.

Em 1942, Leitão de Barros dedicaria a sua atenção à comunidade poveira com o filme *Ala-Arriba*, retomando práticas de uma antropologia sem método que havia ensaiado, na Nazaré, em 1930, com o filme *Maria do Mar*. O realizador legava, deste modo, duas das mais divulgadas imagens das comunidades piscatórias portuguesas. Uma breve comparação entre os dois filmes salienta e corrobora a acentuada dicotomia dos dois bairros da Póvoa e esclarece as características da imagem que dela é criada em *Ala-Arriba* por contraste com o futuro *Um Conto de Duas Cidades*.

² Ortigão, Ramalho (1876). *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal, p. 57.

Maria do Mar é precedido de um documentário rodado na Nazaré com o título: *Nazaré: Praia de Pescadores e Praia de Turismo*, de 1929. Perdido o material que documenta a praia de turismo, resta-nos a praia de pescadores em fascinante exercício fotográfico e cinematográfico, que funcionou quase como uma preparação para o filme de 1930, o qual é marcado pela aplicação das pesquisas da cinematografia de vanguarda por parte de Leitão de Barros.

Contando com muitos atores sem experiência e figurantes locais, que contracenam com veteranos do palco. É filmado *in loco* e num estúdio improvisado para as cenas dos interiores meticulosamente reconstruídos, constituindo-se como uma das primeiras experiências de um documentário ficcionado. Contudo, os ecos da praia de turismo estão presentes na cena do banho das raparigas. Aqui, o olhar etnográfico cede lugar ao olhar “voyeurista” e as jovens mulheres da comunidade piscatória abandonam a *persona* para se assumirem como mulheres, “modernas”, do seu tempo.

Em 1942, o caso poveiro apresenta algumas diferenças nas quais devemos atentar. Leitão de Barros filma também um documentário, *Póvoa do Varzim*, no mesmo ano de *Ala-Arriba*, parecendo, com os dois filmes, corporizar a dualidade do aglomerado. O que conhecemos do documentário dá-nos a ver os resultados da consolidação da praia turística do Bairro Norte e o desenvolvimento da indústria têxtil e conserveira. As suas imagens salientam e estetizam o lazer e as suas arquiteturas, com destaque para o casino, bem como o trabalho industrial, os seus ritmos e os seus produtos. Consolida-se um aglomerado moderno, de vocação balnear, como bilhete-postal. O Bairro Sul parece ter-se concentrado em *Ala-Arriba*, passando para a película as divisões do terreno.

Para este filme, Leitão de Barros tem outros meios e outras ambições. Com poucas exceções, os seus intérpretes são membros da comunidade ou «amadores nortenhos»³, tal como se pode ver na ficha técnica do filme. O olhar do realizador regista, em exercício estético, as suas características físicas, como fizera na Nazaré, evidenciando as diferenças entre as comunidades. Contudo, não temos agora o “voyeurismo” presente nos contágios da praia turística que *Maria do Mar* apresentava.

Com a autenticidade dos rostos, do porte físico, de alguns gestos e dos sotaques, habilmente explorados pela equipa, contrastam as palavras que destes corpos emanam. Escritas por Alfredo Cortez e baseadas nos trabalhos do «conselheiro regional» António

³ Baseámo-nos, uma vez mais, na informação presente na ficha técnica do filme.

dos Santos Graça atuam, ainda que involuntariamente, como uma quase garantia que documentário e ficção permanecem irreconciliados, dado que os não-atores interpretam, na realidade, personagens.

O repositório assim criado de imagens visuais e sonoras, é produzido por um olhar que se alimenta vorazmente do pitoresco da comunidade, analisada e apresentada de uma perspetiva exterior que a procura fixar e contextualizar em jeito de exposição didática. Este paradoxo aparece sintetizado no discurso do Prior, o narrador da história, que ao apresentar a comunidade «dos seus paroquianos» quebra a ficção com a ressalva de que eles «não sabem representar» porque não são atores.

Um recurso outro é a opção por realizar a maioria das filmagens em estúdio, na Tobis, recriando aspetos do “Bairro Sul”. No filme de 1942, até o mar e os seus perigos são, muitas vezes, o resultado de trucagens de estúdio. A Póvoa do Varzim de *Ala-Arriba* pode ser interpretada, deste modo, como aproximada do bilhete-postal turístico, agora de feição antropológica e com marcas evidentes de um pitoresco de recordação romântica.

Isolada do mundo, descontextualizada, esta comunidade é, como a figura feminina de Agnès Varda, acrónica. A ação de *Ala-Arriba* poder-se-ia passar em qualquer tempo, mas os elementos visuais asseguram que não se passa em outro lugar. O país conheceu, ou pensou conhecer a comunidade poveira graças às imagens de *Ala-Arriba*, encarando-as como documentos. O poder de convencimento, e de glorificação, das suas imagens advém da forma como são construídas para cumprir expectativas. À semelhança da Sophia Loren do cartaz, também estes poveiros são o que esperamos ver e ouvir mas, sobre eles, nada sabemos.

É nesse sentido que um dos maiores valores documentais dos filmes de 1942 *Leitão de Barros*, sobre a Póvoa do Varzim, ultrapassa o das suas imagens e reside justamente na sua articulação e relação, no contexto das suas próprias produções, e na forma como eles nos ajudam a questionar a natureza destas “duas cidades” pelas imagens diferenciadas que delas constroem.

Se *Ala-Arriba* era um filme de recriação, *Um Conto de duas Cidades* pode ser lido como um filme de apropriação e de interrogação. Utiliza imagens pré-existentes, contextualiza-as no confronto com novas imagens e com novas palavras contribuindo para o seu entendimento e para o questionamento da realidade que representam e que procuramos conhecer.

À perspetiva exterior e fechada, sem tempo ou contexto, de *Ala-Arriba*, opõem-se agora a proposta das perspetivas interiores, da própria comunidade, das suas memórias, e das suas relações com a realidade de um país marcado por um tempo. Constitui-se, deste modo, um palimpsesto aberto à interpretação, o qual tem por base um conjunto de testemunhos não hierarquizados.

É um trabalho árduo e meticuloso de respigadores que sucede a uma colheita que só aparentemente se encontrava completa. Invertendo a lógica autobiográfica de *As Praias de Agnès* (2008), as duas praias da Póvoa resultam de uma viagem apaixonada de procura e de descoberta do outro. É nesta qualidade que *Um Conto de Duas Cidades* encontra uma das suas maiores valências, a capacidade de dar voz e contexto a um texto coletivo ainda por escrever.

Hugo Barreira

DCTP-FLUP | CITCEM

João Moreira – Recensão do livro Louçã, António et al. (2017). *A Revolução Russa: 100 Anos Depois*. (1ª edição). Lisboa: Parsifal – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 8. 2017. 243-246 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2rec2

Louçã, António et al. (2017). *A Revolução Russa: 100 Anos Depois*. (1ª edição). Lisboa: Parsifal.

A Revolução Russa – 100 Anos Depois concretiza-se na compilação de oito capítulos da autoria de igual número de investigadores altamente reputados no meio académico e familiarizados com o processo histórico que resultou na Revolução de Outubro. A familiaridade precede, em muitos casos, a atividade profissional. Nesse sentido, deve ser referido que as posições políticas públicas dos autores não colocam em causa a objetividade e a seriedade dos textos. A compreensão da história, particularmente o processo revolucionário russo, como produto de contextos políticos, económicos e sociais, e não, como afirma Fernando Rosas, como “anomalia conspiratória” ou “golpe [...] perverso” (p. 67), beneficia a objetividade científica e demarca-se definitivamente de concepções moralistas.

O primeiro capítulo, da autoria de António Louçã, dá conta da luta de Lenine contra a burocracia no seio do partido bolchevique e do Estado soviético. O texto oferece igualmente uma visão global dos encontros e desencontros políticos de Lenine e Trotsky, quer ao longo do período aberto com a queda do czarismo, quer após a tomada do poder por parte dos bolcheviques, e a forma como os dois principais dirigentes da Revolução se colocavam perante o fortalecimento do Estado soviético e da burocracia.

O capítulo da autoria de Fernando Rosas é talvez o mais pragmático e pauta-se pela narrativa da história da Revolução Russa, as suas causas e as suas consequências: da I Guerra Mundial à Revolução de Fevereiro; da emergência do duplo poder à Revolução de Outubro. Nesse quadro, Rosas compreende o processo revolucionário russo como um “fenómeno histórico emergente dos conflitos e contradições da época”, ou seja, como a “culminância – o que não significa o termo – de uma cadeia de revoluções emancipatórias de inspiração socialista [...], acompanhando o processo da Segunda Revolução Industrial e da explosão e concentração fabril do proletariado industrial [...]” (p. 67).

Constantino Piçarra, que tem vindo a estudar a questão agrária na Revolução dos Cravos, procura enquadrar o mesmo assunto no contexto da Revolução de 1917. O autor procura ligar as reivindicações económicas dos diferentes setores camponeses com a linha política de Lenine e do Partido Bolchevique. Nesse sentido, Piçarra salienta a contradição entre a política da “aliança operária-camponesa” de Lenine e a suposta “transição” da pequena produção “para a exploração coletiva da terra” (p.53), que seria colocada em

João Moreira – Recensão do livro Louçã, António et al. (2017). A Revolução Russa: 100 Anos Depois. (1ª edição). Lisboa: Parsifal – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 8. 2017. 243-246 DOI: 10.21747/0871164X/hist8rec2

causa com a Guerra Civil e o conseqüente *comunismo de guerra*. Perante o boicote económico de grande parte do campesinato, o historiador português evidencia o reconhecimento do erro por parte da direção bolchevique. Assim, não procurando hostilizar parte significativa do campesinato e procurando, pelo contrário, a integração daquele nas “células” do partido e em “comités de camponeses pobres” (p. 54), Lenine promove um recuo económico que dá pelo nome de *Nova Política Económica*. Para Piçarra, esta linha política tinha como propósito colocar a maioria do campesinato no papel de ator na transformação socialista da sociedade.

O artigo de Francisco Louçã é provavelmente o mais hermético. De fundo e económico-filosófico, o texto debate os conceitos de alienação, valor, trabalho, mercadoria e classe a partir do contributo de autores como Adam Smith, Karl Marx, Ludwig Feuerbach, Vladimir Lenine e do próprio Francisco Louçã. Nas últimas linhas, o economista português reflete sobre a condição política e económica da pequena burguesia no capitalismo contemporâneo, relacionando-a com a expansão do chamado setor terciário.

Por seu turno, o artigo de Rui Bebiano promove a “observação de possibilidades que acabaram por não se impor” (p. 151) após a tomada revolucionária do Poder. Nesse sentido, são apresentados quatro personalidades que de alguma forma prometiam ou lutaram para que a União Soviética não tivesse como destino a ditadura burocrática dirigida por Estaline. A partir da proposta do historiador britânico David Renton, Bebiano debruça-se sobre o percurso do poeta Maiakovski, da dirigente bolchevique Kollontai, do dramaturgo Lunatcharski e do opositor de esquerda Serge. Para além de apresentar os trajetos destes quatro dirigentes, o autor aborda a Revolução Húngara, a Primavera de Praga e o Maio de 68 enquanto processos que colocaram em causa a matriz autoritária do *socialismo realmente existente*.

José Manuel Lopes Cordeiro oferece um artigo sobre o modo como o processo revolucionário russo foi recebido em Portugal por diversos setores da população portuguesa. Se num primeiro momento (Revolução de Fevereiro) republicanos e setores à sua esquerda olharam com simpatia a queda do czarismo, num segundo momento (Revolução de Outubro), o debate instala-se. Lopes Cordeiro descreve a forma como as notícias chegavam à população portuguesa (à minoria alfabetizada, diga-se). Para o historiador, estas promoviam a ideia de uma sociedade “caótica” e de “terror” liderada

João Moreira – Recensão do livro Louçã, António et al. (2017). *A Revolução Russa: 100 Anos Depois*. (1ª edição). Lisboa: Parsifal – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 8. 2017. 243-246 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2rec2

pelo bolchevismo. Lenine, por sua vez, era associado, por um lado, à homossexualidade – devido “à pera sedosa, cuidada que lhe dá um ar de mosqueteiro ou... de cabeleireiro parisiense” (p. 116) – e, por outro, ao militarismo alemão. Não obstante, o anarquismo português olharia de forma “simpática” – apesar de “crítica” – a Revolução. Entre os autores referenciados pel’ *A Sementeira* está o comunista e dissidente francês Boris Souvarine. Apesar da postura crítica do jornal perante a Revolução de Outubro, Lopes Cordeiro salienta a forma como este setor anarquista defendia o processo revolucionário russo dos ataques da imprensa “mercantilista” (p. 120).

Focado na questão feminina, Thaiz Senna assina um capítulo que, mais do que salientar os avanços legais conseguidos pelas mulheres no quadro da Revolução Russa, procura analisar o papel do Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas do Partido Comunista na organização das mulheres trabalhadoras. Senna evidencia a forma como uma parte considerável do partido e da sua camada dirigente ora olhava a questão feminina como tática, ora a relevava para segundo plano. De acordo com a autora, “muitos comités provinciais do partido” (p. 189) haveriam mesmo de boicotar a ação daquele departamento e extingui-lo. Após a morte de Lenine e o avanço das tendências conservadoras na direção do partido, aquele departamento acabaria mesmo por se tornar um apêndice do partido, cada vez mais burocratizado com Estaline, para depois extinguir-se sob a ideia de que a igualdade entre género havia sido alcançada.

Miguel Pérez Suaréz, em *Os soviets: a forma política da democracia operária*, versa sobre o “poder de tipo novo” consituído pelos soviets e a “superação da democracia burguesa” que estes representaram. O historiador oferece alguma luz à forma algo cética como Lenine olhou, num primeiro momento, aquela nova forma de organização política – ao contrário de Trotsky que “consegue focar as potencialidades dessa nova forma organizativa” e a sua perspectiva emancipadora – e, num segundo, em *O Estado e Revolução*, o modo como o principal dirigente bolchevique defendia “os princípios da eleição direta, do controlo permanente e a livre revogabilidade” (pp. 129-130) presentes nos soviets.

Não obstante, a nova forma de democracia, de acordo com Pérez Suaréz, iria “sucumbir” aos “demónios” da guerra civil, da “penúria material” e do “atraso social e cultural” (p. 139). A afirmação do estalinismo seria indissociável destes e as suas consequências não teriam âmbito apenas nacional.

João Moreira – Recensão do livro Louçã, António et al. (2017). A Revolução Russa: 100 Anos Depois. (1ª edição). Lisboa: Parsifal – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 8. 2017. 243-246 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2rec2

Contrariando a maior parte das publicações relativas ao centenário da Revolução Russa – altamente marcadas quer pelo estalinismo, quer pelo anticomunismo – este livro oferece narrativas equilibradas e bastante pormenorizadas sobre acontecimentos, processos sociais, grupos, classes e personalidades em destaque durante a revolução que culminou na tomada do Poder pelos bolcheviques e no período pós-Outubro.

João Moreira
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

***La Auctoritas del Notario en la sociedad Medieval: Nominación y prácticas*, (coord.. Daniel Piñol Alabart), Barcelona, Mateo Triguero Rubia, 2015, 176 pp., ISBN 978-84-943862-6-8.**

As comunicações apresentadas pelos investigadores que integravam o projecto *Los archivos privados: más documentos para la Historia. Edición de fuentes y investigaciones históricas*, numa mesa redonda de diplomatas no III International Medieval Meeting da Universidade de Lérida no dia 27 de Junho de 2013, foram publicadas em livro dois anos mais tarde. A pertinência desta discussão científica centra-se na questão da autoridade notarial como núcleo vertebrador do notário e da sua prática profissional, pois estava intrinsecamente ligado ao poder emanado unicamente pelas instituições possuidoras da capacidade de nomear profissionais da escrita com fé pública.

A obra é composta por uma introdução e 7 artigos, divididos em Introdução, (pp-7-10), de María Luísa Pardo Rodríguez; “Libros administrativos y *auctoritas* en la Catedral de Sevilla”, (pp.11-26), de Diego Belmonte Fernández; “La escribanía de Cubells”, (pp.27-40), de Elena Cantarell Barella; “La doble nominación notarial: un ejemplo del siglo XIV”, (pp. 41-74), de Javier E. Jiménez López de Eguileta; “La autoridad de los notarios: nominación y práctica. La Corona de Aragón”, (pp. 75-104), de Daniel Piñol Alabart; “Me fonc donada la auctoritat de notari’. La consolidación de la “*auctoritas notariae*” en Valencia en el reinado de Martín el Humano (1396-1410), (pp. 105-140), de Vicente Pons Alós; “Dos nombramientos de notarios públicos en Oviedo y León”, (pp.147-162), de Olaya Rodríguez Pueyo; e finalmente “Los notarios del Principado de Asturias: nombramiento y actuación”, (pp. 163-76), de Néstor Vigil Montes.

O primeiro artigo analisa o grau de implicação que tiveram os notários na validação de livros administrativos e de gestão na catedral de Sevilha, e a tarefa levada a cabo por estes profissionais da escrita na construção da memória económica dessa instituição eclesiástica. A redacção desses mesmos livros foi efectuada por notários cónegos (apostólicos ou não) o que revela a presença destes agentes na estrutura administrativa do património da Sé, não só como secretários capitulares, mas também como contadores, sendo que os primeiros servem-se da sua fé pública para dar

autenticidade às suas práticas escriturárias garantindo o controlo gráfico e instrumental necessário para os assuntos tratados pela Contadoria.

A análise da titulação através da *subscriptio* de 10 notários entre 1332 a 1411 presente em 32 documentos do município de Cubbels é feita em três partes principais: a *escrivaninha* comum de Cubbels, a propriedade da Notaria, e os Notários desse mesmo lugar. A autoridade pertencia à paróquia local, sendo que o pároco podia delegar a regência da *escrivaninha* numa outra pessoa, habitualmente vigário da mesma paróquia, clérigo, ou raras vezes a um indivíduo laico. Neste aspecto, o quadro apresentado pela autora apresenta uma ligeira disparidade entre o número de documentos por notário, (sendo em alguns casos apenas um documento e noutros sete ou até dez), o que pode se compreender fundamentalmente devido à falta de protocolos e registos notariais para a cronologia estudada.

O terceiro artigo analisa o caso de um notário laico que apresenta uma dupla titulação, civil e eclesiástica, numa sentença de 1390 depositada no *Fondo Colegial* do arquivo diocesano do vicariato de Jerez de La Frontera, administrativamente subordinado ao arcebispado de Sevilha. Tendo em conta o sistema de governo vicarial e a sua relação com a diocese, a *auctoritas* arquiiepiscopal da cidade, na figura do vigário, encontra-se esplanada na nomeação dos seus agentes da escrita. Durante o século XIV o vigário recorria aos *escrivães* do consistório do arcebispo, pois os que tinham uma dupla titulação podiam actuar também no âmbito da justiça secular. Na centúria seguinte, este recurso não se verifica em parte pela presença dos notários apostólicos na sé sevilhana.

No quarto artigo, a abordagem de Daniel Piñol Alabart, investigador principal do projecto, sobre a autoridade dos notários nessa Coroa serve-se de uma vastíssima bibliografia sobre a história do notariado aragonês que lhe permite entender uma casuística que vai além da autoridade real e que passa também por eclesiásticos, municípios, e senhores laicos com capacidade para a nomeação e acesso de notários em diversos territórios, atendendo às particularidades dos vários reinos que a integram, estabelecendo uma relação entre a autoridade pública e a actividade notarial. O autor mostra como a instituição notarial nos reinos da Coroa de Aragão se desenvolve paralelamente em cada território atendendo às especificidades de cada um e com legislação similar. Portanto, os notários da coroa aragonesa têm uma autoridade pública e função muito diversa que intervém em todos os aspectos da instituição, desde a

organização e acesso à função notarial até à documentação lavrada pelas escrivatinhas notariais

A consolidação da *auctoritas* no reino de Valência parte de uma base legislativa, os *Furs de València*, através da qual o autor mostra como Martim, o Humano, confirma e completa as disposições forais anteriores de D. Afonso IV e D. Pedro IV. Os anexos apresentados contribuem para uma melhor compreensão desse processo e consistem em: a) apêndice documental de seis cartas de nomeação de Martim I, b) mapa geográfico da nomeação de notários reais no reino de Valência entre 1397 a 1410 e a sua distribuição geográfica, e finalmente c) uma tabela com a data e tipo de nomeação, identificação e localização de 282 notários na cronologia supramencionada.

O penúltimo artigo apresenta uma perspectiva comparativa entre León e Oviedo nos princípios do século XIV, período durante o qual os notários de criação real actuavam por ordem do bispo no âmbito eclesiástico, provocando conflitos entre as partes. Portanto, o objetivo entender o processo real de acesso ao cargo notarial (e não a sua nomeação) em duas cidades diferentes do noroeste peninsular. Através do estudo de subscrições notariais contrastadas com documentação referente à nomeação de notários, parece que a nomeação de notários públicos foi motivada por contextos sociopolíticos e lutas de poder das oligarquias locais, que contavam entre si com os interesses da designação de notários.

Relativamente ao Principado das Astúrias, apesar de não existir qualquer documento de nomeação, o autor assegura a existência de uma continuidade na sua eleição no que concerne aos usos de nomeação respeitantes aos notários régios, e a sua actuação constante apenas nos núcleos populacionais do centro da região. Os notários do príncipe parecem ser semelhantes aos régios: pertencem às elites locais, trabalham para o mesmo público e de uma forma similar. A única diferença prática é que foram nomeados durante mandatos jurisdicionais diferentes pela transmissão de mero e misto império.

Parece-nos que esta obra põe em contraste várias perspectivas sobre o tema de autoridade notarial nas suas mais variadas vertentes (régia, senhorial, eclesiástica, municipal...) em múltiplos contextos sociopolíticos. Não existe uma uniformidade relativamente à apresentação dos artigos, já que nem todos se encontram divididos por pontos ou alíneas com parte introdutória e conclusiva, e tampouco apresentam anexos e/ou apêndices documentais, sendo que apenas um possui mapa geográfico. A falta de uma conclusão geral não é um aspecto de somenos importância. Evidenciamos o

Ricardo Seabra – Recensão do livro *La Auctoritas del Notario en la sociedad Medieval: Nominación y prácticas*, (coord.. Daniel Piñol Alabart), Barcelona, Mateo Triguero Rubia, 2015, 176 pp., ISBN 978-84-943862-6-8 – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 8. 2017. 247-250 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2rec1

tratamento da matéria da *auctoritas* com a constante contraposição de documentação notarial e legislativa, o que possibilita verificar a diferença entre a prática e a normativa. De facto, este estudo fica enriquecido não só pelo cruzamento das referidas fontes, mas também pela análise comparativa entre diversas localidades em espectros cronológicos distintos, o que consiste numa abordagem completamente nova a um tema que carecia de desenvolvimento, e de elevado interesse científico, já que diz respeito tanto aos estudiosos da Diplomática Notarial como aos da História da Instituição Notarial.

Ricardo Seabra
FCT-FLUP-CITCEM

DHEPI: Pós-Graduações: 2016-2017

Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário:

Autor: Alves, Inês Gomes

Título: Diários de sala de aula: contributos para o processo de aprendizagem.

Objeto digital: https://sigarra.up.pt/ffup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=1064457

Autor: Araújo, Nelson Jorge de Castro

Título: Os manuais escolares de História: preferências e perspetivas futuras.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105533>

Autor: Araújo, Sílvia Isabel Brochado

Título: «Só se ama o que se conhece ...»: Contributos da História local no Ensino da História.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108721>

Autor: Campos, Hugo Miguel Ferreira

Título: Senta-te e Ri! O Humor dentro da Sala de Aula.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/106292>

Autor: Chaminé, Maria Helena Aldinhas

Título: O ensino da História através das Artes.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/106832/2/207661.pdf>

Autor: Fernandes, Dina Palmira Amorim

Título: Conta-me histórias: o que pensam os alunos sobre o "bom professor".

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108409>

Autor: Ferreira, João Paulo Neves

Título: Heróis acidentais: o papel dos indivíduos singulares na História.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108313>

Autor: Medina, Maria da Conceição da Silva

Título: Relação pedagógica e motivação para o sucesso escolar.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/104518>

Autor: Monteiro, Tamara Bianca Pereira

Título: «História Go»: O contributo dos dispositivos móveis para o ensino-aprendizagem nas visitas de estudo.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108583>

Mestrado em Estudos Medievais:

Autor: Jesus, André Miguel Castro de

Título: A Codificação do Amor e Do Ódio em Kriemhilt e Orgelusede Kriemhild e Orgaluse.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/90882>

Autor: Mouta, Fernando Jorge Cruz

Título: João Martins Ferreira, Mercador-Cavaleiro.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105938>

Autor: Santos, Rui Pedro Monteiro

Título: Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109111>

Mestrado em História Contemporânea:

Autor: Figueiredo, Eugénia Fernanda Correia de Aguiar Branco

Título: Nuno Grande – um ideário científico e humanista.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108938>

Autor: Nabais, Tomás Barbedo Cardoso Castro

Título: O Projeto Regional do Mediterrâneo – os casos de Portugal e Espanha.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105969>

Autor: Neto, João Miguel Carvalho da Costa Marques

Título: Representações da Cultura e do Lazer Operário no Periódico A Voz do Povo, entre o final da Monarquia e a Primeira República (1907-1919).

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108045>

Autor: Silva, João Nuno Ribeiro da

Título: Representações da questão colonial no periódico socialista O Protesto Operário (1882-1891).

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108322>

Autor: Teixeira, Maria de Fátima

Título: Companhia de Fiação de Crestuma Do fio ao pavio.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/103226>

Mestrado em História e Património:

Ramo Arquivos Históricos

Autor: Carvalho, Patrícia Madalena Gomes de

Título: Da Roda ao Hospício de Penafiel (1789-1928) Uma Visão Sistémica e Integrada da Produção da Informação.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108955>

Autor: Castro, Carla Patrícia Alves de

Título: A Liga Portuguesa de Profilaxia Social (1924-2005) Uma abordagem sistémica da produção de informação.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108962>

Ramo Estudos Locais e Regionais – Construção de Memórias

Autor: Machado, Ana Catarina Teixeira

Título: Representações Musicais em Lisboa nos séculos XVIII e XIX na Gazeta de Lisboa.

Objeto digital: Não disponível.

Ramo Mediação Patrimonial

Autor: Barrigas, Ana Patrícia Paiva

Título: De Recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança - Dar vida a espaços históricos: contributos para a criação de um Núcleo Museológico.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108631>

Autor: Carvalho, Diana Alexandra Simões

Título: Castro Laboreiro – do pão da terra aos fornos comunitários. Uma proposta de mediação patrimonial.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105911>

Autor: Falcão, Eduardo Roque dos Reis

Título: Toda a gente virou fadista: ressonâncias do processo de patrimonialização do fado na cidade do Porto.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105965>

Autor: Ferreira, Hugo Sérgio Rodrigues

Título: Práticas e ritos fúnebres no concelho de Vale de Cambra durante a primeira metade do século XIX: um contributo para a identificação de um património imaterial.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109112>

Autor: Presas, Erea Rey

Título: As minas de Fontao (Galicia). Unha perspectiva patrimonial.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109148>

Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação:

Autor: Albano, Marta dos Santos

Título: Realização de um estágio no Consulado Honorário de Itália no Porto "A atividade consular (Esfera de poder: atribuições e reconhecimento)".

Objeto digital: não disponível.

Autor: Cortes, James Leonardo Mayorga

Título: La inclusión social de los niños, niñas, adolescentes y jóvenes víctimas del conflicto armado en Colombia, desde un proceso de acompañamiento educativo- musical

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105955>

Autor: Freitas, Ana Soraia Pereira Vasconcelos

Título: Relatório de Estágio: Divisão Municipal de Relações Internacionais e Protocolo – Câmara Municipal do Porto.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/106039>

Autor: Fonseca, Bruno Miguel dos Santos

Título: O futuro do Estado Português da Índia: um desafio político e diplomático – 1948-1955

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109331>

Autor: Lomia, Ekaterine

Título: The United States-Russia Relations Before and After Russia's Intervention in Georgia and Ukraine.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105927>

Autor: Martins, Cíntia Paula Rodrigues

Título: Portugal e os mandatos no Médio Oriente (1914-1932).

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109296>

Doutoramento em História:

Autor: Amaral, Cláudio André das Neves

Título: Energia, desenvolvimento local e modernização social. A eletrificação do concelho de Matosinhos (1890-1980).

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/102889>

Autor: Bracht, Fabiano

Título: Ao Ritmo das Monções. Medicina, Farmácia, História Natural e Produção de Conhecimento na Índia Portuguesa no Século XVIII.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105813>

Autor: Bracht, Gisele Cristina da Conceição

Título: Natureza Ilustrada. Processos de Construção de Conhecimento Filosófico-natural Sobre o Brasil na Segunda Metade do Século XVIII.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105826>

Autor: Lopes, Filipa Alexandra Carvalho Sousa

Título: As vozes da oposição ao Estado Novo e a questão de Goa.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108453>

Autor: Leal, Luís Manuel da Cruz

Título: Padre Américo Monteiro de Aguiar: Um “teólogo da ação” no Portugal Contemporâneo.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/106168>

Autor: Marinho, Duarte Maria Monteiro de Babo

Título: Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474): um estudo sociodemográfico.

Objeto digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/106218>

Notas Biográficas

Barbosa, José Luís dos Santos é licenciado em História, com menor em Estudos Europeus, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Atualmente frequenta o Mestrado em História, na variante de História Moderna, na mesma instituição.

Cruz, Maria Antonieta doutorou-se em História Moderna e Contemporânea (1994) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e fez a Agregação na mesma Faculdade, é docente aposentada do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais desta Faculdade. É investigadora e membro do Conselho Científico do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM - FLUP). As suas principais áreas de investigação são em História política, social e económica dos séculos XIX e XX, em particular as questões relacionadas com o estudo da Burguesia, das Elites, das Eleições e dos Sistemas Eleitorais.

Elias, Simone Rodrigues S. é Doutoranda em História das Ciências e Educação Científica, Centro de Física da Universidade de Coimbra - CFisUC e servidora do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC-Brasil.

Guimarães, Hélder. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), é Mestre em História Contemporânea pela mesma faculdade. É investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM - FLUP). As suas áreas científicas de investigação são a História social, económica e política do séc. XIX, História da Igreja e História das Misericórdias.

Lopes, Ana Isabel Alves licenciou-se em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2017. Atualmente, frequenta o mestrado em História e Património, na mesma instituição.

Major, Daniela licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, possui um mestrado em História Intelectual pela Universidade de Saint Andrews. Atualmente, prepara uma nova dissertação de mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas sobre a circulação de conceitos e ideias entre França e Portugal no final do século XVIII e começo do XIX.

Marinho, Duarte M. M. de Babo é mestre em História Medieval e do Renascimento (FLUP, 2013), Doutor em História (FLUP, 2017) e investigador do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade). Tem na Diplomacia, Espionagem e na Heráldica medieval as suas principais áreas de interesse.

Martins, Décio Ruivo é Professor do Centro de Física da Universidade de Coimbra CFisUC, Coordenador do Doutoramento em História das Ciências e Educação Científica e Membro da Comissão Científica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Peralta García, Beatriz é Profesora Titular na Universidade de Oviedo, doutora em História e Licenciada em Filologia Portuguesa pela Universidade de Salamanca, e Licenciada em História pela Universidade de Coimbra. Entre as suas publicações recentes destacam *El noble ejemplo de España: Poesía portuguesa de la Guerra de la Independencia (1808-1814). Estudio crítico y corpus bilingüe anotado*, Madrid,

Ministerio de Defensa, 2015, em colaboração com a Professora Doutora Gabriela Gândara Terenas; *La memoria vivida y la memoria contada. Portugal y la difusión popular de la historia en la novela histórica de actualidad*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2017; “El Partido Socialista Portugués y la literatura de combate. La obra literaria de Ernesto da Silva”, *Revista Historia Autónoma*, nº 11, septiembre de 2017, pp. 89-107; y “Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva”, *Historia Social. Fundación Instituto de Historia Social, U.N.E.D. Valencia*, nº 89, 2017 (III), pp. 53-71.

Pereira, Hugo Silveira Investigador de pós-doutoramento no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (Universidade NOVA de Lisboa) e no Institute of Railway Studies (Universidade de York), onde desenvolve um projeto sobre a política ferroviária portuguesa nas antigas colónias de África e Ásia (financiado por fundos nacionais, ref.^a SFRH/BPD/95212/2013). Antigo Visiting Scholar no History Department do Massachusetts Institute of Technology (Cambridge, Massachusetts). Publicou e apresentou vários artigos sobre história dos caminhos-de-ferro em Portugal e no Ultramar.

Rei, Pedro Silva. Nasceu em Lisboa em 1991. Licenciou-se em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2014. Em 2017 concluiu o Mestrado em História Contemporânea dos séculos XIX e XX na mesma Faculdade. Colabora com o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Silva, Ricardo Barbosa da é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2009). Em 2016, na mesma instituição, concluiu o Mestrado em Estudos Medievais, com a dissertação intitulada “As Ordens Militares do Hospital e do Templo no Entre-Cávado-e-Minho nas inquirições de Duzentos”.

Topa, Francisco (n. Porto, 1966) é Professor Associado do Departamento de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, lecionando nas áreas de Literatura e Cultura Brasileiras, Crítica Textual, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Literaturas Orais e Marginais. Doutorou-se em Literatura, em 2000, na mesma Faculdade, com uma tese sobre o poeta barroco Gregório de Matos. Obteve em 2016, também na FLUP, o título de Agregado em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos, especialidade de Literatura e Cultura.

Ficha Técnica e Normas Editoriais

História - Revista da FLUP (IV Série, vol. 7, nº 2, 2017)

Editor Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Inês Amorim

Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais
Comissão Editorial: Cláudia Ribeiro, Francesco Renzi, Inês Amorim, Jorge Martins Ribeiro, Maria Antonieta Cruz, Teresa Cierco.

Conselho Consultivo: Maria Helena Coelho (U. Coimbra), Richard Unger (U. British Columbia), Pieter Emmer (U. Leiden), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Hartmut Kaelble (U. Humboldt), Gérard Lebouedec (U. Bretagne Sud), Francisco O. Ramirez (U. Stanford), Fernando Catroga (U. Coimbra), Charles Esdaile (U. Liverpool), António Nóvoa (U. Lisboa), António Manuel Hespanha (U. Nova de Lisboa), António de Oliveira (U. Coimbra), Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Sérgio Campos Matos (U. Lisboa), Silvie April (U. Lille 3)

Coordenação do Dossiê Temático: Maria Antonieta Cruz e Hélder Guimarães

Secretariado: Mariana Selas

Contactos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

Telefone: 22 607 71 00

Telefax: 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

ISSN: 0871-164X

D.L.: 19791/88

Dezembro 2017

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Normas Editoriais

Instruções para autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS

I. Artigos e Recensões Críticas

1. As propostas de publicação devem:

a) especificar a secção a que se destinam:

- i) Dossiê Temático
- ii) Outros Estudos
- iii) Recensões Crítica

b) ser submetidas no sítio da Internet:
<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

c) indicar o título completo do texto em português, francês, espanhol e inglês.

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, a espaço e meio, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12, em formato Word for Windows ou compatível. As margens devem ser:

§ superior e inferior - 2,5 cm

§ esquerda e direita - 3 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Apresentar os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, numerados de forma contínua.

A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

Estes elementos, acompanhados dos respetivos títulos e fontes, não podem ter uma largura superior à do corpo do texto.

2.6. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

3. As resenhas críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4. Citações e Referências Documentais e Bibliográficas

4.1. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

Amorim (2008); Ribeiro (2016: 344); Pereira et al. (2010).

4.2. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. As palavras em outras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatadas em itálico.

4.3. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final.

4.4. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro com um autor:

MACEDO, Jorge Borges de (1982), A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos, Lisboa Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), História da História de Portugal – séculos XIX-XX, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), História de Portugal. III Vol., N^o alvorecer da Modernidade (1480-1620), Lisboa, Editorial Estampa, pp.13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356.

f) Artigo em publicação periódica online:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356 [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>.

g) Publicações online:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, [Consulta em 05.07.2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos*, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L' évolution de la perception d'un grand quartier d'affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, Formação de Professores.

k) Citações de documentos:

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria D. Afonso V, lv. 15, fl. 89.

4.5. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

5. Os autores devem cumprir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo deve ser respeitada a ortografia original.

Condições para Submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita e não se encontra sob revisão ou para publicação por outra revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".

Os ficheiros para submissão encontram-se em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)

URLs para as referências foram fornecidas quando disponíveis.

O texto está em espaço e meio; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (excepto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Instruções para Autores, na secção Sobre a Revista.

Em caso de submissão a uma secção com revisão por pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a Revisão Cega por Pares foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços fornecidos nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.